



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 1ª Sessão
Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura**

Presidência dos Senhores
Senadores NILO COELHO e
MOACYR DALLA

SECRETARIA GERAL DA MESA
BRÁSÍLIA — 1983

ÍNDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	7
II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS	11
III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	17
IV — O SENADO FEDERAL NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 47ª LEGISLATURA	25
A — Composição	27
A.1 — Alteração na Representação	29
A.2 — Comunicações de afastamento do País	33
a) em caráter particular	33
b) a convite de Entidades Estrangeiras	33
c) a convite de organizações internacionais	34
A.3 — Licenças	35
a) para tratamento de saúde	35
b) para tratamento de interesses particulares	35
B — Afastamento do exercício do mandato	37
C — Renúncia	39
D — Falecimentos	41
E — Direção	43
F — Lideranças	45
G — O Senado Federal em Funcionamento	47
G.1 — Sessões Realizadas	47
G.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado	49
G.2 — Representação Externa	51
G.2.1 — Missões do Senado	51
a) no Exterior	51
b) no País	51
G.2.2 — Missões do Executivo	53
G.3 — Comissões	55
G.3.1 — Comissões Permanentes	55
a) Composição	55
b) Direção	63
G.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	65
a) CPI que apura as causas da rotatividade de mão-de-obra no País, em face do sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	65
b) CPI que investiga o funcionamento do mercado financeiro do País ..	66

	Pág.
	1
<i>c)</i> CPI que investiga a crise na Previdência Social Brasileira	66
<i>d)</i> CPI que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro	68
<i>e)</i> CPI que investiga a persistência da pobreza absoluta do Nordeste	69
G.3.3 — Comissões Especiais	71
<i>a)</i> Destinada a realizar estudos sobre Reforma Tributária.	71
<i>b)</i> Destinada a estudar modificações da Lei nº 6.620, de 1978, que alterou o Decreto-lei nº 898/69	71
<i>c)</i> Destinada a avaliar os fatos relacionados com as denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo", sobre os acordos entre o Brasil e a Polônia	72
G.3.4 — Comissão Especial Mista destinada a programar comemoração pela passagem dos centenários da proclamação da República e da primeira Carta Republicana do País	75
G.4 — Participação dos Senhores Senadores nos Trabalhos da Casa	77
G.4.1 — Pronunciamentos	77
G.4.2 — Proposições apresentadas	79
G.5 — Matéria Legislativa	81
G.5.1 — Projeto de Lei do Senado	81
<i>a)</i> de sessões legislativas anteriores	81
<i>b)</i> da presente sessão legislativa	104
<i>c)</i> emendados pela Câmara dos Deputados	122
<i>d)</i> arquivados definitivamente	123
<i>e)</i> súmula	152
G.5.2 — Projetos de Lei da Câmara	153
<i>a)</i> de sessões legislativas anteriores	153
<i>b)</i> da presente sessão legislativa	168
<i>c)</i> súmula	187
G.5.3 — Projetos de Decretos Legislativo	189
<i>a)</i> de sessões legislativas anteriores	189
<i>b)</i> da presente sessão legislativa	191
<i>c)</i> recebido da Câmara dos Deputados para promulgação	195
<i>d)</i> súmula	196
G.5.4 — Projetos de Resolução	197
<i>a)</i> de sessões legislativas anteriores	197
<i>b)</i> da presente sessão legislativa	221
<i>c)</i> súmula	231
G.5.5 — Indicações de sessões legislativas anteriores arquivadas definitivamente ...	233
G.5.6 — Requerimentos	233
<i>a)</i> da sessão legislativa anterior desarquivado	233
<i>b)</i> da presente sessão legislativa	233
<i>c)</i> arquivados definitivamente	252
<i>d)</i> súmula	254
G.5.7 — Escolha de Autoridades	255
H — O Senado Federal em suas relações com outros Órgãos	257
H.1 — Elementos de Ligação	257
H.2 — Jornalistas Credenciados	259

	Pág.
V — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	263
A — Sessões realizadas	265
B — Comissões Mistas	267
B.1 — Para estudo de matérias legislativas	267
B.2 — Parlamentar de Inquérito sobre a ação terrorista no País	269
C — Matéria legislativa	271
C.1 — Proposta de Emenda à Constituição	271
a) da sessão legislativa anterior	271
b) da presente sessão legislativa	273
c) súmula	280
C.2 — Projetos de Lei	281
a) da sessão legislativa anterior	281
b) da presente sessão legislativa	281
c) súmula	282
C.3 — Decretos-leis	283
a) com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	283
b) com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	284
c) súmula	293
C.4 — Propostas de Delegação Legislativa	294
a) de sessões legislativas anteriores	294
b) da presente sessão legislativa	295
c) súmula	295
C.5 — Projetos de Resolução	296
a) de sessões legislativas anteriores	296
b) da presente sessão legislativa	296
c) súmula	296
C.6 — Vetos Presidenciais	297
a) da sessão legislativa anterior	297
b) da presente sessão legislativa	297
c) súmula	298
C.7 — Requerimentos	299
D — Participação dos Senhores Parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional reunido ..	303
Erratas do Relatório de 1982	327

I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório, como os anteriores, registra, em resumo, os trabalhos realizados no Senado Federal e no Congresso Nacional, quando reunido em sessão conjunta de suas Casas, na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.

Quis o destino que esta Sessão Legislativa, entre tantos fatos que engrandeceram o Parlamento, fosse também marcada por algumas perdas irreparáveis dentre os Membros do Congresso Nacional.

Assim, quanto ao Senado Federal, cabe-nos lamentar a perda de figura da grandiosidade de um Nilo Coêlho, seu notável Presidente, bem como de Arnon de Mello, de José Guimard e Tarso Dutra, políticos da mais alta dignidade e nobreza de atitudes, que só fizeram contribuir para o engrandecimento do Parlamento e da vida pública do País.

A estes companheiros, a homenagem de saudade e o reconhecimento do Senado Federal.

II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS

II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS

O Senado Federal, dando cumprimento ao disposto no § 4º do art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil, fez realizar, a 1º de fevereiro de 1983, reunião preparatória, destinada à posse dos Senadores eleitos a 15 de novembro de 1982. Prestaram compromisso e foram empossados nos respectivos mandatos, os senhores Senadores:

ACRE

Mário Maia

AMAZONAS

Fábio Lucena

RONDÔNIA

Odacir Soares

Claudionor Roriz

Galvão Modesto

PARÁ

Hélio Gueiros

MARANHÃO

João Castelo

PIAUI

João Lobo

CEARÁ

Virgílio Távora

RIO GRANDE DO NORTE

Carlos Alberto

PARAÍBA

Marcondes Gadelha

PERNAMBUCO

Marco Maciel

ALAGOAS

Guilherme Palmeira

SERGIPE

Albano Franco

BAHIA

Luiz Viana

ESPIRITO SANTO

José Ignácio Ferreira

RIO DE JANEIRO

Roberto Saturnino

MINAS GERAIS

Itamar Franco

SÃO PAULO

Severo Gomes

GOIÁS

Mauro Borges

MATO GROSSO

Roberto Campos

MATO GROSSO DO SUL

Marcelo Miranda

PARANÁ

Álvaro Dias

SANTA CATARINA

Jorge Bornhausen

RIO GRANDE DO SUL

Carlos Chiarelli

A Presidência fez realizar ainda, a 2 de fevereiro de 1983, duas reuniões preparatórias destinadas à eleição, respectivamente, do Presidente da Casa e dos demais membros de sua Mesa Diretora, com mandato de dois anos.

A primeira, presidida pelo Sr. Senador Passos Pôrto, iniciou-se às 10.00 horas, com a presença de 67 Srs. Senadores.

Procedida a eleição para Presidente, votaram 58 Srs. Senadores, tendo o Senador Nilo Coêlho obtido a totalidade dos votos.

Ao assumir a Presidência da Casa o nobre Senador Nilo Coêlho enunciou o seguinte discurso:

“Ao assumir a Presidência do Senado Federal, ponto culminante de minha vida política e parlamentar, desejo, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^{ts} o honroso apoio, expresso na unanimidade dos votos, graças aos quais me vejo agora alçado a tão elevada posição, sentando-me na cadeira antes ocupada por notáveis homens públicos que tanto engrandeceram e enriqueceram as tradições desta augusta Casa.

Estou consciente de que assumo a Presidência do Senado Federal num dos momentos cruciais da nacionalidade. A 47^a (quadragésima sétima) legislatura se inicia sob o signo de crise sem precedentes.

Para enfrentá-la e vencê-la o Poder Legislativo deve aproveitar a força renovadora que hauriu no último pleito e, ao realizar uma revolução de comportamento, alimentar um permanente e aceso debate de todos os problemas, promovendo um diálogo capaz de influir nas decisões dos rumos definidores do destino do País.

O bem comum, que nos cabe promover, exige a fertilidade do diálogo, da negociação e do entendimento.

Não há barreiras políticas insuperáveis, quando se trata de atender aos anseios do povo e aos interesses da Pátria.

Substituo nesta Presidência o grande Senador Jarbas Passarinho, inegavelmente uma das maiores afirmações de político e parlamentar da atual geração de homens públicos brasileiros, que lamentavelmente nos vai privar do seu convívio nesta legislatura, mas que continuará lembrado pelo Senado como um dos seus mais ilustres integrantes. Sua gestão, marcada pelo equilíbrio e o respeito às normas do Regimento, como da polidez política e da afabilidade pessoal, ressalta-se também pela dignidade e pela honradez.

Jarbas Passarinho honrou e dignificou esta Casa e esta Presidência.

Dou as boas-vindas aos Srs. Senadores recém-empossados, na certeza de que o mandato que o povo de seus Estados lhes conferiu será exercido dentro dos parâmetros das mais nobres tradições do Senado.

Saúdo especialmente os primeiros Senadores eleitos do novo Estado de Rondônia, que elevam o número de representantes da Câmara Alta e, por certo, elevarão também o nosso prestígio.

No desempenho da missão que me acaba de ser confiada, espero continuar contando com o indispen-

sável apoio de todos. Meu propósito é o de manter intocada a dignidade do Poder Legislativo e o de lutar ao lado de V. Ex^{ts} pelo reconhecimento pleno das prerrogativas que lhe são iminentes.

Tenho a exata noção das imensas responsabilidades que decorrem desta investidura.

O processo de democratização do País, conduzido com firmeza e determinação pelo eminente Presidente João Figueiredo, cumpriu sua mais importante etapa com a realização, no ano passado, de eleições livres, por isso mesmo verdadeiras. Eleições que promoveram significativas transformações no panorama político nacional, de inegável repercussão no período legislativo que estamos hoje iniciando e também na vida do País. A representação popular em todos os níveis foi renovada com proporções jamais igualadas e nos Estados o povo voltou a escolher pelo voto direto os seus Governadores, alguns dos quais filiados a Partidos da Oposição, tudo isso compondo a nova realidade política, dentro da qual o Governo e o Legislativo terão doravante de operar.

Ponto de honra do Presidente João Figueiredo é a consolidação democrática. Ninguém, em sã consciência, lhe negará o mérito de ter estabelecido novos e ascensionais patamares na escalada da Democracia.

E, a esta altura, a ninguém é lícito duvidar de sua determinação em resgatar a palavra empenhada.

Não há dúvida de que alcançamos a normalidade política em que vamos caminhar na direção do aperfeiçoamento democrático, cuja decorrência natural será a melhoria dos mecanismos institucionais, certamente com prioridade para a reforma da Constituição, tarefa que compete ao Congresso Nacional, a ser conduzida de forma pluralista e consensual.

A normalidade pressupõe o fim da confrontação política e o retorno à prática democrática da negociação e do entendimento entre as diferentes correntes partidárias, que no Legislativo representam a diversidade do pensamento da sociedade brasileira.

Esperamos, pois, que, sem perda da sua identidade ideológica e programática, os Partidos encontrem os caminhos do diálogo e da discussão construtiva das grandes questões nacionais, destacadamente daquelas relacionadas com a crise econômica em que nos achamos mergulhados e que reclama para sua solução, posicionamentos responsáveis.

Nos dois últimos anos, tive a honrosa incumbência de representar o pensamento do governo nesta Ca-

sa, como Líder da bancada da Maioria, o que foi facilitado pela colaboração dos companheiros de bancada e pelo amadurecimento da Oposição, conduzida com espírito patriótico pelo ilustre Líder Humberto Lucena, novamente na liderança da representação oposicionista. Travamos debates, às vezes veementes, mas prevaleceu sempre a lealdade na sustentação das nossas posições, circunstância que muito contribuiu para o fortalecimento do prestígio do Senado. Estou certo de que esse ambiente será aqui preservado em benefício da nossa Instituição e do País.

O exame da situação interna será incompleto se desconhecemos a difícil conjuntura externa, marcada pelo profundo desequilíbrio econômico, principalmente pela perda de liquidez da maioria das Nações.

A angústia do presente não elimina, no entanto, a esperança do futuro. Nesta Casa, da inteligência, da sensibilidade política, da ação patriótica, da palavra ponderada dos seus ilustres integrantes surgirão as idéias que mudarão os rumos das crises.

Srs. Senadores!

Este é um momento de tomada de consciência das minhas novas responsabilidades e do papel que devo desempenhar nesta Casa.

Há 37 anos, um jovem universitário, saído de um sertão pernambucano, formava toda a sua inteligência e o seu cultivo na velha Bahia e a Nação inteira, sacudida, como o mundo inteiro também, numa convulsão social, se debatia numa luta: a liberdade contra a ditadura, a democracia contra a ditadura. E os homens que eu vi, nos idos da minha mocidade — muitos eu encontro aqui no Congresso, já encanecidos — não pregaram esse ideal em vão. Aqueles professores, no anfiteatro das suas escolas terminavam todas as aulas com essa pregação democrática e libertária. Nelson Carneiro, Edson Carneiro, Luiz Viana, Aliomar Baleeiro, Jaime Junqueira Aires e Nestor Duarte, para falar nestes poucos. Lembro os velhos mestres da Escola de Medicina, onde eu, Lourival Baptista e Lomanto Júnior ouvíamos Eduardo de Moraes, Aristides Noviz, Álvaro de Carvalho, pregarem a democra-

cia, e nós sentíamos vontade de sair para o campo de luta da Itália para derrubar, primeiro, a ditadura. Dessas coisas se imbuíu a mocidade naquele tempo. Não havia diretórios acadêmicos, e o presidente da Legião Acadêmica, hoje, é o Presidente do Senado do Brasil.

A mensagem que eu tenho aos moços é o cultivo da política, é o aprimoramento, é a lição primeira de defender a liberdade.

E parece que estou a ver Samuel Mac Dowel recitar os versos de Longfellow. "Onde houver injustiça, liberdade. Onde houver opressão, liberdade. Onde houver angústia, liberdade. Liberdade, liberdade, liberdade". Esta Casa tem o vulto de Rui Barbosa, ali, a nos contemplar, o civilista e o homem da lei. Que este seja o nosso guia nesta hora grave, trinta e sete anos depois. Parece que poucas coisas fizemos, porque naquela posse de ontem os jovens todos que circulavam nos corredores eram aqueles mesmos de trinta anos passados, que procuravam as mesmas coisas que o Presidente do Senado hoje anuncia que estamos procurando fazer.

Srs. Senadores, com estas palavras eu creio que, ao assumir a Presidência do Senado Federal, estão presentes em mim muito mais os deveres que tenho para com a Nação e os meus pares, do que o mero envolvimento no exercício de um destino reservado pelas honras da vida pública.

Minha palavra não se omitirá, nem minhas mãos estarão presas diante da legítima decisão que assumo do bem servir.

Asseguro-lhes que esta Presidência contribuirá vivamente com todo o seu esforço para a análise e soluções que requeiram o momento brasileiro, nas definidas esperanças de nossa gente.

Conto com todos. Haveremos de, juntos, promover os encontros que realizem a parceria da construção nacional.

De todos espero não apenas o apoio passivo, mas a colaboração constante, construtiva e até apaixonada dos eminentes companheiros.

Na segunda reunião preparatória, presidida pelo Sr. Senador Nílo Coêlho, procedeu-se à eleição, em um único escrutínio, em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Senhor Senador José Lins, para o preenchimento dos cargos de 1º e 2º-Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º Secretários, constatando-se o seguinte resultado:

para 1º-Vice-Presidente	— Senador Moacyr Dalla, 59 votos
para 2º-Vice-Presidente	— Senador Jaison Barreto, 59 votos
para 1º-Secretário	— Senador Henrique Santillo, 59 votos
para 2º-Secretário	— Senador Lenoir Vargas, 59 votos
para 3º-Secretário	— Senador Milton Cabral, 59 votos
para 4º-Secretário	— Senador Raimundo Parente, 59 votos

Após a proclamação dos eleitos, realizou-se a eleição dos Suplentes de Secretário. Apurados os votos, anunciou-se o seguinte resultado:

Senador Marcelo Mirando — 49 votos
Senador Odacir Soares — 49 votos
Senador Almir Pinto — 49 votos
Senador Martins Filho — 49 votos

III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência a preceitos constitucionais, o Congresso Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Nilo Coelho, reuniu-se solenemente às 15:00 horas do dia 1º de março de 1983, instalando a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.

Presentes à Mesa, além de seus membros, o Senhor Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados e o Senhor Ministro Cordeiro Guerra, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional deu entrada em Plenário o Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Professor João Leitão de Abreu, procedendo à entrega da Mensagem Presidencial.

Na oportunidade, o Presidente, Senador Nilo Coelho, proferiu a seguinte oração:

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio, Sr. Presidente, do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cordeiro Guerra, Srs. Ministros de Estado, Srs. Ministros dos Tribunais Superiores, Sr. Decano do Corpo Diplomático, Srs. Embaixadores, Sr. Governador do Distrito Federal, Srs. Oficiais Gerais, Srs. Congressistas, minhas Senhoras, meus Senhores:

Ao declarar instalada, solenemente, cumprindo preceito constitucional, a Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura, desta Magna Assembleia, a mais representativa do Povo brasileiro, peço a Deus que nos ilumine e inspire para que possamos, com esforço e sabedoria, contribuir para aproximar o Brasil de hoje do destino grandioso que lhe está reservado no concerto das nações e no ideal de todos os que lutaram e dos que hoje lutam pelo seu progresso e soberania.

Há por toda parte uma sensação de desesperança e um sentimento de incapacidade para resolver os problemas econômicos.

A crise econômica é do mundo, não é apenas brasileira. Pesado tributo estão pagando nações ricas e pobres.

Países como o Brasil, que se organizaram para superar o atraso e criar melhores condições de vida, assistem perplexos e impotentes perder-se todo o seu esforço na voragem da crise, agravada pelo egoísmo dos mais ricos, ou daqueles melhor contemplados pela natureza, que aumentam e derrubam preços, conforma a conveniência do melhor lucro.

Somos um raro exemplo a oferecer ao mundo: o de que é possível a convivência de um processo de normalização política e institucional com momentos de grave instabilidade econômica.

A despeito da crise econômica e suas conseqüências, realizamos eleições livres e 53 milhões de brasileiros eleitores foram mobilizados, motivados e levados às urnas para eleger, em ambiente de moralidade e tranqüilidade, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores.

E vamos prosseguir no processo de democratização sob a liderança do Presidente Figueiredo, que vem cumprindo o seu juramento de fazer deste País uma democracia, com a mais comovente determinação.

Há mais de três meses, manifestou-se em todo o País, soberana, livre, consciente, a vontade popular, em eleições gerais de amplitude e significação ímpares na história política brasileira. O País assiste hoje ao início de atividade do maior parlamento de sua vida republicana.

Renovaram-se os compromissos com a Nação em dinâmica irrequieta e até conflitiva.

Esses compromissos e mudanças constituem, de fato, os balizamentos mais importantes na caminhada refeita em cada legislatura. Deles se originam e neles se engastam a legitimidade do desempenho deste Congresso.

Eleições livres, somente elas fundamentam e justificam a titulação dos nossos mandatos.

A prática do mandato livre requer sempre, e continuará a exigir deste Congresso e de seus membros, uma autovigilância, diuturna sobre as suas inquietações e sobre os seus atos, para que reflitam harmonicamente os anseios da sociedade diversificada e coesa que representam.

Neste País, em que as fases de crescimento se surpreendem com freqüência, essa autovigilância deverá reproduzir-se de forma progressivamente redobrada.

Sim, porque, se os recursos aumentam e os horizontes se distendem, as necessidades se multiplicam e a justiça social clama mais forte por igualdade.

Reinaugura-se hoje, entre nós, o primado da Política sobre a Técnica.

A Ciência e a Técnica fascinam o mundo moderno e complicam as funções do governante. O técnico e o planejador esclarecem e indicam soluções, prevêm acontecimentos e resultados, todavia só o político, pelo seu direto contato com o povo, as suas aspirações e dificuldades, tem a capacidade para governar, atendendo a visão de conjunto dos problemas humanos.

A vida não é um teorema, já foi dito há um século por notável pensador.

A verdade científica e a tecnologia não devem ser propriedade de ninguém, mas de todos, sobretudo do Governo. Não pode haver separação entre a verdade do Governo e a realidade da população brasileira.

Aceitemos o conselho do Padre Vieira, que se dizia envergonhado de seus colegas, oradores evangélicos, que silenciaram ante os erros da época. Chamava-os de "eloqüentes mudos", que mais ofendem com o que calam do que com o que dizem.

Não pretendemos passar à História dos Parlamentares do "não dizer", quando nossa missão é a de falar, traduzir o pensamento daqueles que representamos e expressar a vontade nacional.

No Estado moderno brasileiro cabe aos poderes da União, interdependentes mas harmônicos, as responsabilidades de governo. E a separação dos poderes não os exime de responsabilidade solidária na solução dos grandes problemas nacionais.

No momento em que vivemos, se me fosse dado buscar interpretar, acima das divergências partidárias, além das conotações ideológicas, dos interesses e das paixões, as inquietações e os anseios nacionais do povo brasileiro, eu o faria auscultando, com sensibilidade e reverência, as manifestações da sociedade brasileira, traduzidas no consenso dos segmentos mais representativos dos diversos setores e funções em que se diversificam as atividades sociais e econômicas do País.

Uma análise prévia destas manifestações parece indicar alguns pontos que considero fundamentais para servir como subsídios na formulação da política de governo.

Em primeiro lugar, os brasileiros querem — e estão dispostos a buscar — desenvolvimento com justiça social.

De uma parte se é certo que, nas últimas três décadas — o tempo de apenas uma geração — operou-se no País uma grande transformação nas suas estruturas econômicas e sociais, não é menos verdade que, nos últimos anos, estancou-se o processo de crescimento.

E insiste-se em atrelar nossa economia à conjuntura internacional recessiva, contraída, para a qual pouco contribuimos e da qual o mundo somente se livrará quando os países ricos adquirirem a percepção política de que estão conduzindo o mundo a um frustrante impasse, imprevisível nas suas conseqüências para o futuro do mundo ocidental.

Nesse contexto, o nosso caminho — a solução que os brasileiros todos estão dispostos a perseguir — a solução que cabe a nós, os políticos propugnar, consiste em mobilizar as grandes potencialidades internas que efetivamente possuímos para produzir e prosperar.

Poucas, muito poucas mesmo, são as nações que podem, como o Brasil, dispor de tão amplas e tão generosas fontes internas de crescimento, rejeitando o imobilismo a que nos força hoje a economia internacional.

Nada justifica essa sujeição. Ninguém — nem o nosso povo de hoje, nem os brasileiros de amanhã — nos redimirá dessa omissão.

De outra parte, se é certo que precisamos encontrar, dentro de nossas fronteiras, o caminho do crescimento, devemos saber distribuir, com mais justiça, seus benefícios sociais, buscando reduzir as grandes disparidades de níveis de vida que existem entre regiões.

O Nordeste, pobre e sofrido, e o Sul-Sudeste, mais rico e mais feliz. É preciso eliminar a pobreza rural e a que se acresce, a cada dia, em torno de nossas grandes e médias cidades, principalmente pelas migrações.

Este objetivo — desenvolvimento com justiça social — é não apenas desejado pela sociedade brasileira. É factível, econômica, social e politicamente, com a mobilização das forças produtivas nacionais, do trabalhador, do empresário.

Na agricultura, com a expansão de nossas fronteiras de ocupação, com a intensificação do uso agrícola em áreas já ocupadas, pela irrigação, por exemplo, na indústria, com a utilização da capacidade produtiva ociosa e com novos investimentos, pouco exigentes em importações, para a produção de bens de amplo consumo popular, no esforço para ampliar as exportações de bens de origem agropecuária, industrial e de minérios.

Mas desenvolvimento obtido fundamentalmente de dentro e voltado para dentro do País — pelo me-

nos enquanto persistirem a retração da economia internacional e a incapacidade e inapetência política dos países ricos em buscar as condições para superá-las e o desenvolvimento orientado para os objetivos do moderno estado social, assegurando os direitos de participação de cada cidadão nos benefícios produzidos pela sociedade. Até porque se torna imprescindível, em meio às graves dificuldades a que ainda ontem, tão enfática e oportunamente, se referia o Sr. Presidente da República, animarmos os brasileiros com um sopro de esperança.

É preciso fortalecer financeiramente as Unidades da Federação — corolário do processo de politização que coloca, este ano, à frente dos Estados, governadores eleitos pela vontade popular.

Fortalecê-los através de reforma tributária consistente com os objetivos de distribuição do desenvolvimento e dos gastos públicos, que beneficie mais os Estados menos desenvolvidos, de modo a que possa atuar como fator de correção dos desequilíbrios inter-regionais.

Fortalecê-los, também, com mais adequada repartição dos encargos governamentais entre a União e os Estados, sobretudo os de natureza social: habitação, saúde e educação.

É preciso buscar soluções para os problemas de nossas cidades. Em apenas três décadas a população urbana do País cresceu de 36% do total para 86%.

Somos hoje uma sociedade predominantemente urbana, e, na década passada, pela primeira vez na História brasileira, a população rural decresceu, em termos absolutos, com a população urbana, crescendo a 4,5% cada ano.

Assistiu-se ao processo acelerado e excessivo de concentração urbana, e os investimentos públicos nas cidades não puderam acompanhar a acelerada urbanização que se processou e se processa entre nós, gerando deficiências em infra-estrutura e outros equipamentos sociais urbanos: em saneamento, transportes, habitação, saúde, educação, segurança e lazer.

Neste contexto, é preciso criar, no País, uma legislação de desenvolvimento urbano adequado à nova realidade, que busque orientar e consolidar o crescimento racional do sistema nacional de cidades, ordenar a expansão urbana, disciplinar os serviços urbanos de uso comum, combater a excessiva especulação imobiliária, e regularizar as áreas ocupadas por população de baixa renda, humanizar as cidades.

É preciso criar, no Brasil, um direito urbano que, inclusive, procure condicionar o uso da propriedade imobiliária à suas funções sociais.

É preciso intensificar, nas cidades, os investimentos em infra-estrutura e em outros equipamentos sociais.

É preciso promover a criação, nas cidades, sobretudo nos núcleos urbanos de porte médio, de oportu-

nidades que orientem produtivamente as populações hoje marginalizadas do progresso, evitando-se a inchação urbana a que se refere Gilberto Freire.

É preciso buscar os meios para melhoria das condições de produção, renda e bem-estar do bravo homem do campo, eliminando, gradativamente, a pobreza rural, fonte de migrações, buscando superar no Nordeste agrário — que abriga quase a metade da população rural do País — os obstáculos ao desenvolvimento agropecuário, sobretudo no semi-árido.

Sabe-se muito bem o que fazer naquela região, que padece, periodicamente, com a seca: a captação da água, seu uso para o consumo e para a produção, a adequação da estrutura fundiária às necessidades da produção, a adaptação agrícola às condições especiais de sua ecologia.

O que falta são recursos financeiros na dimensão adequada e a decisão política de enfrentar, com determinação permanente, estes já seculares desafios.

É preciso buscar o fortalecimento dos municípios esvaziados financeira e tecnicamente, capacitando-os a assumirem parcela mais significativa das responsabilidades de governo.

O Governo municipal está mais próximos das necessidades e dos anseios sociais e pode, mais efetivamente, mobilizar a participação da comunidade, agindo solidariamente no debate e solução de seus problemas.

Tudo isto pode ser feito, estou certo, sem a participação de recursos externos, sem agravar os desequilíbrios do balanço de pagamentos. Para isso não são necessários dólares, bastam cruzeiros. Nem tecnologias, nem saberes importados. Os nossos já são mais que suficientes.

No momento em que se instala a atual Legislatura, é dever de cada um de nós, aqui trazidos pelo voto popular, assumir, com coragem e determinação, nossas ingêntes responsabilidades de redefinir o papel do Congresso Nacional, capacitando-o a desempenhar as funções que lhe competem no processo de tomada de decisões que afetam o projeto nacional de desenvolvimento, o próprio destino do País.

É esta a missão que recebemos, é esta a contribuição que de todos e de cada um de nós exige a Nação.

O Presidente da República, João Figueiredo, tem buscado, com singular visão de estadista, a recondução do País ao caminho da democracia e merece, de todos nós, reconhecimento e gratidão. Certamente espera de todos a contribuição ao aperfeiçoamento do processo de redemocratização do País. Espera que lhe estendamos nossa solidariedade, acima dos partidos, das ideologias, dos interesses menores, das paixões políticas, compartilhando com ele a análise e a busca de soluções para os grandes problemas do Brasil de hoje. Espera ele, como espera o País, que o Congresso

Nacional, revigorado pela confiança recebida das urnas, possa contribuir, com vigor e trabalho, para a grandeza do Brasil.

Esta é a indeclinável missão de que estamos hoje investidos.

E não nos faltarão nem decisão, nem empenho, nem determinação para realizá-la, no labor de cada dia, na luta de cada um, na união de todos, ungidos pela confiança que o povo brasileiro nos conferiu, certos do apoio e do respaldo que teremos de toda a Nação brasileira.

A esta altura, cabe, sem me afastar de uma visão global do País, expressar a voz do Nordeste, onde nasci e tive a minha formação, e de onde o povo de Pernambuco me fez seu representante no Congresso Nacional.

A síntese humana do Nordeste é a sua fraternidade e sua altivez. A fraternidade transparece no seu espírito largo, na sua casa sempre aberta. A altivez desponta na capacidade de enfrentar, de cabeça erguida, os contrastes e os paradoxos, utilizando a coragem como a matéria-prima de sua vida.

Agora mesmo, em anos seguidos — e não está afastada a hipótese de continuar por este ano — sofremos a catástrofe inexorável da seca.

Sabemos que, como resultado de imprevisíveis ocorrências na economia mundial, o País se envolve com grave crise econômica. Não podemos, nem devemos, entretanto, deixar-nos abater pelo desânimo e pelo pessimismo.

O que bem claro reclamamos — e para isto contamos com o apoio de toda a Nação — é que os problemas do Nordeste tenham, na realidade, tratamento prioritário.

Que a ação redentora do semi-árido prossiga sem esmorecimentos ou descontinuidade. Que o mecanismo basilar do seu desenvolvimento — SUDENE — seja fortalecido. Que a ação governamental, enfim, se desenvolva no sentido de extinguir as disparidades regionais.

Mas o Nordeste que urge ser realçado, agora, é o Nordeste que se bateu pela unidade do território pátrio na luta contra os invasores. O Nordeste que semeou, nas suas revoluções libertárias, o ideal republicano e democrático.

Democracia é a participação de todos, pela intermediação de mandatários eleitos, nos destinos do País. É o fortalecimento dos partidos, como canal permanente desta participação. É, enfim, o exercício constante da política, a mais nobre e, por isto mesmo, a mais difícil atividade humana, enquanto permaneça como busca incessante do bem comum.

Saímos de uma eleição em que os anseios democráticos do povo brasileiro se fortaleceram sob a firme liderança do eminente Presidente da República.

Aos líderes políticos está sendo devolvida, haja vista as eleições de governadores, a grande responsabilidade de dirigir o País.

Impõe-se, portanto, que estejamos à altura desta empolgante missão.

Somos, os que integramos o Congresso Nacional, no que nos toca, os árbitros dos caminhos do futuro.

A hora é desafiadora e exige a colaboração de todos os brasileiros.

Necessário é que, ao lado da fidelidade aos ideais dos que nos elegeram, e na paixão inerente à ação política, mantenhamos o senso de responsabilidade e senso de proporções, três qualidades destacadas por Max Weber, como decisivas no político.

Temos, agora, um Congresso mais abrangente na sua representatividade. Até mesmo indígenas e artistas constituíram-se mandatários do povo. Isso pode ser altamente construtivo, pela contribuição que poderão trazer de um contingente humano que pode ter, sob o prisma de um comportamento responsável, sua voz e sua vez na universalidade da representação popular.

Aceitemos, porém, o desafio, dentro do denominador comum das aspirações nacionais, emprestemos a nossa decidida contribuição para que sejam superadas as dificuldades do mesmo, e legaremos ao futuro uma grande Nação.

Para isto é necessário que sejamos autenticamente políticos, políticos por sentimento e vocação, e estejamos convictos de que “o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível”.

Perante Deus e perante a Pátria, estejamos sempre avisados, com o já citado Max Weber, de que “somente quem tem a vocação política terá a certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer apesar de tudo, tem a vocação para a política.

E tenho a convicção de que, nesta augusta Casa, os Exm^{as} Srs. Congressistas, do íntimo do seu ser, estão a proclamar, decidida e claramente, acima de tudo e antes de tudo, um futuro grandioso para o País.

Srs. Congressistas, o dia de hoje para o Senado Federal, de modo particular, é um dia de vocação muito cara: é o dia em que celebramos 60 anos da morte de Rui Barbosa.

Rui Barbosa é para nós o balizamento maior, é o irredentista, é o civilista, é o homem da Lei, é o homem da Justiça, é o homem da Cultura, é o homem que fez tudo neste País, que trabalhou a vida inteira: é o inconformado. Ele nos deixa todas as lições na vida pública, ele nos deixa todos os caminhos como políticos. Neste dia reverenciamos Rui, o Patrono do Senado.

Que possamos dizer e repetir o que ele disse aos moços:

“Dediquei toda a minha vida ao trabalho. Não perdi o horizonte. Eu creio neste País, eu creio na Justiça, eu creio na Democracia.”

Vamos repetir Rui.

IV — O SENADO FEDERAL

Na Primeira Sessão Legislativa Ordinária da
47ª Legislatura.

A — COMPOSIÇÃO

Ao iniciar-se a 1ª Sessão Legislativa Ordinária, representando os Estados da Federação, integravam a composição do Senado 46 Senadores do Partido Democrático Social, 21 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 1 do Partido Trabalhista Brasileiro e 1 do Partido Democrático Trabalhista.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume José Guiomard	Alagoas	Guilherme Palmeira João Lúcio * Luiz Cavalcante
Amazonas	Eunice Michiles Raimundo Parente	Sergipe	Albano Franco Lourival Baptista Passos Pôrto
Rondônia	Claudionor Roriz Galvão Modesto Odacir Soares	Bahia	Jutahy Magalhães Lomanto Junior Luiz Viana
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes	Espírito Santo	João Calmon Moacyr Dalla
Maranhão	Alexandre Costa João Castelo José Sarney	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Piauí	Helvídio Nunes João Lobo	Minas Gerais	Murilo Badaró
Ceará	Almir Pinto José Lins Virgílio Távora	São Paulo	Amaral Furlan
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto Moacyr Duarte ** Martins Filho	Goiás	Benedito Ferreira
Paraíba	Marcondes Gadelha Milton Cabral	Mato Grosso	Benedito Canelas Roberto Campos
Pernambuco	Aderbal Jurema Marco Maciel Nilo Coêlho	Santa Catarina	Jorge Bornhausen Lenoir Vargas
		Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli Tarso Dutra

(*) Suplente em exercício na licença do titular, Senador Arnon de Mello

(**) Suplente em exercício na licença do titular, Senador Dinarte Mariz

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia	Mato Grosso	Gastão Müller
Amazonas	Fábio Lucena	Mato Grosso do Sul	José Fragelli Marcelo Miranda Saldanha Derzi
Pará	Hélio Gueiros	Paraná	Affonso Camargo Álvaro Dias José Richa
Piauí	Alberto Silva	Santa Catarina	Jaison Barreto
Paraíba	Humberto Lucena	Rio Grande do Sul	Pedro Simon
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira		
Minas Gerais	Itamar Franco Tancredo Neves		
São Paulo	Franco Montoro Severo Gomes		
Goiás	Henrique Santillo Mauro Borges		

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Roberto Saturnino

A.1 — ALTERAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 36 da Constituição, dar-se-á a convocação de suplente quando o Senador em exercício se licenciar por período igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias, ou se afastar para exercer função ali estabelecida. Em virtude da aplicação das disposições constitucionais, a representação do Senado foi por várias vezes alterada com a conseqüente convocação de suplentes, conforme demonstrativo abaixo:

Senador em Exercício	Suplente Convocado	Período de Exercício Do Mandato do Suplente
Arnon de Mello	João Lúcio (1º suplente)	1-3-83 a 4-4-83 e 3-8-83 a 29-9-83
João Lúcio	Carlos Lyra (2º suplente)	5-4-83 a 2-8-83
Mauro Borges	Lázaro Barboza (1º suplente)	5-9-83 a 5-10-83
Jorge Kalume	Iris Célia	14-9-83 a 11-1-84
Lázaro Barboza	Derval de Paiva (2º suplente)	6-10-83 a 12-1-84

Em conseqüência, ainda, do falecimento dos Senadores José Guiomard, Tarso Dutra, Arnon de Mello e Nilo Coêlho e da renúncia ao mandato dos Senadores Tancredo Neves, Franco Montoro e José Richa, eleitos Governadores de Estado, a composição do Senado, ao final da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da presente Legislatura, ficou alterada, inclusive quanto à representação numérica dos Partidos.

Assim, ao findar-se a 1ª Sessão Legislativa Ordinária, representando os Estados da Federação, integravam a composição do Senado 45 Senadores do PDS; 22 do PMDB; 1 do PTB e 1 do PDT, conforme demonstrativo que se segue:

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

ESTADOS	SENADORES	ESTADOS	SENADORES
Acre	Iris Célia * Altevir Leal	Bahia	Jutahy Magalhães Lomanto Júnior Luiz Viana
Amazonas	Eunice Michiles Raimundo Parente	Espírito Santo	João Calmon Moacyr Dalla
Rondônia	Claudionor Roriz Galvão Modesto Odacir Soares	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes	Minas Gerais	Murilo Badaró
Maranhão	Alexandre Costa João Castelo José Sarney	São Paulo	Amaral Furlan
Piauí	Helvídio Nunes João Lobo	Goiás	Benedito Ferreira
Ceará	Almir Pinto José Lins Virgílio Távora	Mato Grosso	Benedito Canelas Roberto Campos
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto Dinarte Mariz (**) Martins Filho	Santa Catarina	Jorge Bornhausen Lenoir Vargas
Paraíba	Marcondes Gadelha Milton Cabral	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli Octávio Cardoso
Pernambuco	Aderbal Jurema Marco Maciel		
Alagoas	Guilherme Palmeira João Lúcio Luiz Cavalcante		
Sergipe	Albano Franco Lourival Baptista Passos Pôrto		

(*) Suplente do Senador Jorge Kalume, no exercício do mandato até 11-1-84

(**) Reassumiu o mandato em 30-3-84.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

ESTADOS	SENADORES	ESTADOS	SENADORES
Acre	Mário Maia	Goiás	Henrique Santillo Derval de Paiva (**)
Amazonas	Fábio Lucena	Mato Grosso	Gastão Müller
Pará	Hélio Gueiros	Mato Grosso do Sul	José Fragelli Marcelo Miranda Saldanha Derzi
Piauí	Alberto Silva	Paraná	Afonso Camargo Álvaro Dias Enéas Faria (*)
Paraíba	Humberto Lucena	Santa Catarina	Jaison Barreto
Pernambuco	Cid Sampaio	Rio Grande do Sul	Pedro Simon
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira		
Minas Gerais	Itamar Franco Alfredo Campos (*)		
São Paulo	Fernando Henrique (*) Cardoso Severo Gomes		

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

ESTADO	SENADOR
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

ESTADO	SENADOR
Rio de Janeiro	Roberto Saturnino

(*) Assumiram o mandato em virtude da renúncia, em 14-3-83, dos Senadores Tancredo Neves, Franco Montoro e José Richa, eleitos Governadores de Estado.

(**) 2º Suplente do Senador Mauro Borges, convocado em virtude do afastamento do Suplente em exercício, Senador Lázaro Barboza, no meado Secretário de Estado no Governo de Goiás.

A.2 — COMUNICAÇÕES DE AFASTAMENTO DO PAÍS

Para afastamento do País, nos termos regimentais, foram encaminhadas à Presidência da Casa as seguintes comunicações:

a) Em caráter particular:

- 1) período de recesso — 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 1983.

Senador Odacir Soares	— de 2-2-83 a 15-2-83
Senador Alexandre Costa	— de 5-2-83 a 28-2-83
Senador Jorge Bornhausen	— a partir de 16-2-83

- 2) 1º período da sessão legislativa — 1º de março a 30 de junho de 1983

Senador Lenoir Vargas	— a partir de 30-3-83
Senador Roberto Saturnino	— de 7-4-83 a 20-4-83
Senador Albano Franco	— de 26-4-83 a 29-4-83
Senador José Lins	— a partir de 14-5-83
Senador Aloysio Chaves	— de 18-5-83 a 22-5-83
Senador Lourival Baptista	— a partir de 18-5-83
Senador Carlos Lyra	— de 27-5-83 a 6-6-83
Senador Luiz Viana	— a partir de 30-5-83
Senador Otávio Cardoso	— a partir de 10-6-83

- 3) período de recesso — 1º a 31 de julho de 1983

Senador Jaison Barreto	— durante o mês de julho
Senador Affonso Camargo	— a partir de 15-7-83
Senadora Eunice Michiles	— de 11-7-83 a 25-7-83
Senador Albano Franco	— de 12-7-83 a 27-7-83
Senador Roberto Campos	— de 13-7-83 a 25-7-83
Senador Raimundo Parente	— de 26-7-83 a 31-7-83

- 4) 2º período da sessão legislativa — 1º de agosto a 5 de dezembro de 1983

Senador Raimundo Parente	- de 1º-8-83 a 10-8-83
Senador Marcondes Gadelha	— a partir de 6-8-83
Senador Fernando Henrique Cardoso	— a partir de 10-9-83 e — de 18-11-83 a 20-11-83
Senador Roberto Campos	— de 27-9-83 a 7-10-83 e — de 12-10-83 a 16-10-83
Senador Marco Maciel	— de 26-10-83 a 28-10-83
Senador Dinarte Mariz	— a partir de 6-11-83

- 5) período de recesso — 5 a 31 de dezembro

Senador Roberto Campos	— a partir de 12-12-83
------------------------	------------------------

b) A convite de entidades estrangeiras:

Senador Aderbal Jurema	— de 11 a 31-1-83	— Universidade de Miami — EUA
Senador Lourival Baptista	— a partir de 15-1-83	— Governo do Japão

Senador Nelson Carneiro	— a partir de 17-3-83	— Congresso Nacional da Venezuela
Senador Milton Cabral	— de 27-4-83 a 20-5-83	— República da China (Formosa)
Senador Nilo Coelho	— de 22 a 27-7-83	— Governo da Venezuela
Senador João Calmon	— de 6 a 23-12-83	— Presidente do Soviete das Nacionalidades do Soviete Supremo da URSS e do Presidente do Soviete da União do Soviete Supremo da URSS.
Senador Aloysio Chaves	— a partir de 9-12-83	
Senador Lourival Baptista	— a partir de 9-12-83	
Senador José Ignácio Ferreira	— de 9 a 23-12-83	

c) A convite de organizações internacionais

Senador Fernando Henrique Cardoso — a partir de 18-5-83

— Reunião do Conselho Internacional de Ciências Sociais, em Barcelona; para presidir a reunião do Conselho Executivo da Associação Internacional de Sociologia em Amsterdam; e para encontrar-se com o Diretor-Geral da UNESCO em Paris.

— de 7 a 22-12-83

— Reunião da Internacional Sociological Association, em Barcelona e Reunião Internacional Social Sciences Council da UNESCO, em Paris.

Senador Roberto Campos — de 2 a 8-11-83

— Conferência Internacional sobre o endividamento dos países subdesenvolvidos, em Londres.

Senadora Eunice Michiles — de 5 a 13-11-83

— Organização Panamericana de Saúde — EUA.

Senador Fernando Henrique Cardoso — de 31-10-83 a 7-11-83

— Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, Paris.

A.3 — LICENÇAS

a) O Senado concedeu licença para tratamento de saúde, nos termos do disposto no art. 47, inciso I, do Regimento Interno, aos Senadores:

Arnon de Mello

Requerimento nº 410/83 — período de 30-3 a 2-8-83
Requerimento nº 731/83 — período de 3-8 a 30-11-83

Nilo Coêlho

Requerimento nº 827/83 — a partir de 7-11-83

b) O Senado concedeu licença para tratar de interesses particulares, nos termos do disposto no art. 47, inciso II, do Regimento Interno, aos Senadores:

João Lúcio

Requerimento nº 433/83 — de 5-4 a 3-8-83

Mauro Borges

Requerimento nº 738/83 — de 5-9-83 a 12-1-84

Jorge Kalume

Requerimento nº 776/83 — de 13-9-83 a 11-1-84

B — AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Em 5 de setembro de 1983, o Senado concedeu licença ao Senador Mauro Borges, para tratar de interesses particulares, por período que ensejou a convocação de seu 1º-suplente, o Senhor Lázaro Barboza.

No exercício do mandato, o Senador Lázaro Barboza, a 5 de outubro, comunicou à Mesa o seu afastamento dos trabalhos da Casa para assumir a Secretaria de Estado das Minas e Telecomunicações do Governo de Goiás.

Em virtude do disposto no § 1º do art. 36 da Constituição, e com respaldo em parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o Senhor Presidente do Senado convocou e deu posse, em 6 de outubro, ao 2º-suplente do Senador Mauro Borges, o Senhor Derval de Paiva.

C — RENÚNCIA

Em 14 de março de 1983, os Senadores Tancredo Neves, José Richa e Franco Montoro comunicaram à Mesa sua renúncia ao mandato de Senador pelos Estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, respectivamente, uma vez que assumiriam os cargos de Governador daqueles Estados.

Em consequência das vagas ocorridas na representação daquelas unidades da Federação foram convocados os respectivos suplentes Alfredo Campos, Enéas Faria e Fernando Henrique Cardoso, que assumiram o mandato, o primeiro a 17-3-83 e os dois últimos a 22-3-83.

D — FALECIMENTOS

Faleceram durante a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da presente Legislatura os seguintes Senadores:

- José Guiomard — PDS (Acre), em 14 de março;
- Tarso Dutra — PDS (Rio Grande do Sul), em 5 de maio;
- Arnon de Mello — PDS (Alagoas), em 29 de setembro; e
- Nilo Coêlho — PDS (Pernambuco), em 9 de novembro.

Em consequência, assumiram o mandato, nas vagas ocorridas:

- pelo Estado do Acre, o Senador Altevir Leal — PDS, em 21 de março;
- pelo Estado do Rio Grande do Sul, o Senador Octávio Cardoso — PDS, em 17 de maio;
- pelo Estado de Alagoas, em caráter definitivo, o Suplente em exercício, Senador João Lúcio PDS, a partir de 29 de setembro;
- pelo Estado de Pernambuco, o Senador Cid Sampaio — PMDB, em 16 de novembro.

E — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração interna do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e da 3ª Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta foram, dirigiu a Casa, nesta 1ª Sessão Legislativa, a seguinte Mesa, eleita a 2 de fevereiro de 1983.

Presidente:	Nilo Coelho *
1º-Vice-Presidente:	Moacyr Dalla *
2º-Vice-Presidente	Jaison Barreto
1º-Secretário:	Henrique Santillo
2º-Secretário:	Lenoir Vargas
3º-Secretário:	Milton Cabral
4º-Secretário:	Raimundo Parente
Suplentes de Secretários:	Marcelo Miranda
	Odacir Soares
	Almir Pinto
	Martins Filho

(*) Em 11 de novembro de 1983, às 14,30 horas, realizou-se, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 62 do Regimento Interno, eleição para o cargo de Presidente do Senado, vago em virtude do falecimento do Titular, Senador Nilo Coelho.

O resultado da eleição apontou a vitória do Senador Moacyr Dalla, que exercia, até então, a 1ª-Vice-Presidência da Mesa.

Para completar a composição daquele órgão diretor, procedeu-se, em seguida, à eleição do 1º-Vice-Presidente, recaindo a escolha do Plenário no nome do Senador Lomanto Júnior.

F — LIDERANÇAS

Nos termos do disposto no art. 64 do Regimento Interno, os quatro Partidos — Partido Democrático Social, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Democrático Trabalhista — indicaram à Mesa seus Líderes, em documentos subscritos pela maioria de seus membros.

Os Senhores Líderes, por sua vez, comunicaram à Mesa, no prazo regimental, as indicações para as respectivas Vice-Lideranças, ficando o Colégio de Líderes nesta Casa assim constituído:

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

LÍDER — Senador Alysio Chaves

VICE-LÍDERES — Senadores:

Aderbal Jurema
Carlos Alberto (1)
Carlos Chiarelli
Gabriel Hermes
João Lôbo
José Lins
Jutahy Magalhães
Lomanto Júnior
Murilo Badaró (2)
Virgílio Távora
Lourival Baptista (3)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

LÍDER — Senador Humberto Lucena

VICE-LÍDERES — Senadores:

Pedro Simon
Affonso Camargo
Saldanha Derzi
Gastão Müller
Hélio Gueiros
José Ignácio Ferreira

(1) Renunciou à Vice-Liderança em 28-9-83, sendo indicado, a 13-10-83, o Senador Octávio Cardoso.

(2) Substituído, em 16-8-83, pelo Senador Marcondes Gadelha.

(3) Indicado em 22-3-83.

Mauro Borges
José Fragelli
Fernando Henrique Cardoso (1)

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

LÍDER — Senador Roberto Saturnino

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER — Senador Nelson Carneiro

(1) Indicado em 24-3-83

G — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO
G.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 232 sessões plenárias, sendo:

- 157 ordinárias;
- 70 extraordinárias
- 5 especiais.

Deixaram de ser realizadas 16 sessões ordinárias em virtude de:

Realização de sessão especial do Senado Federal	5
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional	2
Requerimento	6
Falta de <i>quorum</i>	3

Como homenagem de pesar, foram levantadas as seguintes sessões:

- Em 15- 3-83 — Falecimento do Senador José Guimard
- Em 6- 5-83 — Falecimento do Senador Tarso Dutra
- Em 1º- 8-83 — Falecimento do Deputado Renato Azeredo
- Em 29- 9-83 — Falecimento do Senador Arnon de Mello
- Em 9-11-83 — Falecimento do Senador Nilo Coêlho
- Em 28-11-83 — Falecimento do ex-Senador Teotônio Vilela

Em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, foram realizadas as seguintes sessões especiais:

Reqtº	Autor	Data	Finalidade
58/83	Humberto Lucena	24- 5-83	Homenagear a memória do ex-Senador Argemiro de Figueiredo.
164/83	Alexandre Costa	16- 8-83	Homenagear a memória do ex-Senador Henrique de La Rocque.
143/83	Nelson Carneiro	20- 9-83	Homenagear a memória do ex-Senador Auro Soares de Moura Andrade.
802/83	João Lúcio	25-10-83	Homenagear a memória do ex-Senador Arnon de Mello.
832/83	Odacir Soares	1º-12-83	Homenagear Adolfo Bloch.

Ainda em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, os expedientes de três sessões foram dedicados a homenagens e comemorações.

Reqtº	Autor	Data	Finalidade
754/83	Virgílio Távora	13- 9-83	Comemorar a passagem do 80º aniversário do Senador Dinarte Mariz.
782/83	Mário Maia	3-10-83	Comemorar o 30º aniversário da Lei nº 2.004/53, que criou o Monopólio da União no Setor Petrolífero e instituiu a Petrobrás.
823/83	Fábio Lucena	24-11-83	Homenagear Heráclito Fontoura Sobral Pinto, pelos relevantes serviços prestados ao Direito e à Democracia.

G.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu art. 38, caput, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Nos termos do art. 418, item I, do Regimento Interno, compareceu ao Senado, na sessão ordinária realizada em 23 de março de 1983, por força da aprovação do Requerimento nº 3, de 1983, de autoria do Senador Aloysio Chaves, o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Ernani Galvêas, para prestar informações sobre a dívida externa brasileira.

Após a explanação do Sr. Ministro, usaram da palavra, na qualidade de interpelantes, os Srs. Senadores Severo Gomes, José Lins, Roberto Saturnino, Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Hermes, José Fragelli, Virgílio Távora e Humberto Lucena.

Os mesmos dispositivos legais foram acionados por iniciativa do Senador Aloysio Chaves para convocar, através do Requerimento nº 187, de 1983, o Senhor Ministro da Agricultura, Amaury Stabile. Sua Excelência compareceu ao Senado Federal na sessão de 26 de abril de 1983, para prestar informações sobre o contrato da empresa CAPEMI para o desmatamento da área da bacia de inundação da hidrelétrica de Tucuruí e o prosseguimento desses trabalhos.

Foram interpelantes os Senhores Senadores Álvaro Dias, Aderbal Jurema, Fábio Lucena, Gabriel Hermes, José Ignácio Ferreira, Virgílio Távora, Alberto Silva, Lomanto Junior, Mauro Borges, José Lins e Hélio Gueiros.

Compareceu ainda ao Senado, na sessão ordinária realizada a 17 de maio de 1983, por força da aprovação do Requerimento nº 2, de 1983, ainda de autoria do Senador Aloysio Chaves, o Senhor Ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, para prestar informações sobre a dívida externa e sua administração pelo Governo — Política Fiscal e Cambial.

Foram interpelantes os Senhores Senadores Virgílio Távora, Fábio Lucena, Nelson Carneiro, Roberto Saturnino, Gabriel Hermes, Itamar Franco, Murilo Badaró, Álvaro Dias, Roberto Campos, Severo Gomes, Carlos Chiarelli, Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Aloysio Chaves.

Em 27-10-83, através do requerimento nº 811/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, foi convocado o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, para prestar ao Senado esclarecimentos sobre os rumos da política externa brasileira na América Latina, principalmente no que se refere à posição do Governo Brasileiro em relação à escalada militar norte-americana contra a Nicarágua e à invasão armada dos Estados Unidos da América à Ilha de Granada.

Sua Excelência deveria ter comparecido ao Senado a 10 de novembro, em sessão que se realizaria às 15 horas. Em virtude do falecimento, a 9 do mesmo mês, do Presidente do Senado, Senador Nilo Coelho, e da decretação de luto oficial por três dias, deixou a sessão de ser realizada, ficando o comparecimento de Sua Excelência, o Senhor Ministro, adiado para data a ser oportunamente marcada.

G.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

G.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente sessão legislativa, representaram o Senado em eventos de interesse parlamentar, realizados no exterior e no País, os seguintes Senhores Senadores:

a) NO EXTERIOR:

Senador Nelson Carneiro	Reunião do Parlamento Europeu, realizada em Strasbourg, França, a partir de 10 de janeiro de 1983, na qualidade de Presidente do Parlamento Latino-Americano. Reunião da Junta Diretora do referido Parlamento, realizada em Buenos Aires, Argentina, a partir de 5 de fevereiro de 1983, na qualidade de Presidente do Parlamento Latino-Americano.
Senador João Calmon Senador José Fragelli Senador Murilo Badaró	Delegação Brasileira à 132ª Reunião do Conselho Interparlamentar, realizada em Helsinki, Finlândia, a partir de 22 de abril de 1983.
Senador Saldanha Derzi	Reunião Anual dos Membros Afiliados da Organização Mundial de Turismo, realizada em Paris, França, a partir de 24 de maio de 1983, como integrante do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.
Senador Milton Cabral Senador Marcelo Miranda Senador Nelson Carneiro Senador Amaral Peixoto	Reunião Conjunta do Parlamento Latino-Americano com o Parlamento Europeu, realizada em Bruxelas, de 7 a 25 de junho de 1983, como representantes do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano.
Senador Humberto Lucena Senador Murilo Badaró Senador Amaral Furlan	70ª Conferência Interparlamentar, realizada em Seul, de 2 a 12 de outubro de 1983, como representantes do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.
Senador Saldanha Derzi	5ª Assembléia-Geral da Organização Mundial de Turismo, realizada em Nova Delhi, Índia, de 3 a 14 de outubro de 1983, como representante do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.
Senador Lourival Baptista	Reunião de Integração Política do Parlamento Latino Americano, realizada em Quito, Equador, a partir de 14 de novembro de 1983, como representante do Grupo Brasileiro.
Senador Álvaro Dias Senador Martins Filho Senador Marcondes Gadelha	Integrantes da Delegação do Grupo de Parlamentares para Estudos de População e Desenvolvimento, realizada na Cidade do México, México entre fins de novembro e início de dezembro de 1983.

b) NO PAÍS:

Senador Marco Maciel	Na qualidade de membro da Comissão de Assuntos Regionais, representante do Senado na reunião do conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no dia 25 de março, na cidade de Recife.
Senador Nilo Coelho Senador Jorge Kalume Senador Pedro Simon	Representantes do Senado nos funerais do Senador Tarso Dutra.

Senador Nilo Coêlho
Senador Luiz Cavalcante
Senador João Lúcio
Senador Guilherme Palmeira

Representantes do Senado nos funerais do Senador Arnon de Mello.

Senador Moacyr Dalla
Senador Aloysio Chaves
Senador Nelson Carneiro
Senador Humberto Lucena
Senador Roberto Saturnino
Senador Marco Maciel
Senador Aderbal Jurema

Representantes do Senado nos funerais do Senador Nilo Coêlho.

G.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu licença para aceitarem missões para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Senador Jutahy Magalhães	Integrante da Comitiva Presidencial na visita ao México.
Senador Jorge Bornhausen	Integrantes, como Observadores Parlamentares, da Delegação do Brasil à XXXVIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (1º período).
Senador Affonso Camargo	
Senador José Lins	Integrante da Comitiva Presidencial na visita à Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde.
Senador Albano Franco	Integrante da Comitiva Presidencial na visita à Nigéria, Senegal e Argélia.
Senador Jaison Barreto	Integrantes, como Observadores Parlamentares, da Delegação do Brasil à XXXVIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (último período).
Senador Jutahy Magalhães	
Senador Nelson Carneiro	
Senador Virgílio Távora	
Senador José Sarney	
Senador Mário Maia	

G.3 — COMISSÕES

G.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) Composição

Após a instalação da presente Sessão Legislativa, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, os Senhores Líderes enviaram à Mesa as indicações nominiais dos titulares e suplentes das Comissões Permanentes da Casa para serem designados pelo Senhor Presidente.

No decorrer do ano, entretanto, a composição inicial sofreu alterações, em virtude de substituições efetuadas em algumas delas. Assim, os órgãos técnicos do Senado Federal ficaram com a seguinte composição:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|---------------------|----------------------|
| 1. Benedito Canelas | 1. Benedito Ferreira |
| 2. Martins Filho | 2. Jorge Kalume (3) |
| 3. João Lúcio (2) | 3. (Vago) |
| 4. João Castelo | |
| 5. Galvão Modesto | |

PMDB

- | | |
|---------------------|--------------------|
| 1. Álvaro Dias | 1. Marcelo Miranda |
| 2. Mauro Borges (4) | 2. José Richa (1) |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|-------------------|---------------------|
| 1. Murilo Badaró | 1. Passos Pôrto |
| 2. Helvídio Nunes | 2. Benedito Canelas |
| 3. Aderbal Jurema | 3. João Calmon |

Alterações ocorridas:

- (1) Em 24-3-83, designado o Senador Enéas Faria para preenchimento da vaga.
- (2) Em 5-4-83, substituído pelo Senador Carlos Lyra, até 2-8-83.
- (3) Em 14-9-83, substituído pela Senadora Iris Cêlia.
- (4) Em 14-9-83, substituído pelo Senador Lázaro Barboza que é, por sua vez, substituído, em 6-10-83, pelo Senador Derval de Paiva.

- | | |
|-----------------------|--------------------|
| 4. Guilherme Palmeira | 4. Tarso Dutra (4) |
| 5. Martins Filho | 5. Almir Pinto (5) |
| 6. Carlos Chiarelli | 6. (vago) |
| 7. Carlos Alberto | |
| 8. Marcondes Gadelha | |
| 9. Amaral Furlan | |
| 10. Odacir Soares | |

PMDB

- | | |
|--------------------------|-----------------------|
| 1. José Fragelli | 1. Tancredo Neves (1) |
| 2. José Ignácio Ferreira | 2. Severo Gomes |
| 3. Pedro Simon | 3. Franco Montoro (3) |
| 4. Hélio Gueiros | |
| 5. José Richa (2) | |

Alterações ocorridas:

- (1) Em 21-3-83, designado o Senador Alfredo Campos para preenchimento da vaga.
- (2) Em 24-3-83, designado o Senador Enéas Faria para preenchimento da vaga.
- (3) Em 24-3-83, designado o Senador Fernando Henrique Cardoso para preenchimento da vaga.
- (4) Em 3-5-83, designado o Senador Octávio Cardoso para preenchimento da vaga.
- (5) Designado em 5-10-83.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Marco Maciel | 1. Eunice Michiles |
| 2. José Lins | 2. Marcondes Gadelha |
| 3. Gabriel Hermes | 3. Lourival Baptista (1) |
| 4. Albano Franco | |
| 5. Carlos Chiarelli | |

PMDB

- | | |
|------------------|--------------------------|
| 1. Alberto Silva | 1. Mário Maia |
| 2. Fábio Lucena | 2. José Ignácio Ferreira |

Alteração ocorrida:

- (1) Designado em 20-4-83.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|----------------------|------------------|
| 1. Alexandre Costa | 1. Passos Pôrto |
| 2. Lourival Baptista | 2. Dinarte Mariz |
| 3. Murilo Badaró | 3. João Castelo |

- | | |
|-----------------------|---------------------|
| 4. Guilherme Palmeira | 4. Altevir Leal (2) |
| 5. Benedito Ferreira | 5. (vago) |
| 6. Marcondes Gadelha | |
| 7. Jutahy Magalhães | |

PMDB

- | | |
|-----------------------|--------------------|
| 1. Mauro Borges (3) | 1. Itamar Franco |
| 2. Saldanha Derzi | 2. Marcelo Miranda |
| 3. Tancredo Neves (1) | |
| 4. Gastão Müller | |

Alterações ocorridas:

- (1) Em 21-3-83, designado o Senador Alfredo Campos para preenchimento da vaga.
- (2) Designado em 7-4-83.
- (3) Em 14-9-83, é substituído pelo Senador Lázaro Barboza que é, por sua vez, substituído em 6-10-83, pelo Senador Derval de Paiva.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|----------------------|------------------------|
| 1. Roberto Campos | 1. Gabriel Hermes |
| 2. José Lins | 2. Lomanto Júnior (5) |
| 3. Luiz Cavalcante | 3. Marcondes Gadelha |
| 4. Benedito Ferreira | 4. Benedito Canelas |
| 5. Jorge Kalume (2) | 5. Octávio Cardoso (3) |
| 6. João Castelo | |
| 7. Albano Franco | |

PMDB

- | | |
|-----------------------|---------------------|
| 1. Severo Gomes | 1. Fábio Lucena (4) |
| 2. Franco Montoro (1) | 2. Pedro Simon |
| 3. Affonso Camargo | |
| 4. José Fragelli (4) | |

Alterações ocorridas:

- (1) Em 24-3-83, designado o Senador Fernando Henrique Cardoso para preenchimento da vaga.
- (2) Em 14-9-83, é substituído pela Senadora Iris Célia.
- (3) Indicado em 5-10-83.
- (4) Em 26-10-83, o Senador Fábio Lucena passa a titular e o Senador José Fragelli a suplente.
- (5) Deixou de participar da Comissão a partir de 11-11-83, em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|--------------------|-----------------|
| 1. João Calmon | 1. Marco Maciel |
| 2. Luiz Viana | 2. Passos Pôrto |
| 3. José Sarney | 3. (vago) |
| 4. Tarso Dutra (1) | 4. (vago) |
| 5. Eunice Michiles | |
| 6. Aderbal Jurema | |

Alteração ocorrida:

- (1) Em 18-5-83, designado o Senador Octávio Cardoso para preenchimento da vaga.

PMDB

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| 1. Franco Montoro (1) | 1. José Fragelli |
| 2. Gastão Müller | 2. José Ignácio Ferreira |
| 3. Álvaro Dias | |

Alteração ocorrida

(1) Em 24-3-83, designado o Senador Fernando Henrique Cardoso para preenchimento da vaga.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|-----------------------|----------------------|
| 1. Amaral Peixoto | 1. Lourival Baptista |
| 2. Jorge Bornhausen | 2. João Lúcio (1) |
| 3. Amaral Furlan | 3. Jorge Kalume (3) |
| 4. Albano Franco | 4. Benedito Canelas |
| 5. Gabriel Hermes | 5. Tarso Dutra (2) |
| 6. João Castelo | 6. Passos Pôrto (4) |
| 7. Guilherme Palmeira | 7. Almir Pinto (5) |
| 8. Jutahy Magalhães | |
| 9. Roberto Campos | |
| 10. Virgílio Távora | |
| 11. José Lins | |

PMDB

- | | |
|------------------|--------------------|
| 1. Itamar Franco | 1. Saldanha Derzi |
| 2. José Fragelli | 2. Affonso Camargo |
| 3. Pedro Simon | 3. Hélio Gueiros |
| 4. Severo Gomes | |
| 5. Fábio Lucena | |

PDT OU PTB

1. Roberto Saturnino

Alterações ocorridas:

- (1) Em 5-4-83, substituído pelo Senador Carlos Lyra, até 2-8-83.
(2) Em 18-5-83, designado o Senador Octávio Cardoso para preenchimento da vaga.
(3) Em 14-9-83, substituído pela Senadora Iris Célia.
(4) Designado em 5-10-83.
(5) Designado em 5-10-83.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1. Jutahy Magalhães | 1. Albano Franco |
| 2. Gabriel Hermes | 2. João Calmon |
| 3. Carlos Chiarelli | 3. Jorge Kalume (4) |
| 4. Eunice Michiles | 4. João Lúcio (1) |
| 5. Marcondes Gadelha (3) | |
| 6. Helvídio Nunes | |

PMDB

- | | |
|--------------------------|----------------|
| 1. José Ignácio Ferreira | 1. Álvaro Dias |
| 2. Franco Montoro (2) | 2. Pedro Simon |
| 3. Hélio Gueiros | |

- (1) Em 9-3-83, designado o Senador José Guimard. Com a vaga ocorrida, em virtude do falecimento deste, é designado, em 21-3-83, o Senador Altevir Leal.
(2) Em 24-3-83, designado o Senador Fernando Henrique Cardoso para preenchimento da vaga.
(3) Em 14-9-83, substituído pela Senadora Iris Célia.
(4) Indicado em 5-10-83.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|--------------------|-------------------|
| 1. Gabriel Hermes | 1. Amaral Furlan |
| 2. Luiz Cavalcante | 2. Carlos Alberto |
| 3. José Lins | 3. (vago) |
| 4. Dinarte Maris | |
| 5. Odacir Soares | |

PMDB

- | | |
|-----------------------|----------------------|
| 1. Hêlio Gueiros | 1. Alberto Silva (1) |
| 2. Afonso Camargo (1) | 2. Fábio Lucena |

Alteração ocorrida:

(1) Em 21-3-83, o Senador Alberto Silva passa a titular e o Senador Afonso Camargo a suplente.

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

Titulares

Suplentes

PDS

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| 1. Passos Pôrto | 1. Jutahy Magalhães |
| 2. Lomanto Júnior (7) | 2. José Lins |
| 3. Almir Pinto | 3. Eunice Michiles |
| 4. Benedito Canelas | 4. Odacir Soares |
| 5. Benedito Ferreira | 5. Lourival Baptista (4) |
| 6. João Lúcio (3) | 6. (vago) |
| 7. João Lobo | 7. (vago) |
| 8. Galvão Modesto | |
| 9. Jorge Kalume (5) | |
| 10. Carlos Alberto | |
| 11. Jorge Bornhausen | |

PMDB

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| 1. Mário Maia | 1. Gastão Müller |
| 2. Tancredo Neves (1) | 2. Mauro Borges (6) |
| 3. José Ignácio Ferreira | 3. Itamar Franco |
| 4. Marcelo Miranda | |
| 5. José Richa (2) | |

PDT ou PTB

1. Nelson Carneiro

Alterações ocorridas:

- (1) Em 21-3-83, designado o Senador Alfredo Campos para preenchimento da vaga.
- (2) Em 24-3-83, designado o Senador Enéas Faria para preenchimento da vaga.
- (3) Em 5-4-83, substituído pelo Senador Carlos Lyra, até 2-8-83.
- (4) Designado em 20-4-83.
- (5) 14-9-83, substituído pela Senadora Iris Célia.
- (6) Em 14-9-83, substituído pelo Senador Lázaro Barboza que é, por sua vez, substituído, em 6-10-83, pelo Senador Derval de Paiva.
- (7) Deixou de participar da Comissão a partir de 11-11-83, em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares

Suplentes

PDS

1. João Lúcio
2. Lomanto Júnior (5)
3. Claudionor Roriz

1. Jorge Kalume (4)
2. Passos Pôrto (2)
3. José Lins (3)

PMDB

1. Alberto Silva
2. Saldanha Derzi

1. Tancredo Neves (1)

Alterações ocorridas:

- (1) Em 21-3-83, designado o Senador Alfredo Campos para preenchimento da vaga.
- (2) Indicado em 4-4-83.
- (3) Indicado em 4-4-83.
- (4) Em 14-9-83, substituído pela Senadora Iris Célia.
- (5) Deixou de participar da Comissão a partir de 11-11-83, em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares

Suplentes

PDS

1. Luiz Viana
2. Amaral Peixoto
3. Tarso Dutra (3)
4. Dinarte Mariz
5. Roberto Campos
6. João Calmon
7. Virgílio Távora
8. Lourival Baptista
9. Marco Maciel
10. Aloysio Chaves (2)

1. Lomanto Júnior(4)
2. Guilherme Palmeira
3. Murilo Badaró
4. João Castelo
5. Martins Filho
6. (vago)

PMDB

1. José Richa (1)
2. Severo Gomes
3. Itamar Franco
4. Saldanha Derzi
5. Pedro Simon

1. Álvaro Dias
2. José Fragelli
3. Gastão Müller

Alterações ocorridas:

- (1) Em 24-3-83, designado o Senador Enéas Faria para preenchimento da vaga.
- (2) Em 10-5-83, designado o Senador Nelson Carneiro do PTB.
- (3) Em 18-5-83, designado o Senador Octávio Cardoso para preenchimento da vaga.
- (4) Deixou de participar da Comissão a partir de 11-11-83, em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora.

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares

Suplentes

PDS

1. Eunice Michiles
2. Claudionor Roriz
3. Almir Pinto
4. Lourival Baptista
5. José Guiomard (1)

1. Lomanto Júnior(3)
2. Jorge Bornhausen
3. (vago)

PMDB

1. Mário Maia
2. Marcelo Miranda

1. Moura Borges (2)
2. Saldanha Derzi

Alterações ocorridas:

- (1) Em 9-3-83, designado o Senador Marcondes Gadelha para preenchimento da vaga.
- (2) Em 14-9-83, substituído pelo Senador Lázaro Barboza que é por sua vez, substituído, em 6-10-83, pelo Senador Derval de Paiva.
- (3) Deixou de participar da Comissão a partir de 11-11-83, em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares

Suplentes

PDS

1. Dinarte Mariz
2. José Guiomard
3. Passos Pôrto
4. Jorge Bornhausen
5. Almir Pinto

1. Lourival Baptista
2. José Lins
- 3.(vago)

PMDB

1. Gastão Müller
2. Mauro Borges (2)

1. Alberto Silva
2. Severo Gomes

Alterações ocorridas:

- (1) Em 22-3-83, designado o Senador Altevir Leal para preenchimento da vaga.
- (2) Em 14-9-83, substituído pelo Senador Lázaro Barboza que é, por sua vez, substituído, em 6-10-83, pelo Senador Derval de Paiva.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titulares

1. Jorge Kalume (3)
2. Galvão Modesto
3. Passos Pôrto
4. Martins Filho
5. Carlos Alberto

Suplentes

PDS

1. João Lobo
2. Claudionor Roriz
3. (vago)

PMDB

- | | |
|-----------------------|-------------------|
| 1. Tancredo Neves (1) | 1. Mário Maia |
| 2. Fábio Lucena | 2. José Richa (2) |

Alterações ocorridas:

- (1) Em 21-3-83, designado o Senador Alfredo Campos para preenchimento da vaga.
- (2) Em 24-3-83, designado o Senador Enêas Faria para preenchimento da vaga.
- (3) Em 14-9-83, substituído pela Senadora Iris Célia.

COMISSÃO DE TRANSPORTE COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. Aderbal Jurema
3. Benedito Ferreira
4. Alexandre Costa
5. Lomanto Júnior(3)

Suplentes

PDS

1. Galvão Modesto
2. João Lúcio (2)
3. (vago)

PMDB

- | | |
|----------------------|------------------------|
| 1. Maciel Miranda | 1. Affonso Camargo (1) |
| 2. Alberto Silva (1) | 2. Hélio Gueiros |

Alterações ocorridas:

- (1) Em 21-3-83, o Senador Affonso Camargo passa a titular e o Senador Alberto Silva a suplente.
- (2) Em 5-4-83, substituído pelo Senador Carlos Lyra, até 2-8-83.
- (3) Deixou de participar da Comissão a partir de 11-11-83, em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora.

b) DIREÇÃO

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes, nesta 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura, os seguintes Senhores Senadores:

Comissões	Presidentes	Vice-Presidentes
Agricultura	Álvaro Dias	João Castelo
Assuntos Regionais	Alberto Silva	Albano Franco
Constituição e Justiça	Murilo Badaró	José Fragelli
		Helvídio Nunes
Distrito Federal	Alexandre Costa	Guilherme Palmeira
Economia	Roberto Campos	Severo Gomes
Educação e Cultura	João Calmon	Gastão Müller
Finanças	Itamar Franco	José Lins
Legislação Social	Jutahy Magalhães	Franco Montoro ⁽¹⁾
Minas e Energia	Gabriel Hermes	Odacir Soares
Municípios	Passos Pôrto	Nelson Carneiro
Redação	Lomanto Junior ⁽²⁾	João Lobo
Relações Exteriores	Luiz Viana	Saldanha Derzi
		Amaral Peixoto
Saúde	Mário Maia	Claudionor Roriz
Segurança Nacional	Dinarte Mariz	Almir Pinto
Serviço Público Civil	Fábio Lucena	Martins Filho
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Benedito Ferreira	Aderbal Jurema

(1) Para preenchimento de vaga é eleito o Senador Fernando Henrique Cardoso.

(2) Em virtude de sua eleição para membro da Mesa Diretora do Senado, permanece vaga a Presidência da Comissão.

G.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPI QUE APURA AS CAUSAS DA ROTATIVIDADE DE MÃO-DE-OBRA NO PAÍS, EM FACE DO SISTEMA DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.

(Criada pela Resolução nº 62/80)

Composição

Ao término da Sessão Legislativa anterior, a Comissão estava assim constituída:

Titulares		Suplentes
	PDS	
Raimundo Parente — Relator		Lenoir Vargas
Dinarte Mariz		Passos Pôrto
Jorge Kalume		Moacyr Dalla
Luiz Cavalcante		
Jutahy Magalhães		
	PMDB	
Franco Montoro — Presidente		Orestes Quêrcia
Alberto Silva — Vice-Presidente		Nelson Carneiro
Agenor Maria		Gastão Müller
Henrique Santillo		

Com o aumento da bancada do PDS, em virtude da eleição de 1982, reformulou-se a composição da Comissão que, em obediência à proporcionalidade partidária, ficou assim constituída:

Titulares		Suplentes
	PDS	
Raimundo Parente — Relator		Lenoir Vargas
Dinarte Mariz		Passos Pôrto
Jorge Kalume		Moacyr Dalla
Luiz Cavalcante		João Lobo
Jutahy Magalhães		
Lomanto Júnior		
	PMDB	
Alberto Silva — Vice-Presidente		Hélio Gueiros
Severo Gomes — Presidente		Fábio Lucena
José Ignácio Ferreira		

Em 9-3-83, eleito Presidente da Comissão o Senador Severo Gomes.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO

Em 4-4-83, prorrogado por 120 dias, o prazo dos trabalhos da Comissão, de acordo com a Resolução nº 50/83.

Em 31-8-83, concedida nova prorrogação, por 180 dias, de acordo com a Resolução nº 329/83.

b) CPI QUE INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS.
(Criado Pela Resolução nº 52/80)

Composição

Ao término da Sessão Legislativa anterior, a Comissão estava assim constituída:

Titulares		Suplentes
	PDS	
José Lins — Relator		Jutahy Magalhães
Lomanto Júnior — Vice-Presidente		Jorge Kalume
Bernardino Viana		João Lúcio
Gabriel Hermes		
Almir Pinto		
	PMDB	
Tancredo Neves — Presidente		Cunha Lima
Pedro Simon		Jaison Barreto
José Richa		Affonso Camargo
Roberto Saturnino		

Com o aumento da bancada do PDS em virtude das eleições de 1982, reformulou-se a composição da Comissão, que, em obediência à proporcionalidade partidária, ficou assim constituída:

Titulares		Suplentes
José Lins — Relator		Jutahy Magalhães
Lomanto Júnior — Vice-Presidente		Jorge Kalume
Virgílio Távora		João Lúcio
Gabriel Hermes		Albano Franco
João Castelo		
Almir Pinto		
	PMDB	
José Fragelli — Presidente		Jaison Barreto
Pedro Simon		Affonso Camargo
Mauro Borges		

Em 8-3-83, eleito Presidente da Comissão o Senador José Fragelli.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO

Em 16-6-83, prorrogado, por 120 dias, o prazo concedido à Comissão, de acordo com a Resolução nº 285/83.

c) CPI QUE INVESTIGA A CRISE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.

(Criada pela Resolução nº 99/82)

Composição

Embora criada em 1982, a designação dos membros da Comissão só se deu na presente Sessão Legislativa, a 4-3-83, ficando assim constituída:

Titulares		Suplentes
	PDS	
Odaeir Soares		Raimundo Parente
Lourival Baptista		João Lúcio
Almir Pinto		Galvão Modesto
Albano Franco		Jutahy Magalhães
João Castelo		
Carlos Chiarelli		

Henrique Santillo
Mário Maia
Affonso Camargo

PMDB

Saldanha Derzi
Gastão Müller

Em 7-3-83, designado, de acordo com indicação da Liderança do PMDB, o Senador Jaison Barreto, em substituição ao Senador Henrique Santillo.

Em 8-3-83, eleitos os Senadores Jaison Barreto e Almir Pinto, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente.

Em 8-3-83, designado Relator o Senador Carlos Chiarelli.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO

Em 16-6-83, por 120 dias, de acordo com a Resolução nº 286/83.

Em 24-10-83, por 180 dias, de acordo com a Resolução nº 349/83.

DEPOIMENTOS PRESTADOS PERANTE A COMISSÃO

Em 23-3-83, Deputado Reinhold Stephanes, ex-Presidente do INAMPS.

Em 6-4-83, Srs. Sílio Andrade, Presidente da Federação Brasileira de Hospitais; Marcos Wippel, Vice-Presidente da Associação de Hospital do Estado de Santa Catarina e Lauro Schuk, representante legal da Associação de Hospital do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 27-4-83, Srs. Roberto de Andrade Ponte, Presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul; Gustavo Queiroz, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco e Gilson Funaro, Presidente da TROL.

Em 4-5-83, Dr. Mário Barreto, Presidente da Associação Médica Brasileira.

Em 26-5-83, Srs. José Francisco da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Joaquim Santos Andrade, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e José Sérgio Dias, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Brasília.

Em 15-6-83, Srs. Hebert Levy, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Itaú e Theóphilo de Azeredo Santos, Vice-Presidente da Federação Nacional de Bancos.

Em 23-8-83, Srs. José Mamede, Vice-Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro e Lauro Jurandyr de Castro Leão, Secretário da Previdência Social do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Em 31-8-83, Dr. Luiz Carlos Mancini, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em 14-9-83, Dr. Eduardo Costa de Miranda Aviz, Presidente do Instituto de Administração Financeira e Assistência Social (IAPAS).

Em 21-9-83, Dr. Aloysio de Salles Fonseca, Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Em 19-10-83, Srs. João Felício Scárdua, Presidente da Central de Medicamentos (CEME), e Aloysio de Salles Fonseca, Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Em 26-10-83, Dr. Aloysio de Salles Fonseca, Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

d) CPI QUE INVESTIGA PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO.

(Criada pela Resolução nº 1/83)

Composição

Titulares		Suplentes
	PDS	
Claudionor Roriz		Lourival Baptista
João Lobo		Lomanto Júnior
Almir Pinto		Passos Pôrto
Marcondes Gadelha		Jutahy Magalhães
Murilo Badaró		
Eunice Michiles		
	PMDB	
Mário Maia		José Ignácio Ferreira
Hélio Gueiros		Gastão Müller
Jaíson Barreto		

Em 9-3-83, designados os membros da Comissão.

Em 8-3-83, designado o Senador Aderbal Jurema, em substituição ao Senador Murilo Badaró.

Em 10-3-83, foi instalada a Comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senadores Mário Maia e Claudionor Roriz.

Em 10-3-83, designado Relator o Senador Almir Pinto.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO

Em 15-6-83, por 120 dias, de acordo com a Resolução nº 287/83.

Em 26-10-83, por mais 120 dias, de acordo com a Resolução nº 352/83.

DEPOIMENTOS PRESTADOS PERANTE A COMISSÃO

Em 12-4-83, Professor Walter Rodrigues, Secretário Executivo da BEMFAM.

Em 19-4-83, Dr. Jessé de Souza Montello, Presidente do IBGE.

Em 26-4-83, Srª Vera Santana, Presidente da Associação das Donas-de-casa de Brasília.

Em 10-5-83, Professora Ana Maria Mendonça, Diretora-Presidente da Sociedade Brasileira de Proteção à Infância e Proteção à Família e Deputado Oscar Alves, ex-Secretário de Saúde do Estado do Paraná.

Em 17-5-83, Drª Carmen Barroso, Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e Dr. Mário Barreto, Presidente da Associação Médica Brasileira.

Em 25-5-83, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, General Danilo Venturini.

Em 7-6-83, Dr. Murilo Belchior, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Em 21-6-83, Ministro de Estado da Saúde, Waldir Arcoverde.

Em 28-6-83, Sexóloga Martha Suplicy.

Em 28-6-83, Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, da Educação e Cultura.

Em 9-8-83, Professor José Aristodemo Pinotti, Reitor da UNICAMP.

Em 16-8-83, Dr. Hélio Aguinaga, Presidente do CEPAIMC — Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança.

Em 13-9-83, Ministro Chefe do EMFA, Brigadeiro Waldyr Vasconcelos.

Em 13-9-83, Srª Léa Leal, Presidente da LBA.

Em 20-9-83, Ministro Hélio Beltrão, da Previdência e Assistência Social.

Em 20-9-83, Dom Luciano Mendes Almeida, Secretário-Geral da CNBB.

e) CPI DESTINADA A INVESTIGAR A PERESISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA DO NORDESTE (criada pela Resolução nº 13/83).

Composição

TITULARES

Virgílio Távora
José Lins
Jutahy Magalhães — Relator
Marco Maciel
Lourival Baptista — Vice-Presidente
João Lobo

PDS

SUPLENTE

Claudionor Roriz
Eunice Michiles
Benedito Ferreira
Raimundo Parente

PMDB

Alberto Silva — Presidente
Alfredo Campos
Hélio Gueiros

Mário Maia
Fábio Lucena

Em 25-3-83, designados os membros da Comissão.

Em 5-4-83, instalada a Comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senadores Alberto Silva e Lourival Baptista.

Em 5-4-83, designado Relator o Senador Jutahy Magalhães.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO

Em 30-6-83, por 120 dias, de acordo com a Resolução nº 307/83.

Em 26-10-83, por mais 180 dias, de acordo com a Resolução nº 351/83.

DEPOIMENTOS PRESTADOS PERANTE A COMISSÃO

Em 7-6-83, Engenheiro José Osvaldo Pontes, Diretor-Geral do DNOCS.

Em 15-6-83, Dr. Camilo Calazans de Magalhães, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Em 22-6-83, Brigadeiro-do-Ar Hugo de Oliveira Piva, Vice-Diretor do CTA — Centro Técnico Aeroespacial.

Em 25-10-83, Dr. José Rodrigues da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

Em 8-11-83, Dr. Valfrido Salmito Filho, Superintendente da SUDENE.

Em 22-11-83, Dr. Rubens Vaz Costa, Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF.

G.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS

a) COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 196/82, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA.

Composição

Titulares

PDS

Murilo Badaró
Roberto Campos
Octávio Cardoso — Relator
José Lins
Virgílio Távora — Vice-Presidente

Suplente

Jorge Bornhausen
Jutahy Magalhães
Jorge Kalume

PMDB

Pedro Simon
Affonso Camargo — Presidente

José Fragelli
Alberto Silva

Em 10-8-83 — aprovado o requerimento.

Em 17-8-83, designados os membros da Comissão.

Em 31-8-83, instalada a Comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senadores Affonso Camargo e Virgílio Távora.

Em 31-8-83, designado Relator o Senador Octávio Cardoso.

Em 22-9-83, ouvido o depoimento do Dr. Mailson Ferreira da Nóbrega, Secretário-Geral do Ministério da Fazenda.

b) COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 188/83, DESTINADA A ESTUDAR MODIFICAÇÕES OU A REVOGAÇÃO DA LEI Nº 6.620, DE 1978, QUE ALTEROU O DECRETO-LEI Nº 898/69.

Composição

Titulares

PDS

Murilo Badaró — Relator
Aderbal Jurema — Vice-Presidente
José Lins

Suplentes

Moacyr Dalla
Jutahy Magalhães

PMDB

Pedro Simon

Gastão Müller
José Ignácio Ferreira

PTB

Nelson Carneiro — Presidente

Em 17-3-83, designados os membros da Comissão.

Em 22-3-83, instalada a Comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senadores Nelson Carneiro e Aderbal Jurema.

Em 22-3-83, designado Relator o Senador Murilo Badaró.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO

Em 8-6-83, por 60 dias, de acordo com a Resolução nº 260/83.

Em 31-8-83, por mais 60 dias, Resolução nº 330/83.

Em 24-10-83, por mais 26 dias.

Em 5-12-83, extinção da Comissão pelo término do prazo.

DEPOIMENTOS PRESTADOS PERANTE A COMISSÃO

Em 12-4-83, Professor Célio Lobão.

Em 14-4-83, Professor Heleno Cláudio Fragoso.

Em 3-5-83, Srs. José Bernardo Cabral, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI.

Em 5-5-83, Srs. Luércio Pellegrino, Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e Antônio Evaristo de Moraes Filho.

Em 18-5-83, Ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça.

c) COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 770/83, DESTINADA A EXAMINAR E AVALIAR OS FATOS RELACIONADOS COM AS DENÚNCIAS DO JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO", SOBRE OS ACORDOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A POLÔNIA.

Composição

Titulares

Jorge Bornhausen
Virgílio Távora — Relator
João Calmon

Itamar Franco — Presidente
Severo Gomes

Suplentes

PDS

Marcondes Gadelha — Vice-Presidente
Almir Pinto
Lourival Baptista

PMDB

Fernando Henrique Cardoso

Em 13-9-83, designados os membros da Comissão.

Em 14-9-83, substituição do Senador Severo Gomes pelo Senador Fábio Lucena.

Em 14-9-83, a Liderança do PDS deliberou substituir o Senador Jorge Bornhausen pelo Senador Marcondes Gadelha e, na suplência, substituir este pelo Senador Aderbal Jurema.

Em 14-9-83, instalada a Comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senadores Itamar Franco e Marcondes Gadelha.

Em 14-9-83, designado Relator o Senador Virgílio Távora.

DEPOIMENTOS PRESTADOS PERANTE A COMISSÃO

Em 20-9-83, Dr. José Carlos Madeira Serrano, Diretor da Área Externa do Banco Central.

Em 22-9-83, Embaixador Meira Penna.

Em 26-9-83, Dr. Carlos Geraldo Langoni, ex-Presidente do Banco Central.

Em 27-9-83, Dr. Álvaro Armando Leal.

Em 28-9-83, Senador Severo Gomes.

Em 29-9-83, Dr. Humberto Costa Pinto, Diretor Executivo da Trading Costa Pinto.

Em 3-10-83, Dr. João Arthur Pereira de Mello, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Exportação de Cacao.

Em 5-10-83, Dr. Arthur Goldlust, Presidente do Conselho de Administração da Comexport.

Em 7-10-83, Ministro Rubens Barbosa, COLESTE — ITAMARATY.

Em 11-10-83, Embaixador José Botafogo Gonçalves e Dr. Eduardo Carvalho.

Em 13-10-83, Dr. Porthos Augusto de Lima.

Em 14-10-83, Dr. Eliseu Resende.

Em 17-10-83, Coronel Confúcio Pamplona, Presidente do IAA.

Em 18-10-83, Comendador Jean Vejan.

Em 18-10-83, Dr. Oliveiros Ferreira, Diretor Redator-Chefe do jornal "O Estado de S. Paulo".

Em 19-10-83, Dr. Oscar Arnus Markus e Dr. Marcelo Perrupato e Silva, Diretor da Empresa Brasileira de Planejamento — GEIPOT.

Em 24-10-83, Dr. Maurício Conhen, da Interbrás.

Em 21-11-83, Dr. Flávio Pécora, Secretário-Geral da SEPLAN.

Em 22-11-83, Ministro César Cals, das Minas e Energia.

Em 23-11-83, Dr. Shigeaki Ueki, Presidente da Petrobrás.

G.3.4 — COMISSÃO ESPECIAL MISTA

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 712/83, DESTINADA A PROGRAMAR COMEMORAÇÃO PELA PASSAGEM DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA PRIMEIRA CARTA REPUBLICANA DO PAÍS.

Composição

SENADORES

PDS

Luiz Viana
Aderbal Jurema
João Calmon
Eunice Michiles
Marco Maciel — Presidente
Luiz Cavalcante
Roberto Campos

PMDB

Gastão Müller — Vice-Presidente
Fernando Henrique Cardoso
Pedro Simon
Hélio Gueiros

DEPUTADOS

PDS

Bonifácio de Andrada — Relator
Guido Moesch
João Faustino
Rita Furtado
Tarcísio Buriti

PDT

Bocayúva Cunha

PT

Bete Mendes

PMDB

Israel Dias Novaes
João Gilberto
Virgildásio de Sena

PTB

Gastone Righi

Em 8-8-83, designados os membros da Comissão.

Em 15-9-83, instalada a Comissão e eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senadores Marco Maciel e Gastão Müller.

Em 15-9-83, designado Relator o Deputado Bonifácio de Andrada.

G.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, aqui registrada, baseia-se em dados puramente estatísticos.

Esses dados não traduzem a atuação integral de cada Senador, uma vez que não assinalam a participação do Parlamentar nos assuntos de natureza político-administrativa, muitas vezes ligados ao Estado de origem, a sua influência nas deliberações internas dos partidos políticos respectivos e a sua participação efetiva nas grandes decisões da vida nacional.

Também não revelam os dados coletados a influência real dos Senadores no desenvolvimento de todo o processo legislativo, porquanto neles não se incluem, mesmo em termos numéricos, os grandes debates travados nas Comissões Técnicas da Casa.

A atuação das Lideranças, dos responsáveis pela direção da Casa e das Comissões Técnicas, geralmente não apresenta, considerando apenas o aspecto estatístico, certa relevância. É mais um exercício de comando, de supervisão, que embora não apareça nas publicações oficiais, constitui, em verdade, o ponto alto da atividade parlamentar.

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, considerados os aspectos acima abordados, pode, estatisticamente, ser assim representada:

G.4.1 — PRONUNCIAMENTOS

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Aderbal Jurema	20	34	01	01			
Affonso Camargo	05	25		03			01
Albano Franco	02	05					
Alberto Silva	22	94	01	02	01		
Alexandre Costa	01	24	01	03			
Alfredo Campos	07	04		02			
Almir Pinto	52	67		03			
Aloysio Chaves	25	66	10	13		01	
Altevir Leal	03	—					
Álvaro Dias	30	10					01
Amaral Furlan	02	02					
Amaral Peixoto		02					
Benedito Canelas	—	03					
Benedito Ferreira	12	40	03	03			
Carlos Alberto	17	28	01				
Carlos Chiarelli	02	02					
Carlos Lyra	02	03					

	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Cid Sampaio	01	—					
Claudionor Roriz	02	—					
Derval de Paiva	03	02					
Dinarte Mariz	13	23					
Enéas Faria	09	05					
Eunice Michiles	05	03					
Fábio Lucena	31	124	02				
Fernando Henrique Cardoso	24	22	01	01	01		
Franco Montoro	01	—					
Gabriel Hermes	22	56		04			
Galvão Modesto	02	—					
Gastão Müller	79	63		06			
Guilherme Palmeira	07	03		01			
Hélio Gueiros	24	127		12			
Helvídio Nunes	27	47		03		01	01
Henrique Santillo	45	25	01	02	01		
Humberto Lucena	77	117	08	22		01	01
Iris Célia	11	12					
Itamar Franco	57	105	14	17	01	02	05
Jaison Barreto	10	08					
João Calmon	27	33	01				
João Castelo	—	01					
João Lobo	10	58					
João Lúcio	01	—					
Jorge Bornhausen	06	01					
Jorge Kalume	30	14	01			01	
José Fragelli	23	95	08	07			
José Ignácio Ferreira	10	10	01				
José Lins	37	280	04	12	02	01	
José Richa	01	—					
José Sarney	03	03			01		
Jutahy Magalhães	31	23		01			01
Lázaro Barboza	07	13		01			
Lenoir Vargas	03	13		01			
Lomanto Júnior	12	37		03	01		
Lourival Baptista	110	08		01			
Luiz Cavalcante	17	67		02			
Luiz Viana	10	09		01			
Marcelo Miranda	09	13	01				
Marco Maciel	28	14					
Marcondes Gadelha	06	41	04	03			
Mário Maia	41	50	02	01			
Martins Filho	21	08		02			
Mauro Borges	17	12					
Milton Cabral	10	12	04	01			
Moacyr Dalla	05	09					
Moacyr Duarte	04	03					
Murilo Badaró	12	31	05	10		02	01
Nelson Carneiro	143	57	10	14		02	
Nilo Coelho	01	—					
Octávio Cardoso	02	18	02	02			
Odacir Soares	09	18	01	01			
Passos Pôrto	21	73		03			
Pedro Simon	20	44	01	03			
Raimundo Parente	24	02					
Roberto Campos	04	03					

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Roberto Saturnino	24	41	01	05			
Saldanha Derzi	03	09	01	01			
Severo Gomes	03	24		01	01		
Tancredo Neves	01	01					
Virgílio Távora	25	180	01	07	01		

Obs: Dos pronunciamentos relacionados, foram encaminhados à revisão do orador e não devolvidos, até o final da presente sessão legislativa, para publicação do **Diário do Congresso Nacional**:

DISCURSOS:

Senador Fábio Lucena	2
Senador José Lins	1

ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO:

Senador Murilo Badaró	1
-----------------------------	---

DISCUSSÃO

Senador Humberto Lucena	1
-------------------------------	---

QUESTÃO DE ORDEM:

Senador Murilo Badaró	3
Senador José Lins	3

G.4.2 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Requerimento	Emenda
Aderbal Jurema	—	—	40	4	1
Afonso Camargo	1	—	6	18	—
Albano Franco	2	—	11	1	—
Alberto Silva	—	—	58	—	1
Alexandre Costa	—	—	2	4	—
Alfredo Campos	1	—	51	62	—
Almir Pinto	—	—	23	16	2
Aloysio Chaves	1	—	2	58	8
Álvaro Dias	21	—	4	8	—
Amaral Furlan	—	—	4	3	—
Amaral Peixoto	—	—	6	1	—
Arnon de Mello	—	—	—	2	—
Benedito Canelas	—	—	25	16	—
Benedito Ferreira	1	—	9	2	1
Carlos Alberto	—	1	4	—	—
Carlos Chiarelli	1	—	25	5	—
Carlos Lyra	—	—	4	—	—
Claudionor Roriz	—	—	34	1	—
Derval de Paiva	—	—	2	—	—
Enéas Faria	—	—	9	1	—
Eunice Michiles	1	—	2	8	—
Fábio Lucena	2	—	1	1	—
Fernando Henrique Cardoso	19	—	13	3	1

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Requerimento	Emenda
Franco Montoro	—	—	2	—	—
Gabriel Hermes	1	—	32	2	—
Galvão Modesto	—	—	5	—	—
Gastão Müller	12	—	12	25	1
Guilherme Palmeira	—	—	30	9	—
Hélio Gueiros	9	—	22	4	—
Helvídio Nunes	2	—	35	13	—
Henrique Santillo	19	6	3	61	—
Humberto Lucena	4	1	3	98	2
Iris Célia	1	—	10	—	—
Itamar Franco	20	4	3	82	2
Jaison Barreto	1	—	1	2	—
João Calmon	—	—	11	10	—
João Castelo	—	—	15	5	—
João Lôbo	—	—	40	—	—
João Lúcio	—	—	—	2	—
Jorge Bornhausen	—	—	7	4	—
Jorge Kalume	5	—	39	14	—
José Fragelli	—	—	39	2	—
José Ignácio Ferreira	—	1	13	5	—
José Lins	—	—	72	70	2
José Sarney	—	—	—	2	—
Jutahy Magalhães	4	—	29	20	1
Lázaro Barboza	6	—	—	—	—
Lenoir Vargas	—	—	7	19	—
Lomanto Júnior	—	1	18	—	—
Lourival Baptista	1	—	15	13	—
Luiz Cavalcante	—	—	14	6	—
Luiz Viana	—	—	—	5	—
Marcelo Miranda	—	—	4	6	—
Marco Maciel	5	4	5	14	—
Marcondes Gadelha	—	—	16	—	—
Mário Maia	12	1	6	12	—
Martins Filho	3	—	28	6	—
Mauro Borges	4	—	4	4	—
Milton Cabral	2	—	1	5	—
Moacyr Dalla	1	—	4	—	—
Moacyr Duarte	2	—	—	13	—
Murilo Badaró	3	—	20	17	2
Nelson Carneiro	98	1	5	27	—
Nilo Coelho	—	—	—	1	—
Octávio Cardoso	—	—	10	4	—
Odacir Soares	3	—	12	2	—
Passos Pôrto	3	2	86	14	—
Pedro Simon	6	—	14	29	—
Raimundo Parente	1	—	7	23	—
Roberto Campos	11	—	6	—	1
Roberto Saturnino	6	—	—	8	1
Saldanha Derzi	—	—	138	3	—
Severo Gomes	—	—	9	20	—
Tancredo neves	—	—	6	7	—
Tarso Dutra	—	—	1	—	—
Virgílio Távora	1	—	13	8	—

G.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

G.5.1 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/62	Afrânio Lages	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Sobrestado
28/70	Ruy Carneiro	Cria o Serviço Nacional Obrigatório.	Aprovado o prosseguimento da tramitação
12/75	Franco Montoro (Tramita em conjunto com os PLS 3, 39 e 52/79)	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964 e modificado pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971.	Em tramitação
46/75	Adalberto Sena	Proíbe o uso dos passeios públicos do Distrito Federal, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação
154/75	Luiz Cavalcante Complementar	Altera as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970 e 8, de 3 de dezembro de 1970 com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 17, de 12 de dezembro de 1973 e 19, de 25 de junho de 1974; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação
276/76	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Sobrestado
183/77	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
269/77	Osires Teixeira Complementar	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
280/77	José Sarney (Tramita em conjunto com o PLS 233/79)	Institui o voto distrital, e dá outras providências.	Em tramitação
293/77	Franco Montoro Complementar	Amplia o conceito de trabalhador rural para efeitos previdenciários.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
305/77	Itamar Franco Complementar	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, do art. 91 e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional.	Em tramitação
128/78	Vasconcelos Torres Complementar (Tramita em conjunto com os PLS 153, 159, 252 e 330/78; 50 e 152/79)	Determina que o pagamento do PIS-PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º do R.I.)
153/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
159/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
197/78	Orestes Quêrcia (Tramita em conjunto com o PLS 150/80)	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 523 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
252/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que dispõe sobre o PIS-PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimo simples aos participantes do fundo.	Em tramitação
330/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS-PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS-PASEP e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS-PASEP serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuários, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
339/78	Murilo Paraíso	Dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências.	Rejeitado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
3/79	Nelson Carneiro (Vide PLS 12/75)	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e dá outras providências.	Em tramitação
14/79	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis nºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação
18/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.	Em tramitação
26/79	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Aprovado o prosseguimento da tramitação
28/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.	Em tramitação
39/79	Humberto Lucena (Vide PLS 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (C.D.D.P.H.).	Em tramitação
50/79	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
51/79	Pedro Simon	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convicção religiosa, política ou filosófica.	Em tramitação
52/79	Henrique Santillo (Vide PLS 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.	Em tramitação
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para os maiores de setenta anos e para os inválidos.	Em tramitação
56/79	Henrique Santillo Complementar	Cria a Região Metropolitana de Goiânia — GO, na forma do art. 164 da Constituição Federal.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
57/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica.	Em tramitação
74/79	Nelson Caneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salário pela forma quinzenal.	Aprovado o prosseguimento da tramitação.
99/79	Humberto Lucena	Estabelece a obrigatoriedade de correção monetária dos preços mínimos dos produtos agropecuários e das atividades extrativas.	Em tramitação
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.	Em tramitação
117/79	Jorge Kalume	Dispõe sobre a aplicação como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.	Em tramitação
131/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
141/79	Orestes Quércia Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para a fixação da remuneração dos Vereadores".	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, de R.I.)
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e dá outras providências.	Em tramitação
149/79	Pedro Simon	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
152/79	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
156/79	Humberto Lucena	Institui o seguro-desemprego, e determina outras providências.	Em tramitação
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e nº 4.390, de 29 de agosto de 1964 e a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências.	Em tramitação
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, especial e administrativo de Brasília.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
191/79	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o parcelamento dos prêmios anuais de seguros de ramos elementares.	À Câmara
196/79	Franco Montoro Complementar	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971.	Em tramitação
198/79	Nelson Carneiro	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	Em tramitação
228/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o FGTS.	Em tramitação
229/79	Franco Montoro Complementar	Institui o auxílio-doença em favor do trabalhador rural, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
233/79	Tarso Dutra (Vide PLS 280/77)	Institui o sistema eleitoral misto, e dá outras providências.	Em tramitação
243/79	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com PLC 20/80 e PLS 46/80)	Autoriza o saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de anuidades escolares, e dá outras providências.	Em tramitação
262/79	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle do capital de empresas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras.	Em tramitação
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento, e dá outras providências.	Em tramitação
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado, e dá outras providências.	Em tramitação
289/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre o instituto de retrocessão e dá outras providências.	Em tramitação
302/79	Humberto Lucena	Revoga o art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em tramitação
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.	Em tramitação
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências.	Em tramitação
331/79	Nelson Carneiro (Tramita em conjunto com o PLC 82/79) e o PLS 349/79.	Inclui o marido como dependente da segurada.	Em tramitação
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.	Em tramitação
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em tramitação
349/79	Nelson Carneiro (Tramita em conjunto com o PLS 331/79 e PLC 82/79)	Dá direito ao marido de segurada à assistência médica.	Em tramitação
362/79	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das fundações de Ensino Superior.	Em tramitação
11/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que reclama, durante o prazo de tramitação da reclamatória.	À Câmara
13/80	Itamar Franco	Estabelece abatimento nos preços de derivados de petróleo, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos.	Em tramitação
76/80	Humberto Lucena	Permite às empresas contarem em dobro as despesas tributáveis efetuadas com o emprego de estudantes universitários.	À Câmara
18/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a aposentadoria especial do Músico.	Em tramitação
19/80	Nelson Carneiro	Determina que as instituições de ensino superior vinculadas à União mantenham cursos noturnos.	Em tramitação
23/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a instituição do seguro obrigatório que especifica, pelos hotéis classificados com três ou mais estrelas.	Em tramitação
24/80	Franco Montoro	Estabelece que a ordem de preferência para a concessão da pensão civil, será também aplicada na pensão militar.	Em tramitação
40/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos tratados, convenções e atos internacionais ao Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
44/80	Lázaro Barboza	Dá nova redação aos arts. 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Em tramitação
45/80	Nelson Carneiro	Institui o salário profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
46/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLC 20/80 e PLS nº 243/79)	Permite aos assalariados a utilização do FGTS para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
47/80	Gastão Müller	Acrescenta dispositivo ao art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências.	Em tramitação
51/80	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
54/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não-aplicação de ressalva constante do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao caso que especifica.	Em tramitação
59/80	Lázaro Barboza	Acrescenta alínea ao art. 2º do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências.	Em tramitação
61/80	Humberto Lucena	Altera o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da concessão de férias proporcionais do trabalhador.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
64/80	Humberto Lucena	Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que dispõe sobre a entrega da moradia pelo trabalhador em decorrência do desfazimento do contrato de trabalho.	Em tramitação
74/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Em tramitação
		Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pelo PETROBRÁS S.A., e dá outras providências.	Em tramitação
79/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre pagamento do repouso semanal remunerado ao empregado comissionista.	Em tramitação
90/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.889, de 8 de julho de 1973.	Em tramitação
93/80	Jorge Kalume	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos.	Em tramitação
96/80	Jutahy Magalhães (Tramita em conjunto com o PLS 129/80)	Dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.	Em tramitação
98/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com os PLS 13 e 50/81)	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.	Em tramitação
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, o Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977 e o Ato Complementar nº 104, de 26 de julho de 1977.	Em tramitação
107/80	Affonso Camargo	Veda a prática do pugilato a menores de 18 anos, e dá outras providências.	Em tramitação
115/80	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências.	Em tramitação
116/80	Nelson Carneiro (Tramita em conjunto com o PLC/50/82)	Obriga a construção de creches nos conjuntos habitacionais.	Em tramitação
118/80	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com o PLS 126/80)	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que a prescrição bienal seja contada a partir da cessação do contrato de trabalho.	Em tramitação
122/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a colocação em Caderneta de Poupança de depósitos judiciais.	Em tramitação
126/80	Henrique Santillo (Tramita em conjunto com o PLS 118/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
129/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLS 96/80)	Assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista.	Em tramitação
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.	Em tramitação
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências.	Em tramitação
138/80	José Sarney Complementar	Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I)
139/80	Aloysio Chaves	Dá nova redação ao art. 836 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das leis do Trabalho.	Em tramitação
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores, e dá outras providências.	Em tramitação
150/80	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com o PLS 197/78)	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho aos Delegados Sindicais.	Em tramitação
151/80	Nelson Carneiro	Disciplina o emplaceamento de carros oficiais, e dá outras providências.	Em tramitação
153/80	Franco Montoro Complementar	Estabelece que o PIS-PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 308, § 1º do R.I.)
157/80	Pedro Simon	Altera o parágrafo único do art. 1º, modifica os arts. 2º, 3º, 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências.	Em tramitação
174/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.	Em tramitação
193/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei da Anistia, objetivando tornar expresso o direito aos adicionais por tempo de serviço dos servidores civis e militares que retornaram ou reverteram ao serviço ativo.	Em tramitação
199/80	Henrique Santillo	Assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
202/80	Henrique Santillo	Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
205/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
208/80	Roberto Saturnino (Tramita em conjunto com o PLS 214/80)	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3-10-41, e dá outras providências.	Em tramitação
214/80	Humberto Lucena (tramita em conjunto com o PLS 208/80)	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

217/80	Henrique Santillo Complementar	Faculta aos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
220/80	Lázaro Barboza Complementar	Institui as Feiras de Produtores, para venda direta ao consumidor, com isenção dos tributos estaduais e municipais incidentes.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 986, de 21-10-69	Em tramitação
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo.	Em tramitação
229/80	Henrique Santillo	Proíbe a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social.	Em tramitação
230/80	Orestes Quêrcia Complementar	Eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º do R.I.)
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva o recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública, na forma que especifica.	Em tramitação
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
237/80	Eunice Michiles	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919	Em tramitação
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação de capital estrangeiro no ramo de atividades que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
246/80	Afonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.	Em tramitação
252/80	Jorge Kalume (Tramita em conjunto com o PLS 253/80)	Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.	Em tramitação
253/80	Lázaro Barboza (ver PLS nº 252/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Em tramitação
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho	Em tramitação
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas, e dá outras providências.	Em tramitação
268/80	Adalberto Sena	Dá nova redação ao art. 358 do Código Civil.	Em tramitação
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
280/80	Itamar Franco	Determina que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o Território Nacional.	Em tramitação
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.691 de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.	Em tramitação
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento das organizações sindicais.	Em tramitação
290/80	Jutahy Magalhães	Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em tramitação
294/80	Huberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em tramitação
297/80	Humberto Lucena	Revoga o Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969, que dispõe sobre aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e autarquias ou fundações de direito público que não explorem atividade econômica.	Em tramitação
298/80	Amaral Furlan Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º do R.I.)
302/80	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
303/Itamar Franco		Dá nova redação ao item IV do art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Em tramitação
305/80	Humberto Lucena Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º do R.I.)
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Em tramitação
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
318/80	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º do R.I.)
320/80	Pedro Simon	Revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.	Em tramitação
323/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação previdenciária em vigor.	Em tramitação
326/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT, nas condições que especifica.	Em tramitação
331/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
332/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
336/80	Pedro Simon	Dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditoria de capital nacional e dá outras providências.	Em tramitação
340/80	Eunice Michiles	Acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional.	Em tramitação
341/80	Franco Montoro	Simplifica e desburocratiza o processo de operações financeiras, permitindo que os documentos firmados pelas instituições financeiras sejam autenticados mediante chancela mecânica.	Em tramitação
2/81	Passos Pôrto	Institui a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos e dá outras providências.	Em tramitação
6/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis de Trabalho.	Em tramitação
9/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
12/81	Lenoir Vargas	Modifica a denominação do Movimento Estudantil a que se refere a lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e dá outras providências.	Em tramitação
13/81 (tramita em conjunto com o PLS 98/80)	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
18/81	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de museu, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Em tramitação
22/81	Jorge Kalume	Dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências.	Em tramitação
25/81 Complementar	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a isenção de IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
27/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 62 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
30/81	Henrique Santillo	Regulamenta o exercício da profissão de guarda-vigilante, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
45/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
46/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.	Em tramitação
48/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre aval de cônjuge casado sob regime de comunhão de bens.	Em tramitação
50/81	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com o PLS 98/80)	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis de Trabalho.	Em tramitação
51/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil.	Em tramitação
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas ou fluídos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes produtos, repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes, e dá outras providências.	Em tramitação
55/81	Itamar Franco	Veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.	Em tramitação
58/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
60/81	Itamar Franco	Suspende, em relação aos desempregados, a exigibilidade dos créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Em tramitação
62/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre a cobrança de contas de energia elétrica, água, gás e telefone, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, e dá outras providências.	Em tramitação
67/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva.	Em tramitação
72/81	Lázaro Barboza	Autoriza as cooperativas de produção agropecuária a construírem miniusinas de álcool hidratado, e dá outras providências.	Em tramitação
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo, e dá outras providências.	Em tramitação
74/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis de Trabalho.	Em tramitação
76/81	Raimundo Parente	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
77/81	Franco Montoro Complementar	Cria, nas Regiões Metropolitanas, o Conselho Administrativo constituído pelos prefeitos e por representantes das Câmaras Municipais, modificando a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam vôo internacional e doméstico nos casos que especifica.	Em tramitação
84/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
86/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, visando assegurar aos estudantes de curso superior o direito à transferência, nas condições que especifica.	Em tramitação
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Em tramitação
91/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à organização sindical.	Em tramitação
96/81	Pedro Simon	Estabelece vedação ao uso de marcas de produtos e serviços estrangeiros por empresas nacionais e dá outras providências.	Em tramitação
97/81	Humberto Lucena Complementar	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
98/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao item III, do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e determina a submissão ao Congresso Nacional do Orçamento Monetário.	Em tramitação
99/81	Gastão Müller	Altera os arts. 213, 215 e parágrafo único, 216, 225 e 226 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Título VI — Dos Crimes Contra os Costumes).	Em tramitação
103/81	Franco Montoro	Assegura ao empregado substituto, salário igual ao do substituído.	Rejeitado
104/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional.	Em tramitação
106/81	Itamar Franco	Disciplina a expedição de passaporte e visto de saída aos menores que especifica.	Em tramitação
107/81	Henrique Santillo	Estabelece normas para a concessão de incentivos e isenção de impostos no Programa Grande Carajás e dá outras providências.	Em tramitação
110/81	Juthahy Magalhães	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Em tramitação
118/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas nos programas de transporte do trabalhador.	Em tramitação
120/81	Cunha Lima Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
121/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
123/81	Laélia de Alcântara Complementar	Dá nova redação à letra d , alínea V e letra b , alínea VI, do art. 5º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151, e seu parágrafo único, casos de ilegibilidades e dá outras providências.	Em tramitação
143/81	Humberto Lucena	Revoga a alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
145/81	Nelson Carneiro	Atribui às secretarias de agricultura dos Estados, dos Territórios e do DF a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural.	Em tramitação
147/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
148/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
150/81	Juthay Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
156/81	Nelson Carneiro	Altera e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de unificar a prescrição no direito do trabalho.	Em tramitação
158/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao vigente Código de Processo Civil.	Em tramitação
160/81	Nelson Carneiro Complementar (Tramita em conjunto com o PLS 48/83)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).	Em tramitação
166/81	Orestes Quêrcia	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
171/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 72 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
183/81	Itamar Franco	Institui o adicional de regência de turma para os professores.	Em tramitação
184/81	Itamar Franco	Dá nova redação aos dispositivos, que menciona, da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
193/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
194/81	Itamar Franco	Disciplina o televisionamento e a retransmissão de espetáculos desportivos e dá outras providências.	Em tramitação
199/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em caderneta de poupança e dá outras providências.	Em tramitação
201/81	Henrique Santillo	Assegura ao marido ou companheiro o direito de ser dependente da mulher segurada da Previdência Social.	Em Tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
205/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.	Em tramitação
207/81	Roberto Saturnino	Determina critério para o reajustamento do preço de venda ao consumidor do GLP — Gás Liquefeito de Petróleo e dá outras providências.	Em tramitação
210/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Em tramitação
212/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço.	Em tramitação
215/81	Pedro Simon	Cria taxa de contribuição em favor do Fundo Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM.	Em tramitação
216/81	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Em tramitação
218/81	Helvídio Nunes	Limita a aplicação da correção monetária e dá outras providências.	Em tramitação
224/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	Em tramitação
228/81	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braille; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos.	Em tramitação
230/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir um adicional sobre a carga tributária das pessoas físicas e jurídicas, revertendo o produto de sua arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
231/81	João Calmon	Permite deduções no imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de aplicação em programas de ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
232/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor de cigarros, charutos e fumo para cachimbo, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
233/81	João Calmon	Fixa percentual mínimo para aplicações em educação pelas empresas em que o Estado tem participação acionária majoritária.	Em tramitação
235/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a arrecadação das contribuições devidas ao SESI, SESC e SENAC.	Em tramitação
237/81	Pedro Simon	Dispõe sobre atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
238/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	Em tramitação
244/81	Cunha Lima Complementar	Acrescenta § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1/67, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo.	Em tramitação
246/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.	Em tramitação
247/81	Itamar Franco	Assegura às pessoas carentes de recursos o direito ao desconto que especifica na aquisição de medicamentos.	Em tramitação
248/81	Itamar Franco	Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos.	Em tramitação
252/81	Itamar Franco	Exime do Imposto sobre a Renda as quantias pagas a título de indenização por férias não gozadas no curso do contrato de trabalho.	Em tramitação
255/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
257/81	Adalberto Sena	Dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público e dá outras providências.	Em tramitação
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — EMBRAFILME, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão.	Em tramitação
259/81	Franco Montoro Complementar	Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) os produtos hortifrutigranjeiros.	Em tramitação
260/81	Nelson Carneiro Complementar	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
261/81	Jorge Kalume	Altera o art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
263/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre a comercialização, uso e controle dos defensivos agrícolas, instituindo receituário agrônomo e dando outras providências.	Em tramitação
266/81	Roberto Saturnino	Autoriza o abatimento, da renda bruta, das despesas com o pagamento de aluguéis de imóvel residencial.	Em tramitação
268/81	Lázaro Barboza	Altera a redação do parágrafo único do art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
270/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do FGTS para saldar empréstimos do Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
271/81	Gastão Müller	Considera prestação de socorro a intervenção médica arbitrária indispensável à salvação da vida de terceiro.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
275/81	Orestes Quércia Complementar	Isenta do Imposto Sobre Transportes (ISTR) a atividade que especifica.	Em tramitação
285/81	Itamar Franco	Cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem.	Em tramitação
286/81	Franco Montoro Complementar	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo PIS-PASEP para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
287/81	Lázaro Barboza Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS-PASEP para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
291/81	Humberto Lucena	Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a Gratificação de Natal, visando a tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º salário quando se encontra em gozo de benefício previdenciário.	Em tramitação
292/81	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	Em tramitação
293/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
295/81	Roberto Saturnino	Declara de utilidade pública a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
300/81	Nelson Carneiro Complementar	Modifica dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
301/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, visando a reduzir a idade limite exigida para obtenção da aposentadoria por velhice, possibilitar a concessão do benefício à mulher do trabalhador rural e indicar a fonte de custeio para tanto.	Em tramitação
304/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre o serviço de vigilância em navios por vigias portuários e determina outras providências.	Em tramitação
307/81	Amaral Furlan	Restabelece a Loteria do Estado de São Paulo e dá outras providências.	Rejeitado
308/81	— DF Poder Executivo	Altera as alíquotas do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a que se refere o art. 31 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.	À sanção. Lei nº 7.105, de 20-6-83
309/81	Franco Montoro Complementar	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados ou destituídos de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação
310/81	Raimundo Parente	Prorroga, por dez anos, o prazo assinado no art. 1º da Lei nº 5.755, de 3 de dezembro de 1971, que "isenta do pagamento dos impostos predial e territorial urbano e de transmissão, do Distrito Federal, imóveis adquiridos por componentes da Força Expedicionária Brasileira".	Em tramitação
311/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
312/81	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
313/81	Pedro Simon	Suprime a expressão: "entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos", contida no parágrafo 1º do art. 461 da CLT.	Em tramitação
320/81	Itamar Franco	Declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista.	Em tramitação
323/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, elevando o valor da alçada para efeito de admissão de recurso ordinário.	Em tramitação
329/81	Pedro Simon	Modifica a redação dos incisos I e II do art. 487 da CLT.	Em tramitação
331/81	Itamar Franco	Veda a concessão dos incentivos que menciona às pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior.	Em tramitação
335/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor das bebidas alcoólicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
337/81	Comissão Especial do Júri Popular	Altera dispositivo do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e do Código de Processo Penal.	Em tramitação
339/81	Humberto Lucena Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
342/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
345/81	Orestes Quêrcia Complementar	Isenta o prédio que seja sede própria de sindicato do Imposto Predial e Territorial Urbano.	Rejeitado
346/81	Humberto Lucena	Altera dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para o fim de determinar que o pagamento do repouso semanal remunerado compreenda também as horas extraordinárias.	Em tramitação
350/81	Itamar Franco	Determina a aplicação do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei de Usura), às entidades integrantes do sistema financeiro.	Em tramitação
352/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no art. 119, item I, letra l, da Constituição Federal.	Em tramitação
354/81	Jutahy Magalhães	Modifica a redação do art. 176 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
355/81	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 92, caput, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
356/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
361/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo à Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1981.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
364/81	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
365/81	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Em tramitação
368/81	Itamar Franco	Fixa como prioritárias para fins de desapropriação as áreas rurais que apresentam tensão social.	Em tramitação
372/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de assegurar também ao marido viúvo o direito ao benefício da pensão.	Em tramitação
374/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre a Política Econômica do Guaraná, cria a "Superintendência do Guaraná", e dá outras providências.	Em tramitação
376/81	Eunice Michiles	Determina a criação de Coordenações de Educação Ecológica no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.	Em tramitação
378/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
1/82	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.	Em tramitação
7/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão de passe livre nos trens da RFFSA aos seus servidores.	Em tramitação
8/82	Nelson Carneiro	Disciplina a proteção dos vertebrados pulmonados aquáticos nas águas jurisdicionais brasileiras.	Em tramitação
12/82	Itamar Franco	Dispõe sobre as atividades brasileiras no Continente Antártico e dá outras providências.	Em tramitação
16/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição de importação de alho.	Em tramitação
17/82	Laélia de Alcântara	Altera arts. do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, com as alterações posteriores).	Em tramitação
19/82	Laélia de Alcântara	Dá nova redação ao art. 370 do Código Civil.	Em tramitação
20/82	Henrique Santillo	Altera o § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
23/82	Nelson Carneiro Complementar	Isenta de tributos e taxas, inclusive estaduais e municipais, as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
24/82	Pedro Simon	Acrescenta letra ao item II e modifica a redação do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13-9-66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Em tramitação
31/82	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.	Em tramitação
32/82	Itamar Franco	Dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
33/82	Jorge Kalume	Prorroga por dois anos a validade do concurso de Fiscal de Contribuições Previdenciárias.	Em tramitação
35/82	Itamar Franco	Institui comissão para coibir o uso indevido do poder econômico ou da estrutura administrativa no processo eleitoral.	Em tramitação
36/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro das Relações Exteriores.	Em tramitação
38/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador-reclamante.	Em tramitação
41/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. ao Decreto-lei nº 594 de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
42/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal, regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em tramitação
43/82	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a estender aos dependentes dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho a pensão especial de que trata a Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Em tramitação
45/82	Passos Pôrto	Institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo" a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.	Em tramitação
46/82	Lenoir Vargas	Dispõe sobre o consentimento de pai ou mãe brasileiros para que o menor possa se ausentar do País.	À Câmara
51/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.	Em tramitação
52/82	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que institui o PIS.	Em tramitação
53/82	Raimundo Parente	Assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público permanente, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Em tramitação
58/82	Bernardino Viana	Altera o art. 47 do Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e renumerando seu parágrafo único.	Em tramitação
59/82	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Rejeitado. (art. 278 do R.J)
60/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.	Em tramitação
61/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/82	Lázaro Barboza	Fixa data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.	Em tramitação
65/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.	Em tramitação
71/82	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros de 4% ao mês.	Em tramitação
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Em tramitação
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
78/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Em tramitação
80/82	Gastão Müller	Veda às emissoras de rádio e televisão fazerem propaganda comercial utilizando-se de frases ou textos em língua estrangeira e dá outras providências.	Em tramitação
83/82	Itamar Franco	Dispensa a realização de vistoria judicial na hipótese que menciona.	Em tramitação
84/82	Itamar Franco	Submete à aprovação do Senado Federal os contratos visando à obtenção de empréstimos internacionais.	Em tramitação
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	Em tramitação
90/82	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 601 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios de Vara Cível a fazer comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Em tramitação
95/82	Gastão Müller	Veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências.	Em tramitação
101/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Em tramitação
102/82	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
104/82	Gastão Müller	Faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
105/82	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
106/82	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, assegurando a integração do aviso prévio indenizado no tempo de serviço do empregado para os fins que especifica.	Em tramitação
107/82	Itamar Franco	Assegura ao empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior o direito à assistência médico-hospitalar.	Em tramitação
108/82	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Indústria e Comércio a disciplinar o regime da fabricação de produtos para uso adequado de pessoas canhotas e dá outras providências.	Em tramitação
110/82	Itamar Franco	Submete à apreciação do Congresso Nacional a exportação, reexportação ou trânsito pelo território nacional de equipamento bélico de qualquer natureza.	Em tramitação
111/82	Itamar Franco	Assegura aos passageiros de aeronave ressarcimento integral dos danos decorrentes de acidente quando decorrer de culpa grave do transportador.	Em tramitação
113/82	Eunice Michiles	Reduz o limite de idade para efeito de adoção, alterando o art. 368, caput , e parágrafo único da Lei nº 3.071, de 1916 (Código Civil), bem como o art. 32, caput , da Lei nº 6.697, de 1979 (Código de Menores).	Em tramitação
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.	Em tramitação
115/82	Itamar Franco	Institui o seguro obrigatório para cobrir riscos decorrentes da atividade industrial poluente.	Em tramitação
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Em tramitação
120/82	Nelson Carneiro Complementar	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana e dá outras providências.	Em tramitação
122/82	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
124/82	Nelson Carneiro Complementar	Introduz modificação na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
126/82	Raimundo Parente	Dispõe sobre o prazo extinto do direito de lançamento do imposto sobre a renda.	Em tramitação
130/82	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 73 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
140/82	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda descontado na fonte.	Em tramitação
147/82	Itamar Franco	Isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
150/82	Orestes Quércia Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que dispõe sobre a remuneração de Vereadores.	Em tramitação
151/82	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.	Em tramitação
155/82	Pedro Simon	Fixa prazo para atualização de valores previstos em tabelas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte e dá outras providências.	Em tramitação
156/82	Jorge Kalume	Denomina "Rodovia Euclides da Cunha" a rodovia federal BR-364 que liga as cidades acreanas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul — fronteira com o Peru.	Em tramitação
158/82	Itamar Franco Complementar	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei e dá outras providências.	Em tramitação
159/82	Itamar Franco	Proíbe a cobrança de taxa, emolumento ou remuneração, por parte dos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, nas cessões de direito oriundas de financiamento.	Em tramitação
160/82	Laélia de Alcântara	Restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto.	Em tramitação
161/82	Itamar Franco	Determina o pagamento em dobro da parcela salarial impugnada sem relevante fundamento jurídico.	Em tramitação
164/82	Itamar Franco	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Em tramitação
165/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição da exigência de saldo médio bancário para as pequenas e médias empresas nas operações de crédito, desconto ou financiamento.	Em tramitação
171/82	Jorge Kalume	Institui a zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
172/82	Moacyr Duarte	Acrescenta letra ao item II do art. 275 do código de Processo Civil, instituindo o rito sumaríssimo para as ações constitutivas de servidão legal de aqueduto.	Em tramitação
173/82	Moacyr Duarte	Altera dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente.	Em tramitação
184/82	Itamar Franco	Submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional.	Em tramitação
185/82	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.	Em tramitação
187/82	Nelson Carneiro	Institui a semana do jovem, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
191/82	Itamar Franco	Inclui, entre os crimes contra a economia popular, a evasão de divisas.	Em tramitação
192/82	Itamar Franco	Disciplina a venda das reservas de ouro do País no mercado internacional, e dá outras providências.	Em tramitação
203/82	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.	Rejeitado
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Em tramitação
211/82	Orestes Quêrcia Complementar	Introduz alteração no dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que trata da aposentadoria do trabalhador rural.	Em tramitação
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Em tramitação
217/82	Martins Filho	Altera disposições da legislação eleitoral.	Em tramitação
221/82	Martins Filho	Altera disposição da legislação partidária.	Em tramitação
224/82	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instalar os cursos superiores que menciona, no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e dá outras providências.	Em tramitação
240/82	— DF Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo interno destinado à melhoria das características de estradas vicinais.	À Sanção. Lei nº 7.095, de 2-5-83
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações — (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962).	Em tramitação
2/83	Mário Maia	Transforma o Serviço Nacional de Informações (SNI) no Instituto Nacional de Informática, Teletinformática e Telemática, e dá outras providências.	Em tramitação
3/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
4/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que disciplina a jornada de trabalho.	Em tramitação
5/83	Odacir Soares Complementar	Altera a redação do art. 18 e revoga o art. 29 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.	Em tramitação
6/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para disciplinar o intervalo de repouso na jornada de trabalho.	Em tramitação
7/83	Moacyr Duarte	Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações (art. 153, § 35, da Constituição Federal).	Em tramitação
8/83	Moacyr Duarte	Dispõe sobre validade de concurso para cargo ou emprego na Administração Federal centralizada e descentralizada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
9/83	Nelson Carneiro	Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.	Em tramitação
10/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 6º, <i>caput</i> , da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, elevando de 10 para 50 o percentual nele previsto e referente à complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.	Em tramitação
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 — “que regula os direitos autorais, e dá outras providências”.	Em tramitação
12/83	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o Prorural.	Em tramitação
13/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de teatro ou biblioteca pública, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Em tramitação
14/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão das donas-de-casa nos planos da previdência social, na condição de seguradas facultativas.	Em tramitação
15/83	Odacir Soares	Estabelece normas de proteção e defesa ao consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
16/83	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 2.012, de 25 de janeiro de 1983, que “dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências”.	Em tramitação
17/83	Itamar Franco	Assegura aos empregados optantes pelo Fundo de Garantia o direito ao adicional de dez por cento nos casos de rescisão indireta do contrato de trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
18/83	Henrique Santillo	Veda a aquisição de títulos de empresas estatais ou outras que gozem de favor ou incentivo fiscal às autoridades e nas condições que especifica.	Em tramitação
19/83	Henrique Santillo	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei Das Contravenções Penais), para o fim de excluir a contravenção da vadiagem.	Em tramitação
20/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), atribuindo impenhorabilidade ao imóvel utilizado como residência da família do devedor e aos móveis de uso doméstico.	Em tramitação
21/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica.	Em tramitação
22/83	Mário Maia	Revoga o Decreto-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981, alterado pelo Decreto-lei nº 1.937, de 27 de abril de 1982, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
23/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a atualização e reajustamento contínuo do valor do selo a que se refere a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, destinado a obter recursos para assistência à prole dos hansenianos.	À Câmara Lei nº 7.113, de 6-7-83
24/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que "dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Em tramitação
25/83	Nelson Carneiro	Isenta do imposto sobre a renda as gratificações que enumera, pagas a servidores públicos.	Em tramitação
26/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
27/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Fundo Especial para o desenvolvimento integrado da região geoeconômica de Brasília.	Em tramitação
28/83	Gastão Müller	Considera, para fins de comemoração nacional, a data de 10 de dezembro como o "Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos" e dá outras providências.	Em tramitação
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	Em tramitação
30/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito do assinante à transferência do telefone nos lugares onde o serviço é explorado por mais de uma empresa, nas condições que especifica.	Em tramitação
31/83	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, de modo a possibilitar, expressamente, a cumulatividade da pensão especial nela prevista com benefício previdenciário, em favor do ex-combatente.	Em tramitação
32/83 — DF	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.054, de 6 de dezembro de 1982, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1983".	À Sanção Lei nº 7.110, de 5-7-83
33/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre o seguro-desemprego.	Retirado pelo autor
34/83	Itamar Franco	Determina que as normas e regulamentos baixados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear sejam publicados na íntegra e em idioma nacional.	Em tramitação
35/83	Henrique Santillo	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo concernente ao aviso prévio, visando ampliar o seu prazo em favor do trabalhador.	Em tramitação
36/83	Itamar Franco	Fixa novo critério para o cálculo do salário mínimo segundo determina a Convenção 131 da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
37/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na parte da Consolidação das Leis do Trabalho que disciplina o aviso prévio.	Em tramitação
38/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo concernente à segurança e medicina do trabalho, para determinar que os percentuais relativos ao adicional de insalubridade incidam sobre o salário percebido pelo trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
39/83	Pedro Simon	Autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais e dá outras providências.	Rejeitado
40/83	Itamar Franco	Submete às categorias profissionais os critérios de fixação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
41/83	Aloysio Chaves	Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais, o mesmo poder de representação dos Sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.	À Câmara
42/83	Mário Maia	Dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos servidores públicos civis da União e dá outras providências.	Em tramitação
43/83	Álvaro Dias	Modifica a redação do "caput" do artigo 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971 (Código de Propriedade Industrial).	Em tramitação
44/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do § 6º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, visando possibilitar que o exercício de cargo ou função de confiança e de chefia, nas condições que especifica, seja considerado na fixação do salário de benefício do segurado que se aposentar por tempo de serviço.	Em tramitação
45/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre abono de permanência em serviço.	Em tramitação
46/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura a representação dos interessados na administração da Previdência Social.	
47/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho, compatibilizando-o com o parágrafo único do art. 468.	Em tramitação
48/83	Álvaro Dias Complementar (Tramita em conjunto com o PLS/160/81)	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL.	Em tramitação
49/83	Álvaro Dias Complementar	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	Em tramitação
50/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.	Em tramitação
51/83	Itamar Franco	Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 6.380, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em tramitação
52/83	Itamar Franco	Submete os órgãos da administração indireta ao poder investigatório das Comissões Parlamentares de Inquérito.	Em tramitação
53/83	Jorge Kalume	Dispõe sobre a realização de palestras, nos cursos de 1º e 2º graus dos estabelecimentos de ensino do País, sobre personalidades que se destacaram no plano nacional ou estadual e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/83	Jorge Kalume	Inclui no currículo dos cursos de 2º grau dos estabelecimentos de ensino do País o estudo de datilografia.	Em tramitação
55/83	Jorge Kalume	Determina seja a Bandeira Brasileira hasteada diariamente nos estabelecimentos de 1º e 2º graus, sob cânticos do Hino Nacional.	Em tramitação
56/83	Álvaro Dias	Altera o art. 4º, da Lei nº 6.178, de 12 de novembro de 1979.	Em tramitação
57/83	Gastão Müller	Obriga o registro dos estabelecimentos hospitalares nos Conselhos Regionais de Medicina.	Em tramitação
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multas pelas concessionárias de serviço público.	Em tramitação
59/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, que isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoa físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Em tramitação
60/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais".	Em tramitação
61/83	Fábio Lucena	Revoga os Decretos-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981 e nº 1.937, de 27 de abril de 1982.	Em tramitação
62/83	Humberto Lucena	Dispõe sobre a venda de combustível aos motoristas profissionais de táxi.	Em tramitação
63/83	Milton Cabral	Estabelece prazo para cobrança de juros nas operações de crédito efetuadas por Instituições Financeiras e dá outras providências.	Em tramitação
64/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, estabelecendo piso para os benefícios previdenciários de prestação continuada.	Em tramitação
65/83	Nelson Carneiro	Introduz dispositivos na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Em tramitação
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	Em tramitação
67/83	Helvídio Nunes	Dispõe sobre a cobrança de juros, acessórios e multa nos contratos civis e dá outras providências.	Em tramitação
68/83	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 4º do art. 27, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em tramitação
69/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre incentivo à aquisição de veículo utilitários, movido a álcool, por produtor rural, nas condições que especifica.	Em tramitação
70/83	Nelson Carneiro	Estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol.	Em tramitação
71/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural, e dá outras providências.	Em tramitação
72/83	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
73/83	Mário Maia	Cria o Fundo Seguro-Desemprego e dá outras providências.	Em tramitação
74/83	Murilo Badaró	Revoga o art. 5º e seu parágrafo único da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Em tramitação
75/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre o seguro-desemprego.	Em tramitação
76/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa.	Em tramitação
77/83	Fábio Lucena	Revoga dispositivos da Lei de Segurança Nacional.	Em tramitação
78/83	Jorge Kalume	Estabelece obrigatoriedade de seguro de crédito para as operações que indica.	Em tramitação
79/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, no Título V, concernente à Organização Sindical, para o fim de instituir o representante sindical.	Em tramitação
80/83	Pedro Simon	Assegura ao estudante matriculado em qualquer estabelecimento de ensino autorizado, registrado ou reconhecido por órgão competente o direito a pagar metade do preço do ingresso nos cinemas, teatros e circos no território nacional.	Em tramitação
81/83	Itamar Franco	Estabelece critério para o reajustamento das prestações dos imóveis residenciais financiados por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
82/83	Nelson Carneiro	Estabelece condição especial de atualização de débitos para com a previdência social, no caso e forma que especifica.	Em tramitação
838/83	Raimundo Parente	Estende às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, o disposto no artigo 3º, da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.	Em tramitação
84/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, e ao seu parágrafo 1º.	Em tramitação
85/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação orgânica da previdência social, ampliando a definição de dependente para efeito de assistência médica.	Em tramitação
86/83	Mário Maia	Dispõe sobre a profissão do Técnico em Enfermagem, regula o seu exercício, e dá outras providências.	Em tramitação
87/83	Affonso Camargo	Dispõe sobre o tempo de duração da conservação de produtos alimentícios industrializados e dá outras providências.	Em tramitação
88/83	Henrique Santillo	Acrescenta os parágrafos 2º e 3º e renumerando o 1º o atual parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que "dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções e dá outras providências", modificado pelos Decretos-leis nºs 1.402, de 23 de maio de 1975 e 1.496, de 20 de dezembro de 1976.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
89/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição da caça ao Jacaré e dá outras providências.	Em tramitação
90/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro nos hospitais e estabelecimentos similares, nas condições e para o fim que especifica.	Em tramitação
91/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre representação contra a lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.	Em tramitação
92/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
93/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, no capítulo concernente aos dependentes do segurado.	Em tramitação
94/83	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Em tramitação
95/83	Álvaro Dias	Circunscreve à pessoa do marido inadimplente a conseqüente restrição de crédito, quando a respectiva mulher possui renda própria, e dá outras providências.	Em tramitação
96/83	Comissão Diretora	Reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.125, de 26-9-83
97/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
98/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.	Em tramitação
99/83	Marco Maciel	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre os Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
100/83	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Lei 6.649, de 16 de maio de 1979, para o fim de limitar os reajustes dos aluguéis residenciais a cinquenta por cento da variação do valor nominal das ORTNs.	Em tramitação
101/83	Álvaro Dias	Dá nova redação ao § 2º do art. 19 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
102/83	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências.	Em tramitação
103/83	Itamar Franco	Exclui dos vencimentos tributáveis as quantias pagas a título de representação, e dá outras providências.	Em tramitação
104/83	Itamar Franco	Assegura ao locatário responsável pelo pagamento da quota-parte relativa a despesas comuns do condomínio o direito de participar das assembléias.	Em tramitação
105/83	Álvaro Dias	Suprime dispositivo da lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
106/83	Itamar Franco	Estabelece limite para o reajuste de preço público ou tarifa sujeita a controle governamental, e dá outras providências.	Em tramitação
107/83	Itamar Franco	Proíbe a alteração da Lei Orçamentária por Decreto-lei.	Em tramitação
108/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).	Em tramitação
109/83	Itamar Franco	Faculta ao usuário de serviço de telefonia requerer a instalação de aparelho medidor de impulso, e dá outras providências.	Em tramitação
110/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Em tramitação
111/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
112/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 478 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir direito à indenização ao trabalhador despedido sem justa causa antes de completado um ano de serviço.	Em tramitação
113/83	Nelson Carneiro	Disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias.	Em tramitação
114/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à contribuição sindical, para determinar que a parte que couber a cada sindicato seja movimentada sem qualquer interferência do Ministério do Trabalho.	Em tramitação
115/83	Martins Filho	Restabelece direitos aos servidores militares que se encontre e/ou passarem para a inatividade.	Em tramitação
116/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
117/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o relacionamento externo da União, e dá outras providências.	Em tramitação
118/83	Álvaro Dias	Altera a redação da alínea "c" do item II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
119/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho na despedida de empregado doméstico com mais de um ano de serviço.	Em tramitação
120/83	Fernando Henrique Cardoso	Admite para contagem de tempo de atividade a inscrição em autarquia controladora do exercício profissional.	Em tramitação
121/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
122/83	Álvaro Dias	Altera a redação dos arts. 5º e 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação de previdência social.	Em tramitação
123/83	Henrique Santillo	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Telefonia Rural, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
124/83	Gastão Müller	Faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada.	Em tramitação
125/83	Nelson Carneiro	Revoga a alínea b do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
126/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura estabilidade provisória, na condição especificada, ao empregado que se alistar para a prestação do serviço militar.	Em tramitação
127/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à meia entrada nos espetáculos de diversão que especifica.	Em tramitação
128/83	Humberto Lucena	Altera o art. 15 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação urbana e inclui dispositivo na Lei nº 6.426, de 17 de junho de 1977, que estabelece base para correção monetária e dá outras providências.	Em tramitação
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas, durante as travessias fluviais ou lacustres.	Em tramitação
130/83	Marco Maciel	Estabelece normas gerais de elaboração legislativa.	Em tramitação
131/83	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao caput do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, fixando novos prazos para o aviso prévio.	Em tramitação
132/83	Roberto Saturnino	Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a isentar os táxis do pagamento de pedágio nas rodovias federais.	Em tramitação
133/83	Roberto Campos	Reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio-desemprego.	Em tramitação
134/83	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.	Em tramitação
135/83	Roberto Campos	Cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.	Em tramitação
136/83	Roberto Campos	Autoriza a delegação de atividade de previdência social e empresas privadas.	Em tramitação
137/83	Roberto Campos	Cria nas empresas privadas, como alternativa à dispensa de empregados, a disponibilidade remunerada e dá outras providências.	Em tramitação
138/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a distribuição eventual de lucros a empregados.	Em tramitação
139/83	Roberto Campos	Institui Programa de Repartição de Capital.	Em tramitação
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	Em tramitação
141/83	Roberto Campos	Agiliza as reduções de jornada de trabalho e consequentes de salário para evitar dispensas de pessoal.	Em tramitação
142/83	Roberto Campos	Regulariza sem aumento de incidências o Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.	Em tramitação
143/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura os benefícios da política salarial aos servidores públicos sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento semelhante e dá outras providências.	Em tramitação
145/83	Henrique Santillo Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou os programas PIS e PASEP, visando possibilitar que os seus depósitos sejam utilizados na aquisição de casa própria.	Em tramitação
146/83	Itamar Franco	Disciplina a expedição de atestado médico por órgão integrante do sistema previdenciário.	Em tramitação
147/83	Itamar Franco	Autoriza o desdobramento do período férias para todas as faixas etárias.	Em tramitação
148/83	Fernando Henrique Cardoso	Interpreta dispositivo legal esclarecendo que o reajuste dos benefícios previdenciários obedecerá aos mesmos critérios instituídos pela política salarial.	Em tramitação
149/83	Itamar Franco	Cria procedimento sumaríssimo para as reclamações trabalhistas versando sobre salário retido e dá outras providências.	Em tramitação
150/83	Fernando Henrique Cardoso	Reduz o prazo da correção automática dos salários, da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	Pedro Simon	Dá nova redação ao artigo 9º, do Decreto nº 88.371, de 7 de junho de 1983, que dispõe sobre o reajustamento das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.	Em tramitação
152/83	Itamar Franco	Concede aposentadoria especial aos que tenham sofrido restrição ao livre exercício de atividade profissional em decorrência dos Atos Institucionais Complementares e legislação correlata.	Em tramitação
153/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.	Em tramitação
154/83	Álvaro Dias	Extingue o confisco sobre o Café.	Em tramitação
155/83	Fernando Henrique Cardoso	Institui a Comissão Nacional do Custo de Vida, no Ministério do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
156/83	Moacyr Dalla	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição, pelas Prefeituras Municipais, de veículos automotores movidos a álcool.	Em tramitação
157/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
158/83	Fernando Henrique Cardoso	Regula a utilização e a liberação da conta vinculada do FGTS, para a construção e aquisição de casa própria.	Em tramitação
159/83	Passos Pôrto	Institui o 1º de outubro como "Dia Nacional do Vereador".	À Câmara
160/83	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
161/83	Henrique Santillo	Determina que o Congresso Nacional passa a ter atribuições para opinar sobre o projeto dos planos de desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL, bem como, sobre os planos especiais de obras, de abastecimento e de assistência às populações flageladas e sobre o acompanhamento dos projetos a serem executados.	Em tramitação
162/82	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
163/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação
164/83	Pedro Simon	Estabelece normas para quitação, baixa da hipoteca e escritura de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus Agentes Financeiros.	Em tramitação
165/83	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
166/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos congênitos.	Em tramitação
167/83 —	DF Comissão do Distrito Federal	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.304.089.820,00 (oito bilhões, trezentos e quatro milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e vinte cruzeiros).	À Sanção Lei nº 7.109, de 5-7-83
168/83	Nelson Carneiro Complementar	Introduz modificação na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
169/83	Mário Maia	Exclui da relação de municípios declarados de interesse de segurança nacional os municípios que menciona, no Estado do Acre, e dá outras providências.	Em tramitação
170/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para o empregado doméstico.	Em tramitação
171/83	Hélio Gueiros	Fixa a jornada de trabalho para os advogados que prestam serviços profissionais em regime de emprego.	Em tramitação
172/83	Hélio Gueiros	Extingue a cobrança de pedágio nas rodovias, pontes e outras obras viárias cuja construção já esteja paga.	Em tramitação
173/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre garantias contra a corrosão da lataria dos veículos, a serem concedidas pelas indústrias automobilísticas em atividade no território nacional.	Em tramitação
174/83	Hélio Gueiros	Modifica disposição da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	Em tramitação
175/83	Hélio Gueiros	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
176/83	Hélio Gueiros	Estabelece a garantia da estabilidade para todos os empregados.	Em tramitação
177/83	Eunice Michiles	Dispõe sobre o exercício da profissão de Esteticista e Cosmetologista, e dá outras providências.	Em tramitação
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais, e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	Nelson Carneiro	Assegura direito à aposentadoria especial à categoria que especifica.	Em tramitação
180/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a vinculação de funcionários públicos municipais ao INPS, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
181/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar a incidência de juros e correção monetária nos atrasos de pagamentos de salários.	Em tramitação
182/83	Alfredo Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.	Em tramitação
183/83	Gastão Müller	Revoga o art. 4º da Lei nº 6.994, de 25 de maio de 1982.	Em tramitação
184/83	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos.	Em tramitação
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da Apólice de Seguro Habitacional.	Em tramitação
186/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, impondo novo encargo à empresa que rescinde contrato de trabalho de empregado, sem justa causa.	Em tramitação
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	Em tramitação
188/83	Nelson Carneiro	Estabelece exigências a serem cumpridas pelos estabelecimentos que comercializam botijões de gás liquefeito de petróleo.	Em tramitação
189/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a antecipação parcelada da gratificação salarial e respectiva correção monetária, e dá outras providências.	Em tramitação
190/83	Nelson Carneiro	Manda aplicar aos representantes comerciais e vigilantes, na forma que especifica, os benefícios fiscais concedidos aos taxistas para aquisição de veículo a álcool.	Em tramitação
191/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao art. 30 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
192/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do art. 4º.	Em tramitação
193/83	Nelson Carneiro	“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL”.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
194/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a administração dos sindicatos rurais e regula a eleição de suas diretorias e representantes.	Em tramitação
195/83	Nelson Carneiro	Altera o Capítulo IV do Título III do Livro II do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), relativo aos prazos da prescrição.	Em tramitação
196/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 2.040, de 30 de junho de 1983, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de impor multa à empresa que atrasar na transferência, ao sindicato respectivo, das importâncias correspondentes à contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.	Em tramitação
198/83	Mauro Borges Complementar	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	Em tramitação
199/83	Nelson Carneiro	Eleva o valor do salário família do trabalhador e a taxa para o seu custeio.	Em tramitação
200/83	Jorge Kalume	Determina a concessão de subsídios para a compra de gêneros de primeira necessidade a pessoas de baixa renda.	Em tramitação
201/83	Henrique Santillo	Inclui na área de atuação da SUDENE a região do Estado de Goiás compreendida no Polígono das Secas, constituída dos municípios que especifica.	Em tramitação
202/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	Em tramitação
203/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a restituição de insígnias, medalhas, comendas e outras honorárias, oficialmente concedidas, e que tenham sido cassadas por motivos políticos ou ideológicos.	Em tramitação
204/83	Helvídio Nunes	Acrescenta inciso ao art. 171, parágrafo 2º, do Código Penal.	Em tramitação
205/83	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
206/83	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1950, de 14-7-82, na parte em que estimula a capitalização das pessoas jurídicas através da incorporação imobiliária.	Em tramitação
207/83	Nelson Carneiro	Institui a Semana do Jovem, e dá outras providências.	Em tramitação
208/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 130, <i>caput</i> , da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
209/83	Fernando Henrique Cardoso	Exclui a Cidade de Castilho, no Estado de São Paulo, da relação dos municípios declarados de interesse da segurança nacional, revogando parcialmente o Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
210/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação acidentária do trabalho, visando fixar prazo certo para o pagamento dos benefícios nela previstos.	Em tramitação
211/83	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977.	Em tramitação
212/83	Mauro Borges	Introduz modificação no Código Penal — Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Em tramitação
213/83	Lourival Baptista	Institui o Dia Nacional do Voluntariado.	Em tramitação
214/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de refeições no local, a cargo da empresa e mediante desconto salarial, nas condições que especifica.	Em tramitação
215/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a integração da região que menciona, na área de execução do POLONORDESTE.	Em tramitação
216/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à estabilidade.	Em tramitação
217/83	Mauro Borges	Altera a Lei nº 6.576, de 30 de setembro de 1978, que dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro, para o fim de tornar abrangida por sua proteção a palmeira de babaçu, na forma que especifica.	Em tramitação
218/83	Álvaro Dias	Revoga o item VI do art. 1º da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968 e dá outras providências.	Em tramitação
219/83	Álvaro Dias	Revoga o Decreto-lei nº 1.170, de 10 de maio de 1971 e dá outras providências.	Em tramitação
220/83 - DF	Comissão do Distrito Federal	Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Distrito Federal para o triênio 1984/86.	À Sanção Lei nº 7.156, de 5-12-83
221/83 - DF	Comissão do Distrito Federal	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1984.	À Sanção Lei nº 7.157, de 5-12-83
222/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da previdência social, com vistas a excluir a imposição contributiva os proventos e pensões nos limites que especifica.	Em tramitação
223/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre as emissões de papel, moeda, de Letras de Tesouro Nacional e de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.	Em tramitação
224/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
225/83	Murilo Badaró	Cria, e regula a aplicação pela Censura Federal, o Certificado de Liberação Restrita e dá outras providências.	Em tramitação
226/83	Nelson Carneiro	Concede anistia a dirigentes sindicais punidos com base na legislação trabalhista.	Em tramitação
227/83	Mauro Borges	Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 1.541, de 14-4-77, que "institui as sublegendas para as eleições de Senador e Prefeito", eliminando o critério de considerar suplente do Senador eleito o candidato a Senador não eleito.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
228/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição por "Ana Lídia" do nome "Rogério Pithon Faria", no logradouro público de Brasília, anteriormente conhecido como Parque da Cidade.	Em tramitação
229/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Registros Públicos) visando a eliminar a exigência de pagamento de multa por registro de nascimento feito fora do prazo.	Em tramitação
230/83	Gastão Müller Complementar	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 18 de novembro de 1975, e dá outras providências.	Em tramitação
231/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a concessão de amparo previdenciário aos filhos dos trabalhadores rurais desde que inválidos ou portadores de defeitos físicos ou congênitos.	Em tramitação
232/83	Nelson Carneiro Complementar	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social-urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
233/83	Nelson Carneiro	Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobreiros pátios e guarda-chaves ferroviários.	Em tramitação
234/83	Itamar Franco	Garante desconto do Imposto sobre a Renda, de salários pagos a empregados e dá outras providências.	Em tramitação
235/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a tributação de medicamentos e produtos farmacêuticos nos casos de remarcação ilegal.	Em tramitação
236/83	Nelson Carneiro	Isenta de tributos e taxas, inclusive e municipais, as transmissões imobiliárias que específica.	Em tramitação
237/83	Nelson Carneiro	Modifica toda a Seção III do Capítulo I do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, concernente à administração do Sindicato.	Em tramitação
238/83	Mário Maia	Institui o Dia Nacional das Vítimas dos torpedeamentos dos navios brasileiros durante a II Grande Guerra, a ser comemorado anualmente a 14 de fevereiro, e dá outras providências.	Em tramitação
239/83	Lázaro Barboza	Introduz dispositivo legal na Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
240/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.	Em tramitação
241/83	Martins Filho	Dispõe sobre a instalação de aparelhos de alarme para proteção contra incêndio em hotéis e estabelecimentos similares.	Em tramitação
242/83	Nelson Carneiro	Assegura aos aposentados pelo sistema previdenciário uma renda mensal equivalente ao salário mínimo da respectiva região.	Em tramitação
243/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, que autoriza o desmembramento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), mediante alteração de seu objetivo e constituição da Companhia Imobiliária (TERRACAP), e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
244/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a possibilidade de os Sindicatos de Trabalhadores poderem reclamar em Juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Em tramitação
245/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa aos deveres dos sindicatos.	Em tramitação
246/83	Lázaro Barboza	Institui obrigação das Empresas de Mineração investirem nos municípios em que se encontram suas minas.	Em tramitação
247/83	Gabriel Hermes	Estabelece disposições uniformizadoras para a fiscalização de profissionais liberais e dá outras providências.	Em tramitação
248/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, definindo como de efetivo exercício para efeito de direito a quinquênios o tempo da licença especial não gozada pelo servidor.	Em tramitação
249/83	Lázaro Barboza	Institui o Regime Especial da Permissão de Lavra Garimpeira, para o aproveitamento imediato de substâncias minerais e introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
250/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir imunidade aos dirigentes sindicais.	Em tramitação
251/83	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza a contagem recíproca para aposentadoria de tempo por serviço público e de atividade privada dos professores.	Em tramitação
252/83	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
253/83	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
254/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
255/83	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
256/83	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS.	Em tramitação
257/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a inclusão de obras de arte nas construções que especifica e dá outras providências.	Em tramitação
258/83	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Enfermeiro, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior e dá outras providências.	Em tramitação
259/83	Álvaro Dias	Altera a redação do caput e do § 1º do art. 7º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, às pessoas transportadas ou não.	Em tramitação
260/83	Lázaro Barboza	Institui a figura do Achado Mineral.	Em tramitação
261/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, elevando para 50 anos o limite de idade exigido dos candidatos a ingresso na magistratura trabalhista.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
262/83	Álvaro Dias	Institui nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados o serviço de assistência social.	Em tramitação
263/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e dá outras providências.	Em tramitação
264/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de horários em favor do advogado do trabalhador reclamante.	Em tramitação
265/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho na parte concernente ao aviso prévio.	Em tramitação
266/83	Marco Maciel	Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e dá outras providências.	Em tramitação
267/83	Itamar Franco	Dispõe sobre a não aplicação dos Regulamentos disciplinares das Forças Armadas aos casos que especifica.	Em tramitação
268/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades de administração pública federal direta e indireta.	Em tramitação
269/83	Benedito Ferreira	Concede anistia a infratores das normas do crédito rural.	Em tramitação
270/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, que estatui normas reguladoras do trabalhador rural.	Em tramitação
271/83	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-PASEP para aquisição da casa própria.	Em tramitação
272/83	Milton Cabral	Autoriza o Poder Executivo a isentar as empresas do recolhimento do FGTS de empregado recrutado para prestação do Serviço Militar.	Em tramitação
273/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	Em tramitação
274/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências.	Em tramitação
275/83	Nelson Carneiro	Autoriza o Governo do Distrito Federal alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
276/83	Albano Franco	Dispõe sobre a criação do Conselho Econômico e Social, define suas competências, e dá outras providências.	Em tramitação
277/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 24 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979.	Em tramitação
278/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, com previsão de providência para a revogação do incentivo nele previsto.	Em tramitação
279/83	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 62 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), vetado, com nova redação dispondo sobre o direito de o proprietário de veículo conservar os números de sua placa nas eventuais mudanças dessa que o permitam.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
280/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, visando a restabelecer salário-mínimo específico para menores, com base no grupo etário.	Em tramitação
281/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974.	Em tramitação
282/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.	Em tramitação
283/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, para o fim de permitir a acumulação da pensão especial nela prevista com pensão previdenciária.	Em tramitação
284/83	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, para dispor sobre a guarda dos filhos, e dá outras providências.	Em tramitação
285/83	Fernando Henrique Cardoso	Ampara os trabalhadores rurais no caso de acidente do trabalho.	Em tramitação
286/83	Nelson Carneiro	Assegura preferência de subvenção oficial às entidades que especifica.	Em tramitação
287/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios.	Em tramitação
288/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcelas de latifúndio, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
289/83	Fernando Henrique Cardoso	Restaura a redação do § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
290/83	Nelson Carneiro	Revoga a lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983.	Em tramitação
291/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a denominação dos juizes classistas nas juntas de Conciliação e julgamento.	Em tramitação
292/83	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.	Em tramitação
293/83	Odacir Soares	Estabelece limite de remuneração para servidores ou empregados de entidades estatais da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Em tramitação
294/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
295/83	Roberto Saturnino	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição de automóveis a álcool, por deficiente físico, nas condições que especifica.	Em tramitação
296/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre abatimentos, da renda bruta, de despesas com empregados domésticos.	Em tramitação
297/83	Henrique Santillo	Institui penalidade para empresa, pelo descumprimento de legislação salarial e decisão final da Justiça Trabalhista e dá outras providências.	Em tramitação
298/83	Albano Franco	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
299/83	Pedro Simon	Estabelece que sejam semestrais e que não exceda em 80% do INPC os aumentos de preços de medicamentos que contenham produtos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais-RENAME.	Em tramitação
300/83	Vírgílio Távora	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional, modificada pela Lei nº 6.525, de 11 de abril de 1978.	Em tramitação
301/83	Iris Célia	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, a elaborar o projeto do novo Código Tributário Nacional.	Em tramitação

c) EMENDADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº	Autor	Ementa	Resultado
118/74	Comissão do Distrito Federal (nº 914, de 1979, na Câmara dos Deputados)	Define os crimes de responsabilidade do Governador do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.	À Sansão. Lei nº 7.106, de 28-6-83
145/76	Itamar Franco (nº 2.942, de 1976, na Câmara dos Deputados)	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a transferir para o Museu Mariano Procópio, o vagão de Transporte pessoal utilizado pelo Imperador Dom Pedro II.	Em tramitação
118/77	Jessé Freire (nº 3.228, de 1980, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.	Em tramitação
272/78	Otto Lehmann (nº 2.006, de 1978, na Câmara dos Deputados)	Dá nova redação à alínea "a" do artigo 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	Em tramitação
4/79	Nelson Carneiro (nº 1.677, de 1979, na Câmara dos Deputados)	Estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.	Em tramitação
34/79	Mauro Benevides (nº 4.050, de 1980, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o processo de fiscalização pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e os da Administração Indireta.	Em tramitação
188/82	José Lins (nº 6.717, de 1982, na Câmara dos Deputados)	Altera a Lei nº 6.686, de 11 de setembro de 1979, que dispõe sobre o exercício da análise clínico-laboratorial, e determina outras providências.	À Sanção. Lei nº 7.135, de 26-10-83. (veto parcial)

d) ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE
(Art. 367, in fine, do Regimento Interno)

Nº	Autor	Ementa
78/68	Josaphat Marinho	Proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo à reclamação, administrativa ou judicial.
12/69	Vanconcelos Torres	Modifica o art. 142 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).
57/71	Benedito Ferreira	Regula a propaganda comercial de produtos industrializados do fumo.
59/71	José Lindoso	Disciplina a venda de cigarros a menores, limita a publicidade sobre o fumo, torna obrigatório, nos invólucros dos produtos de fumo, o dístico: Cuidado! Prejudicial à saúde , e dá outras providências.
78/71	Osires Teixeira	Dispõe sobre a propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas.
84/74	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
24/75	Vanconcelos Torres	Determina que os maços de cigarros tragam, impressos na parte externa, sua fórmula de composição.
212/75	Orestes Quércia	Regulamenta a profissão de desenhista gráfico, e dá outras providências.
220/75	Paulo Guerra	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.
221/75	Orestes Quércia	Estabelece a remuneração mínima obrigatória para os motoristas profissionais, fixa-lhes a jornada de trabalho, e dá outras providências.
004/76	Orestes Quércia	Torna obrigatória a inscrição do dístico que especifica nas embalagens de cigarros e demais derivados do fumo, e dá outras providências.
087/76	Nelson Carneiro	Dispõe sobre estabelecimentos que lidam com sangue humano e seus derivados, e dá outras providências.
155/76	Marcos Freire	Determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências.
181/76	Marcos Freire	Dispõe sobre a uniformização do salário mínimo em todo o país.
056/77	Otto Lehmann	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.
062/77	Mauro Benevides	Dispõe sobre a contagem em favor dos segurados do INPS do tempo de serviço público estadual e municipal.
094/77	Ruy Carneiro	Altera a redação dos arts. 791, 839 e 840 da Consolidação das Leis do Trabalho.
120/77	Otto Lehmann	Estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural e dá outras providências.
147/77	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a realização de seguros de órgãos do Poder Público e dá outras providências.
153/77	Milton Cabral	Proíbe a captação antecipada de poupança popular, mediante promessa de contraprestação em bens direitos ou serviços de qualquer natureza.
176/77	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.
243/77	Italívio Coelho	Dispõe sobre a hora legal para todo o Território da República Federativa do Brasil.
278/77	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a revisão do salário mínimo semestralmente, com base nos índices do custo de vida em cada região.
024/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 227 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).
030/78	Vasconcelos Torres	Fixa em 6 (seis) horas a jornada de trabalho dos motoristas de ônibus e dá outras providências.
057/78	Orestes Quércia	Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nº	Autor	Ementa
070/78	Franco Montoro	Consolida a legislação vigente, instituindo a nova Lei Orgânica da Previdência Social Urbana.
083/78	Mauro Benevides	Estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo e dá outras providências.
087/78	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de energia elétrica, e dá outras providências.
105/78	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 4º ao art. 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
107/78	Itamar Franco	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e estabelece critério para agregar ao salário mínimo o aumento da produtividade da economia nacional.
140/78	Orestes Quêrcia	Introduz alteração na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de assegurar direito de indenização ao empregado doméstico despedido sem justa causa.
194/78	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
198/78	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
200/78	Orestes Quêrcia	Alterando a redação do artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.
228/78	Franco Montoro	Dispõe sobre o salário mínimo profissional dos Advogados em regime de relação de emprego.
234/78	Orestes Quêrcia	Acrescenta os parágrafos 5º e 6º ao artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.
285/78	Franco Montoro	Altera a destinação da Taxa Judiciária, em favor da construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal.
296/78	Orestes Quêrcia	Altera a redação da alínea A, do art. 7º, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.
297/78	Orestes Quêrcia	Altera a redação do caput do art. 9º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, e dá outras providências.
299/78	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
303/78	Orestes Quêrcia	Dá nova redação ao art. 472 e seu parágrafo primeiro do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).
320/78	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a remuneração mínima dos vigilantes que militam em instituições bancárias e congêneres e dá outras providências.
325/78	Orestes Quêrcia	Dá nova redação ao artigo 491 da Consolidação das Leis do Trabalho.
331/78	Orestes Quêrcia	Acrescenta item ao artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
338/78	Murilo Paraíso	Institui a correção monetária nos débitos de obras contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não pagas 30 (trinta) dias após o respectivo faturamento.
340/78	Accioly Filho	Dispõe sobre aplicação de regras processuais, e dá outras providências.
346/78	Accioly Filho	Dispõe sobre alterações no Código de Processo Civil.
348/78	Accioly Filho	Dispõe sobre as Ações Renovatórias de locação.
350/78	Accioly Filho	Dispõe sobre o mandato de segurança.
351/78	Accioly Filho	Dispõe sobre recursos nos processos de falência.
352/78	Accioly Filho	Dispõe sobre a ação de alimentos.

Nº	Autor	Ementa
7/79	Nelson Carneiro	Restabelece, pelo prazo que especifica, o exercício da faculdade prevista no Decreto-lei nº194, de 24 de fevereiro de 1967.
13/79	Mauro Benevides	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica.
15/79	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores temporários, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.
21/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao artigo 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).
27/79	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a jornada de trabalho do motorista condutor de veículos utilizados ao transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, fixa-lhe o salário profissional, e determina outras providências.
29/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado que, após completar o tempo para aposentadoria, continuar em atividade o pagamento de pecúlio correspondente à soma das contribuições pagas após o cumprimento do prazo.
30/79	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a prioridade a ser concedida, pela Caixa Econômica Federal, no financiamento de unidade habitacional aos que hajam tido sua moradia desapropriada, e determina outras providências.
32/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado despedido indenização integral pelo tempo de serviço.
42/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas comprovarem regularidade com o FGTS, para os fins que especifica.
43/79	Franco Montoro	Assegura aos assalariados a contagem do tempo de serviço prestado no meio rural.
44/79	Orestes Quêrcia	Assegura ao Trabalhador o período regular de férias, ainda quando afastado em razão de acidente de trabalho, alterando o art. 133 da Consolidação das Leis do Trabalho.
45/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).
54/79	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".
55/79	Franco Montoro	Concede anistia a empregados regidos pela CLT e dispensados com fundamento no Ato Institucional de 1964.
59/79	Orestes Quêrcia	Modifica dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu julgamento e dá outras providências".
63/79	Orestes Quêrcia	Introduz alteração na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".
68/79	Franco Montoro	Eleva para 100% (cem por cento) do FGTS depositado, a importância que a empresa deverá pagar ao empregado, no caso de despedida sem justa causa.
70/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do artigo 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).
75/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a transmissão, por emissoras de rádio e televisão vinculadas à União de programas de debates sobre problemas brasileiros.
80/79	Franco Montoro	Estabelece que as emissoras de televisão e rádio promoverão programas de debates sobre problemas nacionais, estaduais ou municipais, destinados à educação política da população.
81/79	Nelson Carneiro	Concede prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.

Nº	Autor	Ementa
85/79	Agenor Maria	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.
93/79	Franco Montoro	Reabre o prazo para que os segurados do INPS promovam a retificação de seu enquadramento.
94/79	Franco Montoro	Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional e dá outras providências.
100/79	Franco Montoro	Concede aposentadoria especial aos artistas e aos técnicos em espetáculos de diversões.
109/79	Orestes Quêrcia	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 4º, da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do Atleta Profissional de Futebol.
110/79	Orestes Quêrcia	Fixa o valor da pensão especial concedida pela Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965 e estendida pelo Decreto-lei nº 940, de 13 de outubro de 1969, e dá outras providências.
113/79	Franco Montoro	Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.
121/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
128/79	Marcos Freire	Altera a redação do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, anexa à CLT, tornando obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas por condições especiais de trabalho também ao Sindicato respectivo, ao qual pertença o trabalhador atingido.
135/79	Agenor Maria	Estabelece critério para a majoração das tarifas dos serviços públicos que especifica, e dá outras providências.
137/79	Adalberto Sena	Altera o art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, acrescentando-lhe o item que indica.
143/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o salário profissional dos Técnicos de Enfermagem.
144/79	Franco Montoro	Eleva o valor de benefícios mínimos a cargo do INPS, dando nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
148/79	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao art. 5º, da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.
150/79	Franco Montoro	Permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria.
155/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.
157/79	Franco Montoro	Dispõe sobre amparo ao trabalhador desempregado, garantindo-lhe o direito de auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez.
165/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à visita mensal do agrônomo e do veterinário do Ministério da Agricultura, pelas propriedades agrícolas cadastradas no órgão.
169/79	Franco Montoro	Determina a revisão semestral do salário mínimo, sempre que se verificar, no período, elevação de custo de vida superior a 10%, alterando o artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho.
172/79	Jaison Barreto	Institui o Seguro-Saúde Estatal Universal e Compulsório, e dá outras providências.
182/79	Agenor Maria	Altera a redação dos §§ 5º e 6º, do art. 127, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Nº	Autor	Ementa
183/79	Nelson Carneiro	Altera a redação de dispositivo dos Decretos-leis nºs 7.661, de 21 de junho de 1945 e 75, de 21 de novembro de 1966, para o efeito de compatibilizar a legislação que cuida da incidência de juros e correção monetária com a que regula os débitos de natureza trabalhista.
186/79	Nelson Carneiro	Institui o salário-mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau, e dá outras providências.
188/79	Orestes Quércia	Acrescentando dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
189/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos estaduais, na forma que especifica.
193/79	Franco Montoro	Atribui à Federal de Seguros S.A., integrante do sistema financeiro da Previdência Social, a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.
195/79	Franco Montoro	Veda o exercício de cargos de direção e assessoramento em empresas transnacionais e ex-ocupantes de cargos executivos na administração pública.
200/79	Franco Montoro	Dispõe sobre medidas de combate à poluição de águas fluviais, determinando que as indústrias somente poderão efetuar despejos a montante da respectiva captação.
202/79	Franco Montoro	Revoga o art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para proibir a derrubada de florestas heterogêneas, ainda que para transformá-las em homogêneas.
204/79	Agenor Maria	Acrescenta § 2º ao art. 30, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.
211/79	Orestes Quércia	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, para o fim de estabelecer novo critério de início dos efeitos pecuniários decorrentes de trabalho insalubre ou perigoso.
213/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente à indicação de advogados para juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho.
215/79	Nelson Carneiro	Estabelece critério para a concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores, e dá outras providências.
216/79	Franco Montoro	Institui o auxílio-complementar devido aos segurados que, submetidos a processo de reabilitação profissional, só possam exercer atividade diversa da exercida anteriormente.
220/79	Orestes Quércia	Faculta aos sindicalizados serem eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, revogando incisos da Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
221/79	Franco Montoro	Elimina desigualdade de tratamento ao trabalhador rural, que ingressa no regime do INPS, acrescentando parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.
223/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional e estabelece critério para a distribuição de recursos da União aos Estados e Territórios.
224/79	Mauro Benevides	Altera a redação do art. 5º, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
225/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre transferência de empregado estudante.
227/79	Orestes Quércia	Dispõe a respeito do adicional de 50% pago por horas extras que excederem de 8 por semana ou 24 por mês, aditando parágrafo ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho — Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nº	Autor	Ementa
238/79	Franco Montoro	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.
241/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre garantias básicas aos produtores de café.
253/79	Franco Montoro	Regula a transferência de empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
256/79	Orestes Quêrcia	Modifica e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.
263/79	Orestes Quêrcia	Altera dispositivos da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, de modo a estender ao empregado doméstico a legislação acidentária do trabalho.
264/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a reintegração dos dirigentes e representantes sindicais beneficiados pela anistia.
271/79	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) e dá outras providências.
279/79	Nelson Carneiro	Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.
280/79	Franco Montoro	Dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopista e dá outras providências.
284/79	Franco Montoro	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família na forma da lei civil.
285/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
286/79	Franco Montoro	Assegura aposentadoria com salário integral à mulher segurada do INPS.
291/79	Nelson Carneiro	Institui salário adicional para os trabalhadores que exercem atividade em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade.
292/79	Franco Montoro	Assegura o pagamento do salário-família a todos os aposentados pelo sistema geral da Previdência Social.
298/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a profissão de carpinteiro naval da Marinha Mercante.
301/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre o prazo de mandato do dirigente sindical.
307/79	Franco Montoro	Estabelece que quando o empregador deixar de depositar o FGTS, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.
311/79	Franco Montoro	Elimina do Código Eleitoral injustificada discriminação contra o hanseniano.
315/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, estabelecendo a prescrição quinquenal da dívida ativa do INPS.
317/79	Franco Montoro	Permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova redação ao item II do art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.
318/79	Franco Montoro	Considera dependentes do segurado para obtenção de assistência médica, os filhos estudantes, sem economia própria, até 24 anos de idade, acrescentando parágrafo ao art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.
324/79	Orestes Quêrcia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar certos direitos trabalhistas ao empregado cujo contrato é rescindido com culpa recíproca.
325/79	Franco Montoro	Dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.
328/79	Franco Montoro	Estende aos servidores públicos sujeitos ao regime trabalhista as condições estabelecidas em sentenças normativas ou contratos coletivos de trabalho.

Nº	Autor	Ementa
337/79	Franco Montoro	Assegura aos sindicatos o direito de instituir delegacias ou nomear delegados de empresas, em suas bases territoriais.
338/79	Franco Montoro	Coíbe abuso do poder econômico, proibindo que as empresas fabricantes ou montadoras organizem grupos de consórcios para a venda dos produtos de sua fabricação.
339/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
340/79	Nelson Carneiro	Fixa o salário-profissional do Vigilante Bancário, e o tempo das jornadas de trabalho, diurna e noturna, e determina outras providências.
342/79	Lomanto Júnior	Regulamenta a profissão de Ortopista e dá outras providências.
343/79	Franco Montoro	Dispõe sobre redificação de correção salarial quando ocorrerem erros no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
346/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 505 do vigente Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).
347/79	Leite Chaves	Extingue o confisco sobre o café.
350/79	Orestes Quêrcia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.
352/79	Orestes Quêrcia	Altera o art. 92 do Código Eleitoral, que dispõe sobre o número de candidatos nas eleições proporcionais.
353/79	Franco Montoro	Assegura a continuidade do pagamento de benefício, pelo INPS, até que haja revisão do mesmo pela Junta de Recurso da Previdência Social.
355/79	Franco Montoro	Concede auxílio-funeral aos inválidos e aos maiores de 70 anos abrangidos pela Lei nº 6.187, de 11 de dezembro de 1974.
356/79	Orestes Quêrcia	Considera tempo efetivo o afastamento do trabalho, por sete dias, no casamento e em caso de morte dos parentes que menciona, alterando o art. 473 da CLT.
357/79	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitério.
359/79	Franco Montoro	Determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação efetuadas pela Empresa Brasileira de Notícias.
361/79	Nelson Carneiro	Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.
365/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao Título II do Livro I do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) e dá outras providências.
367/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 10 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
368/79	Nelson Carneiro	Eleva o valor do salário-família do trabalhador e dá outras providências.
372/79	Franco Montoro	Concede abono anual aos idosos e inválidos.
373/79	Franco Montoro	Estabelecendo que o juiz, antes do recebimento da queixa ou denúncia, assegurará ao acusado sua defesa preliminar.
374/79	Dirceu Cardoso	Dispondo sobre consulta prévia às populações de municípios compreendidos em áreas de localização ou construção de instalação nucleares.
6/80	Agenor Maria	Regulamenta, junto ao Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, a nova situação jurídica de seus atuais contribuintes facultativos, advinda das Leis nºs 6.497/77 e 6.677/79, combinadas com o art. 41, alínea a, do Regimento Básico do IPC.
7/80	Franco Montoro	Determinando que também o salário mínimo será corrigido semestralmente.
8/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao item I do art. 69 da Lei Orgânica da Previdência Social e ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Nº	Autor	Ementa
9/80	Paulo Brossard	Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968.
15/80	Nelson Carneiro	Revoga o artigo 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.
17/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.
20/80	Orestes Quêrcia	Revogando a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional.
21/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre os depósitos feitos por brasileiros em estabelecimentos bancários no exterior, em contas numeradas ou secretas.
22/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
25/80	Mendes Canale	Regula a convocação de suplente para o exercício de mandato eletivo decorrente das eleições de 15 de novembro de 1978 e dá outras providências.
27/80	Aderbal Jurema	Autoriza o Poder Executivo a criar a Revista do Serviço Público-Editora, vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP — e dá outras providências.
30/80	Nelson Carneiro	Modifica a redação do item I do artigo 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).
34/80	Nelson Carneiro	Resguarda direitos adquiridos por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quanto à percepção de adicionais por quinquênios, antes da vigência da Lei nº 5.903, de 9 de julho de 1973.
42/80	Nelson Carneiro	Modifica e acrescenta dispositivos no art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de aperfeiçoar o texto concernente à conceituação de categoria profissional diferenciada.
48/80	Franco Montoro	Estabelecendo que os benefícios do INPS serão reajustados na mesma proporção do reajustamento do salário mínimo.
50/80	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras "d" e "f" do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.
52/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de unificar o prazo do aviso prévio.
53/80	Orestes Quêrcia	Modifica a redação do artigo 165 da Consolidação das Leis do Trabalho.
55/80	Franco Montoro	Estabelece a garantia de emprego.
56/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer garantias aos representantes classistas nas CIPAs.
57/80	Orestes Quêrcia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, visando tornar livres as negociações salariais entre empregados e empregadores.
58/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar as medidas legais de segurança e higiene do trabalho.
63/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
65/80	Amaral Furlan	Isenta da incidência do Imposto de Renda os rendimentos que especifica, auferidos pelos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.
66/80	Amaral Furlan	Estabelece medidas sobre a concessão de financiamentos, pelo Sistema Financeiro de Habitação, aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.
67/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores.
71/80	Orestes Quêrcia	Revoga o artigo 33 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.
73/80	Orestes Quêrcia	Revoga o artigo 37 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.
77/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o preenchimento de vagas em instituições credenciadas a executar programas de Residência Médica.
82/80	Orestes Quêrcia	Revoga o art. 5º da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.

Nº	Autor	Ementa
83/80	Franco Montoro	Estabelece novo critério para o cálculo da indenização dos representantes comerciais autônomos.
84/80	Henrique de La Rocque	Dispõe sobre a disponibilidade e aposentadoria dos membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública.
85/80	Nelson Carneiro	Modifica a redação do § 2º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
86/80	Amaral Furlan	Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
88/80	Franco Montoro	Estende ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.
91/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de carteira de saúde para os ordenhadores e dá outras providências.
95/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 18, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
97/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aposentadoria especial, para os motoristas profissionais.
99/80	Franco Montoro	Inclui, entre as prerrogativas dos sindicatos, a de colocar quadros de avisos dentro do recinto das empresas.
102/80	Amaral Furlan	Altera a redação do § 4º do artigo 4º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e acrescenta § 5º ao mesmo dispositivo legal.
103/80	Nelson Carneiro	Regula o retorno à atividade de aposentado pela Previdência Social.
104/80	Franco Montoro	Dá validade ao atestado fornecido por serviço médico dos sindicatos, nos casos de justificação de faltas ao trabalho.
105/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968, que "estende o direito ao salário-família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963".
108/80	Franco Montoro	Permite o abono de faltas do trabalhador-estudante em dias de exame escolar.
111/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre os prazos de carência e de amortização dos empréstimos concedidos através do programa de crédito educativo.
113/80	Orestes Quêrcia	Revoga o artigo 50 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.
114/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a retenção de salários pelo empregador.
117/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 4º ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
120/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
121/80	Franco Montoro	Estabelece a exigibilidade de discriminação das deduções salariais.
123/80	Leite Chaves	Acrescenta inciso ao art. 233 da Lei nº 6.015, de 31-12-73, para que fiquem automaticamente canceladas as matrículas de imóveis de área igual ou superior a 10 mil hectares, condicionada à renovação do reconhecimento de exploração econômica e conveniente uso social.
124/80	Franco Montoro	Dá nova redação ao "caput" do art. 82 da Lei Orgânica da Previdência Social.
125/80	Nelson Carneiro	As exigências do Serviço Militar não constituirão motivo para alteração ou rescisão de contrato de trabalho.
127/80	Orestes Quêrcia	Altera e acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir ao Tribunal Superior do Trabalho a competência de expedir instruções regulando as eleições sindicais.
130/80	Franco Montoro	Assegura prestação de assistência Médica aos filhos dos segurados do INPS até 24 anos de idade, quando estudante.
134/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.

Nº	Autor	Ementa
135/80	Franco Montoro	Autoriza a contagem, para efeito de aposentadoria pelo INPS, do tempo de serviço público estadual e municipal.
136/80	Nelson Carneiro	Dispõe que será considerado licença remunerada o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho, no desempenho de cargo de administração sindical, de representação profissional ou de delegado sindical, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva.
137/80	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a isenção de imposto de renda para os proventos da aposentadoria e para as pensões, sob a condição que especifica.
141/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir aos sindicatos a prerrogativa de fornecer atestados médicos aos trabalhadores.
142/80	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.
144/80	Franco Montoro	Dá a designação de Administrador aos profissionais atualmente denominados Técnicos de Administração.
145/80	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
146/80	Orestes Quêrcia	Isenta do Imposto de Renda o 13º-salário.
147/80	Franco Montoro	Determina que os depósitos dos empregados no FGTS sejam corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
148/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a Lei Orgânica da Previdência Social.
149/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.
152/80	Leite Chaves	Torna obrigatório o estágio de 2 anos no INPS para que possa o médico exercer automaticamente sua profissão no território nacional.
155/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o aumento do percentual do salário-família devido aos trabalhadores e demais beneficiários.
156/80	Orestes Quêrcia	Dá nova redação à letra "h" no art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.
159/80	Nelson Carneiro	Destina área do Parque Rogério Pithon de Farias à construção de Barracas para a Festa dos Estados.
162/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do item I do § 2º do art. 64 da Lei Orgânica da Previdência Social.
163/80	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons.
164/80	Orestes Quêrcia	Institui a aposentadoria voluntária da mulher segurada do INAMPS após vinte e cinco anos de serviço, com proventos proporcionais.
165/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
166/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o exercício das profissões de publicitário, profissionais de propaganda, técnicos em publicidade e serviços auxiliares e de assessoria e dá outras providências.
167/80	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a obrigatoriedade de localização de sede no DF, para as entidades que menciona.
168/80	Orestes Quêrcia	Estabelece o salário mínimo uniforme para todas as regiões do Brasil.
169/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de instituir a estabilidade provisória para a mulher grávida.
171/80	Orestes Quêrcia	Dá nova redação ao art. 237 do Código de Processo Civil.
172/80	Orestes Quêrcia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº	Autor	Ementa
173/80	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a reserva obrigatória de vagas para paraplégicos nas empresas públicas e privadas.
176/80	Henrique de La Rocque	Cancela penas impostas ao ex-Governador de São Paulo Adhemar Pereira de Barros, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.
177/80	Franco Montoro	Assegura aos ferroviários o pagamento das horas extras em que ficam à disposição da empresa.
178/80	Franco Montoro	Considera crime o exercício ilegal da engenharia, arquitetura ou agronomia.
179/80	Orestes Quêrcia	Assegura salário igual ao do dispensado ao empregado contratado para substituí-lo.
180/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.
181/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do caput do art. 532, da Consolidação das Leis do Trabalho.
183/80	Franco Montoro	Amplia a proteção ao trabalhador rural vítima de acidente do trabalho.
185/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a inclusão de representantes do maior Partido Político de Oposição na administração das entidades paraestatais e dá outras providências.
186/80	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.
187/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
188/80	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
189/80	Franco Montoro	Isenta os proprietários de habitações populares, da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.
190/80	Orestes Quêrcia	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, determinando o reconhecimento do atestado médico do sindicato, desde que exista convênio com a instituição previdenciária.
191/80	Affonso Camargo	Proíbe a instituição de sublegendas nas eleições para Senador.
192/80	Franco Montoro	Dispõe sobre o levantamento do saldo de conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por parte do aposentado que volta ao trabalho.
194/80	Valdon Varjão	Cria horário especial, em cadeia nacional de televisão, para a retransmissão obrigatória do noticiário relativo às atividades do Congresso Nacional.
195/80	Valdon Varjão	Disciplina a concessão de crédito especial para assistência permanente a posseiro rural, e determina outras providências.
196/80	Mauro Benevides	Dispõe sobre a distribuição de quotas acumuladas do Fundo Partidário e dá outras providências.
197/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 3º ao art. 3º e dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.
200/80	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.
201/80	Nelson Carneiro	Amplia a jurisdição do oficial de justiça.
203/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
204/80	Orestes Quêrcia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.
206/80	Dirceu Cardoso	Define crimes contra a Segurança Nacional no âmbito da economia, estabelece normas de processo e julgamento, concede anistia e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
207/80	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os empregados em serviços de limpeza.
212/80	Orestes Quêrcia	Introduz alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário aos idosos e inválidos.
213/80	Nelson Carneiro	Obriga o fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual.
215/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.
216/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 130, da Consolidação das Leis do Trabalho.
218/80	Mauro Benevides	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
219/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre a chefia dos serviços de conferência de carga e descarga nas embarcações mercantes.
223/80	Gastão Müller	Faculta ao cego a condução e a permanência de seu cão-guia em qualquer estabelecimento ou transporte no país.
224/80	Orestes Quêrcia	Modifica a redação do artigo 225 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.
225/80	Bernardino Viana	Estabelece normas para concessão de quotas de trigo em grão aos Estados onde não existam moinho e dá outras providências.
226/80	Orestes Quêrcia	Introduz alteração na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
231/80	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.
233/80	Franco Montoro	Permite ao segurado que tenha regredido na respectiva escala, voltar a contribuir sobre salário-base correspondente ao seu tempo de filiação.
234/80	Lourival Baptista	Dispõe sobre o prosseguimento dos Concursos Nacionais de Monografias da Revista do Serviço Público Editora (RSP/ED.).
236/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 37, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
238/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do item I do artigo 7º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.
239/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao artigo 42 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.
240/80	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS E INAMPS).
242/80	Orestes Quêrcia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.
243/80	Dirceu Cardoso	Estabelece normas de distribuição de moradias funcionais na Administração Direta e Indireta.
244/80	Amaral Furlan	Dá nova redação ao art. 270 da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
245/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos militares de ensino aos cursos profissionalizantes de 2º grau do ensino médio.
247/80	Agenor Maria	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, restaura dispositivo da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e dá outras providências.
248/80	Franco Montoro	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença.
249/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis de Trabalho.
250/80	Roberto Saturnino	Disciplina a incidência de penalidades por atraso no pagamento de contas de luz, gás, telefones, aluguel, condomínio e similares.

Nº	Autor	Ementa
251/80	Franco Montoro	Assegura às telefonistas aposentadoria especial, com proventos integrais, ao completar 25 anos de trabalho, alterando o art. 227 da CLT e o art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.
254/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis de Trabalho.
255/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento de 13º salário devido aos trabalhadores avulsos.
258/80	Franco Montoro	Revoga o artigo 318 da Consolidação das Leis de Trabalho, que limita o número de aulas dadas pelo professor.
259/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, para fim de estabelecer a obrigatória equivalência proporcional do tempo de serviço prestado em atividade penosa, insalubre ou perigosa, para efeito de aposentadoria por tempo de serviço.
260/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis de Trabalho.
261/80	Franco Montoro	Estabelece medidas de defesa do posseiro que ocupa trecho de terra, nele reside e o torna produtivo com o seu trabalho, incluindo na Lei nº 4.504, de 1964, normas disciplinadoras da ocupação de terras particulares.
262/80	Franco Montoro	Permite ao advogado ter vista de processo administrativo fora da repartição, alterando dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
263/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de beneficiar empregado licenciado do trabalho para o exercício de mandato sindical.
264/80	Nelson Carneiro	Acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis de Trabalho.
265/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
269/80	Agenor Maria	Institui o racionamento de combustíveis no País e dá outras providências.
270/80	Dirceu Cardoso	Regula o tráfego de automóveis particulares em todo o território nacional.
271/80	Nelson Carneiro	Regula o consumo de derivados de petróleo e misturas automotrizes e dá outras providências.
273/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o resgate das quotas relativas a investimentos efetuados com base no Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, no caso de falecimento do contribuinte.
275/80	Agenor Maria	Concede incentivo às empresas de mineração e geologia que admitiram estagiários e dá outras providências.
277/80	Nelson Carneiro	Obriga as empresas à remessa de uma via de relação de todos os seus empregados ao sindicato representativo da respectiva categoria profissional.
279/80	Franco Montoro	Submete à fiscalização financeira dos Tribunais de Contas as pessoas jurídicas de direito privado de que o Poder Público participe como acionista exclusivo ou majoritário.
282/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais da área de saúde: médicos, odontologistas, farmacêuticos e seus auxiliares, fixando as respectivas remunerações profissionais mínimas e dando outras providências.
283/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 5º, da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que "dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.
284/80	Franco Montoro	Autoriza a aplicação de 10 a 20% do Fundo de Participação dos Municípios em programas de educação pré-escolar e de primeiro grau.
285/80	Nelson Carneiro	Sugere nova redação a dispositivos da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
287/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a criação de salas especiais para a exibição de obras cinematográficas vedadas aos circuitos comerciais e dá outras providências.
288/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aplicação de multa para estabelecimentos que, com mais de 30 mulheres, não construam creches.
289/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.
291/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, no anexo a que se refere o seu art. 577.
292/80	Franco Montoro	Assegura a jornada de trabalho de 6 horas aos empregados que exerçam a função de caixa.
293/80	Amaral Furlan	Modifica a redação do artigo 76 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, transformando de contravenção em crime o exercício ilegal da engenharia, arquitetura e agronomia.
295/80	Franco Montoro	Eleva de 5 para 10% do salário-mínimo a cota do salário família devida aos empregados que perceberem até cinco salários mínimos.
299/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
300/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.
301/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre benefício que especifica aos profissionais liberais com mais de setenta anos de idade.
304/80	Orestes Quércia	Institui o seguro-desemprego.
307/80	Franco Montoro	Assegura a sindicalização de servidores públicos.
309/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de tempo de serviço, no caso que especifica.
310/80	Orestes Quércia	Elimina a opção existente no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, compatibilizando-o com o Sistema de Estabilidade no Emprego.
311/80	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda pública.
312/86	Orestes Quércia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.
313/80	Lomanto Júnior	Autoriza a realização de convênio entre o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Ministério de Educação e Cultura (MEC), e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), para microfilmagem da Revista do Serviço Público (RSP), e a organização da Biblioteca Brasileira de Administração.
314/80	Amaral Furlan	Institui o Dia do Vereador e dá outras providências.
315/80	Franco Montoro	Cria Comissão Especial, no IBGE, integrada por representantes eleitos dos empresários e dos trabalhadores, para acompanhar e fiscalizar a apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC.
316/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre o fornecimento continuado de merenda escolar aos alunos carentes, nos períodos de férias escolares.
319/80	Franco Montoro	Assegura ao inquilino o direito de preferência na unidade que ocupa, quando o prédio for dividido em unidades autônomas.
321/80	Nelson Carneiro	Altera a legislação orgânica do Tribunal de Contas da União e determina outras providências, visando melhor aparelhar o controle da administração pública federal, direta ou indireta.
324/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu normas reguladoras do trabalho rural.

Nº	Autor	Ementa
325/80	Cunha Lima	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, determinando a incorporação definitiva das gratificações à remuneração do empregado, nas condições que especifica.
328/80	Lázaro Barboza	Dá denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília.
329/80	Cunha Lima	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas habituais também integre a remuneração.
333/80	Franco Montoro	Concede aposentadoria a atletas veteranos, que não percebem proventos da Previdência Social.
334/80	Cunha Lima	Introduz alterações no Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, que dispõe sobre títulos de crédito industrial.
335/80	Franco Montoro	Dispõe sobre a atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).
337/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o registro, funcionamento e atividades das Ordens Honoríficas, Dinásticas e Nobiliárquicas e dá outras providências.
338/80	Orestes Quêrcia	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho, e na Lei nº 4.375, de 17-8-64, que dispõe sobre o Serviço Militar.
339/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre o contingenciamento de áreas de plantio nos contratos de financiamento agrícola.
342/80	Dirceu Cardoso	Altera a redação dos arts. 125 a 132, 134 a 136 e 143 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelecendo normas relativas a licitações, para compra, obras, serviços e alienações na área da Administração Pública.
4/81	Cunha Lima	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à prevenção de acidentes.
5/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.
7/81	Orestes Quêrcia	Revigora o art. 563, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação que especifica.
10/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo ao art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho.
11/81	Franco Montoro	Permite que, para efeito de aposentadoria, o militar conte o tempo de serviço prestado em atividade privada.
14/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).
15/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na legislação previdenciária que disciplina os benefícios de aposentadoria por invalidez e por velhice.
16/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o pagamento da pensão prevista no Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, aos dependentes de ferroviários falecidos.
19/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, que instituiu abono especial em caráter permanente, para aposentados de Institutos de Previdência.
20/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
21/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre desconto especial de 50% nos preços das passagens dos transportes coletivos para velhos e crianças, nas condições que especifica.
23/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.
24/81	Nelson Carneiro	Modificando dispositivos do Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, para o fim de permitir o resgate antecipado de aplicações no Fundo 157 também no caso de aposentadoria do titular do depósito.
26/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das leis do Trabalho.

Nº	Autor	Ementa
28/81	Nelson Carneiro	Reabre o prazo de que trata a Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, para os segurados do INPS requererem retificação de enquadramento, referente a seu tempo de filiação.
29/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta e altera disposições do art. 61, da Consolidação das leis do Trabalho.
31/81	Leite Chaves	Revoga o art. 240 e parágrafos, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e introduz parágrafo ao art. 74 do Decreto-lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941 (Código de Processo Penal).
32/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das leis do Trabalho, dispondo sobre o aviso prévio.
33/81	Mauro Benevides	Altera a redação do art. 5º da lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
34/81	Franco Montoro	Determina que, ao empregado afastado, percebendo auxílio-doença da Previdência Social, será garantida, no primeiro ano de afastamento, a complementação do 13º salário igual à diferença entre o valor pago pela previdência social e o salário nominal do empregado.
35/81	Leite Chaves	Obriga os estabelecimentos bancários ou creditícios e as instituições financeiras, que utilizem serviços de guarda ou vigilância, a manterem cabinas especiais de proteção, construídas à prova de bala e fogo.
36/81	Orestes Quêrcia	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das leis do Trabalho.
37/81	Franco Montoro	Garante ao trabalhador acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional, o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.
38/81	Franco Montoro	Determina que, os empregados afastados pelo INPS para tratamento de saúde, com mais de 5 anos de serviços efetivos na empresa, terão o valor do auxílio-doença complementado pela empresa até o valor dos seus salários, pelo período de 6 meses.
39/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao art. 450, da Consolidação das leis do Trabalho.
40/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar o direito de férias.
41/81	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
42/81	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a revogação da letra "b" do art. 39, da lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei orgânica da Previdência Social.
43/81	Franco Montoro	Dispõe que, no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos em que tiver trabalhado anteriormente na empresa.
44/81	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 5º do art. 3º, da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a Lei Orgânica da Previdência Social.
47/81	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).
49/81	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 9º da lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.
52/81	Orestes Quêrcia	Introduz alterações na Consolidação das leis do Trabalho, na parte concernente às férias.
54/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 3º ao artigo 893 da Consolidação das leis do Trabalho.
56/81	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 746 da Consolidação das Leis do Trabalho.
57/81	Luiz Fernando Freire	Veda à União a inscrição na dívida ativa de débitos de empresas que lhe sejam credoras, e dá outras providências.

Nº	Autor	Ementa
59/81	Orestes Quêrcia	Altera a redação de dispositivos do art. 7º, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.
61/81	Luiz Cavalcante	Inclui, no Almanaque do Ministério do Exército, no posto de General-de-Exército, o nome do Tenente-Coronel João Carlos de Vilagrã Cabrita.
63/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo ao art. 678 da Consolidação das Leis do Trabalho.
64/81	Luiz Fernando Freire	Regula a concessão de passaporte diplomático nas hipóteses que menciona, e dá outras providências.
65/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de vedar qualquer mudança unilateral de horário que implique em alteração do trabalho diurno, noturno ou misto.
66/81	Bernardino Viana	Revoga o § 4º do art. 71 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, alterada pelo art. 1º da Lei nº 6.884, de 9 de dezembro de 1980.
69/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
70/81	Roberto Saturnino	Altera a redação dos dispositivos que especifica, do Decreto-lei nº 117, de 31 de janeiro de 1967.
75/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de definir a representação dos condomínios em edificações perante a Justiça do Trabalho.
79/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre o prazo de prescrição para cobrança dos débitos das empresas relativamente ao PIS-PASEP e ao FGTS.
80/81	Cunha Lima	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
81/81	Amaral Furlan	Define e pune o crime ecológico.
82/81	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento integral do décimo terceiro salário ao trabalhador enfermo.
83/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao art. 846 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
85/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 1º do Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969, que dispõe sobre a fixação e o reajustamento de anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional.
87/81	Orestes Quêrcia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.
88/81	Hugo Ramos	Altera o § 2º do artigo 60 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966
89/81	Orestes Quêrcia	Introduz modificação no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para o fim de vedar o exercício da atividade de corretor de seguros a gerentes e outros funcionários de bancos.
93/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.
94/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao artigo 193, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e alterada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.
95/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao art. 540, da Consolidação das Leis do Trabalho.
101/81	Orestes Quêrcia	Altera a redação do item III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.
102/81	Franco Montoro	Inclui um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG —, na Comissão Nacional do Alcool—CNAe.
105/81	Cunha Lima	Torna obrigatória a construção de módulos esportivos, nos conjuntos residenciais edificados pelo Banco Nacional da Habitação-B.N.H.
108/81	Orestes Quêrcia	Determina prazo de prescrição das ações pleiteando direitos relativos ao FGTS e ao PIS-PASEP.

Nº	Autor	Ementa
109/81	Orestes Quêrcia	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à obrigatoriedade de depósito prévio para efeito de recurso.
111/81	Bernardino Viana	Estabelece requisitos mínimos para implantação de projetos agropecuários no Nordeste, e dá outras providências.
113/81	Agenor Maria	Dispõe sobre a exigência de consignação do Grupo Sanguínio na cédula de identidade.
114/81	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
115/81	Cunha Lima	Veda a remessa, para o exterior, de pagamentos de "royalties" pelo uso de marcas de indústria ou de comércio.
116/81	Franco Montoro	Permite às cooperativas rurais a execução de serviços de produção e distribuição de energia elétrica.
117/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.
119/81	Orestes Quêrcia	Institui o Dia da Telefonista, na data de 29 de junho.
124/81	Nelson Carneiro	Revoga o art. 13 do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.
125/81	Orestes Quêrcia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.
128/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a tributação, na fonte de rendas provenientes de salários, vencimentos, soldos, gratificações, vantagens, proventos e pensões.
129/81	Orestes Quêrcia	Introduz alterações no Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para o fim de restabelecer a prioridade assegurada ao proprietário do solo.
130/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de estender a prestação da assistência médica previdenciária às parturientes em geral, independentemente de filiação.
131/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 6.354, de 02 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências.
132/81	Nelson Carneiro	Estabelece critérios de enquadramento sindical no meio rural.
133/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.
134/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 1.820, de 12 de dezembro de 1980.
135/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre revogação do item VI do art. 530, da Consolidação das Leis do Trabalho.
136/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
137/81	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 413, da Consolidação das Leis do Trabalho.
138/81	Franco Montoro	Assegura aos Sindicatos o direito de ter um delegado em cada empresa.
139/81	Orestes Quêrcia	Introduz modificação na Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho e altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.
140/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação previdenciária concernente à pensão.
141/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao artigo 474 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
142/81	Leite Chaves	Altera o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — acrescentando-lhe item X e parágrafo único.
144/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, estabelecendo normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
146/81	Nelson Carneiro	Estabelece o valor da gratificação a que se refere a Lei Complementar nº 35, de 1979, e dá outras providências.
149/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de incluir entre os deveres dos sindicatos a manutenção de serviço de assistência social.

Nº	Autor	Ementa
151/81	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, que dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.
152/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que especifica.
153/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
154/81	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, visando assegurar direitos ao delegado sindical.
155/81	Evandro Carreira	Veda a passageiros e tripulantes de aeronaves fumar durante os períodos de voo.
157/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à consolidação das Leis do Trabalho.
159/81	Franco Montoro	Assegura à mulher aposentadoria proporcional aos vinte e cinco anos de serviço.
161/81	Lenoir Vargas	Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos — alterado pela Lei nº 5.781, de 05 de junho de 1972.
162/81	Cunha Lima	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de determinar novo critério de correção monetária dos depósitos do FGTS.
163/81	Franco Montoro	Dispensa a concordância do empregador no caso da opção do empregado pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
165/81	Cunha Lima	Revigora e altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.
167/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
168/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador.
169/81	Leite Chaves	Proíbe a importação de produtos agropecuários de que seja o País tradicional produtor, ressalvados os casos de calamidade pública, declarados por lei.
170/81	Luiz Fernando Freire	Altera a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955 e dá outras providências.
172/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a não-aplicação do requisito de limite de idade para a concessão de aposentadoria especial às categorias que especifica.
174/81	Cunha Lima	Altera dispositivos da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, na parte concernente ao abono de permanência, e dá outras providências.
175/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre repouso semanal remunerado e pagamento de salário, nos dias feriados civis e religiosos.
176/81	Orestes Quêrcia	Isenta os táxis e os caminhões do pagamento de pedágio nas estradas federais.
177/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a publicidade nos uniformes esportivos dos atletas profissionais de quaisquer modalidades de desportos, e dá outras providências.
178/81	Luiz Viana Filho	Isenta o cacau de qualquer taxa ou cota de contribuição.
179/81	Orestes Quêrcia	Determina a obrigatoriedade de doação de livros, pelas editoras, às bibliotecas públicas, na forma que especifica.
180/81	Franco Montoro	Autoriza a chancela mecânica em documentos oficiais.
181/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos empregados em lavanderias, na condição que especifica.
182/81	Cunha Lima	Dispõe sobre o parcelamento do pagamento da Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969, relativamente aos veículos de praça, de propriedade de motorista profissional autônomo.

Nº	Autor	Ementa
185/81	Leite Chaves	Reverte ao Patrimônio da União, do Estado ou do Município, os presentes, de valor superior a 2 salários mínimos, recebidos pelo Presidente da República, Governador de Estado ou Prefeito Municipal.
186/81	Orestes Quêrcia	Estabelece subsídios para o combustível utilizado pelos veículos de aluguel (táxis).
187/81	Mauro Benevides	Acrescenta dispositivo ao vigente Código Eleitoral, para o fim de permitir o registro de maior número de candidatos às Câmaras Municipais das Capitais dos Estados.
188/81	José Richa	Dispõe sobre a realização de um Plebiscito concomitantemente com as eleições gerais de 15 de novembro, de 1982, e dá outras providências.
189/81	Itamar Franco	Estabelece consulta prévia ao eleitorado sobre forma de escolha para Presidência e Vice-Presidência da República.
190/81	Franco Montoro	Assegura ao cônjuge sobrevivente o direito ao usufruto dos bens da herança, enquanto viver.
191/81	Amaral Furlan	Institui o Dia do Bandeirante.
192/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)
195/81	Franco Montoro	Elimina o monopólio de empresas distribuidoras de derivados de petróleo, assegurado aos postos de gasolina o direito de adquirir combustíveis de qualquer Distribuidora.
196/81	Orestes Quêrcia	Proíbe a propaganda de leite em pó no Rádio e Televisão e dá outras providências.
197/81	José Richa	Dispõe sobre a estabilidade provisória da mulher gestante e dá outras providências.
198/81	José Richa	Dispõe sobre a discriminação, no recibo das verbas pagas ao empregado, descontos efetuados, e dá outras providências.
200/81	Marcos Freire	Dispõe sobre a permissão de distribuição de combustíveis a preços reduzidos para os táxis, mediante subsídio, através de cooperativas, na forma que especifica.
202/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao parágrafo primeiro, do artigo 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
203/81	Orestes Quêrcia	Estende aos motoristas de táxi a aposentadoria especial a que se refere o art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, nas condições que especifica.
206/81	Franco Montoro	Estende aos servidores das Caixas Econômicas o regime de seis horas de trabalho estabelecido na CLT para os empregados em bancos e casas bancárias.
208/81	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo que a prescrição de direitos trabalhistas ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho.
209/81	Leite Chaves	Prorroga, pelo prazo de dois anos, os débitos relativos a custeio do café geado em 1981 e dá outras providências.
213/81	Franco Montoro	Determina que a eleição dos representantes dos empregados nas CIPAs seja convocada com 30 dias de antecedência, assegurada ampla publicidade e notificação ao respectivo sindicato.
214/81	Itamar Franco	Dispõe sobre o impedimento para o exercício da Presidência da República na hipótese que especifica.
217/81	Nelson Carneiro	Permite a sindicalização dos empregados de sociedades de economia mista e de instituições educacionais de qualquer natureza vinculadas ao Poder Público.
219/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação, na 1ª Região da Justiça do Trabalho, de juntas de Conciliação e Julgamento na cidade do Rio de Janeiro.

Nº	Autor	Ementa
220/81	Franco Montoro	Equipara o filho menor, para efeito de salário-família, o enteado, o menor sob guarda e o menor tutela.
221/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador.
222/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960)
223/81	Franco Montoro	Torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias e científicas.
225/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos).
227/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Reforma Bancária), para o fim de estabelecer limites às taxas de juros cobrados nas operações de empréstimos.
229/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente às férias do trabalhador.
234/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13-9-1963, que institui o FGTS, para o fim de possibilitar a utilização do saldo de conta vinculada na construção de moradia própria independentemente de financiamento do BNH, nas condições que especifica.
235/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a arrecadação das contribuições devidas ao SESI, SESC e SENAC.
239/81	Orestes Quércia	Estabelece requisito indispensável à aprovação de investimentos na área do PROÁLCOOL.
240/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria de qualquer natureza.
243/81	Franco Montoro	Permite a participação de trabalhadores aposentados nos cargos de administração sindical.
245/81	Aderbal Jurema	Dá nova redação ao art. 23 do Decreto-lei, nº 73 de 21 de novembro de 1966, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências".
249/81	Nelson Carneiro	Institui o salário mínimo profissional para os trabalhadores na construção civil e dá outras providências.
250/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos).
251/81	Amaral Furlan	Institui o Dia Nacional da Poesia e dá outras providências.
253/81	Orestes Quércia	Concede incentivo fiscal ao transporte de trabalhadores pelas respectivas empresas, nas condições que especifica.
254/81	Franco Montoro	Regula utilização e a liberação de conta vinculada do FGTS, para construção e aquisição da casa própria.
262/81	Adalberto Sena	Altera o art. 1º da Lei nº 5.859, de 11-12-1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico.
264/81	Nelson Carneiro	Institui o adicional por tempo de serviço em favor dos trabalhadores em geral.
265/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos trabalhadores em marmoraria e serraria aos trabalhadores em exploração de pedreiras, para efeito de recebimento de aposentadoria especial.
267/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, objetivando criar condições de maior celeridade no processo judicial do trabalho.
269/81	Luiz Fernando Freire	Autoriza as serventias do foro judicial e extrajudicial a prestarem ao público serviços de reprografia, plastificação de documentos e outros assemelhados.

Nº	Autor	Ementa
272/81	Nelson Carneiro	Estende o direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores que especifica.
273/81	Orestes Quêrcia	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituiu "normas gerais sobre desportos".
276/81	José Richa	Transforma o Fundo Fiscal 157 em "Fundo 157 — Carajás, e determina outras providências.
277/81	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho.
278/81	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 454, da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.
279/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a proibição da produção, comercialização e aplicação de compostos de Dodecil Benceno (DDB — não biodegradáveis).
280/81	Itamar Franco	Dispõe sobre o impedimento para o exercício da Presidência da República nas hipóteses que especifica.
282/81	Orestes Quêrcia	Revoga o artigo 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.
283/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que "dispõe sobre a correção automática dos salários, etc".
288/81	Franco Montoro	Estabelece que as listas para a escolha dos reitores das Universidades estaduais e municipais obedecerão às normas estabelecidas em seus respectivos Estatutos.
289/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, visando à simplificação de atos processuais.
290/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de elevar o valor do auxílio-doença devido aos segurados.
294/81	Mauro Benevides	Faculta ao eleitor residente no Distrito Federal, nos pleitos para Governador de Estado, Assembléias Legislativas, Senado Federal e Câmara dos Deputados, votar nos candidatos do Estado ou Território em que seja inscrito, introduzindo alteração na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974.
296/81	Valdon Varjão	Proíbe a venda ou anúncios de venda de tecidos ou órgãos do corpo humano e dá outras providências.
297/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.
298/81	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 10, da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a Lei Orgânica da Previdência Social.
299/81	Valdon Varjão	Obriga as empresas que opera consórcio a repassar aos consorciados descontos obtidos do fabricante ou revendedor, e dá outras providências.
302/81	Hugo Ramos	Dispõe sobre a exploração do jogo e a abertura dos cassinos na Capital Federal, nas cidades com população mínima de cinco milhões de habitantes, nas estâncias climáticas, balneárias e hidroterápicas e dá outras providências.
303/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão, aos empregados da Rede Ferroviária Federal, de passe livre em seus trens, e determina outras providências.
305/81	Franco Montoro	Elimina a inelegibilidade do dirigente sindical que tenha sido destituído do seu cargo.
306/81	Agenor Maria	Elimina o artigo nº 157 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares.
314/81	Orestes Quêrcia	Introduz modificação na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado.
315/81	Paulo Brossard	Dá nova redação ao caput do art. 55 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, Lei Orgânica da Previdência Social.

Nº	Autor	Ementa
316/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de impedir qualquer discriminação salarial baseada no sexo dos trabalhadores.
317/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a comercialização do bem móvel durável, pelo sistema de consórcio, e dá outras providências.
318/81	Valdon Varjão	Garante aos portugueses residentes no Brasil, que hajam contribuído para a Previdência Social de seu País, a contagem, no regime do Instituto Nacional da Previdência Social-INPS, do tempo de serviço computado no País de origem.
319/81	Nelson Carneiro	Desobriga os segurados autônomos de contribuir para a previdência social durante o tempo em que estiverem sem trabalho.
321/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre o congelamento dos aluguéis residenciais, pelo prazo e condições que especifica.
322/81	Paulo Brossard	Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 13 da Lei nº 4.081, de 20 de dezembro de 1961.
324/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
325/81	Franco Montoro	Estabelece o usucapião especial para habitação, nas áreas urbanas.
326/81	Leite Chaves	Isenta de correção monetária os débitos de unidades residenciais, cujos adquirentes hajam integralizado 50%, pelo menos, do valor total do respectivo financiamento.
327/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher.
328/81	Leite Chaves	Altera os arts. 267 e 303 do Código de Processo Civil, instituindo, após a contestação, uma fase de conciliação nas causas que envolvam interesse econômico ou sejam passíveis de composição financeira.
330/81	Agenor Maria	Dispõe sobre Professores Visitantes das autarquias federais.
332/81	Nelson Carneiro	Isenta da contribuição previdenciária, parte do empregador, as entidades sindicais que prestam assistência médica, odontológica e social a seus associados.
333/81	Leite Chaves	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural e dá outras providências.
334/81	Nelson Carneiro	Altera a redação dos artigos 234 e 235, da Consolidação das Leis do Trabalho.
336/81	Leite Chaves	Altera o art. 687, caput , do Código de Processo Civil — Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
338/81	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
341/81	Valdon Varjão	Regula a votação dos eleitores em trânsito nas cidades de mais de duzentos mil habitantes.
344/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, visando assegurar trabalho aos arrumadores portuários, mesmo quando existir pessoal nos quadros da administração dos portos.
347/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 36, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
348/81	Franco Montoro	Estabelece critério objetivo para a fixação do valor de imóveis dados em enfiteuse.
349/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo ao art. 322 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.
351/81	Orestes Quércia	Revoga o § 4º do artigo 5º da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).
353/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº	Autor	Ementa
357/81	Eunice Michiles	Disciplina a impressão em cores das cédulas eleitorais para os pleitos e dá outras providências.
358/81	Orestes Quêrcia	Veda a comercialização dos medicamentos que especifica, e dá outras providências.
359/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.
360/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a possibilidade do dependente do empregador rural filiar-se à previdência social, no caso e condição que especifica.
362/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.
366/81	Franco Montoro	Dá ao segurado do INPS que deixou de exercer emprego ou atividade o direito de reajustar seu salário de contribuição.
367/81	Nelson Carneiro	Assegura preferência de subvenção oficial às entidades que especifica.
369/81	Nelson Carneiro	Estende às pensões percebidas por viúvas de militares os benefícios da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.
370/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a regularização dos débitos das municipalidades e suas autarquias ou empresas públicas para com a previdência social, mediante parcelamento ou parcelamento especial, e dá outras providências.
371/81	Valdon Varjão	Proíbe qualquer critério discriminatório envolvendo sexo, raça, credo religioso, trabalho, estatura, idade ou qualquer outra circunstância decorrente do nascimento e independente do direito de escolha pessoal do indivíduo e dá outras providências.
373/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (LOPS).
375/81	José Richa	Dispõe sobre a correção monetária do tributo cobrado em excesso na fonte ou por antecipação, quando de sua restituição ao contribuinte, e dá outras providências.
377/81	Franco Montoro	Proíbe qualquer espécie de propaganda política nas 48 horas anteriores às eleições, com o objetivo de coibir o abuso do poder econômico.
379/81	José Richa	Dispõe sobre a remoção na magistratura de carreira dos Estados, e dá outras providências.
380/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.
2/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.
3/82	Franco Montoro	Assegura a proteção da Previdência Social aos empregados domésticos que já haviam completado a idade de 60 anos na data em que a Lei nº 5.859/72 entrou em vigor.
4/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente ao aviso-prévio.
5/82	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao art. 92, caput , da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral.
6/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a denominação dos juizes classistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.
9/82	Hugo Ramos	Dispõe sobre a prestação de assistência, na área de Fisioterapia, através de empresas de serviços médicos, em regime de convênio ou contrato com a Previdência Social.
10/82	Franco Montoro	Permite às pessoas jurídicas, deduzir do imposto de renda as despesas realizadas com a manutenção de creches.
11/82	Franco Montoro	Elimina a discriminação contra a mulher trabalhadora permitindo que ela possa retirar para fins de casamento até metade do valor de sua conta do FGTS, sem necessidade de rescindir o contrato de trabalho.

Nº	Autor	Ementa
13/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o FGTS.
14/82	Franco Montoro	Estabelece correção monetária quando houver atraso no pagamento do salário.
15/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, na parte em que estabelece critérios para os cálculos de benefícios de prestação continuada.
18/82	Nelson Carneiro	Fixa valores às bolsas distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), e dá outras providências.
21/82	Nelson Carneiro	Inclui na administração das Cetrais de Abastecimento S.A. — CEASAS, um representante dos produtores de cada Estado.
22/82	Franco Montoro	Institui correção monetária nas indenizações dos representantes comerciais autônomos, estabelece o foro de sua residência nas ações perante a justiça comum e presume a exclusividade de zona de representação.
27/82	Nelson Carneiro	Confere ao Banco Nacional da Habitação as atribuições de construir imóveis residenciais do tipo popular e vendê-los aos interessados, diretamente.
28/82	Franco Montoro	Elimina prazo de carência para o segurado usufruir da assistência médica da previdência social.
29/82	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.367, de 21 de outubro de 1967, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo da previdência social.
30/82	Nelson Carneiro	Assegura aos aposentados pelo sistema previdenciário uma renda mensal equivalente ao salário mínimo da respectiva região.
34/82	Nelson Carneiro	Disciplina a participação do trabalhador na gestão das empresas.
37/82	Nelson Carneiro	Estabelece rito preferencial para a tramitação judicial dos processos que menciona.
39/82	Franco Montoro	Regula a aposentadoria de Professores aos 30 anos de atividade e de Professoras após 25 anos de serviço.
40/82	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir imunidade aos dirigentes sindicais.
44/82	Leite Chaves	Dispõe sobre a renúncia da União Federal quanto a direitos que lhe foram reconhecidos pela Ação Cível nº 73, do Paraná, em que foi Autora: Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional e Réu: o Estado do Paraná, mantendo-se inalteradas as matrículas atuais.
48/82	Franco Montoro	Isenta de contribuição previdenciária a construção de casa popular destinada à residência própria.
49/82	Franco Montoro	Dispõe sobre o enquadramento sindical dos rurícolas da lavoura canavieira como trabalhadores rurais.
50/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a retribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, nos casos de remarcação ilegal.
54/82	Nelson Carneiro	Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobreiros de pátios e guarda-chaves ferroviários.
55/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
56/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.
63/82	Jaison Barreto	Dispõe sobre o registro de nascimento de filho de brasileiro ausente do País por motivo de natureza política.
64/82	Nelson Carneiro	Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.
66/82	Orestes Quêrcia	Faculta às donas-de-casa a filiação à previdência social.

Nº	Autor	Ementa
67/82	Franco Montoro	Institui seguro que garanta a quitação do contrato de compra de lote urbano a prestações, no caso de morte do adquirente.
68/82	Franco Montoro	Limita o reajustamento das prestações relativas à casa própria.
69/82	Orestes Quêrcia	Altera a redação do § 2º do art. 15, da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.
70/82	Nelson Carneiro	Concede benefício fiscal às empresas de qualquer natureza que recrutarem menores earentes, na forma que especifica.
72/82	Franco Montoro	Estabelece que o direito real de concessão de uso é título hábil para a garantia de empréstimos e financiamentos junto ao Sistema Financeiro de Habitação.
73/82	Franco Montoro	Revoga disposição que proíbe o pagamento de juros nos depósitos em dinheiro feitos perante a Administração Pública.
76/82	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao caput do art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974.
77/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 1.641, de 7 de dezembro de 1978, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.
79/82	Franco Montoro	Elimina da Consolidação das Leis do Trabalho, restrições aos acordos salariais celebrados entre empregados e empregadores.
81/82	Nelson Carneiro	Permite ao eleitor inscrito do Distrito Federal o exercício do direito de voto em candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Governo dos Estados e às Assembléias Legislativas das unidades federadas de sua livre escolha.
82/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a dispensa de emolumentos ou multas no registro de nascimento extemporâneo destinado à obtenção da CTPS.
85/82	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao item II do parágrafo único do art. 258 do Código Civil.
87/82	Franco Montoro	Considera, como acidente de trabalho, todo evento que implique em incapacidade para o exercício de atividade profissional.
88/82	Nelson Carneiro	Institui contribuição sobre o custo do prêmio dos seguros de vida e acidentes pessoais, para fins de amparo aos idosos, e dá outras providências.
89/82	José Richa	Estende a Previdência Social às mulheres do lar e dá outras providências.
91/82	Franco Montoro	Elimina dispositivo da Lei de Segurança Nacional que permite a prisão para averiguações sem controle da autoridade judiciária.
92/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
94/82	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.
96/82	Evandro Carreira	Dispõe a respeito do prazo de pedido de registro de candidatos às eleições municipais.
97/82	Nelson Carneiro	Modifica o texto do art. 8º da Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, que estatui o voto vinculado para todos os cargos eletivos.
98/82	Evandro Carreira	Estatui prazo de filiação partidária para os candidatos a cargos eletivos municipais, nas eleições de 15 de novembro de 1982.
99/82	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo II, do Título V, concernentes ao Enquadramento Sindical.
100/82	Franco Montoro	Permite ao ex-combatente o recebimento cumulativo de pensões.
103/82	Hugo Ramos	Destina ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP), a renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e dá outras providências.
109/82	Itamar Franco	Altera a redação do artigo 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o instituto de alienação fiduciária, assegurando ao devedor, em qualquer hipótese a efetiva propriedade do bem dado em garantia.

Nº	Autor	Ementa
112/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.
117/82	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.
118/82	Orestes Quêrcia	Revoga dispositivo da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.
119/82	Orestes Quêrcia	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos de idade e para os inválidos.
121/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatuiu normas reguladoras do trabalho rural.
123/82	Paulo Brossard	Permite a empregador em mora recolher contribuição previdenciária do empregado.
125/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 478, de Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir direito à indenização ao trabalhador despedido sem justa causa antes de completado um ano de serviço.
127/82	Paulo Brossard	Permite a trabalhador o recolhimento parcelado de contribuições previdenciárias relativas ao tempo em que esteve desempregado.
128/82	Hugo Ramos	Dispõe sobre a validade dos votos atribuídos a partido político nos municípios em que a agremiação não tenha candidatos a Prefeito, e dá outras providências.
129/82	Hugo Ramos	Autoriza o Governo Federal a desapropriar área no município do Rio de Janeiro (RJ).
131/82	Nelson Carneiro	Disciplina o uso de caracteres tipográficos nas publicações obrigatórias.
132/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o parcelamento do Imposto Sobre a Propriedade Rural (ITR).
133/82	Orestes Quêrcia	Altera dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
134/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.
135/82	Hugo Ramos	Altera a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979.
136/82	Hugo Ramos	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a destinar verba anual para manutenção do Memorial JK.
139/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, no capítulo concernente aos dependentes do segurado.
141/82	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.
142/82	Nelson Carneiro	Introduz modificações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho, no Título V, concernente à Organização Sindical, para o fim de instituir o representante sindical.
143/82	Aderbal Jurema	Denomina "Jornalista Carlos Rios" o trecho da rodovia BR-424 entre as Cidades de Arco verde e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.
144/82	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao artigo 450 da Consolidação das Leis do Trabalho.
145/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.
146/82	Evandro Carreira	Estabelece a remuneração máxima permitida a quaisquer trabalhadores do setor privado ou público, eleva e unifica o valor do salário mínimo e dá outras providências.
148/82	Orestes Quêrcia	Introduz modificação na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, visando possibilitar a expedição de atos normativos coibindo o uso indiscriminado de medicamentos antibióticos.
149/82	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a retirada e transplante de córneas para finalidades terapêuticas, independentemente de prévia doação formal, nas condições que especifica.

Nº	Autor	Ementa
152/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 130, "caput", da Consolidação das Leis do Trabalho.
153/82	Nelson Carneiro	Estabelece condição especial de atualização de débitos para com a previdência social, no caso que especifica.
154/82	Mauro Benevides	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que instituiu o FINSOCIAL.
157/82	Lomanto Júnior	Estabelece limite de tempo à utilização de serviços das empresas de trabalho temporário.
162/82	Itamar Franco	Torna obrigatória a referência ao domicílio das partes nos contratos versando sobre direitos reais.
163/82	Orestes Quêrcia	Dá nova redação ao § 1º do art. 24, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
167/82	Nelson Carneiro	Introduz modificação na legislação acidentária do trabalho (Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976)
168/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao art. 36, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
169/82	Orestes Quêrcia	Introduz alterações no art. 531 da Consolidação das Leis do Trabalho, atribuindo ao Tribunal Superior do Trabalho Competência para expedir instruções regulando as eleições sindicais.
170/82	Dulce Braga	Dispõe sobre revogação da letra "b" do art. 39, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
174/82	Dulce Braga	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.
175/82	Dulce Braga	Dá nova redação ao art. 5º, da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, reajustando o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.
176/82	Dulce Braga	Dá nova redação a dispositivo do art. 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
177/82	Dulce Braga	Introduz alteração na legislação orgânica da previdência social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).
178/82	Dulce Braga	Introduz alteração na Lei Orgânica da Previdência Social, dispondo sobre aposentadoria especial aos portadores de deficiência física.
179/82	Dulce Braga	Altera dispositivo do Código de Processo Civil.
180/82	Dulce Braga	Suprime dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social)
181/82	Milton Cabral	Dispõe sobre normas a serem obedecidas nos processos relativos à privatização das empresas estatais.
186/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981.
189/82	Franco Montoro	Altera a redação do artigo 465 do Código de Processo Civil.
193/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a atualização e reajustamento contínuo do valor do selo a que se refere a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, destinado a obter recursos para assistência à prole dos hansenianos.
194/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de refeições no local, a cargo da empresa e mediante desconto salarial, nas condições que especifica.
195/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 4º, da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.
196/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao artigo 11, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960- Lei Orgânica da Previdência Social.
197/82	Nelson Carneiro	Estende aos pequenos e médios proprietários rurais os incentivos já deferidos a motoristas de táxi para aquisição de carros a álcool.

Nº	Autor	Ementa
198/82	Aloysio Chaves	Dispõe sobre a reabertura de prazo para opção prevista na Lei nº 6.915, de 1º de junho de 1981, aos Juizes do Trabalho, oriundos da 8ª Região.
199/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de estabelecer um piso para os benefícios previdenciários de prestação continuada.
200/82	Nelson Carneiro	Revoga a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, e dá outras providências.
201/82	Orestes Quêrcia	Estende o seguro de acidentes do trabalho rural aos pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros e afins.
202/82	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre revogação do art. 357, da Consolidação das Leis do Trabalho.
205/82	Orestes Quêrcia	Introduz alterações no art. 472, da Consolidação das Leis do Trabalho.
206/82	Orestes Quêrcia	Altera dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho.
207/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 3º ao art. 130, da Consolidação das Leis do Trabalho.
208/82	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
209/82	Orestes Quêrcia	Altera a redação do item I do art. 11, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
210/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis de Trabalho.
212/82	Orestes Quêrcia	Altera dispositivos da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que introduz modificações na legislação previdenciária.
213/82	Orestes Quêrcia	Modifica dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.
214/82	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da Consolidação das Leis de Trabalho.
215/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta item IV ao art. 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
218/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.
219/82	Cunha Lima	Altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho — aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
220/82	Cunha Lima	Dá nova redação ao artigo 354 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
222/82	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que disciplina a jornada de trabalho.
225/82	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 130, da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT de modo a inovar os critérios de fixação dos períodos de férias dos empregados.
226/82	Orestes Quêrcia	Dá nova redação ao art. 391, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentando-lhe o parágrafo que especifica.
227/82	Orestes Quêrcia	Restabelece o art. 398, da Consolidação das Leis do Trabalho.
228/82	Orestes Quêrcia	Altera a redação do art. 1.150, do Código Civil, de modo a tornar mais explícita a retrocessão a que se refere o dispositivo.
229/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para os idosos e inválidos.
230/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, no caso de nascimento de filho do empregado.

Nº	Autor	Ementa
231/82	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 439 da Consolidação das Leis do Trabalho.
232/82	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 474, da Consolidação das Leis do Trabalho.
233/82	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.
234/82	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.
235/82	Orestes Quércia	Restabelece o art. 505 da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.
236/82	Orestes Quércia	Altera a redação do § 3º do art. 5º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976.
237/82	Orestes Quércia	Dispõe sobre o pagamento em dobro do auxílio-natalidade, no caso que especifica.
238/82	Orestes Quércia	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, determinando o reconhecimento do atestado médico do sindicato, desde que exista convênio com a instituição previdenciária.
239/82	Orestes Quércia	Acrescenta alínea ao inciso II e modifica a redação do inciso III, ambos do artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo do Serviço- FGTS.

e) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos	1.399
sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	1.098
apresentados nesta sessão legislativa	301
a) de sessões legislativas anteriores:	
a.1) Arquivados definitivamente	709
a.2) Tramitação aprovada pelo Plenário (§ 1º do art. 368 do R.I.)	16
a.3) Tramitação negada pelo Plenário (§ 1º do art. 368 do R.I.)	1
a.4) Em tramitação	351
a.5) Sobrestados	2
a.6) Aprovados e enviados à Sanção	2
a.7) Aprovados e enviados à Câmara	4
a.8) Rejeitados	6
a.9) Emendados pela Câmara	7
sendo:	
Em tramitação	5
Enviados à Sanção	2
b) da presente sessão legislativa:	
b.1) Em tramitação	291
b.2) Aprovados e enviados à Sanção	4
b.3) Aprovados e enviados à Câmara	4
b.4) Rejeitado	1
b.5) Retirado pelo autor	1

G.5.2 — PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
15/76	76/75	Introduz alterações na Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
88/76	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
12/77	1.203/73	Acrescenta inciso ao art. 87 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
22/77	382/75	Acrescenta parágrafos ao art. 766 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
23/77	996/75	Altera a redação do art. 147 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
36/77	82/75	Dispõe sobre padronização de embalagens, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
40/77	2.155/76	Dispõe sobre o registro de entidades no Conselho Nacional de Serviço Social, sobre concessão, pagamento e prestação de contas de subvenções sociais, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
49/77	395/75	Altera a redação da letra "a" do art. 3º da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de Administração.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
51/77	3.107/76	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
53/77	227/75	Dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
67/77	1.885/76	Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
83/77	3.110/76	Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º e altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais, cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
111/77	286/75	Dispõe sobre a substituição de certificado de escolaridade pelo título de eleitor, nos casos de admissão em emprego.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de Casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
20/78	1.725/73	Define as infrações penais relativas à circulação de veículos, regula o respectivo processo e julgamento, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
25/78	1.626/75	Permite a dedução do Imposto de Renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
26/78	317/75	Regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R. I.)
67/78	3.464/77	Dispõe sobre o concurso de livre-docência e os títulos de doutor e livre-docente.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
76/78	3.594/77	Introduz alteração na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que institui o Código da propriedade Industrial.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
100/78	2.002/76	Institui o salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
102/78	2.357/76	Faculta o abatimento do Imposto de Renda das contribuições para as igrejas de quaisquer credos, na forma que menciona.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
109/78	1.964/76	Altera a redação do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
115/78	3.441/77	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
127/78	1.423/75	Proíbe a pesca predatória, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
146/78	243/75	Dispõe sobre as profissões de distribuidores e de vendedores de jornais e revistas.	Rejeitado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.)
12/79	1.686/75	Modifica dispositivo da Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
13/79	4.907/78	Acrescenta parágrafos ao art. 20 e dá nova redação ao art. 586, ambos da lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
17/79	1.019/75	Altera o § 1º do art. 2º da lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
35/79	1.657/75	Autoriza o Governo Federal a instituir a Fundação Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.	À Câmara Veto total
45/79	924/75	Isenta da contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, como empregadores, as entidades que prestam assistência médica aos seus associados.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
47/79	2.714/76	Dispõe sobre a padronização e o uso de embalagens destinadas ao acondicionamento de cargas na carroçaria de veículo automotor, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
65/79	4.257/77	Autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
68/79	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
69/79	4.905/78	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
76/79	1.322/79	Disciplina o parcelamento da Taxa Rodoviária Única - alterando a redação do § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969 e acrescenta ao mesmo artigo os §§ 4º e 5º, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
79/79	1.511/75	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
82/79	2.255/76 (Tramita em conjunto com os PLS 331/79 e 349/79)	Altera a redação do inciso I e do § 3º do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
104/79	3.923/77	Especifica condições para inscrição e registro de embarcações.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, §1º, do R.I.)
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
16/80	28/79	Dá nova redação ao § 4º do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
20/80	1.410/73 (Tramita em conjunto com os PLS 46/80 e PLS 243/79.)	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituindo Fundo Especial para a construção de creches e escolas pré-primárias.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
21/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
22/80	147/79	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
31/80	3.239/76	Dispõe sobre a frequência escolar de estudantes no exercício de mandato legislativo municipal.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas e determina outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescenta-lhes novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o <i>quorum</i> para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
57/80	4.625/77	Acrescenta § 5º ao art. 169 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
58/80	1.693/79	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
62/80	1.871/79	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos da administração direta e autárquica pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
75/80	709/79	Institui o Dia Nacional das Relações Públicas.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
93/80	1.151/79	Dispõe sobre incentivos à produção de álcool e determina outras providências.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
95/80	3.308/77	Institui o "Dia Nacional da Poesia".	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
98/80	3.181/80	Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Aprovado o prosseguimento da tramitação (art. 368, § 1º, do R.I.).
1/81	865/79	Assegura matrícula, nas escolas de qualquer nível, aos servidores que especifica.	Em tramitação
3/81	1.889/76	Altera a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
4/81	4.469/77	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
5/81	3.035/80	Altera o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Em tramitação
6/81	237/79	Fixa em oito horas a jornada de trabalho dos viágias.	Em tramitação
7/81	1.663/79	Dá a denominação de Rodovia dos Guararapes ao trecho da BR-101, que menciona.	Rejeitado

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
8/81	254/79	Acrescenta parágrafos ao art. 811 do Código Civil.	À Câmara
9/81	2.031/79	Acrescenta inciso ao art. 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação.	À Câmara
10/81	1.529/79	Dispõe sobre a aposentadoria com proventos integrais dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	Em tramitação
12/81	38/79	Altera a redação da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
13/81	78/79	Introduz modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Em tramitação
14/81	2.977/80 (Tramita em conjunto com os PLS nºs 42 e 47, de 1981)	Suprime o alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
15/81	1.909/79	Acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Em tramitação
16/81	1.325/79	Inclui ligação rodoviária na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Rejeitado
17/81	573/79	Altera a redação ao art. 484 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho.	Em tramitação
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembleias gerais.	Em tramitação
23/81	1.041/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 43 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Rejeitado
24/81	285/79	Dá nova redação ao art. 245 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
25/81	6/79	Introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados.	Em tramitação
28/81	47/79	Altera a redação do art. 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
29/81	960/79	Dispõe sobre os requisitos para a venda de espingarda de ar comprimido.	Rejeitado
30/81	623/75	Acrescenta parágrafos ao art. 460 da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, disciplinando a admissão de novo empregado em vaga decorrente de dispensa sem justa causa, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
32/81	3.033/76	Altera dispositivo da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros, e dá outras providências.	À Câmara
33/81	3.310/77	Dispõe sobre as comemorações dos feriados, e dá outras providências.	Em tramitação
34/81	3.658/80	Acrescenta parágrafo ao art. 234 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
36/81	198/79	Assegura direitos aos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.	Em tramitação
37/81	1.795/79	Acrescenta parágrafo ao art. 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.	Em tramitação
38/81	2.930/76	Altera dispositivos da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
39/81	369/79	Altera dispositivo de aposentadoria da Lei Orgânica da Previdência Social.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
40/81	354/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação de histórias em quadrinhos nacionais e determina outras providências.	À Câmara
43/81	217/79	Veda a cobrança de juros de mora sobre título cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo.	À Sanção Lei nº 7.089, de 23-3-83 (veto parcial)
44/81	587/79	Veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários, ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados—imagem e som—por profissionais e empresa brasileira.	Em tramitação
45/81	650/79	Altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas de Justiça Federal, para o fim de determinar o preva- lecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.	Em tramitação
47/81	286/79	Estabelece a obrigatoriedade de práticas agrícolas no ensino de 1º e 2º graus, nas escolas que menciona, e determina outras providências.	Rejeitado
48/81	4.708/78	Introduz alterações no art. 243 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.	Em tramitação
50/81	2.048/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
52/81	2.051/79	Dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudos — PEBE.	Rejeitado
53/81	614/79	Introduz alterações no Decreto-lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, e na Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971, que dispõem sobre cédula hipotecária e a cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
54/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de bem imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, e determina outras providências.	Em tramitação
56/81	4.524/77	Dispõe sobre a gratuidade na expedição de documentos pelas repartições públicas, nos casos e condições que especifica.	Rejeitado
57/81	2.109/79	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, na parte relativa ao procedimento sumaríssimo.	Em tramitação
58/81	1.595/79	Dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências.	Em tramitação
59/81	1.894/79	Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro 1973, ferrovia transversal ligando Belém—São Luís—Teresina.	Em tramitação
61/81	2.014/79	Acrescenta parágrafos ao art. 145 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
62/81	422/79	Altera a redação da alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
63/81	2.087/79	Modifica a redação do § 2º do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
64/81	1.874/79	Dá nova redação ao § 1º do art. 474 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Rejeitado
66/81	1.412/79	Dispõe sobre a alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
67/81	3.506/80	Dá nova redação ao § 4º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
68/81	1.895/79	Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ferrovia radial ligando Brasília a Belém.	Rejeitado

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
69/81	816/79	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade.	Em tramitação
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Novo Código Florestal.	Em tramitação
71/81	81/79	Modifica a redação do caput do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria.	Em tramitação
73/81	678/79	Dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física para o exercício das funções de Médico Assistente de Educação Física e Desportos, nos estabelecimentos que especifica.	Em tramitação
74/81	1.563/79	Altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.	Em tramitação
75/81	638/79	Altera a redação do art. 210 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/81	3.247/80	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais.	À Sanção Lei nº 7.134, de 26-10-83
80/81	2.253/79	Dispõe sobre o prazo para o registro de nascimento.	Rejeitado
81/81	3.123/80	Assegura os direitos de autores teatrais.	Em tramitação
82/81	2.768/80	Altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
83/81	2.101/79	Altera o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
84/81	3.464/80	Institui o "Dia Nacional de Combate ao Fumo".	Em tramitação
85/81	3.652/80	Altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia.	Em tramitação
86/81	609/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a notificação, por via postal, das decisões dos Tribunais do Trabalho.	À Câmara
88/81	417/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
89/81	4.982/81	Altera dispositivos das Leis nºs 5.478, de 25 de julho de 1968, e 6.515, de 26 de dezembro de 1977.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
91/81	760/79	Introduz alterações no Plano Rodoviário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, no que se refere ao traçado da BR-359.	Rejeitado
92/81	3.820/80	Acrescenta parágrafo ao art. 659 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
95/81	2.297/79	Altera a redação do caput do art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a jornada de trabalho dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluviável, de radiotelegrafia e radiotelefonia.	Rejeitado
96/81	1.542/79	Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Rejeitado
98/81	1.624/81	Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
103/81	2.867/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 19 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
105/81 Complementar	60/75	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.	Rejeitado
108/81	471/79	Torna obrigatória a fixação dos preços nos anúncios de imóveis destinados à venda e locação e dá outras providências.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motorista, nas empresas de ônibus que especifica.	Em tramitação
111/81	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
113/81	160/79	Autoriza o Poder Executivo a devolver troféus de guerra à República do Paraguai.	Rejeitado
114/81 Complementar Poder Executivo	168/80	Altera o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências	À Câmara Lei Complementar nº 44, de 07-12-83
115/81	2.900/80	Dispõe sobre a perícia policial, nos casos de colisão de veículos automotores, e dá outras providências.	Em tramitação
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
127/81	2.593/80	Acrescenta dispositivo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a concessão de aviso prévio na despedida indireta.	À Sanção Lei nº 7.108, de 5-7-83
128/81	2.863/80	Dispõe sobre a transformação dos Campos Agrícolas de Vila Tracuateua, no Município de Bragança, região Polonordeste, e de Belterra, no Município de Santarém, região do baixo Amazonas, no Estado do Pará; Parintins, no Estado do Amazonas; Rio Branco, no Estado do Acre e Amapá, em Centros de Preparação de Monitores Agrícolas da Amazônia.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
129/81	13/71	Altera os arts. 550 e 551 do Código Civil Brasileiro, diminuindo os prazos de usucapião sobre bens imóveis.	Rejeitado
130/81	862/79	Autoriza o maior de 16 anos a movimentar conta em caderneta de poupança.	Em tramitação
131/81	3.193/80	Modifica a redação do art. 42 e do inciso XXIX do art. 89 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
133/81	4.630/81	Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente e determina outras providências.	Em tramitação
134/81	1.270/79	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
3/82	3.111/80	Modifica o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências.	Rejeitado
4/82	1.829/79	Estabelece normas para a expedição de documentos escolares.	À Sanção Lei nº 7.088, de 23-2-83
5/82	976/75	Dispõe sobre a unificação progressiva do salário mínimo em todo o território nacional, prescreve a forma de sua execução e dá outras providências.	Rejeitado
9/82	3.048/80	Faculta ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à Previdência Social.	Em tramitação
10/82	4.608/81	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Angelo — RS.	Em tramitação
12/82	2.340/79	Institui o tombamento das estações terminais da Estrada de Ferro Madeira/Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, e determina outras providências.	Rejeitado
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
22/82	3.012/76	Dá nova redação ao art. 242, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.	Em tramitação
24/82	1.872/79	Fixa prazo para o pagamento dos empréstimos obtidos por estudantes através do Programa Especial do Crédito.	Em tramitação
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
26/82	1.152/79	Dispõe sobre a validade do atestado médico.	Rejeitado
27/82	63/79	Altera dispositivos do Código Civil Brasileiro.	À Sanção Lei nº 7.104, de 20-6-83
28/82	1.096/79	Permite a impetração de mandado de segurança contra atos de autoridades do ensino particular, de qualquer grau.	Em tramitação
30/82	1.482/79	Dispõe sobre portadores de pneumoconiose em face da legislação acidentária.	Em tramitação
32/82	3.183/80	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
33/82	1.309/79	Torna obrigatória a inscrição do dístico que especifica nas embalagens de bebidas alcólicas.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
34/82	452/79	Modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
36/82	831/79	Dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais.	Em tramitação
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
39/82	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
42/82	1.781/79	Altera dispositivo da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que instituiu o Código da Propriedade Industrial, estabelecendo a competência da Justiça do Trabalho nos casos que especifica.	Rejeitado
44/82	1.802/79	Acrescenta parágrafo ao art. 835 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
45/82	1.898/79	Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso sobre as áreas de terras que margeiam as rodovias federais.	Em tramitação
46/82	903/79	Dá nova redação ao art. 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e revoga a alínea d do § 2º do seu art. 126.	Em tramitação
47/82	1.899/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Em tramitação
48/82	1.355/79	Faculta a produção e a venda do açúcar mascavo.	Em tramitação
49/82	2.159/79	Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
50/82	2.056/79 (Tramita em conjunto com PLS/116/80)	Altera o § 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
51/82	5.402/78	Define o trabalho rural para efeito de enquadramento sindical, assistência e previdência rurais, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
52/82	1.076/79	Veda novas inscrições no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil e, mediante alterações da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, assegura, aos atualmente inscritos nesse Quadro, o amplo direito de exercício da profissão de advogado.	Em tramitação
53/82	2.187/79	Acrescenta parágrafo ao art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
55/82	2.631/80	Acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário.	Em tramitação
56/82	1.078/79	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil.	Em tramitação
59/82	2.254/79	Dispõe sobre a criação de reservas florestais nos municípios.	Em tramitação
60/82	3.427/80	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.	Em tramitação
61/82	342/75	Modifica os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.	Em tramitação
62/82	4.939/81	Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.102, de 20-6-83
64/82	2.452/79	Altera o art. 7º da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979 — Lei do Inquilinato.	Em tramitação
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleeducação.	Em tramitação
73/82	3.257/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
74/82	4.196/80	Modifica a redação do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
75/82	5.846/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender, em concorrência, o imóvel urbano que menciona, de sua propriedade.	À Sanção Lei nº 7.103, de 20-6-83
79/82	5.851/82	Autoriza a doação ao Estado de Goiás, do imóvel que menciona, situado no Município de Pedro Afonso, naquele Estado.	À Sanção Lei nº 7.118, de 29-8-83
81/82	3.490/80	Altera a Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
83/82	3.777/80	Dá nova redação ao caput do art. 3º do Decreto-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, dispondo sobre a idade mínima de admissão nas escolas de aprendizagem do SENAC.	Rejeitado
84/82	3.758/80	Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 7 de agosto de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação
90/82	3.990/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centrais Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências.	Em tramitação
92/82	5.847/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.	À Sanção Lei nº 7.111, de 5-7-83
95/82	6.058/82	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Técnico de Censura do Grupo-Polícia Federal, constante do Anexo IV do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.	À Sanção Lei nº 7.112, de 5-7-83
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos, e dá outras providências.	Em tramitação
98/82	362/79	Altera a redação do art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
99/82	6.059/82	Dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica.	Em tramitação
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.697/81	Altera a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
103/82	137/79	Altera o art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e o art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.	Em tramitação
104/82	2.004/79	Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da previdência social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
105/82	3.225/80	Disciplina o exercício da profissão de enfermeiro de nível superior.	A Câmara
106/82	4.800/81	Disciplina as atividades profissionais dos vigias portuários e dá outras providências.	Em tramitação
107/82	5.431/81	Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, à Universidade Federal de Santa Catarina.	À Sanção Lei nº 7.100, de 3-6-83
109/82	80/79	Estabelece normas para a concessão do benefício da assistência judiciária na Justiça do Trabalho.	Em tramitação
110/82	1.569/79	Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.	Em tramitação
111/82	1.746/79	Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
112/82	1.329/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, visando a coibir as depredações contra árvores e jardins, praticadas com veículos.	Rejeitado
113/82	1.422/79	Dá nova redação ao art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
115/82	2.751/82	Altera a redação do § 3º do art. 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
116/82	4.454/81	Altera a redação da alínea "c" do § 3º art. 4º do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituiu normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.	Em tramitação
128/82	2.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
129/82	2.451/79	Confere à usina da Companhia Energética de São Paulo — CESP, em construção no Porto Primavera, a denominação de "Hidrelétrica Domingos Leonardo Cerávoló".	Em tramitação
131/82	2.741/80	Introduz alterações no art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre fiscalização, por delegados sindicais, nas agências do INANPS e do INPS.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
132/82	2.612/80	Torna obrigatório o policiamento preventivo contra o tráfico e o uso de tóxico nas escolas do País.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
133/82	2.954/80	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.	Em tramitação
134/82	1.562/79	Introduz alteração na redação do § 4º do art. 5º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acrescenta parágrafo ao mesmo artigo.	Em tramitação
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
139/82	6.094/82	Atualiza o valor da pensão instituída pela Lei nº 3.130, de 3 de maio de 1957.	À Sanção
	Poder Executivo		Lei nº 7.098, de 1º-6-83
140/82	4.997/81	Altera a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.	Em tramitação
141/82	6.756/82	Dispõe sobre a criação e transformação de cargos e empregos na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.	À Sanção
			Lei nº 7.107, de 29-6-83
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Em tramitação
146/82	3.263/80	Altera a redação do art. 72 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
147/82	2.289/79	Estabelece normas punitivas para reprimir o preconceito de raça ou de cor.	Rejeitado
148/82	4.607/81	Autoriza o Poder Executivo a promover a transformação da Fundação Universidade de Caxias do Sul em Fundação de Direito Público.	Em tramitação
149/82	3.293/80	Dispõe sobre a impressão, de legenda no volante da Loteria Esportiva Federal.	Rejeitado
150/82	3.826/80	Dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
151/82	6.766/82	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e dá outras providências.	À Câmara
			Lei nº 7.094, de 25-4-83
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, 21 de agosto de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

	Ementa	Resultado
1/83 3.027/80	Dispõe sobre a utilização do sistema de arbitramento na solução dos conflitos verificados na celebração de acordos ou convenções coletivas de trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
2/83	3.366/80	Altera o caput do art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
3/83	3.419/80	Altera o art. 408 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à setença de pronúncia.	Em tramitação
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Em tramitação
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados e dá outras providências.	Em tramitação
6/83	075/83	Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.090, de 14-4-83 (veto parcial)
7/83	80/83 Poder Executivo	Altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.119, de 30-8-83
8/83	1/83	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.126, de 26-9-83
9/83	4/83 Poder Executivo	Concede pensão especial a Dom José Newton de Almeida Baptista, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.099, de 13-6-83
10/83	170/83	Institui o seguro desemprego.	Em tramitação
11/83	72/83	Revoga o Decreto-lei nº 865, de 12 de setembro de 1969, restabelecendo a autonomia do Município de Santos, no Estado de São Paulo.	Prejudicado
12/83	283/79	Não permite sejam os proventos da aposentadoria por invalidez de valor abaixo do salário mínimo regional.	Em tramitação
13/83	112/79	Dá nova redação ao art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Em tramitação
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Em tramitação
16/83	531/79	Faculta a sindicalização dos integrantes das guardas portuárias, dando nova redação ao art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966.	Em tramitação
17/83	3.862/80	Acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, relativamente aos servidores que não foram condenados pelo Poder Judiciário.	Em tramitação
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
19/83	4.281/81	Dispõe sobre dados que devem constar de notas fiscais e conhecimentos de transporte para comprovação da entrega de mercadorias.	Em tramitação
20/83	4.279/81	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
21/83	5.472/81	Dá o nome de "Bernardino de Souza" à ponte sobre o rio Real, na BR — 101, divisa dos Estados da Bahia e de Sergipe.	Em tramitação
22/83	5.450/81	Concede anistia a mães-de-família condenadas até 5 (cinco) anos de prisão.	Em tramitação
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
24/83	5.016/81	Introduz modificação na Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
25/83	4.979/81	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	Em tramitação
26/83	4.901/81	Complementa normas gerais sobre desportos e dá outras providências.	Rejeitado
27/83	4.810/81	Dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País.	Em tramitação
28/83	4.639/81	Dispõe sobre concurso vestibular e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências.	Em tramitação
30/83	4.563/81	Altera a redação do art. 446 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
31/83	4.524/81	Torna obrigatória a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação — CRS quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS para os fins que menciona.	Em tramitação
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas e dá outras providências.	Em tramitação
33/83	4.283/81	Acrescenta parágrafo ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para a construção de casas de pescadores.	Em tramitação
35/83	4.122/80	Altera o art. 3º da Lei nº 1.508, de 19 de dezembro de 1951, que regula o processo das contravenções definidas nos arts. 58 e 60 do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.	Em tramitação
36/83	3.776/80	Altera o art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
37/83	3.981/80	Acrescenta parágrafo ao art. 225 da Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Em tramitação
39/83	528/79	Dispõe sobre a contagem, para efeitos previdenciários, do tempo correspondente ao exercício do mandato de Prefeito Municipal.	Em tramitação
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra.	Em tramitação
41/83	4.255/80	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
42/83	73/79	Dispõe sobre o parcelamento dos débitos da União, dos Estados, Territórios e Municípios para com a Previdência Social, e determina outras providências.	Em tramitação
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação.	Em tramitação
44/83	193/79	Altera a redação dos arts. 76 e 81 caput , da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os itens previdência social, educação, saúde e lazer à cláusula que define salário mínimo.	Em tramitação
45/83	427/79	Considera insalubres as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino do lixo, e dá outras providências.	Em tramitação
46/83	4.236/80	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Em tramitação
48/83	5.019/81	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
49/83	4.295/81	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
50/83	4.351/81	Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
51/83	88/79	Revigora, com nova redação, o art. 278 da Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivadores.	Rejeitado
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Em tramitação
53/83	344/79	Proíbe o aprisionamento de pássaros ou de quaisquer outras aves e animais silvestres, decide sobre sua libertação compulsória em áreas florestais que especifica, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
54/83	881/79	Regula o exercício da profissão de Técnico em Planejamento Turístico e determina outras providências.	À Sanção Veto total
55/83	10/83 Poder Executivo	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.120, de 30-8-83
56/83	1.379/79	Dispõe sobre o parcelamento de débitos das Prefeituras Municipais perante o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS, e dá outras providências.	Em tramitação
57/83	5.816/81	Dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico, e dá outras providências.	À Câmara
58/83	1.343/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados das empresas públicas.	Em tramitação
59/83	2.396/79	Dispõe sobre organização sindical, alterando os arts. 512, 515 e 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
60/83	2.355/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de garantir ao empregado doméstico o direito à gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
61/83	1.345/79	Dispõe sobre a aplicação do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ao parceiro e ao arrendatário agrícola.	Em tramitação
62/83	149/75	Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências".	Em tramitação
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Em tramitação
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola, e determina outras providências.	Em tramitação
66/83	1.197/79	Assegura ao empregado estável, que optou pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, o recebimento da indenização que lhe correspondia e que não foi paga tempestivamente.	Em tramitação
67/83	939/79	Dispõe sobre a responsabilidade dos ocupantes de cargos de direção de órgãos da administração pública federal direta ou indireta.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivo aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da Casa Própria, cria o Banco Nacional da Habitação — BNH, e Sociedade de Crédito Imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências".	Em tramitação
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias".	Em tramitação
70/83	4.470/81	Revoga o art. 47 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais, e define o crime de exercício ilegal de profissão ou atividade.	Em tramitação
71/83	2.156/79	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários.	Em tramitação
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Em tramitação
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Em tramitação
74/83	603/83	Modifica a redação do art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando a estabilidade do trabalhador a partir da data de sua admissão, e dá outras providências.	Em tramitação
75/83	4.858/81	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo.	Em tramitação
76/83	1.690/79	Inclui na lista de Serviços a que alude o art. 8º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, os prestados pelos profissionais autônomos de Relações Públicas.	Em tramitação
77/83	1.559/79	Comete à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relativas a contrato de locação entre empregado e empregador.	Em tramitação
78/83	1.263/79	Dá nova redação ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
79/83	813/83	Dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do Centenário de Getúlio Vargas.	À Sanção Lei nº 7.122, de 12-9-83 (Veto parcial)
80/83	1.246/79	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
81/83	731/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
83/83	6.239/82	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Cariús, no Estado do Ceará.	À Sanção Lei nº 7.127, de 10-10-83
84/83	5/83	Dispõe sobre prova documental nos casos que indica, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.115, de 29-8-83
85/83	8/83	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a doar o imóvel que menciona.	À Sanção Lei nº 7.128, de 10-10-83
86/83	14/83	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.164, de 14-12-83
87/83	1.372/79	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Oficial Cabeleireiro, Manicura, Maquilador, Esteticista Facial, Depilador e Pedicuro, e dá outras providências.	Em tramitação
88/83	190/83	Concede pensão especial a Abigail Lopes, companheira do ex-sertanista Francisco Furtado Soares de Meireles.	À Sanção Lei nº 7.129, de 10-10-83
89/83	776/83	Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.116, de 29-8-83
90/83	2.747/80	Acrescenta dispositivo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a constituição de procuradores.	Em tramitação
91/83	2.498/79	Acrescenta parágrafos ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
92/83	2.984/80	Acrescenta § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Em tramitação
93/83	3.471/80	Altera a redação do inciso III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para permitir que o empregado do sexo feminino possa, por motivo de casamento, levantar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na vigência do contrato de trabalho.	Em tramitação
94/83	3.496/80	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação de previdência social.	Em tramitação
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis nºs 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e 6.435, de 15 de julho de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Em tramitação
96/83	4.799/81	Modifica disposições da Lei nº 5.107, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Rejeitado
97/83	2.881/80	Acrescenta parágrafo ao art. 31 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, definindo o voto cumulativo.	Em tramitação
98/83	3.485/80	Dá nova redação ao § 1º do art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Em tramitação
100/83	2.971/80	Cria a Junta de Conciliação e Julgamento de Cotia, no Estado de São Paulo, e determina outras providências.	Em tramitação
101/83	2.495/79	Estende aos eletricitários o adicional de periculosidade previsto no § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos a pesca.	Em tramitação
103/83	2.549/79	Altera dispositivo da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Em tramitação
104/83	1.768/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar, em tempo hábil, os documentos que menciona.	Em tramitação
106/83	3.312/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
107/83	317/79	Acrescenta parágrafos ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação
109/83	508/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
110/83	946/83 Poder Executivo	Altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que "dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil, e dá outras providências", e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980.	À Sanção Lei nº 7.132, de 26-10-83
111/83	6.783/82 Poder Executivo	Concede pensão especial a Tereza Maria de Souza Corrêa, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.131, de 26-10-83
112/83	6.784/82 Poder Executivo	Concede pensão especial a Augusto Bento Cirino, e dá outras providências.	À Câmara
113/83	2/83 Poder Executivo	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, Autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar os imóveis que menciona, situados no Município de Iracema, no Estado do Ceará.	Em tramitação
114/83	1.775/79	Proíbe as agências noticiosas fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
115/83	5.978/82	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, que autorizou a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.	À Sanção Lei nº 7.133, de 26-11-83
116/83	188/83	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
117/83	1.707/83	Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, o valor das pensões e dá outras providências.	À Câmara (veto total)
118/83	11/83	Fixa os valores de retribuição das Categorias Funcionais de Técnico de Meteorologia Aeronáutica e Técnico de Programação e Operação de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.139, de 7-11-83
119/83	212/83	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 2.637, de 9 de novembro de 1955, a Adelina de Gonçalves Campos, viúva do ex-magistrado Francisco Gonçalves Campos.	À Sanção Lei nº 7.145, de 23-11-83
120/83	366/83	Estabelece prazo para prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Federal Direta e nas Autarquias Federais.	À Sanção Lei nº 7.144, de 23-11-83
121/83	439/83	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o período de férias seja desdobrado em dois.	Em tramitação
122/83	3/83	Dispõe sobre a inclusão, nos proventos de aposentadoria, da Gratificação por Operações Especiais, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.147, de 23-11-83
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículo de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Em tramitação
124/83	1.385/83	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
125/83	3.632/80	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional de linotipista.	Em tramitação
127/83	4.074/80	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos e para os inválidos.	Em tramitação
128/83	4.013/80	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
129/83	121/83	Dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.160, de 7-12-83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
130/83	3.832/80	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 156 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
131/83	4.546/81	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
132/83	4.093/80	Revoga o art. 22 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabeleceu normas para a recuperação econômica das atividades da marinha mercante, dos portos nacionais e da rede ferroviária federal.	Em tramitação
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamento bianuais em regiões pioneiras.	Em tramitação
134/83	4.111/80	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, que instituiu o regime de benefícios da família dos segurados do IPASE.	Em tramitação
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, dispondo sobre descontos na remuneração dos empregados.	Em tramitação
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operem com raios x e substâncias radioativas.	Em tramitação
137/83	4.084/80	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
138/83	4.075/80	Altera a redação dos incisos II e III do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que trata das faltas ao serviço não consideradas para efeito de concessão de férias.	Em tramitação
139/83	4.512/81	Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Luiz aos Municípios de Rosário, São José do Ribamar e Paço do Lumiar, todos do Estado do Maranhão.	Em tramitação
140/83	4.214/80	Dispõe sobre a complementação do 13º salário aos empregados em gozo de auxílio-doença.	Em tramitação
141/83	4.675/81	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.	Em tramitação
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
143/83	4.120/80	Altera a redação do art. 112 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
144/83	4.539/81	Dispõe sobre o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Em tramitação
146/83	3/83 Complementar	Estabelece critérios para a remuneração de Vereadores no exercício de 1983.	À Câmara Lei Complementar nº 45, de 14-12-83
147/83	4.808/81	Modifica os §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei nº 4.937, de 18 de março de 1966, para assegurar aos Deputados e Senadores a averbação, mediante indenização ao Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, do tempo correspondente a um mandato legislativo estadual ou municipal.	Em tramitação
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Em tramitação
149/83	4.506/81	Fixa em 6 (seis) horas a jornada diária de trabalhos nos serviços de coqueria e bateria de fornos e determina outras providências.	Em tramitação
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à previdência social urbana, na qualidade de autônomo.	Em tramitação
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/83	4.702/81	Altera o <i>caput</i> do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar, ao empregado, a convenção de um terço até a metade do período de férias em abono pecuniário.	Em tramitação
154/83	4.168/80	Altera o art. 288 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
155/83	4.001/80	Acrescenta parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
156/83	604/83 Poder Executivo	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
157/83	213/83 Poder Executivo	Altera dispositivo da Lei nº 7.079, de 21 de dezembro de 1982, que "fixa os valores de retribuição da categoria funcional de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Médio, Código NM-1000, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.140, de 23-11-83
158/83	12/83	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.141, de 23-11-83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
159/83	1.722/83	Dispõe sobre as medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas e às vítimas das enchentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.	À Sanção Veto total
160/83 Poder Executivo	7/83	Dispõe sobre a reestruturação de cargos e função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, dos Quadros Permanentes das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.137, de 7.11-83
161/83 Poder Executivo	1.717/83	Fixa os valores de retribuição do Grupo-Atividades de Comercialização e Classificação de Café, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.146, de 23-11-83
162/83 Complementar	241/81	Fixa normas sobre repetição de topônimos de cidades e vilas, incorporadas ao texto da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Em tramitação
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Em tramitação
164/83 Poder Executivo	9/83	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Psicólogo, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	Em tramitação
165/83 Poder Executivo	1.207/83	Concede pensão especial a Augusto Schulze e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.142, de 23-11-83
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Em tramitação
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Em tramitação
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Em tramitação
170/83	986/83	Cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.161, de 7-12-83
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Em tramitação
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte, MG, para a constituição de um Parque Público.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
173/83	5.567/81	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de conceder estabilidade provisória ao empregado que ingressar em juízo com reclamatória.	Em tramitação
174/83	5.365/81	Estende a ex-servidores da extinta Fundação Brasil Central e da antiga Prefeitura do Distrito Federal, os benefícios da Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Em tramitação
176/83	5.161/81	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade.	Em tramitação
177/83	5.197/81	Determina a adoção do princípio de sucumbência no processo judiciário trabalhista, mediante acréscimo de parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	4.977/81	Reativa a faculdade prevista no art. 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, que autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, e dá outras providências.	Em tramitação
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Em tramitação
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações...” para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Em tramitação
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei da Anistia, para o fim de beneficiar, também, servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição imposta a seus maridos.	Em tramitação
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Em tramitação
185/83	4.874/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
186/83	1.980/83	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.053, de 6 de dezembro de 1982, que "estima a Receita fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1983".	À Câmara Lei nº 7.171, de 14-12-83
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação
188/83	5.641/81	Dispõe sobre férias para os segurados autônomos.	Em tramitação
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos Prefeitos Municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Em tramitação
191/83	3.954/80	Altera a redação do § 4º do art. 267 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
192/83	3.738/80	Institui o Mérito Musical e Popular Lupicínio Rodrigues e dá outras providências.	Em tramitação
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Em tramitação
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas autarquias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Em tramitação
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal, para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Em tramitação
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidas pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	5.729/81	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que instituiu a modalidade de sorteio de números - LOTO.	Em tramitação
198/83	803/83	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os Municípios de Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
200/83	5.311/81	Assegura ao guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Em tramitação
201/83	287/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, o Município de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de Motorista, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
203/83	6.741/82	Estende, aos Auditores do Tribunal de Contas da União, o disposto na Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.143, de 23-11-83
204/83	4.969/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Em tramitação
205/83	2.284/83	Concede autorização, a título precário, para que os atuais garimpeiros continuem explorando o ouro de Serra Pelada, e determina outras providências.	À Sanção Veto total
206/83	77/83	Outorga ao Presidente Getúlio Vargas o título de "Patrono dos Trabalhadores do Brasil".	Em tramitação
207/83	6.011/82	Altera a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
208/83	1.318/79	Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Araras, Estado de São Paulo.	Em tramitação
209/83	236/83	Extingue o período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência Social, e determina outras providências.	Em tramitação
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 - Lei de Imprensa.	Em tramitação
211/83	4.112/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da assistência judiciária aos necessitados.	Em tramitação
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Em tramitação
213/83	761/83	Revoga o art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o horário dos ferroviários de estações do interior.	Em tramitação
214/83	6.038/82	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.	Em tramitação
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Em tramitação
216/83	6.034/82	Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço nas Forças Armadas dos militares que prestaram serviço público federal, estadual ou municipal.	Em tramitação
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Em tramitação
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Em tramitação
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
220/83	12/75	Institui o "Dia da Bíblia", para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Em tramitação
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicuros e massagistas.	Em tramitação
223/83	3.322/80	Assegura ao aposentado por invalidez que retorna à atividade, após se recuperar parcialmente, ou para trabalho diverso do que habitualmente exercia, direito a manter seus proventos.	Em tramitação
224/83	600/75	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
225/83	138/75	Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências.	Em tramitação
226/83	5.693/81	Declara de utilidade pública o Grupo Espírita Cristão "André Luiz de Interlagos", sediado na cidade de São Paulo-SP.	Em tramitação
227/83	2.555/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes.	Em tramitação
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus consecutários.	Em tramitação
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos Vereadores.	Em tramitação
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de São Borja.	Em tramitação
232/83	1.918/83	Dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do primeiro centenário da abolição da escravidão no Estado do Ceará.	À Sanção Lei nº 7.149, de 28-11-83
233/83	318/75	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição da casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, retificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Em tramitação
235/83	4.141/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968, estendendo seus benefícios aos filhos menores de policiais mortos em serviços.	Em tramitação
236/83	6.064/82	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
237/83	6.099/82	Revoga o parágrafo único do art. 46 e altera a redação do Inciso I do art. 75 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 — Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus.	Em tramitação
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que menciona a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Em tramitação
239/83	2.183/79	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a legislação de previdência social.	Em tramitação
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	Em tramitação
241/83	3.537/80	Altera a redação do § 2º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre licença para o empregado que se ausentar do trabalho para desempenhar funções sindicais.	Em tramitação
242/83	1.100/83	Acrescenta parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950, para atribuir às Federações e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil a competência para representarem seus associados junto, respectivamente, às autoridades estaduais e federais.	Em tramitação
243/83	6.200/82	Altera a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.	Em tramitação
244/83	6.105/82	Determina a contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dos representantes do FUNRURAL que contêm mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.	Em tramitação
245/83	3.398/80	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
246/83	3.747/80	Introduz alteração na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que “dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins”, e dá outras providências.	Em tramitação
248/83	890/75	Acrescenta parágrafo ao art. 142 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, definindo como débito perante a Previdência Social somente a dívida conseqüente de procedimento administrativo ultimado, e depois de devidamente inscrita.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
249/83	1.743/76	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências".	Em tramitação
250/83	1.833/76	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a proibição de fixar valores diferentes do salário mínimo em um mesmo Estado, a partir de 1976.	Em tramitação
251/83	15/83	Exclui o Município de Canoas da relação dos municípios declarados áreas de segurança nacional.	Em tramitação
252/83	1.424/75	Dispõe sobre o tráfego de veículos de propriedade de órgãos da administração pública, direta ou indireta, e dá outras providências.	Em tramitação
253/83	1.661/75	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 5.668, de 23 de junho de 1971, que "dispõe sobre a filiação dos empregados das Bolsas de Valores no sistema orgânico da Previdência Social, e dá outras providências".	Em tramitação
254/83	905/75	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, dispondo sobre a obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Regularidade de situação e Certificado de Quitação, que serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1976.	Em tramitação
255/83	301/83	Revoga e altera dispositivos da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Em tramitação
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da previdência social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Em tramitação
257/83	1.658/75	Acrescenta parágrafo ao art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
258/83	1.603/75	Altera o art. 25 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
259/83	826/75	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.	Em tramitação
260/83	659/83	Considera Patrimônio Histórico Nacional a cidade de Cametá, no Estado do Pará.	
261/83	648/75	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
263/83	1.851/76	Eleva para 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo da remuneração do trabalho noturno sobre o diurno, e fixa o período noturno entre as 20:00 horas de um dia e as 6:00 horas do seguinte, modificando a redação do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
264/83	2.076/76	Dá nova redação ao inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
265/83	1.659/83 Poder Executivo	Dispõe sobre a escolha de dirigentes de fundações de ensino superior e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.177, de 19-12-83 (Veto parcial)
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os Cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
267/83	945/83 Poder Executivo	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.166, de 14-12-83
268/83	5.407/83 Poder Executivo	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar os imóveis que menciona.	À Sanção Lei nº 7.169, de 14-12-83
269/83	1.480/83 Poder Executivo	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Engenheiro Florestal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.167, de 14-12-83
270/83	1.479/83 Poder Executivo	Dispõe sobre a reorganização da estrutura da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.178, de 19-12-83
271/83	2.141/83 Poder Executivo	Altera a estrutura das Categorias Funcionais de Motorista Oficial e de Agente de Portaria, do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.162, de 7-12-83
272/83	2.715/83 Poder Executivo	Dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.	À Sanção Lei nº 7.180, de 20-12-83 (Veto parcial)
273/83	1.719/83 Poder Executivo	Modifica a redação do art. 2º da Lei nº 6.334, de 31 de maio de 1976, que fixa a idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos do Serviço Público Federal.	À Sanção Lei nº 7.176, de 15-12-83
274/83	2.072/83 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a celebrar transação com a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, para pôr fim ao litígio que especifica, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.168, de 14-12-83
275/83	1.658/83 Poder Executivo	Concede pensão especial a Maria José da Silva Costa e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.159, de 7-12-83
276/83	1.716/83 Poder Executivo	Concede pensão especial à Srª Enrica Cerquetti Michailowsky. (Vera Grabinska).	À Sanção Lei nº 7.158, de 7-12-83
277/83	1.848/83	Dispõe sobre a alteração do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
278/83 Poder Executivo	4.941/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados "Soldados da Borracha" disposições das Leis nºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
280/83	2.674/80	Estabelece condições de associado efetivo de entidade de Previdência Privada, e dá outras providências.	Em tramitação
281/83 Complementar	102/76	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	Em tramitação
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Em tramitação
284/83	2.101/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
285/83	2.353/76	Equipara as associações de classe aos sindicatos para os fins previstos no Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966, que institui Programa Especial de Bolsas de Estudo.	Em tramitação
286/83	1.262/83	Fixa a data da eleição dos vereadores dos municípios criados pela Lei nº 7.009, de 1º de julho de 1982, e dá outras providências.	Em tramitação
287/83	2.197/76	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação de previdência social.	Em tramitação
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Em tramitação
290/83 Poder Executivo	2.495/83	Dispõe sobre a progressão funcional a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	À Sanção Lei nº 7.163, de 07-12-83
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio, e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

I — Total dos Projetos:	546
sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	252

recebidos nesta sessão legislativa	291
<i>a)</i> de sessões legislativas anteriores:	
a.1. Tramitação aprovada pelo Plenário (§ 1º do art. 368 do R.I.), dos quais 1 foi emendado e enviado à Câmara	62
a.2. Tramitação negada pelo Plenário (§ 1º do art. 368 do R.I.).....	1
a.3. Em tramitação	126
a.4. Aprovados e enviados à sanção	13
a.5. Emendados e devolvidos à Casa de origem	8
a.6. Rejeitados	42
<i>b)</i> da presente sessão legislativa:	
b.1. Em tramitação	235
b.2. Aprovados e enviados à sanção	42
b.3. Emendados e devolvidos à Casa de origem	6
b.4. Rejeitados	7
b.5. Prejudicado	1

G.5.3 — PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
4/79	1/79	Ratifica o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9 de novembro de 1977.	Decreto Legislativo nº 50/83
13/79	11/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, a 10 de Janeiro de 1979.	Decreto Legislativo nº 52/83
24/79	25/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978.	Decreto Legislativo nº 42/83
33/80	55/80	Aprova o texto do Acordo de cooperação entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Decreto Legislativo nº 55/83
1/81	75/80	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinqüenta bilhões de cruzeiros) na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	À Câmara
14/81		Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que dispõe sobre o pecúlio parlamentar.	Rejeitado
Autor: Sen. Hugo Ramos			
15/81	94/81	Aprova o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Decreto Legislativo nº 6/83
19/81	90/81	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Decreto Legislativo nº 58/83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
36/81	99/81	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autoriza emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor.	Decreto Legislativo nº 75/83
38/81	112/81	Aprova o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 56/83
41/81	102/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá a 12 de março de 1981.	Em tramitação
1/82	113/81	Aprova o texto do Protocolo para a Sexta Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo, de 1971, assinado pelo Governo Brasileiro em Washington, a 28 de abril de 1981.	Decreto Legislativo nº 30/83
4/82	119/82	Aprova o texto da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, assinada em Viena, a 15 de maio de 1981.	Em tramitação
5/82	125/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.	Decreto Legislativo nº 90/83
6/82	116/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, assinado em Brasília, a 12 de maio de 1981.	Decreto Legislativo nº 53/83
7/82	124/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, concluído em Brasília, a 13 de agosto de 1981.	Em tramitação
8/82	120/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali, concluído em Brasília, a 7 de outubro de 1981.	Decreto Legislativo nº 66/83
9/82	129/82	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, a 4 de abril de 1979.	Decreto Legislativo nº 54/83
10/82	131/82	Aprova o texto do Convênio sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.	Decreto Legislativo nº 59/83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
11/82	122/82	Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Comum, para Produtos de Base, concluído em Genebra, em junho de 1980, e assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil a 16 de abril de 1981, em Nova Iorque.	Em tramitação
14/82	123/82	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.	Decreto Legislativo nº 60/83
15/82	134/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, concluído em Georgetown, a 29 de janeiro de 1982.	Em tramitação
16/82	136/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
17/82	127/82	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique, concluído em Brasília, a 15 de setembro de 1981.	Decreto Legislativo nº 94/83
18/82	135/82	Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.	Decreto Legislativo nº 88/83
19/82	137/82	Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, firmado em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.	Em tramitação
22/82		Dispõe sobre o Pecúlio Parlamentar.	Em tramitação
Autor: Sen. Passos Pôrto.			
b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA			
001/83	115/81	Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1980.	Em tramitação
002/83	13/83	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País na segunda quinzena de abril de 1983.	Decreto Legislativo nº 9/83
003/83	Autor: Sen. Itamar Franco	Submete à aprovação do Congresso Nacional todos os ajustes, atos e contratos complementares ao Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, em Bonn, a 27 de junho de 1975.	Em tramitação
004/83	117/82	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.	Decreto Legislativo nº 71/83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
005/83	15/83	Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, celebrado em Cartum, a 4 de agosto de 1963, emendado pela Resolução 5-79, adotada pelo Conselho de Governadores, em Abidjan, a 17 de maio de 1979.	Decreto Legislativo nº 45/83
006/83	118/82	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.	Decreto Legislativo nº 86/83
007/83	128/82	Autoriza a adesão do Brasil à Convenção que institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal, concluído em Paris, a 12 de outubro de 1955, e emendada em 1963.	Decreto Legislativo nº 104/83
008/83	130/82	Aprova o texto do tratado da Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília a 9 de fevereiro de 1982.	Decreto Legislativo nº 106/83
009/83	132/82	Aprova o texto do Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 9 de fevereiro de 1982, que inclui as "Conclusões Adotadas pelo Comitê de Têxteis em 22 de dezembro de 1981".	Decreto Legislativo nº 95/83
010/83	7/83	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque, concluído em Brasília, a 25 de março de 1982.	Decreto Legislativo nº 74/83
011/83	8/83	Aprova o texto da Resolução nº A 450, da XI Assembleia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental-OMCI, que aprovou Emendas à Convenção da Organização, concluída em Londres, a 15 de novembro de 1979.	Decreto Legislativo nº 87/83
12/83	9/83	Aprova o texto do Acordo Sobre Navegação Marítima Comercial, celebrado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da Bulgária, assinado em Sofia, a 19 de agosto de 1982.	Em tramitação
13/83	141/82	Aprova o texto da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, assinado pela República Federativa do Brasil, em Nova Iorque, no dia 31 de março de 1981, com reservas aos seus artigos 15, parágrafo 4º e 16, parágrafo 1º, alíneas (a), (c), (g) e (h).	Decreto Legislativo nº 93/83
14/83	11/83	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Brasília, a 5 de outubro de 1982.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
15/83	22/83	Aprova o texto da emenda à alínea a do parágrafo 3º do artigo XI da Convenção Sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, de 3 de março de 1973, adotada pela Sessão Extraordinária da Conferência das Partes, realizada em Bonn, a 22 de junho de 1979.	Em tramitação
16/83	2/83	Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, em 7 de julho de 1982.	Decreto Legislativo nº 96/83
17/83	20/83	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
18/83	28/83	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de julho de 1983, para submeter-se a revisão médica no exterior.	Decreto Legislativo nº 51/83
19/83	3/83	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular do Congo, em Brasília, a 7 de julho de 1982.	Em tramitação
20/83	4/83	Aprova o texto do Acordo que cria uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Brasília, a 30 de junho de 1982.	Em tramitação
21/83	5/83	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviços de Quarto, adotada durante a Conferência Diplomática realizada em Londres nos meses de junho e julho de 1978, sob os auspícios da Organização Marítima Intergovernamental — IMO.	Decreto Legislativo nº 107/83
22/83	Autor: Sen. Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Em tramitação
23/83	121/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Sanitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, concluído em Brasília, a 8 de junho de 1981	Decreto Legislativo nº 109/83
24/83	6/83	Aprova a correção do Artigo XV, alínea b , do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974.	Em tramitação
25/83	138/82	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
26/83	16/83	Aprova o texto da Resolução nº A.411 (XI), aprovado pela Assemblêia da Organização Marítima Internacional — IMO, em 15 de novembro de 1979, que instituiu Emenda à Convenção Internacional sobre Linhas de Carga de 1966.	Em tramitação
27/83	10/83	Aprova o texto da Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, assinada em Paris, a 30 de janeiro de 1981, pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Francesa.	Em tramitação
28/83	14/83	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, celebrado em Brasília, a 15 de outubro de 1982.	Em tramitação
29/83	21/83	Aprova o texto do Tratado de Nairobi sobre Proteção do Símbolo Olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981.	Em tramitação
30/83	18/83	Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
31/83	19/83	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, concluído em Brasília, a 17 de fevereiro de 1983.	Em tramitação
032/83	23/83	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana, para o funcionamento do Escritório de Área, celebrado em Brasília, a 20 de janeiro de 1983.	Decreto Legislativo nº 108/83
033/83	25/83	Aprova as Contas do Senhor Presidente da República relativas ao exercício de 1981.	Em tramitação
034/83	29/83	Aprova o texto do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974, concluído em Londres, a 17 de fevereiro de 1978.	Em tramitação
035/83	1/83	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Beijing, a 25 de março de 1982.	À Câmara
036/83	26/83	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, celebrado em Roma, a 18 de outubro de 1982.	Em tramitação
037/83	40/83	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no período de 14 a 21 de novembro de 1983, em visita oficial a Nigéria, Argélia, Senegal, Cabo Verde e Guiné-Bissau.	Decreto Legislativo nº 92/83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
038/83	38/83	Aprova o texto do Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduanas (incluídos os anexos I, V e XIII), celebrado na cidade do México, a 11 de setembro de 1981.	Em tramitação
039/83	34/83	Aprova o texto do Acordo relativo à construção de uma ponte internacional sobre o Rio Tacutu, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Georgetown, a 29 de janeiro de 1982.	Em tramitação
040/83	41/83	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, em visita oficial à República da Bolívia, no decurso da primeira quinzena do mês de fevereiro de 1984.	Decreto Legislativo nº 97/83
041/83	32/83	Aprova a reforma de Irahy Moutinho, aluno da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza—CE, do Ministério do Exército.	Em tramitação
042/83	42/83	Autoriza o Senhor Vice-Presidente da República a se ausentar do País no período compreendido entre 10 e 25 de março de 1984, em viagem aos Estados Unidos da América.	Decreto Legislativo nº 101/83
043/83	33/83	Aprova o texto do Convênio sobre Imunidades e Privilégios da OLADE (Organização Latino-Americana de Energia), adotado durante a VI Reunião Ordinária de Ministro da OLADE, em 1975.	Em tramitação

c) RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA PROMULGAÇÃO

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
32/81	110/81	Aprova o texto do Anexo IV (Seguros) ao convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, adotado pela X Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, realizada em Brasília, no período de 13 a 17 de outubro de 1980.	Decreto Legislativo nº 44/83

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

	Pág.
I — Total dos Projetos:	74
sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	31
desta sessão legislativa	
a) de sessões legislativas anteriores:	
a.1) Tramitação aprovada pelo Plenário	4
a.2) Em tramitação	8
a.3) Aprovados	21
a.4) Recebido da Câmara dos Deputados para promulgação	1
a.5) Aprovado com emenda e enviado à Câmara	1
a.6) Rejeitado	1
b) desta sessão legislativa:	
a.1) Em tramitação	24
b.2) Aprovados	18
b.3) Aprovado com emenda e enviado à Câmara	1
II — Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
Atos internacionais	34
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	4
Autorização para o Vice-Presidente da República ausentar-se do País	1
Homologação de ato do Conselho Monetário Nacional	1

G.5.4 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/75	Itamar Franco	Dispõe sobre a denominação do Senado Federal na Guanabara, e dá outras providências.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
51/76	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal, e determina outras providências.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
53/76	Itamar Franco	Acrescenta alínea ao art. 407 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
35/78	Itamar Franco	Altera os arts. 62 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
43/78	João Calmon	Altera a composição de classes da Categoria Funcional de Assistente Legislativo do Grupo Atividades de Apoio Legislativo de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras providências.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
50/78	Alexandre Costa	Extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 1976, e dá outras providências.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
3/79	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).	Resolução nº 292/83.
31/79	Humberto Lucena	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
33/79	Humberto Lucena	Cria, como órgão técnico permanente do Senado Federal, a Comissão dos Direitos do Homem.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
34/79	Franco Montoro	Assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
46/79	Orestes Quêrcia	Institui Comissão de Inquérito para apurar se foi regular ou não a aquisição do controle acionário de Light.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
48/79	Humberto Lucena	Altera o art. 440 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
63/79	Jessé Freire	Altera a redação da letra b do art. 402; suprime a letra c do mesmo dispositivo e determina a retificação das letras subsequentes, do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
160/79	Franco Montoro	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente, no âmbito do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
1/80	Luis Cavalcante	Altera o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
25/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras de propriedade da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus — à Empresa Agropecuária Porto Alegre S.A.	Resolução nº 142/83.
70/80	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o envolvimento de figuras da administração pública federal direta e indireta no favorecimento à empresa Quatro Rodas Hóteis do Nordeste, S.A.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
71/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a realização de sessão secreta destinada à discussão de assuntos internos do Senado.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
94/80	Hugo Ramos	Acrescenta parágrafo ao art. 86 do Regimento Interno.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
99/80	Franco Montoro	Transforma a Comissão de Saúde em Comissão de Saúde e Defesa do Meio Ambiente (CSDMA).	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
106/80	Passos Pôrto	Determina o reenquadramento dos atuais motoristas oficiais do Senado na categoria de Agente de Segurança Legislativa e dá outras providências.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.
109/80	Itamar Franco	Dánova redação às letras a e b do art. 402 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a utilização dos veículos de representação no Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação.
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Em tramitação.
171/80	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 58, de 1972, do Senado Federal, no que concerne à subordinação de órgão da Representação do Senado no Rio de Janeiro.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
19/81	Itamar Franco	Extingue o processo de votação simbólica.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
22/81	Itamar Franco	Dá nova redação aos arts. 193 e 312 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
23/81	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 278 do Regimento Interno.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
28/81	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar lotes do Distrito Agropecuário da SUFRAMA à Empresa Agropecuária Esteio S/A, para a implantação de projetos agropecuários em área de 15.000 hectares.	Resolução nº 143/83
29/81	Mendes Canale	Acrescenta parágrafo ao art. 278 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
53/81	Lourival Baptista	Proíbe o uso do fumo em dependências do Senado que menciona.	Em tramitação
85/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em Cr\$ 679.404.096,72 (seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, noventa e seis cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 168/83
94/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatama (MG) a elevar em Cr\$ 105.855.750,00 (cento e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 183/83
99/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 966.300.000,00 (novecentos e sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 10/83
100/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a criação da Comissão de Defesa do Consumidor.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
101/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 169/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
102/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 147/83
103/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Serrana (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 201/83
104/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carrancas (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 202/83
105/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros (MG) a elevar em Cr\$ 84.684.600,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 203/83
107/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Niterói (RJ) a elevar em Cr\$ 59.811.900,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e onze mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 148/83
109/81	Comissão de Economia	Autoriza a Companhia de Habitação do Acre (COHAB — Acre) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.070.825.000,00 (um bilhão, setenta milhões, oitocentos e vinte cinco mil cruzeiros).	Resolução nº 175/83
110/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP) a elevar em Cr\$ 1.097.338.207,68 (um bilhão, noventa e sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 157/83
111/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 81.583.500,00 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 239/83
112/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura da Estância Turística de Itu (SP) a elevar em Cr\$ 443.100.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 30/83
113/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ 137.651.000,00 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 54/83
114/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 4.606.655.502,42 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dois cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 34/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
115/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 53/83
116/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 4.266.593.330,50 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e trinta cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 11/83
117/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 928.441.006,00 (novecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 14/83
118/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olímpia (SP) a elevar em Cr\$ 37.122.399,51 (trinta e sete milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 176/83
120/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em Cr\$ 17.390.000,00 (dezessete milhões, trezentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 150/83
121/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (MG) a elevar em Cr\$ 46.449.200,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 240/83
125/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata (MG) a elevar em Cr\$ 148.198.050,00 (cento e quarenta e oito milhões, cento e noventa e oito mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 204/83
126/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 362.967.320,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte cruzeiros).	Resolução nº 80/83
127/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 270.959.000,00 (duzentos e setenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 51/83
128/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 184/83
131/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joáima (MG) a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 185/83

Nº	Autor	Emenda	Resultado
132/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) a elevar em Cr\$ 317.567.250,00 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 186/83
133/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) a elevar em Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 158/83
134/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 197/83
135/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiraci (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 205/83
136/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 187/83
137/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cristina (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 200/83
138/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal Rio de Piracicaba (MG) a elevar em Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 188/83
139/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 615.170.500,00 (seiscentos e quinze milhões cento e setenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 132/83
140/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) a elevar em Cr\$ 886.200.000,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 177/83
142/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Juliana (MG) a elevar em Cr\$ 33.873.840,00 (trinta e três milhões, oitocentos e setenta e três mil, e oitocentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 198/83
143/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a elevar em Cr\$ 47.686.000,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 178/83
144/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 846.846.000,00 (oitocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 190/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
145/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Chagas (MG) a elevar em Cr\$ 116.123.000,00 (cento e dezesseis milhões, cento e vinte e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 206/83
146/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Raul Soares (MG) a elevar em Cr\$ 211.711.500,00 (duzentos e onze milhões, setecentos e onze mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 191/83
148/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Acaraú (CE) a elevar em Cr\$ 10.531.400,00 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 126/83
149/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 162,000,000.00 (cento e sessenta e dois milhões de dólares), destinado à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
150/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rubim (MG) a elevar em Cr\$ 77.542.500,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 207/83
151/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 199/83
153/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 36.495.800,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 159/83
156/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Osasco (SP) a elevar em Cr\$ 528.418.166,50 (quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 180/83
157/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 377.683.900,00 (trezentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil e novecentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 192/83
158/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 14.435.200,00 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 130/83
161/81	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candéias Ltda., área de 33.000 hectares, no território de Rondônia, para a implantação de Projeto de Bovinicultura.	Resolução nº 320/83
162/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 3/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
163/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itambacuri (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 208/83
164/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR) a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 46/83
165/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG) a elevar em Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 209/83
166/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umari (CE), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.277.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e sete mil cruzeiros).	Resolução nº 129/83
167/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vazante (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 210/83
168/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itanhomi (MG) a elevar em Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 211/83
169/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (SP) a elevar em Cr\$ 74.306.000,00 (setenta e quatro milhões, trezentos e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 181/83
172/81	Itamar Franco	Veda a inclusão na ordem do dia dos projetos versando sobre autorização para endividamento dos Estados e Municípios nos anos eleitorais.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
173/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas (RN) a elevar em Cr\$ 902.200,00 (novecentos e dois mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
175/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 295.400.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 173/83
177/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itumirim (MG), a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 212/83
178/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Oriente (MG), a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 241/83
180/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 55/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
181/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 36/83
182/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 76.131.000,00 (setenta e seis milhões, cento e trinta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 37/83
183/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 272/83
185/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 75.680.370,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e setenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 242/83
186/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 164.304.500,00 (cento e sessenta e quatro milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 19/83
187/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 3.530.501.163,00 (três bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 29/83
189/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Rodovias Alimentadoras do Estado.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
191/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 415.097.500,00 (quatrocentos e quinze milhões, noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 15/83
195/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pendências (RN) a elevar em Cr\$ 9.525.400,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 77/83
197/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ouro Fino (MG) a elevar em Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 213/83
198/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Resende (RJ) a elevar em Cr\$ 142.580.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 258/83
199/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ 115.723.113,00 (cento e quinze milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e treze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 8/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
200/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilicínea (MG) a elevar em Cr\$ 84.684.600,00 (oitenta e quatro milhões seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 214/83
202/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II — 79/83.	Resolução nº 5/83
203/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 23.801.336,00 (vinte e três milhões, oitocentos e um mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 76/83
204/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa Rodovias Alimentadoras, naquele Estado.	Resolução nº 362/83
205/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pavão (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 215/83
206/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buritis (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 216/83
207/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em Cr\$ 249.979.216,00 (duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e dezesseis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 151/83
208/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução 219/83
209/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa (RS) a elevar em Cr\$ 6.978.800,00 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 70/83
210/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Urucânia (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 220/83
211/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Votorantim (SP) a elevar em Cr\$ 57.964.717,30 (cinquenta e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 160/83
213/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista (MS) a elevar em Cr\$ 16.315.900,00 (dezesseis milhões, trezentos e quinze mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 317/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
214/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candeias (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 221/83
215/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caratinga (MG) a elevar em Cr\$ 307.251.000,00 (trezentos e sete milhões, duzentos e cinqüenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 222/83
216/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Claro dos Poções (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 223/83
217/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Divinópolis (MG) a elevar em Cr\$ 460.876.500,00 (quatrocentos e sessenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 224/83
219/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 151.212.000,00 (cento e cinqüenta e um milhões, duzentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 71/83
220/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 381.244.800,00 (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 40/83
222/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 333/83
223/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 63/83
224/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Monte (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 226/83
226/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Espera Feliz (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 227/83
227/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aimorés (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 228/83
228/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Deodópolis (MS) a elevar em Cr\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 328/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
229/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica (MS) a elevar em Cr\$ 2.394.000,00 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 318/83
230/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luz(MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 153/83
231/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Machado (MG) a elevar em Cr\$ 153.625.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 56/83
233/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 15.126.000,00 (quinze milhões, cento e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 41/83
234/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 43.600.000,00 (quarenta e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 21/83
235/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timbó (SC) a elevar em Cr\$ 35.992.260,00 (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Retirado
238/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a Programas de Investimentos daquele Estado.	Resolução nº 64/83
241/81	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada a Programação de Investimentos naquele Município.	Resolução nº 52/83
242/81	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para os fins que especifica.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
244/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinada a diversos programas de desenvolvimento naquele Estado.	Resolução nº 65/83
245/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Obras Viárias e Ligações Troncais daquele Estado.	Resolução nº 81/83
246/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada a programas de investimentos do Estado.	Resolução nº 57/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
247/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 58/83
248/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 53 e seu parágrafo único da Lei nº 35, de 31 de dezembro de 1966 e do Decreto nº 7, de 25 de junho de 1968, ambos do Município de Rancharia, Estado de São Paulo.	Resolução nº 243/83
249/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 293, 294, 295 e 296 da Lei nº 123, de 22 de dezembro de 1966, do Município de Santa Fé, Estado do Paraná.	Resolução nº 244/83
250/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 570, de 13 de dezembro de 1977, do Município de Ibirá, Estado de São Paulo.	Resolução nº 238/83
251/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rubiataba (GO) a elevar em Cr\$ 2.800.500,00 (dois milhões, oitocentos mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 59/83
253/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO) a elevar em Cr\$ 2.296.800,00 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 47/83
254/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palestina (SP) a elevar em Cr\$ 7.409.138,40 (sete milhões, quatrocentos e nove mil, cento e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 174/83
256/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG) a elevar em Cr\$ 209.108.000,00 (duzentos e nove milhões, cento e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 273/83
257/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arraias (GO) a elevar em Cr\$ 20.726.000,00 (vinte milhões, setecentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 217/83
260/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos para o exercício de 1982.	Resolução nº 31/83
262/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sítio Novo (RN) a elevar em Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno.
264/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) a elevar em Cr\$ 6.214.700,00 (seis milhões, duzentos e quatorze mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 48/83
265/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umarizal (RN) a elevar em Cr\$ 20.004.000,00 (vinte milhões e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 261/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
267/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Icatú (MA) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.703.000,00 (quatro milhões, setecentos e três mil cruzeiros).	Resolução nº 49/83
268/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto (SP) a elevar em Cr\$ 54.989.380,82 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 161/83
270/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aragarina (GO) a elevar em Cr\$ 13.941.500,00 (treze milhões, novecentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 60/83
271/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberaí (GO) a elevar em Cr\$ 23.566.400,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 72/83
272/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ivinhema (MS) a elevar em Cr\$ 14.962.400,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 73/83
274/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio (RN) a elevar em Cr\$ 2.578.600,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 78/83
275/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Horizontina (RS) a elevar em Cr\$ 2.585.400,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 74/83
276/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ 1.879.226.000,00 (um bilhão, oitocentos e setenta e nove milhões, duzentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 98/83
277/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Elói Mendes (MG) a elevar em Cr\$ 75.611.250,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 229/83
278/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Matipó (MG) a elevar em Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 230/83
279/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga (GO) a elevar em Cr\$ 8.469.000,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 75/83
281/81	Comissão de Economia	Autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 231/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
282/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguari (MG) a elevar em Cr\$ 49.780.000,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 218/83
283/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG) a elevar em Cr\$ 61.450.200,00 (sessenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 245/83
284/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curvelo (MG) a elevar em Cr\$ 292.751.200,00 (duzentos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 232/83
285/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Monlevade (MG) a elevar em Cr\$ 182.969.500,00 (cento e oitenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 233/83
1/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Galiléia (MG) a elevar em Cr\$ 36.593.900,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 262/83
3/82	Bernadino Viana	Dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, revoga dispositivo da resolução nº 93, de 11 de novembro de 1976, e dá outras providências.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno
4/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 155.363.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 170/83
5/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 551.515.500,00 (quinhentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e quinze mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 162/83
6/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 33.305.000,00 (trinta e três milhões, trezentos e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 171/83
7/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Mato Grosso a elevar em Cr\$ 7.296.572.730,40 (sete bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 2/83
9/82	José Lins	Altera Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno
10/82	Comissão de Economia	Autoriza Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS) a elevar em Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 82/83
11/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 33/83

Nº	Autor	Emenda	Resultado
12/82	Comissão de Economia	Autoriza a prefeitura Municipal de Paula Cândido (MG) a elevar em Cr\$ 18.296.950,00 (dezoito milhões, duzentos e noventa e seis mil novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 263/83
13/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 493.771.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, setecentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 133/83
16/82	Comissão Diretora	Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 146, de 5 de dezembro de 1980, modificada pela Resolução nº 50, de 30 de junho de 1981, e dá outras providências.	Resolução nº 360/83
19/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa de Investimentos daquele Estado.	Resolução nº 61/83
21/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a elevar em Cr\$ 1.586.700.000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 357/83
22/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e dezenove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 83/83
23/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) a elevar em Cr\$ 424.489.240,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução 6/83
24/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 84/83
26/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 85/83
27/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 100/83
28/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carai (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 255/83
29/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduís (RN) a elevar em Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado definitivamente nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
31/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiatuba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 86/83
32/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN) a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 112/83
34/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões, setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 113/83
35/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 269/83
36/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução 87/83
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
38/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Porã (MS) a elevar em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 277/83
40/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anaurilândia (MS) a elevar em Cr\$ 4.890.000,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 309/83
41/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Extremoz (RN) a elevar em Cr\$ 8.153.200,00 (oito milhões, cento e cinquenta e três mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 114/83
42/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a elevar em Cr\$ 180.975.100,00 (cento e oitenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 102/83
44/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Terenos (MS) a elevar em Cr\$ 13.600.00,00 (treze milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 115/83
45/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umuarama (PR) a elevar em Cr\$ 368.515.376,59 (trezentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e quinze mil, trezentos e setenta e seis cruzeiros e cinquenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 16/83
46/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palmitos (SC) a elevar em Cr\$ 59.270.108,58 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta mil, cento e oito cruzeiros e cinquenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 38/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
47/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Amambai (MS) a elevar em Cr\$ 83.280.700,00 (oitenta e três milhões, duzentos e oitenta mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 42/83
50/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brillante (MS) a elevar em Cr\$ 76.958.000,00 (setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 66/83
51/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão (MA) a elevar em Cr\$ 17.438.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 88/83
53/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jateí (MS) a elevar em Cr\$ 5.603.000,00 (cinco milhões, seiscentos e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 24/83
54/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bataiporã (MS) a elevar em Cr\$ 5.221.500,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 116/83
57/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 206.675.000,00 (duzentos e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 256/83
58/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a elevar em Cr\$ 579.100.100,00 (quinhentos e setenta e nove milhões, cem mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 32/83
60/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candelária (RS) a elevar em Cr\$ 56.965.900,00 (cinquenta e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 167/83
62/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caxambu (MG) a elevar em Cr\$ 123.939.000,00 (cento e vinte e três milhões, novecentos e trinta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 134/83
63/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (SC) a elevar em Cr\$ 149.999.653,53 (cento e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e cinquenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 22/83
64/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Cedro (SC) a elevar em Cr\$ 3.966.000,00 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 39/83
65/82	Comissão de Economia	Autorizada a Prefeitura Municipal de São José do Cedro (SC) a elevar em Cr\$ 6.711.000,00 (seis milhões, setecentos e onze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 28/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
66/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçador (SC) a elevar em Cr\$ 5.447.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 274/83
67/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 55.527.500,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 23/83
68/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 451.355.900,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 124/83
70/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moji Guaçu (SP) a elevar em Cr\$ 627.324.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 17/83
71/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Feliz (SP) a elevar em Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 103/83
73/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poconé (MT) a elevar em Cr\$ 138.164.974,38 (cento e trinta e oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 25/83
74/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ 589.700.000,00 (quinhentos e oitenta e nove milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 182/83
76/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 782.884.600,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 89/83
78/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araçatuba (SP) a elevar em Cr\$ 743.634.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 90/83
79/82	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a contratar operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada à implantação de obras prioritárias naquele Município.	Resolução nº 140/83
81/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 1.791.500.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 172/83
82/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 64.104.000,00 (sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 91/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
83/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 749.781.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 163/83
84/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.241.055.262,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, cinqüenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 92/83
85/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a elevar em Cr\$ 541.600.000,00 (quinhentos e quarenta e um milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
87/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a elevar em Cr\$ 184.350.600,00 (cento e oitenta e quatro milhões, trezentos e cinqüenta mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 257/83
88/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Rezende (MG) a elevar em Cr\$ 65.067.975,00 (sessenta e cinco milhões sessenta e sete mil, novecentos e setenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 264/83
89/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponte Nova (MG) a elevar em Cr\$ 433.786.500,00 (quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 236/83
90/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz (RN) a elevar em Cr\$ 3.072.000,00 (três milhões e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 254/83
92/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caarapó (MS) a elevar em Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 43/83
93/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gurupi (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 14.422.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e dois mil cruzeiros).	Resolução nº 117/83
94/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Avelino (RN) a elevar em Cr\$ 11.620.000,00 (onze milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 118/83
96/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a elevar em Cr\$ 38.265.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 119/83
97/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Além Paraíba (MG) a elevar em Cr\$ 3.356.506,00 (três milhões, trezentos e cinqüenta e seis mil, quinhentos e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 270/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
98/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ 584.224.200,00 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 251/83
99/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candelária (RS) a elevar em Cr\$ 11.646.800,00 onze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 145/83
100/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO) a elevar em Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 335/83
101/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Passo Fundo (RS) a elevar em Cr\$ 627.324.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 146/83
103/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poço Branco (RN) a elevar em Cr\$ 10.005.600,00 (dez milhões, cinco mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno
104/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Canoas (RS) a elevar em Cr\$ 34.668.015,32 (trinta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quinze cruzeiros e trinta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 294/83
105/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cumari (GO) a elevar em Cr\$ 3.857.900,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 120/83
107/82	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos Urbanos.	Resolução nº 62/83
108/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.534.085.100,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, oitenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 93/83
109/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.046.450.500,00 (um bilhão, quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 79/83
110/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 39.930.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 125/83
111/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alvorada (RS) a elevar em Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 94/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
112/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 293.685.700,00 (duzentos e noventa e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 18/83
113/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 1.616.164.560,00 (um bilhão, seiscentos e dezesseis milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 35/83
114/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), destinada aos programas de desenvolvimento rural integrado, mineração e infra-estrutura econômica, naquele Estado.	Resolução nº 319/83
117/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 225/83
118/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pírapetinga (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 271/83
119/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 149/83
120/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura da cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 101/83
121/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ 130.279.719,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 275/83
122/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piranga (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 276/83
124/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 252/83
125/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 67/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
126/82	Comissão de Constituição e Justiça	Dá nova redação ao § 3º do art. 47 e ao art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno
127/82	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.	Em tramitação
131/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA) a elevar em Cr\$ 218.094.000,00 (duzentos e dezoito milhões, noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 135/83
132/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Delfinópolis (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 253/83
133/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR) a elevar em Cr\$ 243.872.710,80 (duzentos e quarenta e três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e dez cruzeiros e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 44/83
135/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 14.999.999.364,20 (quatorze bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 12/83
136/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 602.516.000,00 (seiscentos e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 104/83
137/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.702.223.000,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, duzentos e vinte e três mil cruzeiros) destinada a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em município do Estado.	Resolução nº 95/83
138/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 1.172.118.000,00 (um bilhão, cento e setenta e dois milhões, cento e dezoito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 164/83
139/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 2.510.360.000,00 (dois bilhões, quinhentos e dez milhões, trezentos e sessenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 26/83
140/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 493.000.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 152/83
141/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 282.536.930,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 189/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
142/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar empréstimo externo no valor de DM 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil marcos alemães) destinado a financiar o projeto "Proteção contra as cheias do vale do Rio dos Sinos".	Resolução nº 96/83
143/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado (MS), a elevar em Cr\$ 4.703.100,00 (quatro milhões, setecentos e três mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 131/83
144/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 725.043.150,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, quarenta e três mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 237/83
145/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 68/83
146/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapiranga (SC) a elevar em Cr\$ 8.993.017,00 (oito milhões, novecentos e noventa e três mil e dezessete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 9/83
147/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacarezinho (PR) a elevar em Cr\$ 202.020.570,00 (duzentos e dois milhões, vinte mil quinhentos e setenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 20/83
148/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sombrio (SC) a elevar em Cr\$ 4.281.025,24 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, vinte e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 127/83
149/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aloândia (GO) a elevar em Cr\$ 13.128.492,00 (treze milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 128/83
150/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 48.365.100,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 105/83
151/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás (GO) a elevar em Cr\$ 43.095.116,56 (quarenta e três milhões, noventa e cinco mil, cento e dezesseis cruzeiros e cinquenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 121/83
152/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões (GO) a elevar em Cr\$ 32.953.558,47 (trinta e dois milhões, noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros e quarenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 122/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
153/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulo de Faria (SP) a elevar em Cr\$ 36.175.728,00 (trinta e seis milhões, cento e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 179/83
154/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 45/83
155/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bagé (RS) a elevar em Cr\$ 877.101.343,05 (oitocentos e setenta e sete milhões, cento e um mil, trezentos e quarenta e três cruzeiros e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 4/83
156/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) a elevar em Cr\$ 1.819.424.520,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 7/83
157/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia (GO) a elevar em Cr\$ 33.150.000,00 (trinta e três milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 123/83
158/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a elevar em Cr\$ 73.169.900,00 (setenta e três milhões, cento e sessenta e nove mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 69/83
160/82	Comissão Diretora	Altera a lotação de gabinetes do Senado Federal.	Resolução nº 106/83
161/82	Dulce Braga	Dispõe sobre a celebração do Dia Nacional de Ação de Graças.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno
162/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 546.776.000,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, setecentos e setenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 27/83
164/82	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 3, de 1979.	Arquivado definitivamente nos termos do artigo 367 do Regimento Interno

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

1/83	Itamar Franco	Dá nova redação ao artigo 137 do Regimento Interno e fixa em 48 (quarenta e oito) horas o prazo para a Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre recurso contra decisão da Presidência.	Em tramitação
2/83	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova o relatório e as conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 1, de 1980.	Em tramitação

Nº	Autor	Emenda	Resultado
3/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do artigo 212 do Código Tributário do Município de Flórida Paulista, Lei nº 950, de 20 de dezembro de 1977.	Resolução nº 107/83
4/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 54, inciso I, letra e, da Constituição do Estado de São Paulo, no tocante às expressões "Inconstitucionalidade e".	Resolução nº 108/83
5/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 54, inciso I, letra e, da Constituição do Estado de São Paulo, no tocante às expressões "inconstitucionalidade e".	Prejudicado
6/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Velho (RO) a elevar em Cr\$ 1.024.242.465,90 (um bilhão, vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros e noventa centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 109/83
7/83	Comissão de Economia	Autoriza a prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 388.960.840,88 (trezentos e oitenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 110/83
8/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 223 do Código Tributário do Município de Paraguaçu Paulista, Lei nº 1.131, de 13 de dezembro de 1977.	Resolução nº 99/83
9/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do § 1º, 1 e 3, da cláusula primeira, do convênio ICM nº 44, de 7 de dezembro de 1976, e do art. 2º, § 1º, 1 e 3, da Portaria nº 313, de 29 de dezembro de 1976, do Diretor da Receita Estadual de Minas Gerais.	Resolução nº 111/83,
10/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 38, de 6 de dezembro de 1977, do Município de Nova Granada, Estado de São Paulo.	Resolução nº 136/83
11/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 717.785.762,58 (setecentos e dezesseite milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois cruzeiros e cinqüenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 97/83
12/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT) a elevar em Cr\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 137/83
13/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cândido Mota (SP) a elevar em Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinqüenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 138/83
14/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 63.634.169,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 144/83
15/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia (MT) a elevar em Cr\$ 56.508.859,95 (cinqüenta e seis milhões, quinhentos e oito mil, oitocentos e cinqüenta e nove cruzeiros e noventa e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 141/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
16/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 239, de 26 de setembro de 1978, do Município de Queiroz, no Estado de São Paulo.	Resolução nº 165/83
17/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 5º da Lei nº 253, de 2 de dezembro de 1977, do Município de Populina, Estado de São Paulo.	Resolução nº 166/83
18/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a elevar em Cr\$ 734.671.283,31 (setecentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e três cruzeiros e trinta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 139/83
19/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itauera (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e dezenove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 154/83
20/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 503.460.012,06 (quinhentos e três milhões, quatrocentos e sessenta mil, doze cruzeiros e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 155/83
21/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a elevar em Cr\$ 495.756.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 156/83
22/83	Marco Maciel	Cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.	Em tramitação
23/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 772.716.109,00 (setecentos e setenta e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 193/83
24/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 700.683.136,08 (setecentos milhões, seiscentos e oitenta e três mil, cento e trinta e seis cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 194/83
25/83	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa de investimentos do Estado.	Resolução nº 195/83
26/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 746.739.468,36 (setecentos e quarenta e seis milhões, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 196/83
27/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Porã (MS) a elevar em Cr\$ 82.687.033,17 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trinta e três cruzeiros e dezessete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 246/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
28/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães (MT) a elevar em Cr\$ 127.877.086,90 (cento e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e sete mil, oitenta e seis cruzeiros e noventa centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução 247/83
29/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poxoréo (MT) a elevar em Cr\$ 85.668.358,73 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito cruzeiros e setenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 234/83
30/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itiquira (MT) a elevar em Cr\$ 81.123.270,29 (oitenta e um milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e setenta cruzeiros e vinte e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 265/83
31/83	Passos Pôrto	Altera o art. 392, "caput", e seu § 3º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Negada a tramitação pela Presidência ao Arquivo
32/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, referente às atribuições da Comissão de Segurança Nacional.	Em tramitação
33/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barroso (MG) a elevar em Cr\$ 173.514.600,00 (cento e setenta e três milhões, quinhentos e quatorze mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 266/83
34/83	Passos Pôrto	Altera os arts. 78 e 105 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
35/83	Carlos Alberto	Cria a Comissão de Assuntos Imobiliários e Habitacionais.	Em tramitação
36/83	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa de Investimentos no Estado.	Resolução nº 235/83
37/83	Itamar Franco	Fixa em 5 (cinco) dias o prazo para comparecimento de Ministro de Estado convocado para prestar informações e dá outras providências.	Em tramitação
38/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do parágrafo único do art. 144 da Lei nº 2.655, de 21 de dezembro de 1979, do Município de Maceió, Estado de Alagoas.	Resolução nº 248/83
39/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do § 3º do art. 26 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, do Estado do Rio de Janeiro, no tocante as expressões "de dois cargos de magistério, ou".	Resolução nº 249/83
40/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 207 do Código Tributário do Município de Planalto, Estado de São Paulo, com a redação dada pela Lei Municipal nº 41, de 14 de agosto de 1977.	Resolução nº 267/83
41/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 36.722.513,00 (trinta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e treze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 250/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
42/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do artigo 320, da Lei nº 782/67, do Município de Paraguaçu Paulista — Estado de São Paulo.	Resolução nº 268/83
43/83	Henrique Santillo	Altera a redação do inciso XI do art. 239 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
44/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 1.474.772.069,23 (um bilhão, quatrocentos e setenta e quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil, sessenta e nove cruzeiros e vinte e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 291/83
45/83	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 419 do Regimento Interno.	Em tramitação
46/83	Henrique Santillo	Altera a redação da alínea a, item I, do art. 239 do Regimento Interno.	Em tramitação
47/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao item XI do art. 16 e à alínea do art. 419 do Regimento Interno.	Em tramitação
48/83	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de empréstimo externo no valor de DM 10.000.000,00 (dez milhões de marcos alemães), destinado ao Programa "Pequena Irrigação a Nível de Propriedade".	Resolução nº 279/83
49/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 75.548.815,00 (setenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e oitocentos e quinze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 278/83
50/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 453.256.608,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 282/83
51/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande (RS) a elevar em Cr\$ 1.153.986.270,80 (um bilhão, cento e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta cruzeiros e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 288/83
52/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Gomes (MS) a elevar em Cr\$ 39.015.006,19 (trinta e nove milhões, quinze mil, seis cruzeiros e dezenove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 290/83
53/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Terenos (MS) a elevar em Cr\$ 3.352.000,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 289/83
54/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 45.847.515,36 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quinze cruzeiros e trinta e seis centavos).	Resolução nº 283/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
55/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 179.960.500,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e sessenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 284/83
56/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Machado (MG), a elevar em Cr\$ 160.494.131,56 (cento e sessenta milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e um cruzeiros e cinqüenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 310/83
57/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araranguá (SC) a elevar em Cr\$ 29.847.909,39 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, novecentos e nove cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 297/83
58/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaueira (PI) a elevar em Cr\$ 13.391.000,00 (treze milhões, trezentos e noventa e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 293/83
59/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos artigos 3º, 4º e 5º da Lei nº 270, de 2 de dezembro de 1977, do Município de Orindiúva, Estado de São Paulo.	Resolução nº 281/83
60/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 2º da Lei nº 1.060, de 26 de dezembro de 1978, do Município de Pompeia, Estado de São Paulo.	Resolução nº 280/83
61/83	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa de Investimentos Urbanos.	Resolução nº 259/83
62/83	José Ignácio	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente.	Em tramitação
63/83	Comissão Diretora	Cria a Categoria Funcional de Adjunto Legislativo e dá outras providências.	Resolução nº 344/83
64/83	Mário Maia	Cria a Comissão Permanente de Assuntos Fundiários (CAF).	Em tramitação
65/83	Itamar Franco	Determina a submissão ao Senado Federal das cláusulas contratuais referentes a operações externas realizadas por Estados ou Municípios.	Em tramitação
66/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pirapora (MG) a elevar em Cr\$ 218.094.000,00 (duzentos e dezoito milhões, noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 298/83
67/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ataléia (MG) a elevar em Cr\$ 70.691.880,00 (setenta milhões, seiscentos e noventa e um mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 300/83
68/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Rocha (BA) a elevar em Cr\$ 36.406.475,24 (trinta e seis milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 299/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
69/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos artigos 34 a 38 da Lei nº 575, de 19 de dezembro de 1975, do Município de Sales Oliveira, Estado de São Paulo.	Resolução nº 311/83
70/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da expressão "ou judicial", contida no § 3º do art. 90, da Lei nº 440, de 24 de setembro de 1974, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 312/83
71/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 747.290.796,00 (setecentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 301/83
72/83	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 34.279.000,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 306/83
73/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do artigo 6º e seu parágrafo único da Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.	Resolução nº 313/83
74/83	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à Empresa Maisa-Moju Agroindustrial S/A uma área de terras devolutas do Estado, com aproximadamente 30.000 ha. (trinta mil hectares).	Resolução nº 321/83
75/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 669.559.790,90 (seiscentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa cruzeiros e noventa centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 305/83
76/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do inciso I do art. 15 da Lei nº 6.989, de 29-12-66, na redação que lhe deu a Lei nº 7.785, de 20-9-72, do Município de São Paulo.	Resolução nº 314/83
77/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 211 da Lei nº 1.333, de 25 de dezembro de 1977, do Município de Sertãozinho, São Paulo.	Resolução nº 322/83
78/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 8.114.447.554,92 (oito bilhões, cento e quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 295/83
79/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do artigo 243 do Código Tributário do Município de Mariápolis, Estado de São Paulo (Lei nº 288, de 18 de outubro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 520, de 24 de dezembro de 1978).	Resolução nº 315/83
80/83	Comissão de Economia	Autoriza o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 192.000.000,00 (cento e noventa e dois milhões de cruzeiros).	Resolução nº 316/83
81/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 444.689.491,02 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 308/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
82/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 12.738.040.000,00 (doze bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, e quarenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 296/83
83/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 11.955.596.307,00 (onze bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e seis mil, trezentos e sete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 302/83
84/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 304/83
85/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 303/83
86/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mundo Novo (MS) a elevar em Cr\$ 108.118.851,47 (cento e oito milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e um cruzeiros e quarenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 323/83
87/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatemi (MS) a elevar em Cr\$ 132.784.000,00 (cento e trinta e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 324/83
88/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapoema (GO) a elevar em Cr\$ 8.685.149,40 (oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 325/83
89/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Taguatinga (GO) a elevar em Cr\$ 7.754.525,57 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 331/83
90/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jateí (MS) a elevar em Cr\$ 22.829.700,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 334/83
91/83	Marco Maciel	Disciplina a apreciação da escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.	Em tramitação
92/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso (MS) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 332/83
93/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Pinheiro (MG) a elevar em Cr\$ 6.837.402,79 (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 326/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
94/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Alegre (SC) a elevar em Cr\$ 7.536.627,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e sete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 327/83
95/83	Henrique Santillo	Cria CPI para os fins que especifica.	Em tramitação
96/83	Marco Maciel	Dispõe sobre o credenciamento de entidades junto à Mesa.	Retirado pelo autor
97/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 3º da Lei nº 1.390, de 30 de agosto de 1977, do Município de Itararé, Estado de São Paulo.	Resolução nº 336/83
98/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 84.206.720,00 (oitenta e quatro milhões, duzentos e seis mil, setecentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 340/83
99/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 940, de 27 de novembro de 1978, do Município de Aquai, Estado de São Paulo.	Resolução nº 339/83
100/83	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar empréstimo externo, no valor de até DM 10.000.000,00 (dez milhões de marcos alemães), destinado a Programas de Saneamento e Irrigação naquele Estado.	Resolução nº 341/83
101/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 4º do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966 e do § 3º, do art. 85, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).	Resolução nº 337/83
102/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Estância (SE) a elevar em Cr\$ 45.299.987,01 (quarenta e cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e sete cruzeiros e um centavo) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 338/83
103/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 12.742.087.534,29 (doze bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e quatro cruzeiros e vinte e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 342/83
104/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 1.058.394.126,00 (um bilhão, cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 343/83
105/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Riachuelo (RN), a elevar em Cr\$ 7.678.943,63 (sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros e sessenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 347/83
106/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil cruzeiros).	Resolução nº 345/83

Nº	Autor	Ementa	Resultado
107/83	Humberto Lucena	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos relacionados com a intervenção do Banco Central no Grupo Coroa-Brastel.	Em tramitação
108/83	Comissão Diretora	Susta, nos termos do art. 32 da Constituição, os processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal, contra o Senador Fábio Lucena.	Em tramitação
109/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 2.878.260.000,00 (dois bilhões, oitocentos e setenta e oito milhões, duzentos e sessenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 346/83
110/83	Marco Maciel	Dispõe sobre o credenciamento de entidades junto à Mesa.	Em tramitação
111/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná, a elevar em Cr\$ 1.794.315.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 354/83
112/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 327.090.064,12 (trezentos e vinte e sete milhões, noventa mil, sessenta e quatro cruzeiros e doze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 355/83
113/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sumaré (SP) a elevar em Cr\$ 1.746.558.000,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e cinqüenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 369/83
114/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 4.857.149.100,00 (quatro bilhões, oitocentos e cinqüenta e sete milhões, cento e quarenta e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 356/83
115/83	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972 e dá outras providências.	Em tramitação
116/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 288.037.264,28 (duzentos e oitenta e oito milhões, trinta e sete mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 368/83
117/83	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do artigo 5º da Lei Municipal nº 253, de 2 de dezembro de 1977, do Município de Populina, Estado de São Paulo.	Prejudicado
118/83	Lomanto Júnior	Dispõe sobre a publicação de trabalhos do escritor Carlos Chiacchio.	Em tramitação
119/83	Itamar Franco	Extingue o § 3º do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
120/83	Henrique Santillo	Altera disposições Regimentais atinentes às Comissões de Inquérito.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
121/83	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão, a realizar operações de empréstimos externos no valor total de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos) destinadas ao Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 361/83
122/83	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 22,000,000.00 (vinte e dois milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos daquele Município.	Resolução nº 363/83
123/83	Poder Executivo	Eleva a alíquota máxima do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.	Resolução nº 364/83
124/83	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 13,600,000.00 (treze milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), destinada ao financiamento do Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 359/83
125/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 4.761.276.256,08 (quatro bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 366/83
126/83	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 12.657.535.300,00 (doze bilhões, seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 367/83
127/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG), a elevar em Cr\$ 29.454.950,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 370/83
128/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a elevar em Cr\$ 11.131.140,00 (onze milhões, cento e trinta e um mil, cento e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 371/83
129/83	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Parobé (RS) a elevar em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 372/83

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

I — Total dos Projetos	427
sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	298
apresentados nesta sessão legislativa	129

a) de sessões legislativas anteriores:	
a.1. Arquivados definitivamente	39
a.2. Em tramitação	6
a.3. Aprovados	252
a.4. Retirado	1
b) da presente sessão legislativa:	
b.1. Em tramitação	23
b.2. Aprovados	102
b.3. Negada a tramitação	1
b.4. Retirado pelo autor	1
b.5. Prejudicados	2
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	25
operações de crédito internas	296
suspensão de execução de dispositivos legais	26
alienação de terras	4
alteração do Regulamento Administrativo	2
fixação de alíquotas do ICM	1

G.5.5 — INDICAÇÕES DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES ARQUIVADAS

DEFINITIVAMENTE (Art. 367 in fine do R.I.)

Nº	Autor	Ementa
2/75	Itamar Franco	Institui, no Senado Federal, idêntico estágio para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.
4/75	Itamar Franco	Sugere à Comissão de Constituição e Justiça proceder estudos no sentido de esclarecer se pode o Governador do Distrito Federal ser convocado para prestar esclarecimentos sobre sua administração ao Plenário do Senado Federal, ou, se for o caso, formular a correspondente proposição legislativa, tendo em vista o que dispõe o § 1º do art. 17 da Constituição Federal.
1/79	Humberto Lucena	Solicita estudo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal sobre fato que indica.
1/81	Orestes Quêrcia	Sugere que a Comissão de Constituição e Justiça elabore projeto de lei sobre nova Lei de Segurança Nacional, atendendo à aspiração popular, e inspirada nos recentes pronunciamentos do Ministro da Justiça e de Ministros do Superior Tribunal Militar.
2/81	Bernardino Viana	Sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Constituição e Justiça, autorizações do Senado Federal para elevação da dívida consolidada de Estados e Municípios.

G.5.6 — REQUERIMENTOS

a) DE SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR, DESARQUIVADO

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
196	27-9-82	Murilo Badaró	Criação de Comissão Especial Interna	Aprovado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
001	2- 2-83	Líderes PDS/PMDB	Votação em escrutínio único	Aprovado
002	2- 3-83	Líder do PDS	Convocação de autoridade	Aprovado
003	2- 3-83	Líder do PDS	Convocação de autoridade	Aprovado
004	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
005	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
006	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
007	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
008	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
009	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
010	2- 3-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
011	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
012	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
013	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
014	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
015	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
016	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
017	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
018	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
019	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
020	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
021	2- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
022	2- 3-83	Marcelo Miranda	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
023	2- 3-83	Álvaro Dias	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
024	2- 3-83	Álvaro Dias	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
025	2- 3-83	Odacir Soares	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
026	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
027	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
028	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
029	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
030	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
031	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
032	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
033	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
034	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
035	2- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
036	2- 3-83	Tancredo Neves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
037	2- 3-83	Tancredo Neves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
038	2- 3-83	Tancredo Neves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
039	2- 3-83	Tancredo Neves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
040	2- 3-83	Tancredo Neves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
041	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
042	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
043	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
044	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
045	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
046	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
047	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
048	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
049	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
050	3- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
051	3- 3-83	Lenoir Vargas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
052	3- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
053	3- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
054	3- 3-83	Martins Filho	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
055	3- 3-83	Martins Filho	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
056	3- 3-83	Lourival Baptista	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
057	3- 3-83	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
058	3- 3-83	Humberto Lucena	Sessão Especial	Aprovado
059	3- 3-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
060	3- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
061	3- 3-83	Murilo Badaró	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
062	3- 3-83	Murilo Badaró	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
063	3- 3-83	Murilo Badaró	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
064	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
065	3- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
066	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
067	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
068	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
069	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
070	2- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
071	3- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
072	3- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
073	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
074	3- -83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
075	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
076	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
077	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
078	3- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
079	3- 3-83	Milton Cabral	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
080	3- 3-83	Aloysio Chaves	Adiamento da Discussão	Aprovado
081	3- 3-83	Saldanha Derzi	Adiamento da Discussão	Aprovado
082	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
083	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
084	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
085	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
086	3- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
087	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
088	3- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
089	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
090	3- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
091	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
092	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
093	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
094	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
095	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
096	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
097	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Retirado
098	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
099	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
100	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
101	3- 3-83	Mauro Borges	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
102	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
103	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
104	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
105	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
106	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
107	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
108	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
109	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
110	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
111	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
112	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
113	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
114	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
115	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
116	3- 3-83	Aderbal Jurema	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
117	3- 3-83	Alexandre Costa	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
118	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
119	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
120	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
121	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
122	3- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
123	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
124	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
125	3- 3-83	Benedito Canelas	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
126	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
127	3- 3-83	Jorge Kalume	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
128	3- 3-83	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
129	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
130	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
131	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
132	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
133	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
134	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
135	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
136	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
137	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
138	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
139	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
140	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
141	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
142	4- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
143	4- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
144	4- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
145	4- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
146	4- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
147	4- 3-83	Lourival Baptista	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
148	4- 3-83	Lourival Baptista	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
149	4- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
150	4- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
151	4- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
152	4- 3-83	Affonso Camargo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
153	4- 3-83	Alexandre Costa	Adiamento de votação	Retirado
154	4- 3-83	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
155	7- 3-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
156	7- 3-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
157	7- 3-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
158	7- 3-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
159	7- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
160	7- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
161	7- 3-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
162	7- 3-83	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
163	7- 3-83	Helvídio Nunes	Homenagem de pesar	Aprovado
164	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
165	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
166	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
167	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
168	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
169	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
170	7- 3-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
171	8- 3-83	Jorge Kalume	Retirada de Requerimento	Deferido
172	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
173	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
174	8- 3-83	José Sarney	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
175	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
176	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
177	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
178	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
179	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
180	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
181	8- 3-83	Tancredo Neves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
182	8- 3-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
183	8- 3-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
184	8- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
185	8- 3-83	Líder do PMDB	Urgência	Aprovado
186	8- 3-83	Murilo Badaró	Preferência para votação de Projeto	Aprovado
187	9- 3-83	Aloysio Chaves	Convocação de Autoridade	Aprovado
188	9- 3-83	Nelson Carneiro	Comissão Especial Interna	Aprovado
189	9- 3-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
190	9- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
191	9- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
192	9- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
193	9- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
194	9- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
195	9- 3-83	João Castelo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
196	9- 3-83	João Castelo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
197	9- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
198	9- 3-83	João Castelo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
199	9- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
200	9- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
201	9- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
202	9- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
203	9- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
204	9- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
205	9- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
206	9- 3-83	Jutahy Magalhães	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
207	9- 3-83	Tancredo Neves	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
208	9- 3-83	Líder do PDS	Reabertura de Discussão	Aprovado
209	9- 3-83	Itamar Franco	Adiamento de Discussão	Aprovado
210	9- 3-83	Aloysio Chaves	Adiamento de Votação	Aprovado
211	9- 3-83	Luiz Viana	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
212	9- 3-83	José Lins	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
213	9- 3-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
214	9- 3-83	Luiz Viana	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
215	9- 3-83	Luiz Viana	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
216	10- 3-83	João Calmon	Transcrição nos Anais	Aprovado
217	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
218	10- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
219	10- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
220	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
221	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
222	10- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
223	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
224	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
225	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
226	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
227	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
228	10- 3-83	Moacyr Duarte	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
229	10- 3-83	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
230	10- 3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
231	10- 3-83	Marcelo Miranda	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
288	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
289	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
290	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
291	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
292	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
293	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
294	10- 3-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
295	10- 3-83	Itamar Franco	Remessa de Documentos	Deferido
296	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
297	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
298	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
299	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
300	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
301	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
302	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
303	10- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
304	11- 3-83	João Calmon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
305	11- 3-83	João Calmon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
306	11- 3-83	João Calmon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
307	11- 3-83	João Calmon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
308	11- 3-83	João Calmon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
309	11- 3-83	João Calmon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
310	11- 3-83	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
311	14- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
312	14- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
313	14- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
314	14- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
315	14- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
316	14- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
317	15- 3-83	Murilo Badaró	Desarquivamento de Requerimento	Aprovado
318	15- 3-83	Murilo Badaró	Homenagem de Pesar	Aprovado
319	16- 3-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
320	16- 3-83	Gabriel Hermes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
321	16- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
322	16- 3-83	Eunice Michiles	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
323	16- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
324	16- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
325	16- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
326	16- 3-83	Eunice Michiles	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
327	16- 3-83	Eunice Michiles	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
328	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
329	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
330	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
331	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
332	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
333	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
334	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
335	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
336	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
337	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
338	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
339	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
340	16- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
341	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
342	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
343	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
344	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
345	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
346	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
347	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
348	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
349	16- 3-83		Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
350	16- 3-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
351	16- 3-83	Jorge Bornhausen	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
352	16- 3-83	Jorge Bornhausen	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
353	16- 3-83	Murilo Badaró	Adiamento de Discussão	Aprovado
354	17- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
355	17- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
356	17- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
357	17- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
358	17- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
359	17- 3-83	Jorge Kalume	Sessão Especial	Aprovado
360	17- 3-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
361	18- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
362	18- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
363	18- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
364	18- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
365	18- 3-83	José Lins	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
366	18- 3-83	José Lins	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
367	18- 3-83	José Lins	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
368	18- 3-83	Gastão Müller	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
369	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
370	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
371	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
372	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
373	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
374	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
375	18- 3-83	Passos Pôrto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
376	18- 3-83	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
377	18- 3-83	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
378	18- 3-83	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
379	18- 3-83	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
380	18- 3-83	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
381	21- 3-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
382	21- 3-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
383	21- 3-83	Murilo Badaró	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
384	21- 3-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
385	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
386	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
387	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
388	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
389	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
390	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
391	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
392	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
393	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
394	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
395	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
396	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
397	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
398	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
399	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
400	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
401	22- 3-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
402	22- 3-83	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
403	22- 3-83	Benedito Ferreira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
404	22- 3-83	Lourival Baptista	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
405	24- 3-83	Pedro Simon	Sessão Especial	Aprovado
406	24- 3-83	Hélio Gueiros	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
407	24- 3-83	Hélio Gueiros	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
408	24- 3-83	Amaral Peixoto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
409	24- 3-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
410	24- 3-83	Arnon de Mello	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
411	24- 3-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Retirado
412	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
413	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
414	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
415	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
416	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
417	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
418	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
419	24- 3-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
420	24- 3-83	Henrique Santillo	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
421	24- 3-83	Affonso Camargo	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
422	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
423	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
424	24- 3-83	Affonso Camargo	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
425	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
426	24- 3-83	Helvídio Nunes	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
427	24- 3-83	Helvídio Nunes	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
428	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
429	24- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
430	24- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
431	24- 3-83	Helvídio Nunes	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
432	24- 3-83	Líderes PDS e PMDB	Retirada de Requerimento	Deferido
433	24- 3-83	João Lúcio	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
434	24- 3-83	Jorge Bornhausen	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
435	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
436	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
437	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
438	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
439	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
440	24- 3-83	José Lins	Dispensa de Publicação de Redação Final	Aprovado
441	24- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
442	24- 3-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
443	25-3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
444	25-3-83	Pedro Simon	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
445	25-3-83	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Devolvido ao autor
446	25-3-83	Líderes PDS e PMDB	Não realização de Sessão	Aprovado
447	28-3-83	Roberto Saturnino	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
448	28-3-83	Roberto Saturnino	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
449	28-3-83	Roberto Saturnino	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
450	28-3-83	Roberto Saturnino	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
451	28-3-83	Roberto Saturnino	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
452	28-3-83	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
453	28-3-83	Carlos Chiarelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
454	29-3-83	José Lins	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
455	4-4-83	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
456	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
457	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
458	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
459	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
460	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
461	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
462	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
463	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
464	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
465	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
466	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
467	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
468	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
469	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
470	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
471	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
472	4-4-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
473	4-4-83	José Lins	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
474	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
475	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
476	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
477	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
478	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
479	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
480	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
481	4-4-83	Milton Cabral	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
482	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
483	4-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
484	5-4-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
485	5-4-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
486	5-4-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
487	5-4-82	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
488	5-4-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
489	5-4-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
490	5-4-83	Guilherme Palmeira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
491	5-4-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
492	5-4-83	Fernando H. Cardoso	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
493	5-4-83	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Em tramitação
494	5-4-83	Lourival Baptista	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
495	5-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
496	5-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
497	5-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
498	5-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
499	6-4-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
500	6-4-83	Murilo Badaró	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
501	6-4-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
502	6-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
503	6-3-83	Amaral Furlan	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
504	6-4-83	Milton Cabral	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
505	6-4-83	Líder do PMDB	Urgência	Rejeitado
506	6-4-83	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Rejeitado
507	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
508	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
509	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
510	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
511	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
512	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
513	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
514	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
515	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
516	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
517	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
518	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
519	6-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
520	7-4-83	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
521	7-4-83	Humberto Lucena	Adiamento da votação	Aprovado
522	7-4-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
523	7-4-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
524	7-4-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
525	8-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
526	8-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
527	8-4-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
528	11-4-83	Luiz Cavalcante	Homenagem de pesar	Aprovado
529	11-4-83	Aloysio Chaves	Reabertura de discussão	Aprovado
530	11-4-83	Martins Filho	Adiamento de votação	Aprovado
531	12-4-83	Jorge Kalume	Sessão Especial	Aprovado
532	12-4-83	Luiz Viana	Transcrição nos Anais	Aprovado
533	12-4-83	Líderes PDS e PTB	Urgência	Aprovado
534	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
535	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
536	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
537	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
538	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
539	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
540	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
541	12-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
542	12-4-83	Aloysio Chaves	Prorrogação de Sessão	Aprovado
543	12-4-83	Álvaro Dias	Informações	Deferido
544	13-4-83	Jutahy Magalhães	Autorização para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
545	13-4-83	Murilo Badaró	Homenagem de pesar	Aprovado
546	13-4-83	Benedito Canelas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
547	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
548	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
549	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
550	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
551	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
552	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
553	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
554	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
555	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
556	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
557	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
558	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
559	13-4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
560	13-4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
561	13-4-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
562	13-4-83	Alfredo Campos	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
563	15-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
564	15-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
565	15-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
566	15-4-83	Severo Gomes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
567	15- 4-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
568	15- 4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
569	15- 4-83	Henrique Santillo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
570	15- 4-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
571	15- 4-83	Álvaro Dias	Retirada de Projeto	Aprovado
572	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
573	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
574	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
575	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
576	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
577	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
578	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
579	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
580	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
581	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
582	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
583	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
584	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
585	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
586	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
587	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
588	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
589	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
590	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
591	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
592	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
593	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
594	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
595	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
596	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
597	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
598	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
599	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
600	18- 4-83	Alfredo campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
601	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
602	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
603	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
604	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
605	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
606	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
607	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
608	18- 4-83	Alfredo campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
609	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
610	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
611	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
612	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
613	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
614	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
615	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
616	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
617	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
618	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
619	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
620	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
621	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
622	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
623	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
624	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
625	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
626	18- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
627	19- 4-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
628	19- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
629	19- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
630	19- 4-83	Alfredo Campos	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
631	19- 4-83	João Castelo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
632	19- 4-83	João Castelo	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
633	20- 4-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
634	20- 4-83	Aloysio Chaves	Adiamento de discussão	Aprovado
635	22- 4-83	Jorge Kalume	Transcrição nos Anais	Aprovado
636	27- 4-83	Álvaro Dias	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
637	27- 4-83	Lourival Baptista	Dispensa de publicação de Redação final	Aprovado
638	27- 4-83	Lourival Baptista	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovação
639	27- 4-83	Lourival Baptista	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
640	27- 4-83	Enéas Faria	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
641	27- 4-83	Eunice Michiles	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
642	29- 4-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
643	29- 4-83	Helvídio Nunes	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
644	4- 5-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
645	4- 5-83	Mário Maia	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
646	5- 5-83	José Ignácio Ferreira	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
647	5- 5-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
648	5- 5-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
649	5- 5-83	Raimundo Parente	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
650	6- 5-83	Pedro Simon	Homenagem de Pesar	Aprovado
651	9- 5-83	Martins Filho	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
652	9- 5-83	Passos Porto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
653	9- 5-83	Martins Filho	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
654	10- 5-83	Aloysio Chaves	Votação de projeto em 2º turno	Aprovado
655	10- 5-83	Aloysio Chaves	Votação em projeto em 2º turno	Aprovado
656	11- 5-83	Aloysio Chaves	Desarquisamento do Projeto	Aprovado
657	11- 5-83	Aloysio Chaves	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
658	12- 5-83	Aloysio Chaves	Adiamento de Votação	Aprovado
659	13- 5-83	Marco Maciel	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
660	13- 5-83	Jaison Barreto	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
661	16- 5-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
662	16- 5-83	Mário Maia	Informações	Deferido
663	16- 5-83	Aloysio Chaves	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
664	18- 5-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
665	18- 5-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
666	18-5 5-83	Fernando Henrique Cardoso	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
667	18- 5-83	Virgílio Távora	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
668	18- 5-83	Virgílio Távora	Adiamento de Votação	Aprovado
669	18- 5-83	Virgílio Távora	Adiamento de Discussão	Aprovado
670	19- 5-83	Líder do PMDB	Urgência	Aprovado
671	19- 5-83	Álvaro Dias	Informações	Deferido
672	23- 5-83	Saldanha Derzi	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
673	25- 5-83	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
674	26- 5-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
675	26- 5-83	Milton Cabral	Dispensa de Interstício	Aprovado
676	27- 5-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
677	27- 5-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
678	31- 5-83	Octávio Cardoso	Desarquivamento de projeto	Aprovado
679	31- 5-83	Octávio Cardoso	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
680	31- 5-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
681	31- 5-83	José Lins	Não realização de Sessão	Aprovado
682	31- 5-83	Alexandre Costa	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
683	1º-6-83	Mauro Borges	Convocação de Autoridade	Em tramitação
684	1º-6-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
685	1º-6-83	Virgílio Távora	Reabertura de Discussão	Aprovado
686	6- 6-83	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Em tramitação
687	8- 6-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
688	8- 6-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
689	9- 6-83	Affonso Camargo	Adiamento de Discussão	Aprovado
690	14- 6-83	Líder do PMDB	Urgência	Aprovado
691	14- 6-83	Líder do PDS	Urgência	Aprovado
692	15- 6-83	Líder do PDS	Urgência	Aprovado
693	15- 6-83	Líder do PDS	Urgência	Aprovado
694	15- 6-83	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
695	16- 6-83	Marco Maciel	Constituição de Comissão Especial	Retirado
696	21- 6-83	Marcelo Miranda	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
697	21- 6-83	Marcelo Miranda	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
698	21- 6-83	Marcelo Miranda	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
699	21- 6-83	Líder do PMDB	Adiamento de Votação	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
700	21- 6-83	Benedito Canelas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
701	21- 6-83	Benedito Canelas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
702	22- 6-83	Líder do PMDB	Urgência	Aprovado
703	22- 6-83	Affonso Camargo	Adiamento de Votação	Aprovado
704	23- 6-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
705	23- 6-83	Líder do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
706	23- 6-83	Líder do PDS	Extinção da Urgência	Aprovado
707	24- 6-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
708	24- 6-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
709	27- 6-83	Marco Maciel	Retirada de Requerimento	Deferido
710	27- 6-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
711	27- 6-83	Líderes PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
712	27- 6-83	Marco Maciel	Constituição de Comissão Especial	Aprovado
713	28- 6-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
714	29- 6-83	Marcelo Miranda	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
715	29- 6-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
716	29- 6-83	Nelson Carneiro	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
717	29- 6-83	Roberto Saturnino	Constituição de Comissão Especial	Em tramitação
718	29- 6-83	Huberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
719	29- 6-83	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
720	29- 6-83	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
721	29- 6-83	Lenoir Vargas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
722	29- 6-83	Lenoir Vargas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
723	29- 6-83	Lenoir Vargas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
724	29- 6-83	Lenoir Vargas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
725	29- 6-83	Lenoir Vargas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
726	30- 6-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
727	30- 6-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
728	30- 6-83	Raimundo Parente	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
729	30- 6-83	Raimundo Parente	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
730	30- 6-83	Raimundo Parente	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
731	1º- 8-83	Arnon de Mello	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
732	1º- 8-83	Humberto Lucena e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
733	2- 8-83	Mauro Borges	Informações	Deferido
734	2- 8-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
735	2- 8-83	Alfredo Campos e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
736	3- 8-83	Gabriel Hermes	Desarquivamentos de Projeto	Aprovado
737	8- 8-83	Lourival Baptista e outros	Homenagem de pesar	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
738	10- 8-83	Mauro Borges	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
739	10- 8-83	José Lins e Affonso Camargo	Inversão da Ordem do Dia Desarquivamento de Projeto	Aprovado Aprovado
740	11- 8-83	Fernando H. Cardoso	Convocação de Autoridade	Em tramitação
741	11- 8-83	Marco Maciel	Tramitação conjunta	Aprovado
742	12- 8-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
743	15- 8-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
744	15- 8-83	Álvaro Dias	Convocação de Autoridade	Em tramitação
745	15- 8-83	Luiz Viana e outros	Criação de Comissão Especial	Retirado
746	17- 8-83	João Calmon	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
747	17- 8-83	Henrique Santillo	Urgência	Aprovado
748	18- 8-83	Líderes do PDS e PMDB	Adiamento de Votação	Aprovado
749	18- 8-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
750	22- 8-83	Henrique Santillo	Adiamento de Discussão	Aprovado
751	23- 8-83	Itamar Franco	Adiamento de Discussão	Rejeitado
752	23- 8-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
753	24- 8-83	Aloysio Chaves	Sessão Especial	Aprovado
754	24- 8-83	Virgílio Távora	Informações	Deferido
755	24- 8-83	Itamar Franco	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
756	25- 8-83	José Lins	Adiamento de Discussão	Aprovado
757	26- 8-83	Itamar Franco	Transcrição nos Anais	Aprovado
758	29- 8-83	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
759	30- 8-83	Jutahy Magalhães	Adiamento de Votação	Aprovado
760	30- 8-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
761	30- 8-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
762	30- 8-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
763	30- 8-83	Humberto Lucena	Informações	Deferido
764	31- 8-83	Itamar Franco	Adiamento de Discussão	Aprovado
765	31- 8-83	Itamar Franco	Adiamento de Discussão	Aprovado
766	31- 8-83	Itamar Franco	Adiamento de Discussão	Aprovado
767	31- 8-83	Itamar Franco	Retirada de Requerimento	Deferido
768	1º - 9-83	João Calmon	Informações	Deferido
769	1º - 9-83	Itamar Franco	Criação de Comissão Especial Interna	Aprovado
770	1º - 9-83	João Calmon	Adiamento de Votação	Aprovado
771	1º - 9-83	Humberto Lucena	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
772	5- 9-83	Eunice Michiles	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
773	5- 9-83	Eunice Michiles	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
774	5- 9-83	Eunice Michiles	Adiamento de Discussão	Aprovado
775	8- 9-83	Humberto Lucena	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
776	13- 9-83	Jorge Kalume	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
777	14- 9-83	Humberto Lucena	Adiamento de Discussão	Aprovado
778	14- 9-83	José Fragelli	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
779	14- 9-83	Jorge Bornhausen	missão do Executivo	
780	15- 9-83	Jutahy Magalhães e Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
781	16- 9-83	Virgílio Távora	Urgência	Aprovado
782	19- 9-83	Mário Maia e outros	Destinação de Expediente	Aprovado
783	21- 9-83	Itamar Franco	Informações	Deferido

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
784	22- 9-83	Henrique Santillo	Criação de Comissão Especial Mista	Em tramitação
785	23- 9-83	José Fragelli	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
786	23- 9-83	Hélio Gueiros	Adiamento de Votação	Aprovado
787	23- 9-83	Itamar Franco	Adiamento de Votação	Aprovado
788	23- 9-83	Itamar Franco	Adiamento de Votação	Aprovado
789	27- 9-83	Marco Maciel	Retirada de Projeto	Aprovado
790	27- 9-83	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
791	27- 9-83	Affonso Camargo	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
792	27- 9-83	Guilherme Palmeira e João Lúcio	Homenagem de pesar	Aprovado
793	28- 9-83	Pedro Simon	Urgência	Retirado
794	28- 9-83	José Lins e Pedro Simon	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
795	28- 9-83	Aloysio Chaves	Votação em globo de Substituto da Câmara dos Deputados	Aprovado
796	28- 9-83	Itamar Franco	Adiamento de Votação	Aprovado
797	28- 9-83	José Ignácio Ferreira	Adiamento de Discussão	Prejudicado
798	28- 9-83	Saldanha Derzi	Dispensa de Intertício	Aprovado
799	29- 9-83	Aloysio Chaves e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
800	30- 9-83	José Ignácio	Adiamento de Discussão	Prejudicado
801	4-10-83	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais	Aprovado
802	5-10-83	João Lúcio e outros	Sessão Especial	Aprovado
803	6-10-83	José Lins e outros	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
804	6-10-83	Aloysio Chaves e outros	Urgência	Aprovado
805	6-10-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
806	11-10-83	Itamar Franco	Desarquivamento de Projeto	Aprovado
807	13-10-83	Henrique Santillo	Informações	Deferido
808	18-10-83	Álvaro Dias	Informações	Deferido
809	20-10-83	Aloysio Chaves	Urgência	Aprovado
810	24-10-83	Gastão Müller e Virgílio Távora	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
811	26-1-83	Henrique Santillo	Convocação de autoridade	Aprovado
812	26-10-83	Humberto Lucena e Aloysio Chaves	Não realização de sessão	Aprovado
813	27-10-83	Henrique Santillo	Informações	Deferido
814	27-10-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
815	27-10-83	Affonso Camargo	Urgência	Aprovado
816	27-10-83	Pedro Simon	Retirada de Requerimento	Deferido
817	27-10-83	José Ignácio Ferreira	Adiamento de Discussão	Aprovado
818	27-10-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
819	27-10-83	Hélio Gueiros	Adiamento de Discussão	Aprovado
820	31-10-83	Humberto Lucena e José I. Ferreira	Adiantamento de Votação	Aprovado
821	31-10-83	Nelson Carneiro	Adiamento de Votação	Aprovado
822	31-10-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
823	03-11-83	Fábio Lucena e outros	Destinação de Expediente	Aprovado
824	03-11-83	Virgílio Távora e Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
825	3-11-83	Líderes do PDS, PDT e PMDB	Urgência	Aprovado
826	4-11-83	Murilo Badaró	Tramitação conjunta	Aprovado
827	7-11-83	Nilo Coelho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
828	7-11-83	Henrique Santillo	Informações	Deferido
829	7-11-83	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
830	8-11-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Prejudicado
831	9-11-83	Octávio Cardoso e outros	Homenagem de Pesar	Aprovado
832	10-11-83	Odacir Soares e outros	Sessão Especial	Aprovado
833	10-11-83	Gastão Müller	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
834	10-11-83	Marco Maciel e outros	Sessão Especial	Aprovado
835	10-11-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
836	10-11-83	Aloysio Chaves	Adiamento de Votação	Aprovado
837	11-11-83	Albano Franco	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
838	11-11-83	José Lins	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
839	14-11-83	Humberto Lucena	Urgência	Aprovado
840	14-11-83	Humberto Lucena	Inserção em Ata de voto de aplauso	Em Tramitação
841	16-11-83	Nelson Carneiro	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
842	16-11-83	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Em tramitação
843	16-11-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
844	16-11-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
845	16-11-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
846	16-11-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
847	16-11-83	Humberto Lucena	Adiamento de Votação	Aprovado
848	16-11-83	Jutahy Magalhães	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
849	16-11-83	Virgílio Távora	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
850	16-11-83	Jaison Barreto	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
851	16-11-83	Amaral Furlan	Adiamento de Discussão	Aprovado
852	17-11-83	Martins Filho	Tramitação conjunta	Em Tramitação
853	17-11-83	Almir Pinto	Dispensa de Interstício	Aprovado
854	17-11-83	Almir Pinto	Dispensa de Interstício	Aprovado
855	18-11-83	José Sarney	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
856	22-11-83	Itamar Franco	Informações	Deferido
857	24-11-83	Itamar Franco	Constituição de Comissão Especial	Em Tramitação
858	24-11-83	Aderbal Jurema e Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
859	24-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
860	24-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
861	24-11-83	João Calmon	Retirada de Emenda	Aprovado
862	24-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
863	24-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
864	24-11-83	Benedito Ferreira	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
865	25-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
866	25-11-82	Claudionor Roriz	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
867	28-11-83	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
868	28-11-83	Gastão Müller e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
869	29-11-83	Itamar Franco	Transcrição nos Anais	Aprovado
870	29-11-83	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
871	29-11-83	Humberto Lucena e outros	Sessão Especial	Aprovado
872	29-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
873	29-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
874	29-11-83	Humberto Lucena	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
875	29-11-83	Lenoir Vargas	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
876	30-11-83	Murilo Badaró	Tramitação conjunta	Em tramitação
877	30-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Prejudicado
878	30-11-83	Murilo Badaró	Votação Secreta	Retirado
879	30-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
880	30-11-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
881	30-11-83	Milton Cabral	Dispensa de Interstício	Aprovado
882	30-11-83	Murilo Badaró	Votação Secreta	Rejeitado
883	30-11-83	José Lins	Prorrogação da sessão	Aprovado
884	1º-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
885	1º-12-83	Raimundo Parente	Dispensa de Interstício	Aprovado
886	1º-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
887	1º-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
888	1º-12-83	Almir Pinto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
889	2-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
890	2-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
891	2-12-83	Amaral Furlan, Aloysio Chaves e Humberto Lucena	Urgência	Aprovado
892	2-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
893	3-12-83	Almir Pinto	Não realização de sessão	Aprovado
894	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
895	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
896	3-12-83	Eunice Michiles	Criação de Comissão Especial Mista	Em tramitação
897	3-12-83	Raimundo Parente	Dispensa de Interstício	Aprovado
898	3-12-83	Raimundo Parente	Dispensa de Interstício	Aprovado
899	3-12-83	Raimundo Parente	Dispensa de Interstício	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
900	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
901	3-12-83	Luiz Cavalcante	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
902	3-12-83	Luiz Cavalcante	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
903	3-12-83	Luiz Cavalcante	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
904	3-12-83	Luiz Cavalcante	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
905	3-12-83	Luiz Cavalcante	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
906	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
907	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
908	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
909	3-12-83	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
910	3-12-83	José Lins	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado

c) ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE (ART. 367, IN FINE, DO REGIMENTO INTERNO)

Nº	Data	Autor	Assunto
45	31- 3-80	Almir Pinto	Voto de aplauso
311	4- 8-80	Franco Montoro	Transcrição nos Anais
40	30- 3-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
43	31- 3-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
52	6- 4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
53	6- 4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
54	6- 4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
55	6- 4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
62	9- 4-81	Luiz Viana	Transcrição nos Anais
65	15- 4-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais
66	22- 4-81	Itamar Franco	Transcrição nos Anais
67	22- 4-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais
76	28- 4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
88	11- 5-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
95	14- 5-81	Saldanha Derzi	Transcrição nos Anais
99	18- 5-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais
100	19- 5-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
113	22- 5-81	Dirceu Cardoso	Transcrição nos Anais
139	22- 6-81	Gilvan Rocha	Convocação de autoridade
146	25- 6-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
147	26- 6-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
149	26- 6-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais
262	5- 8-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais
268	6- 8-81	Marcos Freire	Urgência
270	10- 8-81	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais
275	17- 8-81	Henrique Santillo	Convocação de autoridade
277	18- 8-81	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia
279	18- 8-81	Aderbal Jurema	Transcrição nos Anais
285	25- 8-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
286	26- 8-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais
287	26- 8-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais

Nº	Data	Autor	Assunto
293	27- 8-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
295	31- 8-81	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais
296	31- 8-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais
313	9- 9-81	Marcos Freire	Urgência
320	14- 9-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
322	21- 9-81	Agenor Maria	Transcrição nos Anais
325	23- 9-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
360	23-10-81	Líderes do PMDB e PP	Urgência
361	26-10-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
378	6-11-81	Bernardino Viana	Retirada de Projeto
386	12-11-81	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais
395	17-11-81	Luiz Viana	Transcrição nos Anais
412	27-11-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
446	17-12-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
448	18-12-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais
449	18-12-81	Franco Montoro	Transcrição nos Anais
30	14-1-82	Franco Montoro	Transcrição nos Anais
35	3-3-82	Gabriel Hermes	Adiamento da Discussão
39	11-3-82	Dinarte Mariz	Transcrição nos Anais
40	12-3-82	Aloysio Chaves	Tramitação conjunta de projetos
42	17-3-82	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial
45	22-3-82	Raimundo Parente	Tramitação conjunta de projetos
48	23-3-82	Paulo Brossard	Transcrição nos Anais
50	30-3-82	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial
51	31-3-82	Luiz Viana	Transcrição nos Anais
78	7-5-82	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta de projetos
79	10-5-82	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais
82	14-5-82	Nelson Carneiro	Retirada de projeto
89	19-5-82	Franco Montoro	Retirada de projeto
94	20-5-82	Líderes do PMDB e do PT	Convocação de autoridade
105	27-5-82	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais
111	28-5-82	Raimundo Parente	Tramitação conjunta de projetos
113	3-6-82	Nelson Carneiro	Tramitação conjunta de projetos
114	7-6-82	Itamar Franco	Inclusão de Matéria em Ordem do Dia
117	9-6-82	Henrique Santillo	Convocação de autoridade
120	14-6-82	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais
158	6-8-82	Nelson Carneiro	Inclusão de Matéria em Ordem do Dia
163	19-8-82	Aloysio Chaves	Tramitação conjunta de projetos
165	31-8-82	Henrique Santillo	Tramitação conjunta de projetos
191	16-9-82	Saldanha Derzi	Adiamento de discussão
192	20-9-82	Comissão de Constituição e Justiça	Sobrestamento de estudo de Projeto de Lei do Senado
193	20-9-82	Humberto Lucena	Adiamento de discussão
208	29-9-82	Humberto Lucena	Adiamento de discussão
242	29-11-82	Itamar Franco	Convocação de autoridade
252	2-12-82	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de projetos
271	4-12-82	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais

d) SÚMULA

Adiamento de Discussão	23
Adiamento de Votação	27
Autorização para aceitar Missão do Executivo	10
Constituição de Comissão Especial	9
Convocação de Autoridade	11
Desarquivamento de Projeto	542
Desarquivamento de Requerimento	1
Destinação de Expediente	2
Dispensa de Interstício	11
Dispensa de Publicação de Redação Final	111
Extinção de Urgência	1
Homenagem de Pesar	13
Informações	25
Inserção em Ata de voto de aplauso	1
Inversão da Ordem do Dia	19
Licença para Tratar de Interesse Particular	3
Licença para Tratamento de Saúde	2
Não Realização de Sessão	4
Preferência para Votação de Projeto	1
Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde	1
Prorrogação de Sessão	2
Reabertura de Discussão de Projeto	3
Remessa de Documento	1
Retirada de Emenda	1
Retirada de Projeto	3
Retirada de Requerimento	5
Sessão Especial	9
Votação de projeto em 2º turno	2
Tramitação Conjunta de Projeto	4
Transcrição nos Anais	10
Urgência	49
Votação em um Único Escrutínio	1
Votação em Globo	1
Votação Secreta	2
Total	910

G.5.7 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

Em 36 casos teve o Senado ensejo de se manifestar sobre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento depende da prévia aquiescência desta Casa.

Os nomes foram submetidos ao Senado através das seguintes Mensagens:

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
41/83	47/83	Antônio Conceição	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesk.
42/83	64/83	Hêlcio Tavares Pires	Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.
43/83	75/83	José Francisco Rezek	Ministro do Supremo Tribunal Federal.
53/83	76/83	David Silveira da Mota Júnior	Embaixador do Brasil junto ao Grão Ducado de Luxemburgo, cumulativamente com a função de Embaixador junto ao Reino da Bélgica.
54/83	81/83	Hélio Pinheiro da Silva	Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em vaga destinada ao Ministério Público Federal.
55/83	84/83	Carlos Antonio Bettencourt Bueno	Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.
56/83	85/83	Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura	Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.
57/83	86/83	Jorge D'Escragnolle Taunay	Embaixador do Brasil junto à República da Índia.
58/83	87/83	Lauro Soutello Alves	Embaixador do Brasil junto à República do Chipre, cumulativamente com a função de Embaixador junto ao Estado de Israel.
60/83	98/83	Fernando Abbott Galvão	Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria
68/83	118/83	General-de-Exército Alacyr Frederico Werner	Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.
70/83	120/83	Alberto Hoffmann	Ministro do Tribunal de Contas da União.
73/83	124/83	Antonio Lamarca	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
76/83	128/83	Affonso Celso de Ouro-Preto	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.
93/83	160/83	Ranor Thales Barbosa da Silva	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.
100/83	174/83	Antonio Francisco Azeredo da Silveira	Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
101/83	175/83	Dário Moreira de Castro Alves	Embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.
102/83	176/83	Sergio Corrêa Affonso da Costa	Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.
103/83	177/83	George Álvares Maciel	Embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.
104/83	178/83	Paulo Nogueira Batista	Embaixador Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.
105/83	181/83	Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima	Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.
106/83	182/83	Luiz Felipe Palmeira Lampréia	Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.
111/83	191/83	Alarico Silveira Júnior	Embaixador do Brasil junto à República Helênica.
112/83	204/83	Paulo da Costa Franco	Embaixador do Brasil junto à República Socialista da União da Birmânia, cumulativamente com a função de Embaixador junto ao Reino da Tailândia.
119/83	211/83	General-de Exército Heitor Luiz Gomes de Almeida	Ministro do Tribunal Superior Militar.
122/83	215/83	Fernando Abbott Galvão	Embaixador do Brasil junto à República do Níger, cumulativamente com a função de Embaixador junto à República da Nigéria.
137/83	236/83	Fernando Abbott Galvão	Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin, cumulativamente com a função de Embaixador junto à República Federal da Nigéria.
138/83	237/83	Octávio José de Almeida Goulart	Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.
153/83	275/83	Joel Ferreira da Silva	Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
154/83	276/83	Mario Loureiro Dias Costa	Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.
178/83	345/83	João Augusto de Médicis	Embaixador do Brasil junto à República do Quênia.
185/83	359/83	General-de-Exército Tulio Chagas Nogueira	Ministro do Superior Tribunal Militar.
202/83	390/83	Maury Gurgel Valente	Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.
203/83	391/83	João Augusto de Médicis	Embaixador do Brasil junto à República de Uganda, cumulativamente com a função de Embaixador junto à República do Quênia.
204/83	398/83	Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro	Embaixador do Brasil junto à República Argelina.
209/83	412/83	Félix Baptista de Faria	Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia

H — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

H.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado:

Presidência da República

Dr. Júlio César de Rose

Dr. Ney Passos Dantas

Ministério da Aeronáutica

Ten. Cel. Aviador Luiz Gonzaga da Costa Land

Ministério da Agricultura

Dr. Nestor Ribeiro

Ministério das Comunicações

Dr. Álvaro Alberto de Araújo Sampaio

Ministério Extraordinário para Desburocratização

Dr. Mariano Adolfo Philligred Neto

Ministério da Educação e Cultura

Dr. Newton Mello Quelho

Ministério do Exército

Cel. Sebastião Antonio Tavares

Ministério da Fazenda

Dr. Jadir Carvalhedo Magalhães

Ministério da Indústria e do Comércio

Dr. Pedro Wilson Carrano de Albuquerque

Ministério do Interior

Dr. Hugo Braga

Dr. João Rocha Costa

Ministério da Justiça

Dr. Antonio de Araújo Costa

Ministério da Marinha

Cap. de Mar e Guerra Lauro Falkenbach Filho

Ministério das Minas e Energia

Dr. Hélio Góes Ferreira Filho

Ministério da Previdência e Assistência Social

Dr. Paulo Sotero Pires Costa

Dr. Luiz Carlos de Figueiredo

Dr. Luiz Augusto Castro de Macedo

Ministério das Relações Exteriores

Emb. Carlos Alberto Leite Barbosa

Ministério da Saúde

Dr. Olympio Bandeira da Silva Cascaes

Ministério do Trabalho

Dr. Rubens de Paula Moreira da Silva

Ministério dos Transportes

Dr. Estevam Augusto Santos Pereira

Secretaria de Planejamento

Dr. Pedro Grossi Júnior

DASP

Dr. Maurílio Max de Araújo Cunha

Governo do Distrito Federal

Dr. Antônio Henrique de Carvalho Ellery

INCRA

Dr. Antônio Dionísio Batista Vieira

RADIOBRÁS

Dr. Kleber Francisco de Castro

BANCO DO BRASIL

Dr. Edson Purgato

H. 2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
Josemar Toscano Dantas João Emílio Falcão Costa Filho	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Evandro Fonseca Paranaguá Sílvia Maria de Barros da Fonseca	Agência Estado (E.S.P.)
Amália Maranhão Calmon José Marcondes Sampaio	Agência Folhas de Notícias (F.S.P.)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Elizabeth Costa Gomes da Cruz	Agência Imprensa Livre Ltda: AGIL Fotojornalismo
Esaú Afonso de Carvalho Jankiel Gonczarowka	Agência Jornalística do Planalto: APLAN
Luiz Recena Grassi	Bom dia Brasil: (Rede Globo)
Eliane Cristina Cantanhede Rampazzo Antônio Dorgivan Araújo	Agência Jornal do Brasil
Alfredo Obliziner Ruy Fabiano Baptista Rabello	Correio Braziliense S/A
Maria da Graça Costa Ramos Menandro	Folha da Tarde: (F.S.P.)
Francisco Estivallet Finamor	Folha da Tarde: (Cia Jornalística Caldas Júnior Ltda)
Haroldo Cerqueira Lima Rubem de Azevedo Lima Ruy Lopes	Folha de S. Paulo
Ronaldo Campos Pereira Márcio Osmar Chaer	Gazeta Mercantil
José Quintiliano da Fonseca Filho	Jornal A Tarde (Salvador BA)
Sérgio Chacon Francisco José Fiuza Dias Pinto	Jornal da Tarde (E.S.P.)
Claudio Alves Pereira Ivan Nascimento de Carvalho	Gráfica O Popular (Jornal de Brasília)

Jornalistas	Órgãos
Romerito Valle de Aquino	Jornal Folha do Acre
Luiz Alberto Sanz Luiz Artur Toríbio Feliciano Moreira Mariz	Jornal de Brasília
Maria Teresa Cardoso Fernando César de Moreira Mesquita Dilze Maria Machado Teixeira	Jornal do Brasil
Márcia Brandão Raposo Antônio Arrais de Oliveira	Jornal O Globo: (Empresa Jornalística Brasileira Ltda)
Luiz Antônio Mota Britto José Humberto de Queiroz Fagundes	Jornal O Popular (Jornal de Brasília)
Sílvio Leite Campos Marina Lídia Wodtke Abu-Jamra	Jornal Última Hora de Brasília
José Paulo Godói Moreira Sérgio Eduardo Alves Marques	Jornal Última Hora do Rio de Janeiro
Cornélio Souza Lima Franco Lêda Beatriz de Souza Guedes	Jornal O Estado de Minas
Ossian da Silveira Brito	Jornal O Liberal: Belém PA
Agláé Lavoratti Guedes	Jornal Zero Hora: RS
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães José Márcio Almeida de Mendonça Carlos Chagas	O Estado de S. Paulo
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero Francisco Nogueira Saraiva Wanderval Calaça de Mendonça	OBN: (O Brasil em Notícias)
Rita Maria Francisco Pereira Lyra	Empresa Brasileira de Notícias - EBN
Sérgio Borges Ary Cícero de Moraes Ribeiro	Rádio Eldorado: (E.S.P.)
Carlos Brasil de Araújo	Rádio e Televisão Bandeirantes
José Aroldo Hollanda Francisco das Chagas Leite Filho	Rádio Planalto (Correio Braziliense)
José Tarcísio Saboya Holanda	Rádio Planalto FM (Correio Braziliense)
Maria Tereza Daunis Cunha Beatriz Corrêa Pires Dornelles Ana Amélia de Lemos	Rádio e Televisão Gaucha S/A
Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo José Woitechumas	Rádio Nacional de Brasília — AM

Jornalistas	Órgãos
Antônio de Pádua Aranha Araújo	Rádio Nacional de Brasília — FM
José Raimundo Lima Martins	Rádio Globo FM
José Fábio de Andrade Mendes	Revista Visão
Sebastião Baptista da Silva	TV-Brasília (Correio Braziliense)
José Wilson Ferreira Ibiapina	Televisão Verdes Mares
Mário Nelson Duarte	Rádio Joven Pan
Jorge Faria de Souza Haig Baghdassarian	Rádio Eldorado FM: E.S.P.
Mamoru Namba Dácio Gomes Malta Hélio Marcos Prates Doyle	Revista Veja
Rubens Américo Baratta Garcia Marina Lúcia Wodtke Abu-Jamra	Revista Manchete
José Tude Gonçalves Munhoz	Editôra Abril Ltda
Francisco de Assis Machado da Nóbrega Jair Wilson de Farias	TV Nacional de Brasília (Radiobrás)
Vicente Limongi Neto Dilson Ribeiro de Souza Glalter Loiola Alencar	Tribuna da Imprensa
Ângela Maria de Souza	TV Nacional
Mário Antônio Garófalo	TV Capital

V — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 400 sessões conjuntas, sendo 394 para tratar de matéria legislativa e 6 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
1º-3-83	Instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.
3-5-83	Homenagem à memória do ex-Presidente Getúlio Dornelles Vargas pelo transcurso do centenário de seu nascimento. (Oradores: Senadores Virgílio Távora, Nelson Carneiro, Pedro Simon, Roberto Saturnino e Deputados Paulo Lustosa, Aldo Pinto, José Genoíno, Ivete Vargas e Jorge Leite.)
17-5-83	Homenagem a Suas Majestades D. Juan Carlos I e D. Sofia, Reis de Espanha. (Oradores: Senador Luiz Viana e Deputado Fernando Lyra.)
31-8-83	Homenagem a memória de Simon Bolívar, pelo transcurso do segundo centenário do seu nascimento. (Oradores: Senadores Nelson Carneiro, Jorge Kalume, José Ignácio e Deputados Flávio Bierrembach, Bete Mendes, Francisco Benjamim, Matheus Schmidt e Celso Peçanha.)
1º-12-83	Promulgação da Emenda Constitucional nº 23, oriunda das Propostas de Emenda à Constituição nºs 22, 23, 38, 39 e 40, de 1983, que altera dispositivos da Constituição Federal (reforma tributária).
1º-12-83	Promulgação da Emenda Constitucional nº 24, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

B — COMISSÕES MISTAS

B.1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 172 Comissões Mistas sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição	32
Para exame de Projetos de Lei	17
Para exame de Decretos-leis	104
Para exame de Propostas de Delegação Legislativa	1
Para relatar Votos Presidenciais	18

Em virtude de alterações na proporcionalidade e representatividade partidárias, foram feitas novas designações para Comissões Mistas constituídas em sessões legislativas anteriores, sendo:

Para exame de Proposta de Emenda à Constituição	1
Para exame de Decretos-leis	13
Para exame de Propostas de Delegação Legislativa	6

B.2 — PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CPMI SOBRE A AÇÃO TERRORISTA NO PAIS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada através do Requerimento nº 78, de 1980-CN, de iniciativa dos Senhores Senador Franco Montoro e Deputado Euclides Scalco.

Ao final da sessão legislativa passada integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

Titulares		Suplentes
	SENADORES	
	PDS	
Aloysio Chaves Murilo Badaró Moacyr Dalla		Jorge Kalume Jutahy Magalhães
	PMDB	
Franco Montoro Mendes Canale		Lázaro Barbosa
	DEPUTADOS	
	PDS	
Italo Conti Erasmio Dias Raymundo Diniz		Oswaldo Melo Ney Ferreira
	PMDB	
Euclides Scalco		Modesto da Silveira
	PTB	
Péricles Gonçalves		

No início desta sessão legislativa, os Srs. Senadores Aloysio Chaves, Franco Montoro, Mendes Canale e Lázaro Barbosa foram substituídos pelos Srs. Senadores Carlos Alberto, Álvaro Dias, José Ignácio Ferreira e Mauro Borges e os Srs. Deputados Erasmo Dias, Raymundo Diniz, Péricles Gonçalves e Modesto da Silveira pelos Srs. Deputados Guido Moesch, Francisco Rollemberg, Domingos Leonelli e Sérgio Cruz, respectivamente.

Em virtude das vagas ocorridas com a substituição dos Senadores Mendes Canale e Aloysio Chaves, foram eleitos, em 7-4-83, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senadores Álvaro Dias e Carlos Alberto.

Na presente sessão legislativa, os trabalhos da Comissão foram prorrogados por 60 dias, a partir de 18 de abril, de acordo com o Requerimento nº 3/83-CN, de autoria do Senador Álvaro Dias, aprovado em 14-4-83. Com a aprovação, em 16 de junho, do Requerimento nº 5/83-CN, de autoria do Senador Álvaro Dias, o prazo foi novamente prorrogado por mais 30 dias.

Em 16-8-83, o Sr. Deputado Guido Moesch foi substituído pelo Sr. Deputado Nilson Gibson.

Reunida em 17-8-83, a Comissão aprovou o Relatório do Deputado Italo Conti, ressalvado o voto apresentado oralmente pelo Deputado Euclides Scalco.

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
15/82	Sen. Orestes Quêrcia	Revoga a alínea a do § 3º do art. 147 da Constituição Federal.	Em tramitação
16/82	Sen. Pedro Simon	Altera o art. 25, caput , da Constituição, modificado pelas Emendas Constitucionais nºs 5 e 17.	Prejudicada em virtude da aprovação do Substitutivo às PECs nºs 22, 23, 38, 39 e 40/83
17/82	Dep. Lúcia Viveiros	Acrescenta item ao art. 112, nova Seção ao Capítulo VIII do Título I, e remunera os arts. 144 e 145, da Constituição Federal.	Em tramitação
18/82	Dep. Fued Dib	Dá nova redação ao caput do art. 25 da Constituição.	Prejudicada em virtude da aprovação do Substitutivo às PECs nºs 22, 23, 38, 39 e 40/83
19/82	Dep. Nilson Gibson	Dá nova redação ao art. 195 da Constituição Federal.	Em tramitação
20/82	Dep. Túlio Barcellos	Dá nova redação ao art. 176, § 3º, item VI, da Constituição Federal.	Em tramitação
21/82	Dep. Salvador Julianelli	Altera a redação do § 4º, do art. 175, da Constituição Federal.	Em tramitação
22/82	Sen. Pedro Simon	Acrescenta parágrafos ao art. 21 da Constituição Federal.	Em tramitação
23/82	Dep. Juarez Furtado	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
24/82	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Constituição Federal.	Em tramitação
28/82	Dep. Edgard Amorim	Revoga a alínea e do § 2º do art. 156 e o art. 162, altera os arts. 165 e 166, e acrescenta artigo às Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
29/82	Dep. Antônio Morais	Assegura aos professores em geral — inclusive aos rurais — dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios vencimentos não inferiores ao salário mínimo regional.	Em tramitação
31/82	Dep. Antônio Carlos de Oliveira	Revoga a alínea "d" do item VIII do art. 8º e dá nova redação ao § 8º do art. 153 da Constituição Federal, extinguindo a censura de diversões públicas.	Em tramitação
32/82	Dep. Hélio Duque	Altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
34/82	Dep. Octacílio Almeida	Dá nova redação ao § 2º, do art. 113 da Constituição Federal.	Em tramitação
35/82	Dep. Juarez Furtado	Institui a Justiça Comercial.	Em tramitação
36/82	Dep. Juarez Furtado	Altera a redação do § 2º do art. 99.	Em tramitação
37/82	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao orçamento da União, e dá outras providências.	Em tramitação
38/82	Sen. Hugo Ramos	Acrescenta parágrafos ao art. 152 da Constituição.	Em tramitação
39/82	Dep. Walter de Prá	Altera a seção do texto constitucional referente ao Ministério Público.	Em tramitação
40/82	Dep. Ruy Codo	Determina que um terço dos membros dos Tribunais de Contas sejam nomeados mediante prévia aprovação em concurso público.	Em tramitação
41/82	Dep. Herbert Levy	Acrescenta artigos às Disposições Transitórias para introduzir o regime de governo parlamentar.	Retirada
42/82	Dep. Airton Sandoval	Altera o Capítulo VII do Título I e o Título V, para introduzir o regime de Governo Parlamentar.	Em tramitação
43/82	Dep. Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 142 da Constituição Federal.	Em tramitação
44/82	Dep. Henrique Brito	Altera o art. 184 da Constituição.	Em tramitação
45/82	Dep. Airton Sandoval	Determina que as modificações introduzidas, durante uma legislatura, na legislação eleitoral, somente possam vigorar a partir da legislatura subsequente.	Em tramitação
46/82	Dep. José de Castro Coimbra	Acrescenta parágrafo 5º ao art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
47/82	Dep. Modesto da Silveira	Altera a redação do § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
48/82	Dep. Jorge Vianna	Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
49/82	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao § 4º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.	Em tramitação
50/82	Dep. Mauricio Fruet	Revoga a alínea "c" do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.	Em tramitação
51/82	Dep. Rogério Rego	Institui a Justiça Rural.	Em tramitação
52/82	Sen. Passos Pôrto	Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.	Em tramitação
53/82	Dep. Audálio Dantas	Restabelece a redação que a alínea d do § 1º do art. 144 tinha anteriormente à Emenda nº 7, de 1977, para o fim de devolver à Justiça Comum a competência para processar e julgar militares pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação
54/82	Sen. Jutahy Magalhães	Altera o art. 153, § 10, da Constituição Federal.	Em tramitação
55/82	Sen. Lázaro Barboza	Altera o caput dos arts. 95 e 96 da Constituição Federal.	Em tramitação
56/82	Dep. Audálio Dantas	Dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta ou indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não.	Em tramitação
57/82	Sen. Jorge Kalume	Altera o art. 184 da Constituição Federal.	Em tramitação
58/82	Dep. Victor Faccioni	Altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição.	Prejudicada em virtude aprovação do Substitutivo às PECs nº 22, 23, 38, 39 e 40/83
59/82	Dep. Victor Faccioni	Institui o sistema parlamentar de governo.	Em tramitação
60/82	Dep. Inocêncio Oliveira	Dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal.	Em tramitação
61/82	Dep. José Camargo	Altera a alínea "d" do item III do art. 19 da Constituição Federal, vedando a instituição de imposto sobre a tinta preta destinada à impressão do livro, do jornal e dos periódicos.	Em tramitação
62/82	Dep. Ronaldo Ferreira Dias	Altera a redação do inciso I do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
63/82	Sen. Mauro Benevides	Restabelece a eleição direta para Prefeito das Capitais dos Estados.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
º/83	Dep. Armando Pinheiro	Altera a redação do § 1º do art. 15 da Constituição Federal e acrescentando § 6º ao mesmo artigo.	Em tramitação
2/83	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
3/83	Dep. Ruy Côdo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea "F", e ao art. 177, § 1º, da Constituição Federal.	Em tramitação
4/83	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos.	Em tramitação
5/83	Dep. Dante de Oliveira	Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.	Em tramitação
6/83	Dep. Daso Coimbra	Revoga o parágrafo único do art. 148 do texto constitucional.	Em tramitação
7/83	Dep. Elquisson Soares	Revoga os §§ 5º e 6º do art. 152 da vigente Constituição da República Federativa do Brasil.	Em tramitação
8/83	Dep. Fernando Lyra	Estabelece o sistema proporcional para a eleição da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas.	Em tramitação
9/83	Dep. Dionísio Hage	Altera o item II do art. 176 da Constituição Federal.	Em tramitação
10/83	Dep. José Carlos Teixeira	Acrescenta item ao art. 160 da Constituição Federal.	Em tramitação
11/83	Dep. Gerson Peres	Dispõe sobre a transformação do Congresso Nacional em Poder Constituinte, de 1º de janeiro de 1985 a 30 de janeiro de 1987.	Em tramitação
12/83	Dep. Ivete Vargas	Dispõe sobre a alteração do art. 217 da Constituição da República Federativa do Brasil.	Em tramitação
13/83	Dep. Mirthes Bevilacqua	Acrescenta dispositivo à Constituição.	Em tramitação
14/83	Dep. Celso Peçanha	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação, pela União, de percentual mínimo de sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando-se parcela aos Estados, Distrito Federal e Municípios para combate ao analfabetismo, mediante convênio.	Prejudicada em virtude aprovação da PEC/24/83
15/83	Sen. Mário Maia	Revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal.	Em tramitação
16/83	Dep. Maurício Fruet	Restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
17/83	Dep. Herbert Levy	Acrescenta artigos às Disposições Transitórias para introduzir o regime de governo parlamentar.	Em tramitação
18/83	Dep. Fernando Bastos	Altera o art. 4º, item II e o art. 5º da Constituição Federal.	Em tramitação
19/83	Dep. João Bastos	Estende aos Deputados Estaduais e aos Vereadores a inviolabilidade no exercício do mandato.	Em tramitação
20/83	Dep. Theodoro Mendes	Estabelece que o Presidente da República será eleito, em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos.	Em tramitação
21/83	Dep. João Bastos	Incorpora ao texto constitucional a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
22/83	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à Emenda Constitucional nº 23
23/83	Sen. Affonso Camargo	Altera a redação do § 8º do art. 23; dá nova redação ao art. 25 e seus itens; e suprime o art. 2º da Emenda Constitucional nº 17, de 1980.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à Emenda Constitucional nº 23
24/83	Sen. João Calmon	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual pela União, de nunca menos de treze por cento, e, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Emenda Constitucional nº 24
25/83	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta dispositivo ao art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação
26/83	Dep. Mário Frota	Devolve à Justiça Comum a competência para processar e julgar os integrantes das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação
27/83	Dep. Luiz Henrique	Extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a expedição de decretos-leis.	Em tramitação
28/83	Dep. Paulo Lustosa	Dá nova redação ao § 1º do art. 104 da Constituição, facultando ao parlamentar a opção entre os rendimentos da parte fixa dos subsídios e os relativos ao emprego, cargo ou função.	Em tramitação
29/83	Dep. Paulo Lustosa	Introduz alterações no art. 60 da Constituição Federal, instituindo o critério de regionalização na lei orçamentária anual da União.	Em tramitação
30/83	Dep. Jonathas Nunes	Acrescenta parágrafo único ao art. 84 da Constituição, dispondo sobre a escolha de Ministros de Estado.	Em tramitação
31/83	Dep. Heráclito Fortes	Acrescenta dispositivo às disposições transitórias da Constituição, de modo a tornar inaplicáveis aos detentores de mandatos legislativos, pelo prazo que menciona, os dispositivos concernentes à fidelidade partidária.	Em tramitação
32/83	Dep. Airon Rios	Dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste.	Em tramitação
33/83	Dep. Fernando Gomes	Altera a redação do § 5º do art. 152 da Constituição Federal.	Em tramitação
34/83	Dep. José Camargo	Altera a redação da alínea "a" do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Em tramitação
35/83	Dep. Mozarildo Cavalcanti	Dispõe que a nomeação dos Governadores dos Territórios deverá ser feita a partir de indicação pelos Deputados Federais do respectivo Território.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
36/83	Dep. Airon Rios	Introduz alteração na Constituição Federal, na parte relativa ao Orçamento, visando regionalizar a fixação da despesa orçamentária.	Em tramitação
37/83	Dep. Oswaldo Lima Filho	Restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste.	Em tramitação
38/83	Dep. Irajá Rodrigues	Altera a redação dos arts. 19, 21, 23, 25, 26, 110 e 111 da Constituição Federal.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à Emenda Constitucional nº 23
39/83	Sen. Marco Maciel	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à Emenda Constitucional nº 23
40/83	Sen. Carlos Chiarelli	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à Emenda Constitucional nº 23
41/83	Dep. Geovani Borges	Altera o § 3º do art. 17 da Constituição Federal, dispondo sobre a nomeação de Prefeitos nos Territórios Federais.	Em tramitação
42/83	Dep. Júnia Marise	Destina 12% do orçamento da União à Educação.	Prejudicada em virtude da aprovação da PEC/ 24/83
43/83	Dep. Dilson Fanchin	Altera o Capítulo III, no item I do art. 13, para introduzir as imunidades parlamentares para os Deputados Estaduais e Vereadores.	Em tramitação
44/83	Dep. Lélío Souza	Suprime o art. 57 da Constituição Federal.	Em tramitação
45/83	Dep. Luiz Guedes	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55 da Constituição Federal.	Em tramitação
46/83	Dep. Daso Coimbra	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55, seus incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal.	Em tramitação
47/83	Dep. Aldo Arantes	Altera a redação do inciso III do art. 43 e revoga o art. 57 da Constituição Federal.	Em tramitação
	Dep. Navarro Vieira Filho	Estabelece eleições diretas nos Municípios considerados estâncias hidrominerais.	Aguardando leitura
	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 42 da Constituição Federal em seu inciso III, estendendo a competência do Senado Federal para aprovar previamente a indicação do Ministro-Chefe do SNI.	Aguardando leitura
	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 43 da Constituição Federal em seu inciso II; o art. 65 em seu parágrafo 2º e; o art. 66 e seus parágrafos 1º, 4º e 5º, para permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a proposta do orçamento monetário.	Aguardando leitura

1º Signatário	Ementa	Resultado
Dep. Dante de Oliveira	Altera a redação e revoga dispositivos da Constituição Federal, que contêm restrições à exercitação do direito de greve.	Aguardando leitura
Dep. Adail Vettorazzo	Modifica a redação dos artigos 34 e 36 da Constituição Federal, assegurando aos Senadores e Deputados o direito de se licenciar para exercer novas funções na administração pública.	Aguardando leitura
Dep. Mário Frota	Dispõe sobre a aplicação e recursos financeiros na Amazônia Legal.	Aguardando leitura
Dep. Renato Cordeiro	Altera a redação do caput do art. 36 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Coutinho Jorge	Altera a redação do artigo 3º da Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Cardoso Alves	Altera a redação das alíneas "b", "c" e "d" do § 1º do art. 151, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Marcos Lima	Altera a forma de votação do Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República.	Aguardando leitura
Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Sen. Jorge Kalume	Dispõe sobre aposentadoria de servidores municipais.	Aguardando leitura
Dep. Brandão Monteiro	Acrescenta parágrafos ao art. 45 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Farabulini Júnior	Assegura o direito de voto aos cabos e soldados das polícias militares dos Estados.	Aguardando leitura
Dep. Alcides Lima	Altera a redação do artigo 74 da Constituição Federal para incluir representantes dos Territórios no Colégio Eleitoral.	Aguardando leitura
Dep. Domingos Juvenil	Acrescenta parágrafo 6º ao art. 15 da Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Brandão Monteiro	Altera a redação dos arts. 21, 55 e 57 da Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Francisco Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Fernando Lyra	Dá nova redação ao § 2º do art. 151 da Constituição Federal, para permitir a reassunção do Governador e do Prefeito que se desincompatibilizaram para a disputa de mandato eletivo.	Aguardando leitura
Dep. Jorge Arbage	Institui a Justiça Agrária.	Aguardando leitura
Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao item III do artigo 165.	Aguardando leitura
Dep. Moacir Franco	Dá nova redação ao art. 92, da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.	Aguardando leitura

1º Signatário	Ementa	Resultado
Dep. Nilton Alves	Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, de modo a tornar gratuito o ensino em todos os níveis, sob o encargo do poder público.	Aguardando leitura
Dep. Paulo Lustosa	Altera a redação do art. 216 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Francisco Dias	Acrescenta dispositivo ao art. 19 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Myrthes Bevilacqua	Altera a redação do item I do art. 44 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Sen. Mauro Borges	Modifica dispositivos da Constituição Federal, visando estabelecer nova organização política para o Distrito Federal, bem como assegurar-lhe representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e dá outras providências.	Aguardando leitura
Dep. Dilson Fanchin	Atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre a dívida pública e estabelecer os meios de pagamento.	Aguardando leitura
Dep. Hugo Mardini	Condiciona à autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.	Aguardando leitura
Dep. Aldo Pinto	Estabelece eleição direta para Prefeito em município considerado área de segurança nacional.	Aguardando leitura
Dep. Geovani Borges	Altera a redação do art. 41, da Constituição Federal, relativo à composição do Senado, para determinar a representação dos Territórios Federais nessa Casa do Congresso.	Aguardando leitura
Dep. Fernando Lyra	Introduz modificações no § 3º do art. 75 da Constituição Federal, reduzindo para quatro anos o mandato do Presidente da República, respeitado o período de seis anos do atual mandato presidencial.	Aguardando leitura
Dep. Juarez Batista	Determina que a eleição de juiz de paz nos municípios será feita por sufrágio direto.	Aguardando leitura
Dep. Octacílio Almeida	Dispõe sobre a ineligibilidade, alterando a letra "c" do § 1º do art. 151 da Constituição da República Federativa do Brasil.	Aguardando leitura
Dep. Flávio Bierrembach	Acrescenta parágrafo ao art. 179 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Flávio Bierrembach	Acrescenta parágrafos ao art. 153 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Sigfried Heuser	Acrescenta parágrafo ao art. 161 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Irma Passoni	Acrescenta parágrafo ao art. 3º do texto constitucional, estabelecendo a realização de plebiscito para a redivisão territorial.	Aguardando leitura

1º Signatário	Ementa	Resultado
Dep. Valmor Giavarina	Altera redação dos artigos 101 e 102 da Constituição.	Aguardando leitura
Sen. Mário Maia	Dá nova redação ao item C, do art. 197 da Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Renato Vianna	Acrescenta parágrafos ao art. 102 da Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Airton Sandoval	Estabelece eleições diretas para Presidente da República.	Aguardando leitura
Dep. Amílcar de Queiroz	Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Sérgio Murilo	Acrescenta parágrafo ao artigo 32 da Constituição Federal e dá nova redação ao seu parágrafo 4º.	Aguardando leitura
Dep. João Batista Fagundes	Suprime o § 1º do art. 17 e o item V do art. 42, renumera os demais e acrescenta item ao art. 44 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Wilmar Palis	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Lélío Souza	Suprime as medidas de emergência, o Estado de Emergência e o Conselho Institucional, instituindo o Estado de Sítio, decretado pelo Congresso Nacional, como única salvaguarda do Estado.	Aguardando leitura
Dep. Siqueira Campos	Altera a redação do inciso VII do art. 8º da Constituição Federal, para o fim de determinar a subordinação da polícia rodoviária federal ao Ministério da Justiça.	Aguardando leitura
Sen. Itamar Franco	Exige prévia aprovação do Senado Federal para a realização de obras viárias nos parques nacionais.	Aguardando leitura
Dep. Irma Passoni	Modifica a redação do item II do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Celso Barros	Dispõe sobre a eleição direta do Presidente da República, por maioria absoluta dos votos, ou pelo colégio eleitoral, caso não alcance essa maioria.	Aguardando leitura
Dep. Eduardo Matarazzo Suplicy	Modifica a redação do § 2º do art. 13 e do inciso I do art. 15 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Onísio Ludovico	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Aguardando leitura
Dep. Hélio Manhães	Acrescenta item ao art. 57 da Constituição.	Aguardando leitura
Dep. José Moura	Dispõe sobre o direito de votos dos analfabetos.	Aguardando leitura
Dep. Onísio Ludovico	Altera a redação do item III do caput do art. 42 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. José Fogaça	Estabelece eleições em dois turnos para Governador e Vice-Governador de Estado.	Aguardando leitura
Dep. Arnaldo Maciel	Cria o Tribunal Constitucional.	Aguardando leitura

1º Signatário	Ementa	Resultado
Dep. Evandro Ayres de Moura	Acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.	Aguardando leitura
Dep. Arnaldo Maciel	Acrescenta parágrafo ao art. 101 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
Dep. Armando Pinheiro	Confere o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares.	Aguardando leitura
Dep. Arnaldo Maciel	Acrescenta item ao art. 165 da Constituição Federal.	Aguardando leitura

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas, todas de iniciativa parlamentar	155
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior	44
encaminhadas nesta sessão legislativa	111
— * Aprovada (da presente sessão legislativa)	1
— Prejudicadas	10
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior	3
da presente sessão legislativa	7
— Retirada (da sessão legislativa anterior)	1
— Em andamento	79
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior	40
da presente sessão legislativa	39
— Aguardando leitura	64

* Foi, também, aprovado Substitutivo apresentado às Propostas nºs 22, 23, 38, 39, e 40, de 1983.

C.2 — PROJETOS DE LEI

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
33/82	113/82-CN (449/82, na origem)	Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.092, de 19-4-83

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/83	9/83-CN (51/83, na origem)	Altera a Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, que autorizou a constituição da Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.096, de 10-5-83
2/83	61/83-CN (142/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.101, de 13-6-83
3/83	72/83-CN (180/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial de até Cr\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.114, de 17-8-83
4/83	73/83-CN (190/83, na origem)	Dispõe sobre a rescisão de contratos de trabalho e seus efeitos; modifica normas sobre greve motivada por atraso no pagamento de salários, sobre dissídio coletivo em caso de greve, sobre jornada de trabalho, horário extraordinário, e dá outras providências.	Retirado pela Mensagem nº 97-A/83-CN (nº307/83, na origem)
5/83	84/83-CN (230/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de até Cr\$ 552.378.000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.117, de 29-8-83
6/83	89/83-CN (285/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 1.903.900.000.000,00, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.124, de 19-9-83

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
7/83	106/83-CN (315/83, na origem)	Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986.	Aprovado. Lei nº 7.154, de 5-12-83
8/83	107/83-CN (316/83, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1984.	Aprovado. Lei nº 7.155, de 5-12-83
9/83	111/83-CN (329/83, na origem)	Dispõe sobre a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito em Municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional.	Aprovado. Lei nº 7.136, de 27-10-83, com veto parcial
10/83	117/83-CN (342/83, na origem)	Fixa os efetivos da Força Aérea Brasileira em tempo de paz, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.130, de 26-10-83
11/83	119/83-CN (346/83, na origem)	Fixa os efetivos dos Oficiais da Marinha em tempo de paz, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.151, de 1º-12-83
12/83	120/83-CN (347/83, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.983, de 12 de dezembro de 1973, que alterou o Decreto-lei nº 610, de 4 de junho de 1969, que criou os Quadros Complementares de Oficiais da Marinha.	Aprovado. Lei nº 7.152, de 1º-12-83
13/83	121/83-CN (354/83, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.148, de 23-11-83
14/83	122/83-CN (357/83, na origem)	Prorroga a vigência do Empréstimo Compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.181, de 20-12-83, com veto parcial
15/83	123/83-CN (361/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até limite de Cr\$ 2.814.666.000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.153, de 1º-12-83
16/83	125/83-CN (365/83, na origem)	Fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.150, de 1º-12-83
17/83	135/83-CN (409/83, na origem)	Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.170, de 14-12-83
18/83	141/83-CN (439/83, na origem)	Regula o exercício da profissão de aeronauta, e dá outras providências.	Em tramitação

e) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos	19
sendo:	
oriundo da sessão legislativa anterior	1
recebidos nesta sessão legislativa	18
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados à sanção	17
sendo:	
oriundo da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	16
— Retirado (da presente sessão legislativa)	1
— Em andamento	1

C.3 — DECRETOS-LEIS

A) COM TRAMITAÇÃO INICIADA NA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.950, de 14-07-82	110/82-CN (300/82, na origem)	Isenta do imposto de renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 2/83, oriundo do PDL nº 1/83-CN)
1.951, de 14-07-82	114/82-CN (301/82, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 1/83, oriundo do PDL nº 67/82-CN)
1.952, de 15-07-82	115/82-CN (302/82, na origem)	Institui adicional às contribuições incidentes sobre açúcar e álcool e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 3/83, oriundo do PDL nº 12/83-CN)
1.953, de 03-08-82	116/82-CN (327/82, na origem)	Autoriza a Comissão de Política Aduaneira a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação incidente sobre bens destinados à prospecção e produção de petróleo.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 4/83, oriundo do PDL nº 13/83-CN)
1.954, de 16-08-82	117/82-CN (353/82, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 5/83, oriundo do PDL nº 14/83-CN)
1.955, de 23-08-82	118/82-CN (359/82, na origem)	Concede à FURNAS e à ELETROSUL isenção de impostos na importação de bens destinados aos Sistemas de Transmissão de Itaipu.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 8/83, oriundo do PDL nº 19/83-CN)
1.956, de 30-08-82	119/82-CN (392/82, na origem)	Autoriza o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produção Industrializados.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 7/83, oriundo do PDL nº 9/83-CN)
1.957, de 31-08-82	120/82-CN (393/82, na origem)	Revoga o artigo 5º da Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 16/83-CN)
1.958, de 09-09-82	121/82-CN (394/82, na origem)	Emtingue o Certificado de Regularidades de Situação — CRS e o Certificado de Quitação — CQ, reduz os casos de exigência de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.959, de 14-09-82	122/82-CN (395/82, na origem)	Altera o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Aprovado por decurso de prazo.
1.960, de 23-09-82	123/82-CN (414/82, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a contratar ou garantir, em nome da União, as operações de arrendamento mercantil que menciona e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 2/83-CN)
1.961, de 23-09-82	124/82-CN (415/82, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 13/83, oriundo do PDL nº 10/83-CN)
1.962, de 01-10-82	125/82-CN (422/82, na origem)	Dispõe sobre a retribuição dos professores do Magistério da Marinha e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 10/83, oriundo do PDL nº 3/83-CN)
1.963, de 14-10-82	126/82-CN (436/82, na origem)	Dispõe sobre recursos do Programa Nacional de Política Fundiária, sobre financiamento de projetos de construção de casa para o trabalhador rural e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 11/83, oriundo do PDL nº 4/83-CN)
1.964, de 18-10-82	127/82-CN (437/82, na origem)	Concede insenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos materiais e equipamentos importados para a construção e reparação de embarcações.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 12/83, oriundo do PDL nº 30/83-CN)

B) COM TRAMITAÇÃO INICIADA NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.965, de 25-10-82	1/83-CN (443/82, na origem)	Cria cargo em comissão e função de confiança no Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Público Federal e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 14/83, oriundo do PDL nº 11/83-CN)
1.966, de 1º-11-82	2/83-CN (448/82, na origem)	Dispõe sobre medidas de incentivo à arrecadação de contribuições previdenciárias.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 15/83, oriundo do PDL nº 5/83-CN)
1.967, de 23-11-82	3/83-CN (491/82, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 16/83, oriundo do PDL nº 6/83-CN)
1.968, de 23-11-82	4/83-CN (492/82, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda de pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 28/83, oriundo do PDL nº 17/83-CN)
1.969, de 25-11-82	5/83-CN (522/82, na origem)	Altera a estrutura salarial da classe de Professor Titular da carreira do magistério superior das instituições federais autárquicas, dispõe sobre a incorporação da Gratificação de Dedicção Exclusiva e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 17/83, oriundo do PDL nº 7/83-CN)
1.970, de 29-11-82	6/83-CN (523/82, na origem)	Elimina as frações de cruzeiro nas operações de natureza orçamentária financeira e contábil.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 18/83, oriundo do PDL nº 42/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.971, de 30-11-82	7/83-CN (524/82, na origem)	Estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 19/83, oriundo do PDL nº 20/83-CN)
1.972, de 30-11-82	8/83-CN (525/82, na origem)	Prorroga os prazos estabelecidos no Decreto-lei nº 1.966, de 1º de novembro de 1982, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 20/83, oriundo do PDL Nº 22/83-CN)
1.973, de 30-11-82	10/83-CN (526/82, na origem)	Amplia a isenção do imposto sobre a renda concedida às empresas de pequeno porte e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 21/83, oriundo do PDL nº 21/83-CN)
1.974, de 09-12-82	11/83-CN (527/82, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCU-DAS-100, do Quadro Permanente da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 22/83, oriundo do PDL nº 32/83-CN)
1.975, de 20-12-82	12/83-CN (1/83, na origem)	Altera as alíquotas do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nos Territórios Federais.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 23/83, oriundo do PDL nº 26/83-CN)
1.976, de 20-12-82	13/83-CN (2/83, na origem)	Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 24/83, oriundo do PDL nº 33/83-CN)
1.977, de 20-12-82	16/83-CN (3/83, na origem)	Prorroga prazos de vigência de Decretos-leis que dispõem sobre acréscimos às alíquotas do imposto de importação e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 25/83, oriundo do PDL nº 15/83-CN)
1.978, de 21-12-82	17/83-CN (4/83, na origem)	Estimula a capitalização de empresas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 26/83, oriundo do PDL nº 8/83-CN)
1.979, de 22-12-82	18/83-CN (5/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda na fonte, relativa a domiciliados no País.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 18/83-CN)
1.980, de 22-12-82	19/83-CN (6/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativa aos fundos em condomínio e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 35/83-CN)
1.981, de 27-12-82	22/83-CN (7/83, na origem)	Estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1983, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 27/83, oriundo do PDL nº 27/83-CN)
1.982, de 28-12-82	23/83-CN (8/83, na origem)	Dispõe sobre o exercício das atividades nucleares incluídas no monopólio da União, o controle do desenvolvimento de pesquisas no campo da energia nuclear, e dá outras providências	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 28/83-CN)
1.983, de 28-12-82	24/83-CN (37/83, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 24/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.984, de 28-12-82	25/83-CN (9/83, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 23/83-CN)
1.985, de 28-12-82	28/83-CN (10/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem assim os das pensões, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 25/83-CN)
1.986, de 28-12-82	29/83-CN (11/83, na origem)	Dispõe sobre a tributação das sociedades de investimento de cujo capital social participem pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, e dá outras providências	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 36/83-CN)
1.987, de 28-12-82	30/83-CN (12/83, na origem)	Altera alíquota do imposto de renda antecipado e na fonte sobre rendimentos auferidos por domiciliados no País.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 37/83-CN)
1.988, de 28-12-82	31/83-CN (13/83, na origem)	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 29/83-CN)
1.989, de 28-12-82	32/83-CN (14/83, na origem)	Dispõe sobre a contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e cálculo referente à taxa prevista no Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1976, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 57/83-CN)
1.990, de 29-12-82	33/83-CN (15/83, na origem)	Acrescenta parágrafo no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.400, de 22 de abril de 1975.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 38/83-CN)
1.991, de 29-12-82	34/83-CN (16/83, na origem)	Dispõe sobre a incorporação de gratificação aos proventos da aposentadoria.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 31/83-CN)
1.992, de 29-12-82	35/83-CN (17/83, na origem)	Fixa o valor do soldo base do cálculo de remuneração dos militares.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 34/83-CN)
1.993, de 29-12-82	(36/83-CN (18/83, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os da pensões e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 29/83, oriundo do PDL nº 39/83-CN)
1.994, de 29-12-82	(37/83-CN (19/83, na origem)	Cria incentivos à capitalização das empresas, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 41/83-CN)
1.995, de 29-12-82	38/83-CN (20/83, na origem)	Altera valores de taxa de fiscalização da instalação dos serviços de telecomunicações, constantes do Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.	Aprovado por decurso de prazo.

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.996, de 30-12-82	39/83-CN (21/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 40/83-CN)
1.997, de 30-12-82	40/83-CN (22/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal bem como os das pensões, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 52/83-CN)
1.998, de 30-12-82	41/83-CN (23/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 31/83, oriundo do PDL nº 43/83-CN)
1.999, de 30-12-82	42/83-CN (24/83, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 47/83-CN)
2.000, de 30-12-82	43/83-CN (25/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 55/83-CN)
2.001, de 4-1-83	44/83-CN (26/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 50/83-CN)
2.002, de 04-01-83	45/83-CN (27/83, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 48/83-CN)
2.003, de 06-01-83	46/83-CN (28/83, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários, gratificações e proventos dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 32/83, oriundo do PDL 44/83-CN)
2.004, de 06-01-83	47/83-CN (29/83, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 33/83, oriundo do PDL nº 53/83-CN)
2.005, de 06-01-83	48/83-CN (30/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 36/83, oriundo do PDL nº 49/83-CN)
2.006, de 06-01-83	49/83-CN (31/83, na origem)	Revigora, até 31 de dezembro de 1983, as disposições do Decreto-lei nº 1.627, de 1978.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 37/83, oriundo do PDL nº 54/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.007, de 11-01-83	50/83-CN (32/83, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 39/83, oriundo do PDL nº 51/83-CN)
2.008, de 11-01-83	51/83-CN (33/83, na origem)	Reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos PM da Polícia Militar e dos BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 35/83, oriundo do PDL nº 51/83-CN)
2.009, de 11-01-83	52/83-CN (34/83, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 34/83, oriundo do PDL nº 46/83-CN)
2.010, de 12-01-83	53/83-CN (35/83, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 38/83, oriundo do PDL nº 53/83-CN)
2.011, de 18-01-83	54/83-CN (44/83, na origem)	Concede isenção de impostos aos bens destinados à execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 40/83, oriundo do PDL nº 58/83-CN)
2.012, de 25-01-83	55/83-CN (45/83, na origem)	Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Rejeitado. (Decreto Legislativo nº 41/83, oriundo do PDL nº 67/83-CN)
2.013, de 25-1-83	57/83-CN (46/83, na origem)	Dispõe sobre o imposto único sobre energia elétrica.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 46/83, oriundo do PDL nº 59/83-CN)
2.014, de 21-2-83	58/83-CN (77/83, na origem)	Dispõe sobre a tributação das variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN com cláusula de correção cambial.	Aprovado (Decreto Legislativo nº 47/83, oriundo do PDL nº 60/83-CN)
2.015, de 23-2-83	62/83-CN (78/83, na origem)	Dá nova redação ao artigo 1º, do Decreto-lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 48/83, oriundo do PDL nº 63/83-CN)
2.016, de 3-3-83	63/83-CN (89/83, na origem)	Altera a redação dos artigos 20, 21 e 22 do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, que estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 49/83, oriundo do PDL 62/83-CN)
2.017, de 11-3-83	64/83-CN (104/83, na origem)	Dispõe sobre a renúncia, pela União, ao domínio direto de áreas situadas no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, necessárias à ampliação da Base Aérea e à implantação do Aeroporto de Guarulhos.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 43/83, oriundo do PDL nº 61/83-CN)
2.018, de 22-3-83	65/83-CN (116/83, na origem)	Dispõe sobre isenções ou reduções de tributos em relação a bens que forem objeto de arrendamento mercantil, quando destinados a emprego na execução de programas, projetos ou empreendimentos contemplados com benefícios fiscais.	Aprovado por decurso de prazo (Prejudicado o PDL nº 66/83-CN)

C.2 — PROJETOS DE LEI

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
33/82	113/82-CN (449/82, na origem)	Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.092, de 19-4-83

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/83	9/83-CN (51/83, na origem)	Altera a Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, que autorizou a constituição da Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.096, de 10-5-83
2/83	61/83-CN (142/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.101, de 13-6-83
3/83	72/83-CN (180/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial de até Cr\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.114, de 17-8-83
4/83	73/83-CN (190/83, na origem)	Dispõe sobre a rescisão de contratos de trabalho e seus efeitos; modifica normas sobre greve motivada por atraso no pagamento de salários, sobre dissídio coletivo em caso de greve, sobre jornada de trabalho, horário extraordinário, e dá outras providências.	Retirado pela Mensagem nº 97-A/83-CN (nº307/83, na origem)
5/83	84/83-CN (230/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de até Cr\$ 552.378.000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.117, de 29-8-83
6/83	89/83-CN (285/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 1.903.900.000.000,00, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.124, de 19-9-83

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
7/83	106/83-CN (315/83, na origem)	Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986.	Aprovado. Lei nº 7.154, de 5-12-83
8/83	107/83-CN (316/83, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1984.	Aprovado. Lei nº 7.155, de 5-12-83
9/83	111/83-CN (329/83, na origem)	Dispõe sobre a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito em Municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional.	Aprovado. Lei nº 7.136, de 27-10-83, com veto parcial
10/83	117/83-CN (342/83, na origem)	Fixa os efetivos da Força Aérea Brasileira em tempo de paz, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.130, de 26-10-83
11/83	119/83-CN (346/83, na origem)	Fixa os efetivos dos Oficiais da Marinha em tempo de paz, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.151, de 1º-12-83
12/83	120/83-CN (347/83, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.983, de 12 de dezembro de 1973, que alterou o Decreto-lei nº 610, de 4 de junho de 1969, que criou os Quadros Complementares de Oficiais da Marinha.	Aprovado. Lei nº 7.152, de 1º-12-83
13/83	121/83-CN (354/83, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.148, de 23-11-83
14/83	122/83-CN (357/83, na origem)	Prorroga a vigência do Empréstimo Compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.181, de 20-12-83, com veto parcial
15/83	123/83-CN (361/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até limite de Cr\$ 2.814.666.000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. Lei nº 7.153, de 1º-12-83
16/83	125/83-CN (365/83, na origem)	Fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.150, de 1º-12-83
17/83	135/83-CN (409/83, na origem)	Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Aprovado. Lei nº 7.170, de 14-12-83
18/83	141/83-CN (439/83, na origem)	Regula o exercício da profissão de aeronauta, e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos	19
sendo:	
oriundo da sessão legislativa anterior	1
recebidos nesta sessão legislativa	18
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados à sanção	17
sendo:	
oriundo da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	16
— Retirado (da presente sessão legislativa)	1
— Em andamento	1

C.3 — DECRETOS-LEIS

A) COM TRAMITAÇÃO INICIADA NA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.950, de 14-07-82	110/82-CN (300/82, na origem)	Isenta do imposto de renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 2/83, oriundo do PDL nº 1/83-CN)
1.951, de 14-07-82	114/82-CN (301/82, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 1/83, oriundo do PDL nº 67/82-CN)
1.952, de 15-07-82	115/82-CN (302/82, na origem)	Institui adicional às contribuições incidentes sobre açúcar e álcool e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 3/83, oriundo do PDL nº 12/83-CN)
1.953, de 03-08-82	116/82-CN (327/82, na origem)	Autoriza a Comissão de Política Aduaneira a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação incidente sobre bens destinados à prospecção e produção de petróleo.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 4/83, oriundo do PDL nº 13/83-CN)
1.954, de 16-08-82	117/82-CN (353/82, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 5/83, oriundo do PDL nº 14/83-CN)
1.955, de 23-08-82	118/82-CN (359/82, na origem)	Concede à FURNAS e à ELETROSUL isenção de impostos na importação de bens destinados aos Sistemas de Transmissão de Itaipu.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 8/83, oriundo do PDL nº 19/83-CN)
1.956, de 30-08-82	119/82-CN (392/82, na origem)	Autoriza o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produção Industrializados.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 7/83, oriundo do PDL nº 9/83-CN)
1.957, de 31-08-82	120/82-CN (393/82, na origem)	Revoga o artigo 5º da Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 16/83-CN)
1.958, de 09-09-82	121/82-CN (394/82, na origem)	Emitingue o Certificado de Regularidades de Situação — CRS e o Certificado de Quitação — CQ, reduz os casos de exigência de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.959, de 14-09-82	122/82-CN (395/82, na origem)	Altera o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Aprovado por decurso de prazo.
1.960, de 23-09-82	123/82-CN (414/82, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a contratar ou garantir, em nome da União, as operações de arrendamento mercantil que menciona e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 2/83-CN)
1.961, de 23-09-82	124/82-CN (415/82, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 13/83, oriundo do PDL nº 10/83-CN)
1.962, de 01-10-82	125/82-CN (422/82, na origem)	Dispõe sobre a retribuição dos professores do Magistério da Marinha e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 10/83, oriundo do PDL nº 3/83-CN)
1.963, de 14-10-82	126/82-CN (436/82, na origem)	Dispõe sobre recursos do Programa Nacional de Política Fundiária, sobre financiamento de projetos de construção de casa para o trabalhador rural e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 11/83, oriundo do PDL nº 4/83-CN)
1.964, de 18-10-82	127/82-CN (437/82, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos materiais e equipamentos importados para a construção e reparação de embarcações.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 12/83, oriundo do PDL nº 30/83-CN)

B) COM TRAMITAÇÃO INICIADA NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.965, de 25-10-82	1/83-CN (443/82, na origem)	Cria cargo em comissão e função de confiança no Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Público Federal e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 14/83, oriundo do PDL nº 11/83-CN)
1.966, de 1º-11-82	2/83-CN (448/82, na origem)	Dispõe sobre medidas de incentivo à arrecadação de contribuições previdenciárias.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 15/83, oriundo do PDL nº 5/83-CN)
1.967, de 23-11-82	3/83-CN (491/82, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 16/83, oriundo do PDL nº 6/83-CN)
1.968, de 23-11-82	4/83-CN (492/82, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda de pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 28/83, oriundo do PDL nº 17/83-CN)
1.969, de 25-11-82	5/83-CN (522/82, na origem)	Altera a estrutura salarial da classe de Professor Titular da carreira do magistério superior das instituições federais autárquicas, dispõe sobre a incorporação da Gratificação de Dedicção Exclusiva e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 17/83, oriundo do PDL nº 7/83-CN)
1.970, de 29-11-82	6/83-CN (523/82, na origem)	Elimina as frações de cruzeiro nas operações de natureza orçamentária financeira e contábil.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 18/83, oriundo do PDL nº 42/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.971, de 30-11-82	7/83-CN (524/82, na origem)	Estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 19/83, oriundo do PDL nº 20/83-CN)
1.972, de 30-11-82	8/83-CN (525/82, na origem)	Prorroga os prazos estabelecidos no Decreto-lei nº 1.966, de 1º de novembro de 1982, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 20/83, oriundo do PDL Nº 22/83-CN)
1.973, de 30-11-82	10/83-CN (526/82, na origem)	Amplia a isenção do imposto sobre a renda concedida às empresas de pequeno porte e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 21/83, oriundo do PDL nº 21/83-CN)
1.974, de 09-12-82	11/83-CN (527/82, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCU-DAS-100, do Quadro Permanente da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 22/83, oriundo do PDL nº 32/83-CN)
1.975, de 20-12-82	12/83-CN (1/83, na origem)	Altera as alíquotas do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nos Territórios Federais.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 23/83, oriundo do PDL nº 26/83-CN)
1.976, de 20-12-82	13/83-CN (2/83, na origem)	Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 24/83, oriundo do PDL nº 33/83-CN)
1.977, de 20-12-82	16/83-CN (3/83, na origem)	Prorroga prazos de vigência de Decretos-leis que dispõem sobre acréscimos às alíquotas do imposto de importação e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 25/83, oriundo do PDL nº 15/83-CN)
1.978, de 21-12-82	17/83-CN (4/83, na origem)	Estimula a capitalização de empresas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 26/83, oriundo do PDL nº 8/83-CN)
1.979, de 22-12-82	18/83-CN (5/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda na fonte, relativa a domiciliados no País.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 18/83-CN)
1.980, de 22-12-82	19/83-CN (6/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativa aos fundos em condomínio e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 35/83-CN)
1.981, de 27-12-82	22/83-CN (7/83, na origem)	Estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1983, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 27/83, oriundo do PDL nº 27/83-CN)
1.982, de 28-12-82	23/83-CN (8/83, na origem)	Dispõe sobre o exercício das atividades nucleares incluídas no monopólio da União, o controle do desenvolvimento de pesquisas no campo da energia nuclear, e dá outras providências	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 28/83-CN)
1.983, de 28-12-82	24/83-CN (37/83, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 24/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.984, de 28-12-82	25/83-CN (9/83, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 23/83-CN)
1.985, de 28-12-82	28/83-CN (10/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem assim os das pensões, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 25/83-CN)
1.986, de 28-12-82	29/83-CN (11/83, na origem)	Dispõe sobre a tributação das sociedades de investimento de cujo capital social participem pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, e dá outras providências	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 36/83-CN)
1.987, de 28-12-82	30/83-CN (12/83, na origem)	Altera alíquota do imposto de renda antecipado e na fonte sobre rendimentos auferidos por domiciliados no País.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 37/83-CN)
1.988, de 28-12-82	31/83-CN (13/83, na origem)	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 29/83-CN)
1.989, de 28-12-82	32/83-CN (14/83, na origem)	Dispõe sobre a contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e cálculo referente à taxa prevista no Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1976, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 57/83-CN)
1.990, de 29-12-82	33/83-CN (15/83, na origem)	Acrescenta parágrafo no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.400, de 22 de abril de 1975.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 38/83-CN)
1.991, de 29-12-82	34/83-CN (16/83, na origem)	Dispõe sobre a incorporação de gratificação aos proventos da aposentadoria.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 31/83-CN)
1.992, de 29-12-82	35/83-CN (17/83, na origem)	Fixa o valor do soldo base do cálculo de remuneração dos militares.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 34/83-CN)
1.993, de 29-12-82	(36/83-CN (18/83, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os da pensões e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 29/83, oriundo do PDL nº 39/83-CN)
1.994, de 29-12-82	(37/83-CN (19/83, na origem)	Cria incentivos à capitalização das empresas, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 41/83-CN)
1.995, de 29-12-82	38/83-CN (20/83, na origem)	Altera valores de taxa de fiscalização da instalação dos serviços de telecomunicações, constantes do Anexo I à Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.	Aprovado por decurso de prazo.

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
1.996, de 30-12-82	39/83-CN (21/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 40/83-CN)
1.997, de 30-12-82	40/83-CN (22/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal bem como os das pensões, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 52/83-CN)
1.998, de 30-12-82	41/83-CN (23/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 31/83, oriundo do PDL nº 43/83-CN)
1.999, de 30-12-82	42/83-CN (24/83, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 47/83-CN)
2.000, de 30-12-82	43/83-CN (25/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 55/83-CN)
2.001, de 4-1-83	44/83-CN (26/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 50/83-CN)
2.002, de 04-01-83	45/83-CN (27/83, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 48/83-CN)
2.003, de 06-01-83	46/83-CN (28/83, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários, gratificações e proventos dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 32/83, oriundo do PDL 44/83-CN)
2.004, de 06-01-83	47/83-CN (29/83, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 33/83, oriundo do PDL nº 53/83-CN)
2.005, de 06-01-83	48/83-CN (30/83, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 36/83, oriundo do PDL nº 49/83-CN)
2.006, de 06-01-83	49/83-CN (31/83, na origem)	Revigora, até 31 de dezembro de 1983, as disposições do Decreto-lei nº 1.627, de 1978.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 37/83, oriundo do PDL nº 54/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.007, de 11-01-83	50/83-CN (32/83, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 39/83, oriundo do PDL nº 51/83-CN)
2.008, de 11-01-83	51/83-CN (33/83, na origem)	Reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos PM da Polícia Militar e dos BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 35/83, oriundo do PDL nº 51/83-CN)
2.009, de 11-01-83	52/83-CN (34/83, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 34/83, oriundo do PDL nº 46/83-CN)
2.010, de 12-01-83	53/83-CN (35/83, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 38/83, oriundo do PDL nº 53/83-CN)
2.011, de 18-01-83	54/83-CN (44/83, na origem)	Concede isenção de impostos aos bens destinados à execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 40/83, oriundo do PDL nº 58/83-CN)
2.012, de 25-01-83	55/83-CN (45/83, na origem)	Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Rejeitado. (Decreto Legislativo nº 41/83, oriundo do PDL nº 67/83-CN)
2.013, de 25-1-83	57/83-CN (46/83, na origem)	Dispõe sobre o imposto único sobre energia elétrica.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 46/83, oriundo do PDL nº 59/83-CN)
2.014, de 21-2-83	58/83-CN (77/83, na origem)	Dispõe sobre a tributação das variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN com cláusula de correção cambial.	Aprovado (Decreto Legislativo nº 47/83, oriundo do PDL nº 60/83-CN)
2.015, de 23-2-83	62/83-CN (78/83, na origem)	Dá nova redação ao artigo 1º, do Decreto-lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 48/83, oriundo do PDL nº 63/83-CN)
2.016, de 3-3-83	63/83-CN (89/83, na origem)	Altera a redação dos artigos 20, 21 e 22 do Decreto-lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969, que estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 49/83, oriundo do PDL 62/83-CN)
2.017, de 11-3-83	64/83-CN (104/83, na origem)	Dispõe sobre a renúncia, pela União, ao domínio direto de áreas situadas no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, necessárias à ampliação da Base Aérea e à implantação do Aeroporto de Guarulhos.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 43/83, oriundo do PDL nº 61/83-CN)
2.018, de 22-3-83	65/83-CN (116/83, na origem)	Dispõe sobre isenções ou reduções de tributos em relação a bens que forem objeto de arrendamento mercantil, quando destinados a emprego na execução de programas, projetos ou empreendimentos contemplados com benefícios fiscais.	Aprovado por decurso de prazo (Prejudicado o PDL nº 66/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.019, de 28-3-83	66/83-CN (125/83, na origem)	Dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos magistrados e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDI nº 64/83-CN)
2.020, de 13-4-83	67/83-CN (135/83, na origem)	Acrescenta disposições ao artigo 1º do Decreto-lei nº 1.981, de 27 de dezembro de 1982.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDI nº 65/83-CN)
2.021, de 18-5-83.	68/83-CN (168/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda aplicável aos rendimentos de depósitos em cadernetas de poupança do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDI nº 69/83-CN)
2.022, de 18-5-83	69/83-CN (168/83, na origem)	Complementar a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.	Aprovado por decurso de prazo (Prejudicado o PDI nº 68/83-CN)
2.023, de 18-5-83	70/83-CN (170/83, na origem)	Autoriza a conversão dos créditos que especifica em ações de sociedades de economia mista ou empresas públicas.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 57/83, oriundo do PDL nº 71/83-CN)
2.024, de 25-5-83	71/83-CN (184/83, na origem)	Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Rejeitado. (Decreto Legislativo nº 69/83, oriundo do PDL nº 72/83-CN)
2.025, de 30-5-83	74/83-CN (187/83, na origem)	Institui a taxa de fiscalização dos produtos controlados pelo Ministério do Exército e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 70/83, oriundo do PDL nº 81/83-CN)
2.026, de 1º-6-83	75/83-CN (194/83, na origem)	Prorroga o prazo previsto no artigo 6º do Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 61/83, oriundo do PDL nº 70/83-CN)
2.027, de 9-6-83	76/83-CN (197/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras de curto prazo e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 67/83, oriundo do PDL nº 78/83-CN)
2.028, de 9-6-83	77/83-CN (198/83, na origem)	Altera as tabelas do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado e não assalariado.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDI nº 74/83-CN)
2.029, de 9-6-83	78/83-CN (199/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 62/83, oriundo do PDL nº 76/83-CN)
2.030, de 9-6-83	79/83-CN (200/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 63/83, oriundo do PDL nº 77/83-CN)
2.031, de 9-6-83	80/83-CN (201/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativa a instituições financeiras.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 64/83, oriundo do PDL nº 73/83-CN)
2.032, de 9-6-83	81/83-CN (202/83, na origem)	Dispõe sobre o ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, de investimentos realizados nas regiões semi-áridas do Nordeste e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 65/83, oriundo do PDL nº 75/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.033, de 15-6-83	83/83-CN (226/83, na origem)	Dispensa do exame de semelhança bens já importados para execução de projetos aprovados pela SUDENE ou pelo SUDAM e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 79/83-CN)
2.034, de 20-6-83	85/83-CN (245/83, na origem)	Altera os limites do benefício fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 68/83, oriundo do PDL nº 80/83-CN)
2.035, de 21-6-83	86/83-CN (246/83, na origem)	Altera o § 2º do art. 3º do Decreto-lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 82/83-CN)
2.036, de 28-6-83	87/83-CN (265/83, na origem)	Estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Rejeitado. (Resolução nº 2/83-CN Rejeitado o PDL nº 84/83-CN)
2.037, de 28-6-83	88/83-CN (266/83, na origem)	Dispõe sobre o controle prévio dos dispêndios para investimentos das entidades da administração indireta e fundações supervisionadas e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 72/83, oriundo do PDL nº 85/83-CN)
2.038, de 29-6-83	90/83-CN (267/83, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.958, de 9 de setembro de 1982, que trata da comprovação da inexistência de débito para com a Previdência Social.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 73/83, oriundo do PDL nº 102/83-CN)
2.039, de 29-6-83	91/83-CN (268/83, na origem)	Altera a sistemática de cálculo da correção monetária incidente sobre as contribuições de previdência social não pagas, estabelecida no Decreto-lei nº 1.816, de 10 de dezembro de 1980.	Rejeitado. (Resolução nº 3/83-CN Rejeitado o PDL nº 83/83-CN)
2.040, de 30-6-83	92/83-CN (269/83, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Rejeitado. (Resolução nº 4/83-CN Rejeitado o PDL nº 86/83-CN)
2.041, de 30-6-83	93/83-CN (270/83, na origem)	Prorroga o estímulo fiscal à capitalização de empresas de que trata o Decreto-lei nº 1.892, de 16 de dezembro de 1981.	Aprovado (Decreto Legislativo nº 76/83, oriundo do PDL nº 88/83-CN)
2.042, de 30-6-83	94/83-CN (271/83, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementou a redação do artigo 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços do Governo Federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 81/83, oriundo do PDL nº 90/83-CN)
2.043, de 7-7-83	95/83-CN (273/83, na origem)	Aumenta as representações mensais dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 78/83, oriundo do PDL nº 89/83-CN)
2.044, de 7-7-83	96/83-CN (274/83, na origem)	Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos casos que especifica.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 79/83, oriundo do PDL nº 87/83-CN)

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.045, de 13-7-83	97/83-CN (277/83, na origem)	Altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que trata da política salarial, e a Lei nº 7.069, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o reajustamento de alugueres em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	Rejeitado. Resolução nº 1/83-CN Rejeitado o PDL nº 100/83-CN)
2.046, de 20-7-83	98/83-CN (280/83, na origem)	Altera o limite estabelecido nos artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 2.021, de 18 de maio de 1983.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 77/83, oriundo do PDL nº 92/83-CN)
2.047, de 20-7-83	99/83-CN (281/83, na origem)	Institui empréstimo compulsório para custear auxílio exigido em decorrência de calamidade pública.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 80/83, oriundo do PDL nº 91/83-CN)
2.048, de 26-7-83	100/83-CN (282/83, na origem)	Aumenta os limites do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterados pelos Decretos-leis nºs 1.460, de 22 de abril de 1976, 1.562, de 19 de julho de 1977, 1.651, de 21 de dezembro de 1978, e 1.756, de 31 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 95/83-CN)
2.049, de 1º-8-83	101/83-CN (286/83, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para o FIN-SOCIAL, sua cobrança, fiscalização, processo administrativo e de consulta, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 89/83, oriundo do PDL nº 93/83-CN)
2.050, de 2-8-83	102/83-CN (287/83, na origem)	Revoga o Decreto-lei nº 865, de 12 de setembro de 1969, que declarou o Município de Santos, no Estado de São Paulo, de interesse da segurança nacional e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 82/83, oriundo do PDL nº 94/83-CN)
2.051, de 3-8-83	103/83-CN (297/83, na origem)	Concede isenção de impostos a selos e peças filatêlicas, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 83/83 oriundo do PDL nº 97/83-CN)
2.052, de 3-8-83	104/83-CN (298/83, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para o PIS—PASEP, sua cobrança, fiscalização, processo administrativo e de consulta, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 84/83, oriundo do PDL nº 98/83-CN)
2.053, de 16-8-83	105/83-CN (308/83, na origem)	Concede isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos nos casos que especifica.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 85/83, oriundo do PDL nº 96/83-CN)
2.054, de 16-8-83	108/83-CN (309/83, na origem)	Restabelece o incentivo fiscal de que trata o Decreto-lei nº 1.932, de 30 de março de 1982, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo.
2.055, de 17-8-83	109/83-CN (310/83, na origem)	Altera os Decretos-leis nºs 1.801, de 18 de agosto de 1980, e 2.035, de 21 de junho de 1983, dispõe sobre a sucessão da autarquia federal Superintendência Nacional da Marinha Mercante —SUNAMAM e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 99/83-CN)
2.056, de 19-8-83	110/83-CN (319/83, na origem)	Dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo.

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.057, de 23-8-83	112/83-CN (326/83, na origem)	Altera e revoga dispositivo do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, alterado pela Lei nº 6.276, de 1º de dezembro de 1975.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 98/83, oriundo do PDL nº 101/83-CN)
2.058, de 23-8-83	113/83-CN (327/83, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda relativa a rendimentos produzidos por caderneta de poupança do Sistema Financeiro de Habitação.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 99/83, oriundo do PDL nº 104/83-CN)
2.059, de 1º-9-83	115/83-CN (332/83, na origem)	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 100/83, oriundo do PDL nº 103/83-CN)
2.060, de 12-9-83	116/83-CN (341/83, na origem)	Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 105/83, oriundo do PDL nº 105/83-CN)
2.061, de 19-9-83	126/83-CN (348/83, na origem)	Dispõe sobre alienação de mercadorias sujeitas à pena de perdimento, em especial nos casos de calamidade pública, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 102/83, oriundo do PDL nº 108/83-CN)
2.062, de 4-10-83	127/83-CN (369/83, na origem)	Autoriza a dispensa de obrigações tributárias acessórias, consideradas desnecessárias ao interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos federais.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 103/83, oriundo do PDL nº 109/83-CN)
2.063, de 6-10-83	128/83-CN (375/83, na origem)	Dispõe sobre multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos e dá outras providências.	Em tramitação
2.064, de 19-10-83	130/83-CN (383/83, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda, dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis residenciais, sobre as prestações dos empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação, sobre a revisão do valor dos salários e dá outras providências.	Rejeitado. (Decreto Legislativo nº 91/83, oriundo do PDL nº 106/83-CN)
2.065, de 26-10-83	131/83-CN (397/83, na origem)	Altera a legislação do Imposto de Renda, dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis residenciais, sobre as prestações dos empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação, sobre a revisão do valor dos salários, e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 91/83, oriundo do PDL nº 106/83-CN)
2.066, de 27-10-83	137/83-CN (405/83, na origem)	Autoriza remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural e a contribuição dos que exercem atividades rurais, dispensa da taxa de serviços cadastrais e cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural.	Em tramitação
2.067, de 9-11-83,	138/83-CN (410/83, na origem)	Altera as tabelas do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos do trabalho.	Em tramitação

Nº e Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.068, de 9-11-83	139/83-CN (411/83, na origem)	Altera a legislação da Taxa Rodoviária Única e dá outras providências.	Em tramitação
2.069, de 10-11-83	140/83-CN (418/83, na origem)	Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, (BNDES) e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Decretos-leis:

— Total dos Decretos-leis	120
sendo:	
com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	15
com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	105
— Aprovados (sendo 37 por decurso de prazo)	108
sendo:	
com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	15
com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	93
— Rejeitados (todos com tramitação iniciada nesta sessão legislativa)	7
— Em andamento	5

C.4 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/79	Dep. Ruben Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Produção Animal, e determina outras providências.	Em tramitação
5/79	Dep. Horácio Ortiz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei, dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.	Em tramitação
6/79	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança.	Em tramitação
7/79	Sen. Lázaro Barboza	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Família e do Menor.	Em tramitação
8/79	Dep. Júnia Marise	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.	Em tramitação
1/80	Dep. Carlos Augusto	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República, criando um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí.	Arquivada (Vide Projeto de Resolução nº 1/81-CN)
3/80	Dep. Sérgio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 2/83-CN)
4/80	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Amazônia.	Em tramitação
5/80	Dep. Vivaldo Frota	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério do Interior em Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Amazônia.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
6/80	Dep. Carlos Sant'Anna	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 1/83-CN)
7/80	Sen. Jorge Kalume	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica (SEARA).	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 1/82-CN)
1/82	Dep. Ruy Codo	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério do Abastecimento.	Em tramitação
2/82	Dep. Raul Bernardo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando em cada unidade da federação um "Centro de Treinamento e Educação de Trânsito".	Arquivada (Vide Projeto de Resolução nº 2/82-CN)

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/83	Dep. Paulo Mincarone	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social, e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 3/83-CN)

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas	14
sendo:	
de sessões legislativas anteriores	13
desta sessão legislativa	1
— Arquivadas. (de sessões legislativas anteriores)	2
— Em andamento	12
sendo:	
de sessões legislativas anteriores	11
desta sessão legislativa	1

C.5 — PROJETO DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/81	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para criar um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí, e dá outras providências.	Rejeitado
1/82	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica — SEARA.	Em tramitação
2/82	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando em cada unidade da Federação um "Centro de Treinamento e Educação de Trânsito".	Rejeitado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/83	Comissão Mista	Propõe a delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Em tramitação
2/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
3/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

— Total dos Projetos	6
sendo:	
de sessões legislativas anteriores	3
desta sessão legislativa	3
— Rejeitados (de sessões legislativas anteriores)	2
— Em andamento	4
sendo:	
da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	3

C.6 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
109/82-CN (432/82, na origem)	PLC nº 72/82 (PL/4.999/81, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
14/83-CN (520/82, na origem)	PLC nº 31/81 (PL/2.098/79, na origem)	Acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação da Previdência Social.	Mantido o veto total por decurso de prazo
15/83-CN (521/82, na origem)	PLC nº 153/82 (PL/6.781/82, na origem)	Dispõe sobre o reajustamento de alugueres em locações residenciais e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
20/83-CN (528/82, na origem)	PLC nº 144/82 (PL/6.740/82, na origem)	Acrescenta à constituição básica da Universidade Federal do Ceará o Centro de Ciências Jurídicas, assegurando-se a restauração da denominação de Faculdade de Direito.	Mantido o veto total por decurso de prazo
21/83-CN (531/82, na origem)	PLC nº 100/81 (PL/918/79, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 236 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Mantido o veto total por decurso de prazo
26/83-CN (548/82, na origem)	PLC nº 136/82 (PL/6.719/82, na origem)	Modifica a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
27/83-CN (549/82, na origem)	PLC nº 143/82 (PL/5.545/81 na origem)	Dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
56/83-CN (111/83, na origem)	PLC nº 43/81 (PL/217/79, na origem)	Veda a cobrança de juros de mora sobre títulos cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
59/83-CN (129/83, na origem)	PLS nº 5/80 (PL/4.385/81, na Câmara)	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, que restabelece, para as categorias profissionais que menciona, direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, nas condições anteriores.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
60/83-CN (130/83, na origem)	PLC nº 6/83 (PL/75/83, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971-Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
82/83-CN (216/83, na origem)	PLS nº 133/79 (PL/2.036/79, na Câmara)	Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, modificados pelas Leis nºs 5.697, de 27 de agosto de 1971, 5.781, de 5 de junho de 1972 e 6.444, de 3 de outubro de 1977 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
114/83-CN (335/83, na origem)	PLC nº 79/83 (PL/813/83, na origem)	Dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do centenário de Getúlio Vargas.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
118/83-CN (343/83, na origem)	PLS nº 283/79 (PL/4.127/80, na Câmara)	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que "regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula a seu regime após completar 60 (sessenta) anos de idade e dá outras providências".	Mantido o veto total por decurso de prazo
124/83-CN (362/83, na origem)	PLC nº 57/83 (PL/5.816/81, na origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
129/83-CN (380/83, na origem)	PLC nº 54/83 (PL/881/79, na origem)	Regula o exercício da profissão de Técnico em Planejamento Turístico e determina outras providências.	Em tramitação (veto total)
132/83-CN (392/83, na origem)	PLC nº 205/83 (PL/2.284/83, na origem)	Concede autorização, a título precário, para que os atuais garimpeiros continuem explorando o ouro de Serra Pelada, e determina outras providências.	Em tramitação (veto total)
133/83-CN (393/83, na origem)	PLS nº 188/82 (PL/6.717/82, na Câmara)	Altera a redação da Lei nº 6.686, de 11 de setembro de 1979, que dispõe sobre o exercício da análise clínico-laboratorial, e determina outras providências.	Em tramitação (veto parcial)
134/83-CN (396/83, na origem)	PL nº 9/83-CN	Dispõe sobre a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito em Municípios que forem descaracterizados como de interesse da segurança nacional.	Em tramitação (veto parcial)
136/83-CN (413/83, na origem)	PLC nº 105/82 (PL/3.225/80, na origem)	Dispõe sobre a jornada de trabalho nos serviços de enfermagem, e dá outras providências.	Em tramitação (veto total)
142/83-CN (445/83, na origem)	PLC nº 159/83 (PL/1.722/83, na origem)	Dispõe sobre as medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas e às vítimas das enchentes nos Estados Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.	Aguardando leitura (veto total)

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Vetos:

— Total dos Vetos	20
sendo:	
da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	19
— Mantidos (todos por decurso de prazo)	14
sendo:	
da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	13
— Em andamento	5
— Aguardando leitura	1

C. 7 — REQUERIMENTOS

Nº	Data de Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1	3- 3-83	Sen. Humberto Lucena	Convocação de sessão conjunta destinada à leitura do Decreto-lei nº 2.012, de 17 de fevereiro de 1983.	Indeferido
2	3- 3-83	Dep. Herbert Levy e outros	Retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1982.	Deferido
3	14- 4-83	Sen. Álvaro Dias	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
4	10- 5-83	Dep. Djalma Bessa e outro	Inversão da Ordem do Dia a fim de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1983-CN, constante do item 4 da pauta, seja apreciado em terceiro lugar.	Aprovado
5	16- 6-83	Sen. Álvaro Dias	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
6	17- 6-83	Sen Itamar Franco	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 5, 6 e 8, de 1983.	Aprovado
7	9- 8-83	Dep. Francisco Amaral	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina o projeto de Lei nº 4, de 1983 - CN.	Aprovado
8	12- 8-83	Dep. Francisco Amaral	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina o Projeto de Lei nº 4, de 1983 — CN.	Prejudicado
9	22- 8-83	Sen. Lourival Baptista	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1983.	Aprovado
10	20- 9-83	Dep. Freitas Nobre e outros	Prorrogação do prazo de duração da sessão por quatro horas.	Aprovado
11	20- 9-83	Sen. Roberto Saturnino e outros	Encerramento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1983 — CN.	Aprovado
12	20- 9-83	Sen. Humberto Lucena e outros	Convocação de sessão conjunta destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1983 - CN.	Aprovado
13	26- 9-83	Dep. Jorge Viana	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1983.	Aprovado
14	29- 9-83	Dep. João Bastos	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1983.	Aprovado
15	3-10-83	Sen. Aloysio Chaves	Consulta à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal sobre questão de ordem referente à inexistência de quorum para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 72/83-CN.	Deferido

Nº	Data de Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
16	14-10-83	Dep. Harry Amorim	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22, 23, 38, 39 e 40, de 1983.	Prejudicado
17	18-10-83	Dep. Freitas Nobre e outros	Adiamento da votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 84, 83, 86 e 100, de 1983-CN.	Aprovado
18	19-10-83	Dep. Nelson Marchezan	Inversão da Ordem do Dia a fim de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 100/83-CN, constante do item 4 da pauta, seja apreciado em primeiro lugar.	Rejeitado
19	25-10-83	Dep. Jorge Vianna	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1983.	Aprovado
20	27-10-83	Dep. Darcy Passos	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1983.	Aprovado
21	27-10-83	Dep. Marcos Lima	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina o Projeto de Lei nº 14, de 1983-CN.	Aprovado
22	8-11-83	Dep. Gonzaga Vasconcelos	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1983.	Aprovado
23	8-11-83	Dep. Nelson Marchezan	Prorrogação do prazo de duração da sessão por quatro horas.	Aprovado
24	8-11-83	Dep. Nelson Marchezan	Encerramento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1983-CN.	Aprovado
25	8-11-83	Sen. Humberto Lucena e outros	Adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1983-CN.	Rejeitado
26	8-11-83	Dep. Nelson Marchezan e outro	Prorrogação do prazo de duração da sessão por quatro horas.	Aprovado
27	17-11-83	Dep. Elquisson Soares	Anexação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1983, à de nº 7, de 1983.	Em tramitação
28	23-11-83	Dep. Edison Lobão	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1983, constante do item IV da pauta, seja apreciada em primeiro lugar.	Aprovado
29	23-11-83	Sen. Humberto Lucena e outros	Encerramento da discussão das Propostas de Emenda à Constituição nºs 22, 23, 38, 39 e 40, de 1983.	Aprovado
30	23-11-83	Dep. Nelson Marchezan	Preferência para votação do Substitutivo apresentado às Propostas de Emenda à Constituição nºs 22, 23, 38, 39 e 40, de 1983.	Aprovado
31	23-11-83	Dep. Irma Passoni	Destaque para votação em separado do texto proposto no Substitutivo às Propostas de Emenda a Constituição nºs 22, 23, 38, 39 e 40, de 1983, para o inciso II do art. 18 da Constituição Federal.	Rejeitado
32	23-11-83	Sen. Aderbal Jurema e outros	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 24 de 1983, seja apreciada em primeiro lugar.	Aprovado

Nº	Data de Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
33	23-11-83	Dep. Edison Lobão	Inversão da Ordem do Dia a fim de que os Projetos de Lei nºs 15 e 16, de 1983-CN, constantes dos itens 8 e 9 da pauta, sejam apreciados em 4º e 5º lugares.	Aprovado
34	28-11-83	Dep. Jorge Vianna	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1983.	Aprovado
35	2-12-83	Sen. Carlos Chiarelli	Criação de Comissão Especial Mista para funcionar no período de recesso parlamentar.	Indeferido
36	2-12-83	Dep. Aírton Soares	Preferência para votação da Emenda nº 1, oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado
37	2-12-83	Dep. Freitas Nobre e outro	Destaque para aprovação da Emenda nº 29 oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado
38	2-12-83	Dep. Freitas Nobre e outro	Destaque para aprovação da Emenda nº 64 oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado
39	2-12-83	Dep. Freitas Nobre e outro	Destaque para aprovação da Emenda nº 69 oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado
40	2-12-83	Dep. Freitas Nobre e outro	Destaque para aprovação da Emenda nº 81 oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado
41	2-12-83	Dep. Freitas Nobre e outro	Destaque para aprovação da Emenda nº 101 oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado
42	2-12-83	Dep. Freitas Nobre e outro	Preferência para votação da Emenda nº 99 oferecida ao Projeto de Lei nº 17, de 1983-CN.	Rejeitado

**D — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES PARLAMENTARES
NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL**

Senadores	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas											
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	FL	Veto	Proposta de DL	CPMI	Função			Parceiro	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Aderbal Jurema	—	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	27	13	7	3	—	—	—	3	5	1	1	—	
Afonso Camargo	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	40	8	3	—	1	—	9	—	—	—	—	—	
Albano Franco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	
Alberto Silva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33	5	6	3	4	—	8	—	—	—	—	—	
Alfredo Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20	10	4	—	1	—	7	—	—	—	—	—	
Almir Pinto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	54	13	10	1	6	—	—	8	7	7	—	—	
Aloysio Chaves	—	1	—	—	—	—	1	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Altevir Leal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	1	—	—	—	2	1	—	1	—	
Alvaro Dias	—	2	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	16	7	2	1	2	1	5	—	—	—	—	2	
Amaral Peixoto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	2	4	—	—	
Benedito Canelas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	1	2	—	—	—	1	—	—	—	
Benedito Ferrelra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Alberto	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	23	10	2	—	—	—	—	1	3	2	—	—	
Carlos Chiarelli	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	5	2	2	1	—	—	—	2	1	—	—	
Carlos Lyra	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	
Claudionor Roriz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19	8	2	—	1	—	—	2	3	2	—	—	
Derval de Paiva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dinarte Mariz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Enéas Faria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	7	2	1	1	—	2	—	1	2	—	—	
Eunice Michles	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	12	1	1	1	—	—	1	4	3	1	—	
Fábio Lucena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28	9	2	1	2	—	1	—	—	—	—	—	

Senadores	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas											
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	CFMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Fernando Henrique Cardoso	—	—	1	—	—	—	—	1	1	1	—	—	15	8	4	1	1	—	5	—	—	—	—	2	
Gabriel Hermes	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	40	12	6	—	1	—	—	1	7	7	—	—	
Galvão Modesto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27	9	4	—	1	—	—	6	1	1	—	—	
Gastão Müller	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34	8	10	—	1	—	12	—	1	2	—	3	
Guilherme Palmeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27	9	7	1	1	—	—	6	6	5	—	—	
Hélio Gueiros	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	39	14	6	—	1	—	7	—	1	4	—	3	
Helvídio Nunes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	3	1	2	2	—	—	—	1	1	—	—	
Henrique Santillo	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	0	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	
Humberto Lucena	—	4	—	—	—	—	4	—	6	2	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
Iris Célia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	4	5	—	1	—	—	1	—	—	—	—	
Itamar Franco	—	1	—	—	2	—	2	—	7	—	1	—	18	6	1	—	1	—	2	—	1	—	—	—	
Jaison Barreto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
João Calmon	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	4	3	1	3	—	—	3	3	2	—	—	
João Castelo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25	9	7	—	1	—	—	2	3	4	—	—	
João Lobo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	30	6	8	—	—	—	—	3	4	3	—	—	
João Lúcio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34	9	6	—	1	—	—	1	—	—	—	—	
Jorge Bornhausen	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	5	1	—	—	—	—	1	3	—	—	—	
Jorge Kalume	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	38	40	5	—	1	—	—	5	2	1	—	—	
José Fragelli	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	42	14	7	5	1	—	7	—	1	2	—	—	
José Ignácio Ferreira	—	—	19	—	—	—	—	—	—	—	1	—	23	7	4	1	1	1	2	—	—	—	—	—	
José Lins	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	46	9	6	1	2	—	—	—	6	8	1	—	
Jutahy Magalhães	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	67	1	11	2	3	—	—	14	3	6	—	—	
Lázaro Barboza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Lenoir Vargas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	3	—	1	3	—	—	—	1	—	—	—	

Senadores	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas											
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Fala ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator			
Lomanto Júnior	—	—	—	—	1	2	—	—	3	2	—	—	—	22	8	5	—	3	—	—	5	4	2	—	—
Lourival Baptista	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	53	13	10	3	2	—	1	4	7	12	1	—
Luiz Cavalcante	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	9	—	1	1	1	—	—	—	1	1	—	—
Luiz Viana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marcelo Miranda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28	3	4	—	3	—	4	—	—	—	—	1
Marco Maciel	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marcondes Gadelha	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	19	9	6	1	2	—	—	2	7	6	1	—
Mário Mala	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19	8	6	—	3	—	5	—	1	—	—	2
Martins Filho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	24	5	—	3	2	—	—	3	4	3	1	—
Mauro Borges	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22	2	1	—	—	1	3	—	—	—	—	1
Milton Cabral	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	12	2	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—
Moacyr Dalla	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	3	—	3	2	—	—	3	—	—	—	—
Moacyr Duarte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Murilo Badaró	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	3	1	2	1	—	—	2	1	—	1	—
Nelson Carneiro	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nilo Coelho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Octávio Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12	8	4	2	—	—	—	6	3	3	—	—
Odacir Soares	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18	6	1	—	1	—	—	2	5	3	—	—
Passos Pôrto	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	41	10	6	3	2	—	—	3	6	7	—	—
Pedro Simon	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	24	10	3	5	—	—	8	—	—	—	—	1
Raimundo Parente	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28	7	4	1	2	—	—	1	—	—	—	—
Roberto Saturnino	—	1	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldanha Derzi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12	—	5	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Severo Gomes	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	33	5	4	—	1	—	6	1	—	—	—	—
Tarso Dutra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Virgílio Távora	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	34	5	4	—	1	—	—	2	5	5	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas												
	PEC	Req.	Emenda	Prop. de DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Proposta de DL	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	
																				Presidente	Vice-Presidente	Relator				
Jarbas Vasconcelos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jessé Freire	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
JG de Araújo Jorge	—	—	—	—	4	1	—	—	—	—	1	—	5	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Júlio Caruso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Joacil Pereira	—	—	—	—	7	2	1	3	9	8	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Agripino	—	—	—	—	—	1	1	2	1	—	—	—	1	4	1	1	—	—	—	1	—	1	2	—	1	—
João Alberto de Souza	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—	—	—	—	—	2	1	2	—	—	—
João Bastos	2	1	—	—	3	1	—	1	1	—	—	—	1	3	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
João Batista Fagundes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	2	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
João Carlos de Carli	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Cunha	—	—	1	—	6	—	—	—	1	—	—	—	1	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Divino	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Faustino	—	—	—	—	2	—	—	—	1	—	—	—	1	2	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Gilberto	—	—	8	—	35	5	—	6	2	—	—	—	1	3	2	2	3	—	—	1	—	—	—	—	1	—
João Herculino	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
João Herrmann	—	—	—	—	2	1	—	2	3	4	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Paganela	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Rebelo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Joaquim Roriz	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	8	—	1	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—
Jonas Pinheiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Jonathas Nunes	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jorge Arbage	—	—	—	—	26	2	—	6	5	9	—	—	3	4	—	4	—	—	—	—	1	7	4	3	—	—
Jorge Carone	—	—	5	—	58	3	—	6	1	—	3	—	5	3	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—

ERRATA DO RELATÓRIO DE 1982

Página 53 — onde se lê : 54/62 Afrânio Lages — Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil — **Arquivado (Art. 367 do R.I)**

leia-se : 54/62 Afrânio Lages — Dá nova rdação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil — **Sobrestado**

Página 61 — onde se lê : 105/79 Amaral Furlan — Define conseqüências do concubinato — **Arquivado (Art. 367 do R.I.)**

leia-se : 105/79 Amaral Furlan — Define conseqüências do concubinato — **Em tramitação**

Página 63 — onde se lê : 178/79 Bernardino Viana — Acrescenta parágrafos ao art. 5º do Decreto-lei nº 366, de 19 de dezembro de 1968, e dá outras providências — **Rejeitado (Art. 367 do R.I.)**

leia-se : 178/79 Bernardino Viana — Acrescenta parágrafos ao art. 5º do Decreto-lei nº 366, de 19 de dezembro de 1968, e dá outras providências — **Rejeitado (Art. 278 do R.I.)**

Página 63 — onde se lê : 180/79 Passos Pôrto — Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico social, **especial** e administrativo de Brasília.

leia-se : 180/79 Passos Pôrto — Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico social, **especial** e administrativo de Brasília.

Página 65 — onde se lê : 238/79 Franco Montoro — Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10% — **Sobrestado**

leia-se : 238/79 Franco Montoro — Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10% — **Arquivado (Art. 367, do R.I.)**

Página 115 — onde se lê : 23/82 Nelson Carneiro — Isenta de tributos e taxas, inclusive estaduais e municipais, as transmissões imobiliárias que especifica. **Arquivado (Art. 367 do R.I.)**

leia-se : 23/82 Nelson Carneiro — **Complementar** — Isenta de tributos e taxas, inclusive estaduais e municipais, as transmissões imobiliárias que especifica. **Em tramitação**

Página 126 — onde se lê : 184/82 **Murilo Badaró**

leia-se : 184/82 **Itamar Franco**

Página 142 — onde se lê : 86/81 609/79 Acrescenta parágrafo único ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a notificação, por via postal, das decisões **dos Tribunais do Trabalho.**

leia-se : 86/81 609/79 Acrescenta parágrafo único ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a notificação, por via postal, das decisões **dos Tribunais Regionais do Trabalho.**

Página 142 — onde se lê : 89/91

leia-se : 89/81

Página 142 — onde se lê : 98/81 1624/81

leia-se : 98/81 1.624/79

Página 143 — onde se lê : 110/81 443/79 Torna obrigatória a existência de alojamento para **motorista** nas empresas de ônibus que especifica.

leia-se : 110/81 443/79 Torna obrigatória a existência de alojamento para **motoristas** nas empresas de ônibus que específica.

Página 144 — onde se lê : 127/81 (*) **2.593/80**

leia-se: 127/81 (*) **2.592/80**

Página 144 — onde se lê : 128/81 (*) 2.863/80 Dispõe sobre a transformação dos Campos Agrícolas de Vila Tracueteua, no Município de Bragança, região POLONORDESTE, e de Belterra, no Município de Santarém, região do Baixo Amazonas, no Estado do Pará; Parintins, no Estado do Amazonas; Rio Branco, no Estado do Acre e Amapá **em Centros de Preparação de Monitores Agrícolas da Amazônia;**

leia-se : 128/81 (*) 2.863/80 Dispõe sobre a transformação dos Campos Agrícolas de Vila Tracueteua, no Município de Bragança, região POLONORDESTE, e de Belterra, no Município de Santarém, região do Baixo Amazonas, no Estado do Pará; Parintins, no Estado do Amazonas; Rio Branco, no Estado do Acre e Amapá, **no Território Federal do Amapá, em Centros de Preparação de Monitores Agrícolas da Amazônia.**

Página 145 — onde se lê : 6/82 5.046/81 Poder Executivo Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a vender ou doar bens imóveis, nas condições que especifica. À Sanção **Lei nº 7.024** de 21-12-82

leia-se : 6/82 5.046/81 Poder Executivo Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a vender ou doar bens imóveis, nas condições que especifica. À Sanção **Lei nº 7.074** de 21-12-82

Página 156 — Suprima-se : 2/81 67/80 Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980. Em tramitação

Página 179 — onde se lê : 223/81 Comissão de **Economia**

leia-se : 223/81 Comissão de **Finanças**

Página 197 — onde se lê : 121/82 Comissão de Economia Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ **130.279.819,24** (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.

leia-se : 121/82 Comissão de Economia Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ **130.279.719,24** (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.